



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)**

Marcela María Vergara Arias

***“NÓS NO MILITAR, VOCÊS NO SOCIAL”*
PRÁTICAS E SIGNIFICAÇÕES DA REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA
URBANA NO BAIRRO DE MORAVIA, MEDELLÍN – COLÔMBIA, 1994–2014**

**RECIFE
PERNAMBUCO – BRASIL
2015**

MARCELA MARÍA VERGARA ARIAS

“NÓS NO MILITAR, VOCÊS NO SOCIAL”
PRÁTICAS E SIGNIFICAÇÕES DA REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA
URBANA NO BAIRRO DE MORAVIA, MEDELLÍN – COLÔMBIA, 1994–2014

Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutora em Sociologia
pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)
da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Jr.

RECIFE - PE
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

V494n Vergara Arias, Marcela María.

“Nós no militar, vocês no social”: práticas e significações da regulação da violência armada urbana no bairro de Moravia, Medellín – Colômbia, 1994-2014 / Marcela María Vergara Arias. – 2015.
205 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2015.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Violência. 3. Violência urbana – Medellín (Colômbia). 4. Ordem social. I. Ratton Júnior, José Luiz de Amorim (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)
08)

UFPE (BCFCH2016-

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)**

Marcela María Vergara Arias

***“NÓS NO MILITAR, VOCÊS NO SOCIAL”*
PRÁTICAS E SIGNIFICAÇÕES DA REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA
URBANA NO BAIRRO DE MORAVIA, MEDELLÍN – COLÔMBIA, 1994–2014**

Aprovada em: 7 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Jr – Orientador (UFPE)

Prof. Dr. Gilson Macedo Antunes (UFPE)

Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins (UFPE)

Prof. Dr. Michel Misse (UFRJ)

Prof. Dr. Cesar Barreira (UFC)

Agradecimientos

Agradeço a minha família pelo seu apoio nesta decisão de continuar avançado na formação profissional e no meu crescimento como pessoa. A Mônica e Alejandro pela sua motivação diária e apoio para fazer este sono que significou grandes sacrifícios em quanto às ausências que tiveram que suportar. Agradeço enormemente a meu esposo Mateo Londoño Martínez que chegou no momento em que as angústias, por ver materializado um texto, afetou as formas de disfrutar a vida. Sua chegada me reencontrou com a felicidade da vida mesma. A Camila Bedoya pela sua paciência e grande ajuda nas escritas das falas dos entrevistados.

Quero agradecer infinitamente ao Professor José Luiz Ratton pelo apoio incondicional e a confiança que me brindou desde o primeiro momento que comecei neste processo de formação acadêmica e experiência de vida. Hoje culmino com más conhecimentos, mas também com muitas alegrias, graças às possibilidades, relações acadêmicas e de amizade que o professor Ratton me facilitou. Posso dizer, que além de um orientador, tive um amigo, um colega, um professor com o que conseguimos intercambiar, partilhar e conhecer conjuntamente espaços de conhecimento. Agradeço à comunidade do bairro Moravia, a todas as pessoas que amavelmente aceitaram dialogar comigo e contar suas valiosas histórias.

Agradeço infinitamente também, à professora Edvania Torres Aguiar, por facilitar encontros, propiciar intercâmbios, por acreditar num grupo de colombianas que querendo conhecer outras realidades latino-americanas, mostrou sempre a sua solidariedade e apoio incondicional. Agradeço às professoras Aura González e Luz Stella Carmona da UPB. Elas abriram o caminho para que, comigo e outros conterrâneos pudéssemos realizar estes sonsos.

Agradeço à Universidade Pontificia Bolivariana e em especial à Escola de Ciências Sociais por facilitar as condições de trabalho e culminar este processo formativo. Entre as pessoas da instituição não posso deixar de mencionar à Esperanza Hidalgo Urrea, Erika Jaillier, Janeth González, Ramón Arturo Maya, que como académicos-administradores facilitaram o meu processo.

Agradeço ao Programa Convenio PEC-PG do governo brasileiro pela bolsa de da qual fui beneficiária. Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco UFPE, em especial à Oficina de Relações Internacionais e à PROPESQUI por facilitar o relativo à minha estancia como estudante de intercambio. Ao programa do PPGS por ter aceito a minha instancia no doutorada como intercambista e facilitar tudo meu processo académico. Agradeço ao NEPS por me acolher em seus debates e estudos sobre a violência e a criminalidade no Brasil.

À Corporação GAIA, agradeço pelo imenso apoio na facilitação encontros e reflexão sobre o acontecer da cidade. A Luz Ángela Peña e a Luz Elena Martínez por sua constante motivação e apoios económicos.

A minha amiga Marival, quem me acolheu com carinho incondicional no seu lar e me abriu a possibilidade de contar com una família no Brasil, algo que, para os que somos estrangeiros têm um valor incalculável.

A todas e todos minhas amigas e amigos colegas do Doutorado, lhes agradeço por todas as alegrias me deram. Elas, Micheline, Arthemisia, Regina, Vilma, Clarissa, Veridiana, Paula, Glícia, Patricia, Lena; eles, Amaro, Marcio, Caio, Breno, Giba. Ao Vinicius por ter sido o meu anjo nos tramites e ter me oferecido a sua amizade. A Mónica Castañeda e a Daniela Castaño por ter me apoiado no processo final de impressão da tese e a suas boas energias.

A banca examinadora conformada por Dr.Michel Misse, Dr.Gilson Antunes, Dr.Paulo Henrique Mártins, Dr.César Barreira.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal analisar a violência urbana e a sua regulação como forma de poder e organização social, que permita a construção de sentidos e práticas constitutivas de uma “outra ordem social”, no bairro de Moravia, da cidade de Medellín, Colômbia, instituída nos últimos 20 anos. Dá conta das práticas exercidas pelos distintos atores sociais — armados não armados — na regulação da violência e expressa a correspondência entre essas práticas e os significados que possibilitam a formação dessas outras ordens sociais. O centro é a regulação como mecanismo de variação da violência armada urbana, o que implica responder à pergunta: é a violência e a sua regulação uma forma de ordenar a vida social em bairros da periferia de Medellín? Sob um enfoque relacional da violência coletiva (TILLY, 2007), o trabalho de campo foi feito por meio de entrevistas semiestruturadas de atores armados e não armados vinculados no processo de interação violenta. Partindo das fontes de poder social (MANN, 1986), optou-se por dividir em três atores de poder: o ator armado (poder militar); o ator econômico (poder econômico); e o ator social (poder de organização social). Nesses atores, sustenta-se a base da regulação da violência armada urbana em Moravia, e portanto a indagação das significações e das práticas orientaram-se principalmente neles.

Palavras-chaves: Violência urbana. Regulação. Ordem social. Medellín, Colômbia.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo principal analizar la violencia urbana y su regulación como forma de poder y organización social, que permita la construcción de sentidos y prácticas constitutivas de un “otro orden social” en el barrio Moravia de la ciudad de Medellín, Colombia instituida en los últimos veinte años. Da cuenta de las prácticas ejercidas por los distintos actores sociales – armados y no armados – en la regulación de la violencia, y expresa la correspondencia entre esas prácticas y los significados que posibilitan la formación de esos otros órdenes sociales. El centro es la regulación como mecanismo de variación de la violencia armada urbana, lo que implica responder a la pregunta: ¿es la violencia y a su regulación una forma de ordenar la vida social en barrios de la periferia de Medellín? Bajo un enfoque relacional de la violencia colectiva (Tilly) el trabajo de campo fue realizado por medio de entrevistas semiestructuradas a los actores armados y no armados vinculados en el proceso de interacción violenta. Partiendo de las fuentes de poder social (Mann) opté por dividir en tres actores de poder: el actor armado (poder militar); el actor económico (poder económico); y, el actor social (poder de organización social). En estos actores sustento la base de la regulación de la violencia armada urbana en Moravia y por tanto la indagación de las significaciones y de las prácticas se orientaron principalmente a ellos.

Palabras-claves: Violencia urbana. Regulación. Orden social. Medellín, Colombia.

ABSTRACT

This thesis has as a main objective to analyze the urban violence and its regulation as a power form and social organization, that allows the making meanings and constitutive practices from an “another social order” in the Moravia neighborhood of Medellín, Colombia established in the last twenty years. It shows the exercised practices by the different social actors – armed and unarmed- in the violence regulation, and expresses the correspondences between those practices and the meanings that enable the other social orders formations. The downtown is the regulation as variation mechanism of the urban armed violence, which implies answering the question: are the violence and its regulation a form to order the social life in the Medellín’s suburbs? Beneath a relational focus about the collective violence (Tilly) the field work was developed through semi structured interviews to the armed and unarmed actors connected to the violent interaction process. Starting from the social power sources (Mann) I chose for dividing in three power actors: the armed actor (military power); economical actor (economical power); and, the social actor (social organization power). In these actors, I support the urban armed violence regulation base in Moravia, and therefore the significances investigation and the practices that was pointed mainly to them.

Key words: Urban violence. Regulation. Social order. Medellín, Colombia

LISTA DE SIGLAS

ACCU	Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá
AUC	Autodefensas Unidas de Colombia
BCN	Bloque Cacique Nutibara
CONVIVIR	Cooperativas de Vigilancia y Seguridad Privada
CRS	Corriente de Renovación Socialista
COOSERCOM	Cooperativa de Seguridad y Servicio a la Comunidad
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EPL	Ejército Popular de Liberación
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
M-19	Movimiento 19 de Abril
MPPP	Milicias del Pueblo y Para el Pueblo
MPVA	Milicias Populares del Valle de Aburrá

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	10
1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO. ORDEM, VIOLÊNCIA E REGULAÇÃO COMO MARCOS RELACIONAIS PARA A ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA EM MEDELLÍN	17
1.2. Categorias de análises	17
1.2.1. Ordem social e violência: uma relação indissolúvel.	21
1.2.2. A violência e a violência urbana	36
1.2.3. Violência urbana	46
1.2.4. Regulação e violência	59
1.3. Percursos metodológicos	72
1.3.1. Delimitação do campo de estudo	78
2. TENDÊNCIAS E VARIAÇÕES DA VIOLÊNCIA ARMADA URBANA EM MEDELLÍN: DA CIDADE À DINÂMICA DO BAIRRO MORÁVIA	88
3. RELACIONAMENTO DE PODER E EIXOS DE REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA DESDE OS ATORES ARMADOS NO BAIRRO DE MORÁVIA	112
3.1. Atores armados, confrontações e controle do espaço	114
3.2. A significação da violência como ordem social e espaço de sociabilidade	135
4. RELACIONAMENTO DE PODER E EIXOS DE REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA DESDE OS ATORES ECONÓMICOS EXISTENTES NO BAIRRO DE MORÁVIA	149
4.1. Incidência dos atores económicos na regulação da violência armada urbana em Moravia.	159
5. RELACIONAMENTO DE PODER E EIXOS DE REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA DESDE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	176
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	200

INTRODUÇÃO

“... a guerra não apenas pode coexistir em tempos ‘democráticos’, mas pode mesmo virar rotina. E que a paz, para milhões de pessoas, pode vir não da democracia, mas justamente do ‘crime’” (FELTRAN, 2015)

Ao propor uma reflexão em torno do papel da pesquisa em tempos de guerra, María Teresa Uribe (2002) expõe a ingente necessidade de recompor as formas como os pesquisadores tomam conta de uma realidade social a partir dos processos metodológicos mecânicos e distantes de um contexto marcado por uma guerra de duração longa, como a vivenciada pela sociedade colombiana há um pouco mais de 50 anos. É no contexto do conflito bélico que se demarca o desenvolvimento da presente tese, no sentido de que mostra a relação entre violência urbana e suas formas de regulação, como princípios de organização social, ou seja, a produção de ordens sociais “alternativas” em contextos onde a violência tem sido protagonista. Diz María Teresa Uribe (2002) que, na Colômbia, “a guerra tem desempenhado um papel crucial na produção, redefinição e reorganização dos contextos sociais” (p.5), assim como na “configuração e desconfiguração das ordens políticas e contextos culturais” (p.5), pelo qual, na prática científica que lemos, classificamos e explicamos as múltiplas tramas e “dramas” de um entorno como o colombiano.

María Teresa Uribe (2002) aponta, assim, a produção de um conhecimento social baseado não a partir de uma análise racional sobre a ordem estabelecida — seja como forma de manter o *status quo*, seja para tentar transformá-lo ou mudá-lo —, mas, sim, a partir da compreensão de práticas que, em muitos dos casos, resultam “incomensuráveis” e “contingentes” para o conhecimento racional ou para a ética normativa e cultural dominante. Ela está se referindo, aqui, aos limites e à ineficácia do conhecimento social para abordar problemas da ordem social na qual subjazem confrontações bélicas abertas, que se reproduzem nas distintas temporalidades em concordância com “estados de guerra prolongados”, que produzem várias “ordens alternativas” e cuja pretensão não é, de modo necessário, a transformação do *status quo*, mas, sim, como muitas vezes ocorre, a contraposição, justaposição ou

coexistência com essa ordem institucional pública. A *outredade*¹ “representada naqueles que delinquem, nos que desobedecem e nos que atacam ou defendem o *status quo* com as armas na mão” (2002, p. 12) e que terminam por configurar outros ideais normativos e mais outras formas de organização social é o ponto de partida deste trabalho. O desafio proposto por María Teresa Uribe então é o seguinte:

A pergunta resulta relevante porque boa parte de nossos trabalhos se tem demarcado na lógica ordem-desordem, daí que os diagnósticos insistam em “o que não é a sociedade colombiana” ou no que lhe faltaria para chegar a ser; quer dizer, num catálogo de déficits e faltantes sobre os quais se edificam a maior parte das políticas de intervenção; em outras palavras, não se reconhecem as ordens alternativas, se invisibilizam, se pensam como desordem, como caos, como violência e de alguma forma apareceriam como incomensuráveis, incompreensíveis, não porque necessariamente seja assim, mas, sim, porque o instrumental teórico e analítico que usarmos não permite vê-los em nossos mapas cognitivos e éticos e às vezes nem existem nesses pontos de referência.

Compreender as ordens alternativas e seus atores implicaria se fazer cargo das realidades bélicas e violentas desde suas próprias gramáticas e sentidos, despojadas de qualquer referente ético, filosófico ou cultural; quer dizer, abordar o ser da guerra e da violência, tal como são, encontrar um discurso que explique estas situações desde elas mesmas, assim o que encontremos não seja nem bom, nem justo, nem limpo, nem desejável. (2002, p. 12)

Este trabalho, então, tem como pano de fundo as análises da relação entre a violência armada urbana e a sua regulação como forma de construção das ordens sociais, distinta da da ordem estatalmente estabelecida e instituída pelas ações violentas repetitivas num contexto socioespacial, como é o caso do bairro de Moravia, na cidade de Medellín, Colômbia.

As ações armadas desenvolvidas pelas organizações de intencionalidade política e pelos grupos organizados do narcotráfico se consolidaram em Medellín desde a

¹ Palavra usada pela María Teresa Uribe para indicar as alternativas com respeito à ordem estabelecida.

metade da década de 1980, o que implicou o uso aberto da força como meio para conseguir o controle dos territórios, principalmente nas áreas da periferia. Isso propiciou, nas ditas áreas, que o uso da força tivesse uma sorte de aceitação pela população — o uso da violência como mecanismo de resolução de conflitos. Entendendo que, no processo histórico de Medellín, a violência armada urbana se inseriu na regulação das relações sociais como forma de satisfazer interesses individuais e coletivos, a constituição de organizações de poder, assim como as práticas e sentidos da ordem social que se geram em torno da violência urbana e sua regulação, converte-se no objeto central de estudo. Assim, o presente estudo aborda as diversas práticas que diferentes atores armados e não armados desenvolvem para regular a violência urbana, estabelecendo sentidos e formas de organização social no bairro de Moravia, da cidade de Medellín, Colômbia, durante as duas últimas décadas.

Desde a década de 1980, Medellín tem sofrido grandes ondas de violência, e pode-se afirmar, sem temor a equivocções, que estas se originam e por sua vez criam efeitos nas diferentes redes de poder (legais ou ilegais) instaladas ao longo da história pelo controle do espaço urbano. Em consequência, a violência é utilizada como recurso para alcançar o domínio, seja este político, econômico, social, ideológico ou militar. Ao analisar os dados sobre homicídios ocorridos desde meados dos anos 1980, e em distintos períodos de tempo, em Medellín, é possível ver que a composição e recomposição dos atores armados obedecem à consecução de objetivos que se sobrepõem e que não necessariamente são divergentes — pelo contrário, em alguns casos podem-se complementar, situação que complexifica a explicação do fenômeno e, de modo específico, a clareza nas interpretações sobre as causas da violência armada urbana.

As ondas de violência que tem vivido a cidade poderiam se caracterizar em momentos de alta e baixa intensidade nos processos de confrontação e reposicionamento dos distintos atores armados na disputa pelo poder. Os altos índices de violência registrados em Medellín desde meados da década de 1980 mostram-na como uma das cidades mais violentas da Colômbia e, em geral, do mundo. Alguns dados assinalam que, de 1975 a 2010, a cidade acumulou um total de 90 mil homicídios, sendo o ano de 1990 o pior de todos, com uma taxa de homicídios de 381 a cada 100

mil habitantes. No período compreendido entre 1988 e 2002, a cidade superou os 3 mil homicídios anuais (MÁRTINS, 2012, p. 16). Posterior a 2004, os índices de homicídios sofreram uma queda considerável ao se registrar uma taxa abaixo dos 60 homicídios a cada 100 mil habitantes, sendo o ano de 2005 o que registra uma queda maior, com uma taxa de 35. No ano de 2009, registrou-se um aumento nos índices de violência, chegando a uma taxa de homicídios de 94, e, no ano de 2011, a taxa flutuou entre 60 e 70 a cada 100 mil habitantes.

Deve-se ressaltar que a análise dos dados mostra que os pontos mais altos de homicídios em Medellín coincidem com os momentos de alta confrontação e a disputa pela dominação territorial entre os atores armados, sejam estas organizações provenientes do narcotráfico, grupos insurgentes ou contrainsurgentes. Assim, no período entre 1991 e 1993, a taxa de homicídios oscilou entre 350 e 300 a cada 100 mil habitantes, momento que se caracterizou pela confrontação aberta entre organizações armadas a serviço do narcotráfico — cujo domínio abarcava grande parte das periferias urbanas, comunas e bairros — e as Milícias Populares² — cuja bandeira foi, no começo, a luta social e a defesa das comunidades com relação às gangues do narcotráfico e por causa da ausência do Estado. O domínio das Milícias de alguma forma permitiu a queda das taxas de homicídios quase à metade até o ano de 1998, momento no qual começou a penetração dos grupos de paramilitares³ na cidade, cujos objetivos primordiais eram o extermínio das Milícias Populares del Valle de Aburrá –MPV– e a luta pelo controle territorial e pelas redes de microtráfico de drogas. Assim, a taxa de homicídios não subiu ao mesmo nível que a apresentada em 1991, mas começou a oscilar entre 150 e 180 a cada 100 mil habitantes durante os anos de 1998 e 2002, período de consolidação paramilitar na cidade. Nos anos seguintes, as taxas de homicídios sofreram uma queda significativa ao chegar a 35 a cada 100 mil habitantes; aliás, entre 2008 e 2011 a taxa foi crescendo até aumentar para quase 100. Na atualidade, há uma recomposição dos grupos armados na cidade

² As Milícias Populares foram exércitos que se constituíram para a defesa das comunidades populares da cidade de Medellín. Tinham, em grande parte, influência das guerrilhas das Farc e do Ejército de Liberación Nacional (ELN).

³ O paramilitarismo na Colômbia se formou como um exército de “autodefesa” em contraposição às guerrilhas colombianas, isto é, como “um corpo de combate paralelo às Forças Militares em algum grau de convivência com agentes do Estado”. Ver *El Conflicto Callejón con Salida. Informe Nacional de Desarrollo Humano para Colombia – 2003*. PNUD

e se apresenta um protagonismo de novas organizações criminais associadas ao controle territorial com fins econômicos, nas que se inclui o mercado de drogas ilícitas, rendas econômicas e venda de serviços, principalmente de segurança privada.

O bairro de Moravia tem sido uma das áreas periféricas da cidade de Medellín que tem convivido, desde seu surgimento, com expressões violentas, acompanhadas pela negação dos direitos econômicos e sociais, altos níveis de exclusão social e precariedade nas formas de habitação. Todos os atores armados mencionados acima têm dominado seu território em algum momento de sua história, possibilidade facilitada ainda mais pela permanente relação de tensão entre a população e o Estado como aquele que garante seus direitos. As dinâmicas de violência, criminalidade, insegurança e homicídios que se vivem em Medellín durante as últimas décadas se expressam no bairro de Moravia com alta intensidade, exigindo da população a criação de mecanismos sociais para a melhora das relações de coexistência social.

Nesse sentido, além da violência exercida pelas organizações armadas no bairro de Moravia, as organizações econômicas e sociais também desenvolvem práticas de regulação social dessa mesma violência, baseadas no uso da força como elemento integrador das pessoas. Por exemplo, as estratégias de regulação se deram em relação aos distintos períodos de expressão da violência armada urbana. Na década de 1980, vizinhos se organizaram para se mobilizar em torno da instalação de equipamentos comunitários que serviram de base para a formação de grupos de segurança comunitária e de defesa dos grupos armados a serviço do narcotráfico (IPC, 1998). Na década de 1990, e principalmente com o processo de desmobilização das Milicias Populares del Valle de Aburrá –MPVA–, foram predominantes organizações e espaços comunitários de resolução de conflitos que, além de mediar os derivados da vida cotidiana da população, intervieram em conflitos entre organizações armadas, adiantando pacto e acordos, assim como efetivaram a mediação entre os atores armados e o governo local para a contenção da violência.

Este trabalho busca, então, analisar a violência urbana e sua regulação como forma de poder e organização social, permitindo a construção de sentidos e práticas constitutivas de uma “outra ordem social” no bairro de Moravia, da cidade de Medellín, Colômbia, instituídos nos últimos 20 anos. Precisa-se, então, dar conta das práticas

exercidas pelos distintos atores sociais — armados e não armados — na regulação da violência e expressar a correspondência entre essas práticas e os significados que possibilitam a formação dessas outras ordens sociais. O centro é a regulação como mecanismo de variação da violência armada urbana, o que implica responder às perguntas: são a violência e a sua regulação uma forma de ordenar a vida social em bairros da periferia de Medellín? Nesse sentido, quais são as relações de poder que se desenvolvem e os significados em destaque que os atores dão à violência e à ordem social?

Organização do texto

A tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro, *Referencial teórico-metodológico*, aborda: a questão da ordem, como porta de entrada para analisar a violência na Colômbia desde o conflito armado nacional; a violência urbana; e, por último, a questão da regulação desde a perspectiva teórica — tomada principalmente pela proposta de Boaventura de Sousa Santos (1986, 2006) — e, particularizando no contexto da Colômbia, como o tema da regulação é tratado no âmbito dos estudos sobre esse tipo de prática. Das concepções teóricas se desprendem as trajetórias metodológicas utilizadas para se chegar à delimitação do campo de estudo e às técnicas de coleta das informações.

O segundo capítulo, *Tendências e variações da violência armada urbana em Medellín*, dá conta da dinâmica que nos últimos anos tem marcado a vida urbana desde a expressão da violência. Nesse sentido, contém uma análise da participação dos atores violentos mais determinantes neste percurso histórico da cidade de Medellín. Esta contextualização me ajudou a mostrar como a relação da cidade como globalidade do conflito armado urbano é determinante no processo de variação também da violência urbana no bairro de Moravia.

O terceiro capítulo, *Relacionamentos de poder e eixos de regulação da violência armada urbana nas organizações armadas*, apresenta uma análise destes itens. Contém uma descrição da dinâmica dos atores armados em distintos períodos no bairro de Moravia, o seu posicionamento e formas de variação. Também há a

perspectiva dos atores armados sobre o uso da violência na regulação da vida social, assim como as significações que eles dão frente à questão da ordem e sua relação com a participação em processos de violência coletiva. Tem-se, como referente, as diferenças e similitudes das dinâmicas estabelecidas entre um e outro como forma de operar dentro de um espaço de controle e poder, como é o caso de Moravia.

O quarto capítulo intitula-se *Relacionamento de poder e eixos de regulação da violência armada urbana desde os agentes econômicos existentes no bairro de Moravia*. Aborda os mecanismos utilizados na regulação da violência: acordos, transações e apoio às atividades armadas orientadas à regulação da violência. O papel dos agentes econômicos nos processos de regulação da violência é importante, na medida em que os problemas de segurança sobre os bens materiais recaem com mais força nesse tipo de agente, que cria mecanismos de regulação para a proteção dos bens. O poder dos agentes econômicos na regulação da violência urbana reside também no ideal de progresso que se instalou na comunidade no transcurso de sua formação como bairro.

O quinto capítulo chama-se *Relacionamento e eixos de poder dos atores das organizações sociais não armadas nos processos de regulação*. Mostra uma análise do percurso das organizações e suas formas de interação a respeito das dinâmicas violentas que o bairro de Moravia tem vivenciado nos últimos anos. Contém uma caracterização dos processos do agir coletivo que implicaram estratégias de regulação comunitária da violência armada urbana e que modificaram essa dinâmica violenta. Além disso, aborda as significações da violência e da ordem social como formas de relacionamento no bairro e as possibilidades de se manter como um dos setores da periferia da cidade com menor índice de homicídios.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO. ORDEM, VIOLÊNCIA E REGULAÇÃO COMO MARCOS RELACIONAIS PARA A ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA EM MEDELLÍN

1.1. Categorias de análises

O ponto de partida é a regulação da violência armada urbana como princípio de organização social, especificamente a regulação feita por atores distintos da instituição pública estatal — destacando as *outras regulações* que possibilitam a formação de ordens sociais alternativas à estatal, configuradas no centro da violência urbana como prática, como interação social coletiva que se produz no âmbito da vida dos setores da periferia na cidade.

“A violência como uso da força ou ameaça de usá-la” (FELTRAN, 2011, p. 15) é utilizada para mostrar a violência como ato e desatá-la do imperativo moral para focar nas formas de relação que produz. No caso de Moravia (e da história da cidade de Medellín), a *violência armada urbana*, como a primeira categoria, tem atravessado o percurso da história na configuração social, umas vezes como luta, outras como resistência. Esse trajeto da violência foi feito na vida social e coletiva da formação de Moravia como bairro, como forma de pertencer ao conjunto da cidade e de criar mínimas condições de existência num contexto de exclusão social da qual esse bairro não foi a exceção e, pelo contrário, tem sido a sua expressão. A história social de Moravia é ligada fundamentalmente à violência urbana, no sentido de que a defesa pelo seu território, tanto na luta com o estado local quanto na diversidade de violência armada produzida pelo conflito urbano da cidade e da Colômbia em geral, motivou a aparição de significados e práticas coletivas de organização social. Então, a *violência armada urbana* vira aqui um processo de interação social, que, no caso de Moravia, vê-se em duas esferas: uma da relação da violência da cidade e a outra da esfera da cotidianidade na qual as pessoas se tem relacionado em Moravia.

As *outras regulações* aparecem como a segunda categoria de análise no sentido de que ela expressa a forma em que os próprios atores armados em interação com outros — atores armados ou não — têm gerado mecanismos que dão continuidade à violência em Moravia, mas como uma possibilidade de organização social, que vai além do poder militar e do exercício do poder armado na contenda pelo controle do território. Também essa *outra regulação* é diferenciada da regulação estatal, não no sentido de oposição, comparação ou emulação, e sim de uma própria governamentalidade (FOUCAULT, 2006, p. 402)⁴ que propicia mecanismos internos de regulação social e que inclusive não limita a sua coexistência com a regulação estatal.

As duas categorias abordadas em conjunto, a *violência armada urbana* e a sua *outra regulação*, aparecem pelo interesse de compreender o porquê da recorrência das práticas da violência urbana na cidade de Medellín, principalmente nos setores da periferia urbana. O caso de Moravia é relevante na medida em que, como já dito antes, a violência marcou a sua trajetória histórica — não como caso único na cidade, mas, sim, como caso relevante para mostrar as continuidades e descontinuidades da violência armada urbana produzidas pelos distintos atores armados e as suas interações sociais de autorregulação. Assim, das práticas de *autorregulação* pode-se dizer que são próprias da relação violenta, que possibilita, de certo modo, a constituição de uma outra ordem social, por conta das formas de organização social que ela comporta. Como disse Feltran:

[...] a fabricação cotidiana da ordem, moralidade e lei estão inscritas na plausibilidade com que palavras, com sentidos específicos, podem nomear *determinados* sujeitos, mercados e territórios, clivando-os valorativamente. (2014, p. 303)

⁴ Falando da população e das suas características, Foucault delimita a relação com a governamentalidade e insiste que há uma naturalidade intrínseca. Assim, “[...] A característica específica da população é que entre cada um dos indivíduos e todos os demais se produz toda uma série de interações, de efeitos circulares, de efeitos de difusão que permitem, entre cada um e o resto, a existência de um vínculo o qual não é o constituído e promovido pelo Estado, mas, sim, por um vínculo espontâneo. (...) E por isso, se a população está efetivamente dotada dessa naturalidade, essa espessura e esses mecanismos internos de regulação, o Estado deverá se fazer cargo, não tanto dos indivíduos que é preciso submeter, e sim submeter a uma nova regulamentação” (FOUCAULT, 2006, p. 403).

Conforme Charles Tilly (2007) e suas modalidades de violência coletiva, assim como as suas formas de variação, este trabalho pretende mostrar como, a partir da interação social, a violência potencia a sua autonomia, e, portanto, esta não desaparece, mas varia, especialmente num contexto de análises complexo como o da violência urbana em Medellín. Ao não desaparecer, a violência armada urbana é susceptível de ser regulada, mas não como fato desde o ponto de vista jurídico legal, pois a própria autonomia da violência requer também processos autônomos de regulação, que se desprendem da interação social violenta. A regulação opera como mecanismo que possibilita a variação da violência armada urbana, sob a lógica dos processos sociais externos e internos do contexto social em que se desenvolvem, que proporcionam graus de organização e de coordenação entre os atores armados e não armados para agir dentro da dinâmica violenta.

Na análise da *violência urbana* na atual sociedade brasileira, por exemplo, Machado da Silva (2010) discute a violência urbana na forma das compreensões convencionais, assumindo a hipótese enquanto compreende a “sociabilidade violenta” como uma forma de vida difícil de explicar com os modelos atuais:

“As diferentes perspectivas a partir das quais a ciência social vem abordando o tema da ordem pública não levam em consideração justamente o que me parece crucial no debate cotidiano: que está constituído um padrão de sociabilidade, distinto do simples aumento quantitativo das condutas violentas e expressão de uma forma de vida singular e muito complicada para ser apreendida segundo os modelos disponíveis. Nela a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias que a potencializam, deixa de ser um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um *princípio de coordenação* (um “regime de ação”) das práticas. Em outras palavras, no limite, a violência se libera da regulação simbólica, isto é, de sua subordinação às restrições e condicionamentos representados pelos fins materiais ou ideias a que, sob outras circunstâncias, serviria como meio para sua obtenção. Ela se torna um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação. Em suma, como, aliás, sugere o próprio sentido do termo ‘princípio’, ela é sua própria explicação e se autorregula” (SILVA, 2010, p. 286).

Ainda que, para Machado da Silva, os portadores da sociabilidade violenta sejam principalmente os bandos de traficantes responsáveis pelo funcionamento das “bocas” tendencialmente localizadas nos “territórios de pobreza” (SILVA, 2010, p. 286), no caso da cidade de Medellín o que existe é uma confluência de diversos atores na que

se misturam práticas de tráfico de drogas e também atores violentos que demonstram a relação entre o conflito armado nacional, o tráfico de drogas e um conjunto de formas de controle dos territórios por mais outro tipo de interesse de produção de renda. A existência de distintos atores, como será mostrado mais à frente, configura um cenário complexo para a análise da violência armada urbana em Medellín. O conflito de duração longa na Colômbia de alguma forma tem incidido na concreção desses padrões de sociabilidade violenta, que têm marcado o transcurso do uso da violência como interação social, em distintos contextos socioespaciais e de maneira particularizada. Não é a mesma coisa falar da violência no campo rural e falar da violência urbana, pois as manifestações, os interesses e as dinâmicas em cada um desses contextos são diferentes, mas a forma como se dão as expressões do conflito violento numa escala nacional repercute assim na configuração da violência armada urbana.

Assim, é importante assinalar que a relação entre o conflito nacional e o conflito urbano, pelo menos na cidade de Medellín, tem influenciado de alguma forma na instalação significativa da violência como forma de relação social. No caso de Moravia, essa relação tem persistido em seu desenvolvimento histórico, ainda que o predomínio continue sendo da expressão urbana da violência ou de conflito. E é porque o conflito armado na Colômbia tem oferecido múltiplas e diversas interpretações sobre as causas, manifestações e motivações de sua existência, precisamente pela sua complexidade. Não é desconhecido para muitos que o conflito colombiano é um dos mais antigos no mundo, caracterizado por uma alta complexidade social e política que envolve desde problemas estruturais (pobreza, precariedade institucional, crise política) até problemas espontâneos e indeterminados. No último informe sobre o conflito armado na Colômbia⁵, assinalam-se dados extremamente escandalosos, que remetem à ideia de uma sociedade fragmentada e envolvida em relações de violência extrema. A presença de atores com diferentes projetos político-militares (guerrilhas, paramilitares) e de grupos a serviço

⁵ Segundo o informe *¡Basta Ya!*, do Centro Nacional de Memoria Histórica, da Colômbia, têm se produzido 218.094 mortes associadas ao conflito político no período entre 1958 e 2012; aproximadamente 4 milhões de pessoas foram deslocadas do campo; e mais de 25 mil foram vítimas de desaparecimentos forçados, sequestros e outras ações contra a população civil. Ver <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/index.html>.

do mercado das drogas ilícitas, assim como a crise institucional (corrupção e relações de dirigentes políticos com os grupos armados ilegais), faz com que o conflito na Colômbia se expresse de forma irregular, onde as fronteiras entre a violência social e a violência política são mais difíceis de identificar.

A regulação é um mecanismo de gestão da violência armada realizada por distintos atores — armados e não armados, legais ou não — sustentada nas práticas argumentativas sociais e do uso da força. Essa definição em relação à concepção de sociabilidade violenta de Machado da Silva (1990) leva a considerar a violência armada urbana como representação e forma de organização da vida social, o que implica a criação de sentidos coletivos em torno de seu uso como meio que possibilita uma determinada ordem social, que não necessariamente coincide ou entra em competência com a ordem estatalmente estabelecida. Esta ordem, então, contém o elemento de poder como suporte de legitimação da ação armada. Nesse sentido, são aplicados alguns aspectos de Michael Mann (1986) para a análise do poder social. Diz Mann (1986) que, além do poder ideológico, é necessário a posse do poder econômico, político e militar como elementos que constituem a capacidade dos atores na organização da vida social. Em efeito, a relação entre o uso da força como princípio de organização social e a violência como objeto de regulação propiciado pelo domínio que diferentes atores têm das fontes do poder social se converte num dos centros da proposta teórica e metodológica.

1.2. Ordem social e violência: uma relação indissolúvel

Seja por causa do monopólio da força por parte do Estado ou por causa da hegemonia de forças não estatais em contextos socioespaciais determinados, a ordem social e a violência são indissolúveis. Antagônicas, porque o primeiro fator surge como forma e representação de um modo de associação entre os indivíduos e necessita criar e pôr em prática mecanismos de controle da violência (caso Leviatã), até chegar a dizer que onde existe violência é porque não há ordem social ou esta falha. O segundo fator busca, em muitas ocasiões, reverter a ordem existente, para a qual não só põe em

prática estratégias que causam dano aos indivíduos, mas também procura a instauração de outras ordens e o mecanismo da violência que seja o caminho para alcançá-las. Dentro dessa relação, existe um terceiro, fator que determina a possibilidade de sua emergência: o poder, ou melhor, as relações de poder, que, segundo Chantal Mouffe (2012), no marco da discussão sobre a democracia liberal, determinam o caráter hegemônico de determinada ordem da sociedade.

Nesse sentido, ao tratar a ordem social com um caráter universal, limitam-se as possibilidades de conceber uma sociedade democrática, desde a perspectiva de uma democracia pluralista, que contemple o antagonismo e o conflito como parte de sua constituição. Assim, a ordem social não necessariamente contempla relações harmônicas — aliás, está determinada por relações sociais antagônicas e conflitivas. Essa postura deixa ver o caráter não eliminador do poder e o antagonismo na fundamentação de uma sociedade considerada democrática. Com efeito, segundo diz Mouffe (2012), nenhum agente pode se atribuir domínio algum sobre o *fundamento* da sociedade.

Em grande parte, o conflito de duração longa que vive a Colômbia é um exemplo muito claro frente à forma como a ordem estabelecida está em permanente questionamento. A violência produto do conflito entre as guerrilhas, os paramilitares, o Estado e mais outros atores vinculados ao mercado das drogas ilícitas fizeram com que, por mais de 50 anos, a população colombiana reconfigurasse as formas de relação dando resposta à manifestação da violência.

Tal questionamento frente à ordem na Colômbia coloca em evidência o fato de que a sociedade democrática não pode seguir se concebendo como uma sociedade que tem realizado o sonho de uma perfeita harmonia em suas relações sociais. A sociedade colombiana tem se instituído historicamente através do conflito e do antagonismo, pois, como se tem visto, a representação sobre a totalidade em termos da ordem não pode ser atribuída a um ator só, incluindo o estatal, onde a disputa pelo poder e o controle dos territórios tem permanecido em mãos de atores de ideologias e lógicas armadas diferentes. Embora o conflito armado ponha em permanente questão a ordem estabelecida e apesar da existência de permanentes confrontações, as instituições políticas se mantêm de forma estável, o que não quer dizer que a ordem

estatal exerça o poder em todas as regiões do país; pelo contrário, a manifestação mais clara do conflito armado é a territorialização diferenciada do poder, ou seja, atores, diferentes do estatal, que exercem domínio e controle armado em diferentes zonas do país.

Na Colômbia, a violência tem coincidido com os desequilíbrios sociais próprios das regiões com economias bastante dinâmicas, mas com uma distribuição desigual da renda (ECHANDÍA, 1999, p.18). O centro da relação entre a violência proveniente do conflito armado nacional e as manifestações nas regiões desprende-se justamente porque nelas não operam as regras do jogo político que permite neutralizar a ação violenta dos diferentes grupos em disputa, e, portanto, a presença dos atores ilegais não é necessariamente o resultado das condições socioeconômicas da população, mas, sim, das decisões conscientes que os atores organizados da violência assumem pelo adiantamento de suas estratégias (ECHANDÍA, 1999, p. 18).

A violência escapa do controle das instituições, especialmente num Estado frágil como o colombiano (PÉCAUT, 2001, p.10). A violência se expressa através das lógicas estratégicas, fundadas no uso da força e no controle da população que fazem os protagonistas irregulares por se apropriar de todos os meios e recursos de poder (território, economia, etc.); assim, a análise deve se centrar nos atores e suas transações estratégicas orientadas a afetar a dinâmica das confrontações, pois as suas ações estão cada vez menos ligadas às reivindicações sociais e mais dirigidas às ações propriamente militares. Nesse sentido, destaca-se que são as interações estratégicas entre os múltiplos protagonistas da violência as que constituem a expressão da violência generalizada, ao tentar se apropriar, por todos os meios, dos recursos de poder econômico, territorial e político na Colômbia (PÉCAUT, 2001, p. 10).

A visão de uma violência generalizada (PÉCAUT, 2001, p. 13) faz entender que o conflito armado na Colômbia se caracteriza fundamentalmente pela ação dos atores, que utilizam os discursos da violência política para legitimar suas ações armadas. Essa postura especifica que o que existe na Colômbia é uma violência ordinária derivada da delinquência comum e que estatisticamente produz mais homicídios que a violência política. Não obstante, tanto a violência generalizada ou difusa quanto a

violência política são facilmente confundíveis, pois, com a aceleração da violência difusa, agrava-se a situação política, acrescentando intensidade ao conflito.

La expansión del narcotráfico es el punto de partida de la caída de Colombia en una situación de violencia generalizada, con efectos sobre la lucha armada, la crisis institucional, (cuyo indicador es la corrupción), la desorganización del tejido social. Esta expansión no ha producido la aparición de un punto de referencia central de una división, como sería en una guerra civil, pero sí de una amplia desorganización social que favorece toda clase de violencias (PÉCAUT, 2001, p. 13).

Pécaut formula a tese de que, na Colômbia, não existe uma guerra civil, mas, sim, uma guerra contra a sociedade — em primeiro lugar, porque as atividades dos atores armados, principalmente os revolucionários, têm sido amplamente periféricas e não conseguem se converter em motivo de quebra radical das instituições do Estado; e, em segundo, porque as reivindicações dos protagonistas armados estão distantes das reivindicações da população civil. Assim, a confrontação dos diferentes grupos armados está destinada ao controle ideológico inicial do conflito colombiano que se dilui nas múltiplas dimensões da vida social e à irrupção de outros fenômenos de violência que carecem de sentido político (PÉCAUT, 2001, p. 16).

Sobre a estabilidade das instituições, Pécaut (2001) diz que estas não sofrem mudanças profundas e põe como exemplo a economia. Apesar de sua intensidade, a violência não tem limitado por completo todos os mecanismos econômicos e políticos. Então, a pergunta que deve se fazer neste contexto é: de que forma há de se compreender a mistura dos procedimentos amplamente democráticos e de fenômenos como o da violência armada, por sua vez explícitos e difusos? Aqui é que Pécaut (2001), fazendo ênfase na violência generalizada, expõe que a violência tem sido incorporada no conjunto da sociedade como uma modalidade normal e legítima das relações sociais, pois as lutas sociais têm passado mais pelo uso da força que de uma regulação democrática, e o regime não tem os meios nem a vontade — em muitos casos, a pretensão — de resolvê-las. Assim, o que existe é uma precariedade do Estado-nação expressada de diversas maneiras e nos diferentes âmbitos da vida social.

Pécaut (2001) não deixa por fora a análise da relação entre as estruturas sociais e a intensidade da violência para explicar a dinâmica do conflito armado. No entanto, destaca que as causas estruturais estão muito mais ligadas a tensões sociais preexistentes à época da violência, principalmente na década de 1980. Essas tensões servem para explicar a violência desorganizada, aquela que não depende da ação política. Pécaut (2001) distingue três âmbitos de violência. O primeiro é o âmbito da violência política, que, no contexto colombiano, envolve atores como os militares, as guerrilhas e os paramilitares. O segundo âmbito está construído pelo mercado das drogas ilícitas. E o terceiro é o âmbito das tensões sociais, como se disse antes. Aliás, essa distinção não exige a permanente relação, pois todos os protagonistas intervêm de uma ou outra forma em cada um deles. O centro da análise, então, está no campo das interações estratégicas dos atores envolvidos.

Conforme Pécaut (2001), a violência generalizada tem se configurado na Colômbia com certa autonomia, localizada nos distintos territórios onde os atores armados têm domínio. A noção de violência generalizada termina por se destacar nas explicações de Pécaut (2001) sobre a violência na Colômbia, porque seu interesse é mostrar como a violência se configura como um processo banal das relações sociais e políticas, que possibilitam oportunidades, permitem acomodamentos e têm normas e atos de regulação segundo o ator protagonista. Essa trivialidade deve-se, além do perfil dos protagonistas, ao fato de que a violência pode coexistir com o regime político estabelecido sem gerar transformações profundas nas estruturas da sociedade; ou seja, “a violência se expressa através das interações que não aparecem como ruptura total das instituições habituais nem dão origem a novas representações ou novos imaginários” (PÉCAUT, 2001, p. 197).

O problema da preeminência da violência como uma forma de interação vista como normal nas relações sociais do contexto colombiano tem a ver precisamente com a forma difusa que se dá na fronteira entre a violência política e a violência generalizada, ou entre a violência organizada e a desorganizada. Para Pécaut (2001), é bastante difusa tal delimitação, pois os atores armados traçam como meio e como fim o controle dos polos de produção econômica do país, a qual não reside só no mercado das drogas ilícitas, mas, sim, de muitas outras matérias-primas produzidas principalmente

nas áreas rurais da Colômbia. O resultado de tudo isso é a fragmentação dos territórios segundo a dominação de um ou outro ator protagonista, inclusive muitas populações têm adquirido certa identidade de uns dos bandos. Contudo, persiste uma visão da violência não como uma guerra ou catástrofe, mas, sim, como um processo banal que oferece oportunidades, acomodatamentos e tem normas e regulações da vida social. A diversidade das trajetórias mostra que o caráter prosaico da violência vem acompanhado de certa circulação dos indivíduos entre os múltiplos campos da atividade legal, paralegal e de corrupção no caso das elites (PÉCAUT, 2001, p. 197).

A maioria das interpretações sobre o conflito armado na Colômbia sustenta que a causa principal é a debilidade do regime das instituições do Estado de garantir a ordem social. Ainda assim, não é possível falar de uma soberania dividida na Colômbia ou de um Estado dentro de um Estado (PIZARRO, 1996, p. 64). Essa postura afirma que, apesar de atores armados (guerrilhas, paramilitares) assumirem o papel do Estado em alguns territórios — isto é, de cobrança de impostos, garantia de segurança e proteção ou gestão de justiça —, não é possível falar de uma soberania dividida. O que acontece é que se está ante um tipo de “soberania positiva”, quer dizer, aquela entendida como uma habilidade demonstrada de autogoverno dentro de seu respectivo território. Ainda assim, os grupos armados não são entidades políticas perto de um reconhecimento internacional; não cumprem requisitos como: reconhecimento diplomático, controle territorial, controle da população, capacidade de recursos ou número de homens armados em proporção com os recursos e o poder do Estado (PIZARRO, 1996, p. 64).

Fora da análise da debilidade institucional como a causa para a existência do conflito armado nacional, outros preferem se instalar no campo das relações de poder para explicar os determinantes da duração ou dilatação do conflito. Certas estruturas de classe e ajustes institucionais contribuem para a perpetuação da violência durante longos períodos. Nesse caso, a violência mobiliza o sistema social através da “interação dinâmica entre o equilíbrio de forças” (estrutura) e dos objetivos e estratégias dos atores (agência) (RIMANCHI, 2003, p. 24)⁶.

⁶ Por *sistema de guerra*, entende-se um conjunto de unidades ou componentes relacionados entre si por suas características ou qualidades comuns. O padrão de interação entre as unidades constitui o fio

O sistema de guerra na Colômbia está determinado por três condições. A primeira é o fracasso das instituições, dos canais e dos mecanismos políticos prevaletentes para mediar ou tramitar os conflitos entre os grupos sociais antagônicos ou em conflito. A segunda condição é o nível de sucesso dos atores protagonistas das guerras, que têm uma capacidade efetiva de se adaptar ao conflito mediante o estabelecimento de uma “economia política positiva”, referida basicamente à sua capacidade de acumulação de recursos ou ativos políticos e econômicos que fazem da guerra uma das opções disponíveis para o mantimento do poder. A terceira é um equilíbrio de forças entre os grupos em conflito e como os atores têm que lidar com a correlação de força entre eles (RIMANCHI, 2003, p. 25).

Guerra contrainsurgente é usada por Gutiérrez Sanín (2010) para definir um período de guerra que tem vivido a Colômbia desde 1960, ainda diferenciando dois períodos: um, o da criação das guerrilhas de inspiração marxista (1960); e um segundo momento, posterior a 1970, no qual a Colômbia se envolve no adiantamento de uma guerra civil prolongada, caracterizada pela confluência de atores armados distintos à contrainsurgência, assinalando, assim, um grau alto de complexidade. As origens e persistência do conflito armado são o caminho usado por Gutiérrez (2010) para explicar, a partir desses dois grandes blocos, a continuidade do conflito. Dessa forma, aponta, por exemplo, que, dentro das origens, encontram-se problemas estruturais, como a herança da época da violência, a desigualdade agrária, as exclusões dos camponeses, as dinâmicas centrífugas e bloqueadoras do sistema político, a reabertura da provisão privada da segurança, a articulação dos atores armados legais e ilegais dentro do sistema político (GUTIÉRREZ, 2010, p. 2). É a conjunção de vários fatores que sustenta a permanência da guerra civil, e, em concordância com essa perspectiva, a ordem na Colômbia está em permanente desconstrução pelas contínuas disputas e complexidade de atores legais e ilegais no desenvolvimento do sistema político.

que os une numa relação sistêmica, de forma tal que um sistema é um conjunto de unidades que interagem. Num sistema de guerra, o fio comum entre os atores é o exercício que estes fazem da violência, e esta atividade os une numa relação sistêmica que, por sua vez, conforma a sua própria dinâmica (RIMANCHI, 2003, p. 24).

Um dos problemas mais destacados nesse sentido, e que aparece em quase todas as explicações do conflito na Colômbia, é que, ao lado da debilidade institucional do regime político, aparece o fator da prestação privada da segurança, ou melhor, a proteção privada para um conjunto da população para o qual a presença do Estado é quase inexistente. A manifestação da violência armada também é produto da precariedade estatal, segundo a maioria dessas explicações, e portanto é considerada como desordem.

Não obstante, e retomando as explicações de María Teresa Uribe (2002), as explicações desde a perspectiva ordem-desordem deixam de lado precisamente o reconhecimento dessas “outras” ordens alternativas e de seus agentes, que são aqueles que estão por fora da racionalidade da ordem estatal e que, na realidade, estão se debatendo em meio à turbulência e ao conflito. A *outredade* representadas pelos que estão por fora da ordem estabelecida servem para evidenciar quais são seus referentes de ação, que incluem referentes violentos, “porque lo que desde el orden convencional se considera válido no lo es para ellos y como se articularían sus demandas de inclusión y reconocimiento si es que alguna vez es posible establecer formas de integración y cooperación efectiva” (URIBE, 2002, p. 12).

A análise anterior relaciona-se com a exposição que faz Mouffe (2012) sobre o caráter da política democrática. O caráter democrático de uma sociedade só pode vir através do fato de que nenhum ator social limitado pode se atribuir a representação da totalidade (MOUFFE, 2012, p. 39). A principal questão da política democrática não se sustenta, então, em como eliminar o poder, mas, sim, em como constituir formas de poder que sejam compatíveis com os valores democráticos. Uma sociedade bem ordenada, tal e como a propõe a perspectiva liberal, exclui o elemento de poder do que é seu eixo constitutivo — a política —, proporcionando, por sua vez, a possibilidade de estabelecer uma fundamentação universal da ordem social, o que implica negar a influência do antagonismo, dos conflitos e das relações de força na constituição de um tipo de democracia pluralista, que finalmente comporia a forma política de organização da sociedade.

O liberalismo político sustenta, em grande medida, a motivação em benefício racional como aquele fator que impulsiona os atores políticos e no qual o que prevalece é a

competência pelo interesse individual nas sociedades. Para Mouffe (2012), essa questão apaga o campo do político e o reduz a um só campo de interesses em competência, enquanto a dimensão racional determina os atos políticos. Assim, o liberalismo político requer, de uma sociedade bem ordenada, que o antagonismo, a violência e a repressão desapareçam sob o marco de um acordo racional de justiça. Quando um ponto de vista permanece excluído, a dita exclusão é uma condição do exercício da razão; por conseguinte, as fronteiras entre o que é legítimo e o que não o é aparecem como independentes das relações de poder. Graças ao jogo de mãos, a racionalidade e a moralidade proporcionam a chave para resolver o “paradoxo do liberalismo”, isto é, como eliminar seus adversários e continuar sendo, ao mesmo tempo, neutro (MOUFFE, 2012, p. 47).

As “sociedades humanas sempre contêm as tensões que os fazem vulneráveis à dissolução” (WRONG, 2003, p. 32). O que é que mantêm unidas as sociedades? O que explica a coesão social? São perguntas que faz Deniss Wrong (2003) ao assinalar que um dos problemas na ambiguidade da definição da ordem social é precisamente a sua relação com o conceito da própria estrutura social, no sentido de que esta última pode ser designada para se referir a qualquer fenômeno da dimensão da sociedade, o que lhe tem inserido um caráter abstrato e por sua vez ambíguo na sua definição. Em teoria social, o problema da ordem social tem sido abordado por teóricos que têm pensado a sociedade desde a perspectiva da estrutura, como é o caso de Parsons — que a usa como base da sociedade — e Hobbes — como o primeiro pensador que formula a ordem social ao descrever o estado de natureza como condição humana caracterizada pelo conflito universal entre os seres humanos (WRONG, 2003, p. 33).

O mesmo Wrong (2003) diz que a ordem e a desordem não podem se ver como uma polaridade, mas, sim, como um contínuo que implica a existência de um e outro como opostos. Nem sempre as instituições próprias da organização social para regular as relações sociais podem chegar a todos os espaços nem evitar questões de violência em todas as interações sociais. Além disso, nem todos os indivíduos agem em função de um mesmo marco normativo, apesar de que a pretensão normativa de uma sociedade seja a de homogeneizar em termos jurídico-políticos o conjunto da população. Concordo com esta postura. Porém, e seguindo a proposta de Mouffe

(2012), o problema se sustenta na continuidade de uma relação de poder que exclui outras formas de existência política e que recusa o caráter conflitivo da sociedade. A ordem social geral determina uma sociedade em concreto, mas isso não impossibilita que surjam outras ordens sociais, que não necessariamente substituem essa ordem social geral. É um assunto de coexistência de ordens que pode questionar a legitimidade da ordem social maior, ainda que a sua pretensão não seja incidir num processo de transformação desse marco geral de ordenação.

“A organização da vida social se produz através de inúmeras disputas e conflitos com vários graus de intensidade” e esses conflitos são percebidos e avaliados de forma variável pelos atores capazes de interpretar as suas ações (SILVA, 2014, p. 27). A violência apareceria, assim, como um “atributo moral negativo aplicado” (p. 27) no marco das discussões sobre a formação da ordem social, isto é, o uso da força em determinados processos de conformação da ordem social. Essa postura remete à ideia de que não é possível conceber a vida social sem a presença de conflitos e, de forma específica, que é a partir dos mesmos que se originam formas de organização da vida social. A violência, como expressão dessas disputas e o uso da força como seu conteúdo essencial, converte-se, assim, em elemento que pode determinar a configuração da organização social, dependendo do grau de valoração e de percepção que os atores e grupos envolvidos tenham sobre a sua aplicação prática na vida social.

Os conflitos se apresentam precisamente porque o que está em disputa, em debate, é a noção de ordem social defendida por atores sociais e em contextos historicamente determinados. Segundo Machado da Silva (2014), mais além de uma forma de organização das relações sociais, a ordem social é a expressão de eventuais disputas quanto à adequação do mandato emitido pela autoridade que “ordena”. Adequação esta que se dá em relação tanto à rejeição quanto à aceitação da mesma ordem — ou, em muitos casos, a combinação entre as distintas alternativas, que se produzem de forma aleatória, quer dizer, “as valorações práticas que validam ou não a autoridade são ordenadas, sem a possibilidade de trocas — e é precisamente o que dá o caráter de historicidade à produção da ordem social” (SILVA, 2014, p. 27). Diz Machado (2014) que, sob esta perspectiva, é importante pensar em que medida a

produção da ordem social combina o elemento de poder, o qual define como a capacidade de imposição do cumprimento de um mandato, e o elemento de convencimento moral, com respeito à aprovação ou rejeição da autoridade responsável pelo mandato.

A noção de ordem social remete a um *tópico* do debate coletivo, o qual orienta a intervenção institucional sobre a prática e, ao mesmo tempo, constrói as referências de sentido para a ação de pessoas e grupos. Dessa maneira, ela pode ser caracterizada por uma noção processual, que se interessa mais pelos resultados da ação do que por suas causas (SILVA, 2014, p. 27).

A construção da linguagem da violência opera na formação da ordem social, seja como uma forma de reivindicar uma ação institucionalmente estabelecida, seja para a disputa na formação da implantação de determinada ordem social, no que se incluem atores institucionais ou não institucionais.

O poder é constitutivo da ordem social e é o que está em disputa. Uma das características do conflito armado na Colômbia é a capacidade dos atores armados, sejam estes insurgentes ou contrainsurgentes, de dominar certos territórios onde o Estado como poder central perde a legitimidade ou a sua capacidade de ação. A dominação está dada pelo oferecimento de segurança e de justiça que os grupos armados têm nas diferentes regiões do país. Aguilar (2000) mostra que, no caso dos grupos guerrilheiros, por exemplo, as práticas de justiça são tão importantes como os outros meios de finança econômica que possibilitam a sua expansão; ou tão importantes como a derivada dos processos de deslegitimação do Estado, que não consegue resolver todos os problemas de ordem econômica e social. Outro exemplo é o caso do paramilitarismo, cuja ênfase no controle dos territórios está dotada fundamentalmente pela sua capacidade de controlar e limitar a pequena criminalidade, no sentido de um desdobramento aberto de governabilidade.

El paramilitarismo temprano aparece como una fuerza punitiva, fundamentalmente de los ganaderos y narcotraficantes, pero pronto sus gestores descubrieron que necesitaban gobernar, lo que implicó el establecimiento de nuevos mecanismos para controlar la población (GUTIÉRREZ y BARÓN, 2006).

O anterior sugere a relação com a definição que faz Michael Mann (1986) sobre o poder. Os indivíduos não necessariamente organizam-se com base numa estrutura só da sociedade, mas, sim, fazem com que ela obedeça a fontes de poder organizadas em distintas redes de organização social. Segundo Mann (1998), as sociedades estão constituídas por redes de estruturação — como a cultura, a economia e o Estado —, porém quase nunca coincidem para formar uma totalidade social determinada de modo absoluto por um ou outro fator. Para Mann (1998), as sociedades não são unitárias, e, em tal caso, os indivíduos não se veem necessariamente constrangidos pela estrutura social como um todo, mas sua atuação obedece a diferentes formas de relacionamento no marco das relações de poder. Entende-se, então, que as sociedades são mais que totalidades, “múltiplas redes de poder, superpostas e intersectas” que se formam a partir de quatro fontes de poder: ideológicas, econômicas, militares e políticas (IEMP)⁷. São redes superpostas de interação social, e não dimensões nem níveis, no caso das sociedades como sistemas; e são “meios institucionais de alcançar objetivos humanos” (MANN, 1986, p. 15). Sua primazia não procede da intensidade dos desejos humanos de satisfação ideológica, econômica, militar ou política, mas, sim, dos meios de organização concretos que possuía cada uma para alcançar os objetivos humanos, quaisquer que sejam (MANN, 1986, p. 15).

⁷ As quatro fontes do poder social são: i) poder ideológico, referido aos significados, às normas e às práticas estéticas e rituais que estão monopolizados por um grupo distintivo e que por sua vez têm um considerável poder intensivo e extensivo. Tem como características fundamentais a transcendência socioespacial e a imanência moral que incide na intensificação e na confiança do poder de um grupo já estabelecido; ii) poder econômico, que “se deriva da satisfação das necessidades de subsistência mediante a organização social da extração, a transformação, a distribuição e o consumo dos objetos da natureza. A uma agrupação formada em torno dessas tarefas se denomina classe, e, em consequência, nesta obra, é um conceito puramente econômico. Normalmente, as relações econômicas de produção, distribuição, intercâmbio e consumo combinam um alto grau de poder intensivo e extensivo e têm constituído uma grande parte do desenvolvimento social [...] quem pode monopolizar o processo ou partes do processo econômico, ou seja, a classe dominante, pode obter o poder geral coletivo e distributivo nas sociedades” (MANN, 1986, p. 45); iii) poder militar, que “[...] se deriva da necessidade de uma defesa física organizada e de sua utilidade para a agressão. Tem aspectos tanto intensivos como extensivos, pois afeta questões de vida e morte, assim como a organização da defesa e do ataque em grandes espaços geográficos e sociais. Quem o monopoliza, no caso as elites militares, pode obter o poder coletivo e distributivo. [...] o poder militar é essencialmente coercitivo, mobiliza a violência, o instrumento mais concentrado, o mais contundente do poder humano; e iv) poder político que “se deriva da utilidade de uma regulação centralizada, institucionalizada e territorial de muitos aspectos das relações sociais” (MANN, 1986, p. 48).

A ideia de poder proposta por Mann (1986) cria um marco que acolhe as ações que diferentes atores desenvolvem pelo controle de um espaço em concreto, o que indica que os atores por fora do Estado podem, utilizando as fontes de poder, alcançar níveis de governabilidade; e, no caso específico da violência armada urbana, comporta-se como o principal elemento de controle para atingir esse objetivo. Ainda que Mann (1986) não se ocupe dos objetivos ou das motivações iniciais dos atores para realizar uma história do poder, no caso do controle da violência encontra-se mais que pertinente a sua aplicação no sentido de violência entendida como uma relação que altera a vida social, que converte-se no centro dos processos de governabilidade, seja como meio para conseguir relações de dominação, seja como justificativa para a reivindicação das lutas sociais.

Com este enfoque, Mann (1986) centra um modelo de análise nas relações de poder, mas também na forma como elas se concretizam no âmbito socioespacial e nas formas de organização, o que introduz a necessidade de situar os problemas de controle, logística e comunicação como elementos constitutivos das redes de poder. Nesse sentido, a análise das redes de organização do poder versa na identificação “da capacidade para organizar e controlar pessoas, materiais e territórios, e o desenvolvimento dessa capacidade ao longo da história” (MANN, 1986, p. 16). A capacidade de controle social e o poder de organização socioespacial se derivam fundamentalmente das quatro fontes do poder social porque elas oferecem os meios possíveis para alcançá-lo.

Outra perspectiva da ordem social é dada por Charles Tilly (1991), que considera que a noção da ordem tem sido analisada desde um modelo de integração/diferenciação para destacar a legitimidade da ação social. A base das análises da mudança social tem estado sobre os postulados de diferenciação *versus* integração caindo num aspecto tautológico das análises.

O fato é que o estado em que se encontra a ordem social depende do equilíbrio entre processos de diferenciação e processos de integração ou controle, e que a diferenciação rápida e excessiva produz desordem. A diferenciação pode adotar a forma de industrialização, urbanização, imigração de pessoas desde outras culturas ou qualquer outro tipo de câmbios. Em essência, qualquer mudança aumenta a diversidade de

formas sociais que apresentam conexões duradoras entre elas e sua diferenciação (TILLY, 1991, p. 70).

Por enquanto, a integração (controle social, hegemonia e solidariedade nas diferentes versões da teoria) pode se produzir pela repressão, a socialização, a obrigação mútua do consenso (TILLY, 1991, p. 70). Segundo essa perspectiva, a desordem pode adotar a forma de crime, guerra, perturbação emocional, rebelião, alienação, instabilidade familiar ou violência. No caso da ordem, apresenta-se de forma dicotômica a questão da desordem, ou seja, simplesmente como ausência de desordem. Sob este esquema, a base da ordem é a integração; quanto maior é a integração, há mais ordem na sociedade, e, por isso, expõem-se os fatores de repressão social. A base da desordem é o grande processo de diferenciação social; a maior diferenciação social é o grau de desordem na sociedade.

Destaca Tilly (1991), com respeito a esse modelo de diferenciação-integração-desordem, que é a sua reformulação, orientada na ação coletiva como base da mudança social. Quer dizer que, no caso da violência coletiva, por exemplo, as rebeliões e outras formas de ação que promovem a mudança são o resultado não tanto de processos de desintegração, mas, sim — e pelo contrário —, de processos de solidariedade, sob os quais a ação estaria dada mais pela busca racional de interesses partilhados (TILLY, 1991). De fato, todos os processos de mudança social, de conflito, dão-se como parte da vida política, e Tilly (1991) demarca esses processos citando Eckstein denomina processo de “contingência” e “inerência”. Na contingência, o argumento central é de que as pessoas se atacam umas às outras por uma discrepância entre as suas expectativas e as suas experiências; a inerência, portanto, faz ver a ação coletiva como própria dos processos políticos. Ao final, resume Tilly (1991):

Um argumento sobre a contingência define o conflito como o resultado de um certo tipo de integração — pelo menos dentro de cada uma das partes em conflito — e, portanto, dificulta ainda mais a possibilidade de argumentar que o desarraigo, a dissolução de controles ou a desorganização individual tenha a ver com a questão (p. 73).

Outro dos problemas que assinala Tilly (1991), com respeito à mudança, à tensão e à desordem, é a equivalência de todas as formas de desordem. Quer dizer, distintas

ações que aumentam o processo de diferenciação necessariamente derivam em desordens sociais. Neste “postulado pernicioso”, todas aquelas manifestações como o crime, a violência, a instabilidade familiar, os movimentos sociais e outras formas de comportamento são identificados como desordem, desorganização e inadaptação a certas estruturas sociais. Essa equação só faz reforçar ou ampliar o modelo de análise de diferenciação *versus* integração, em que as distintas tensões pelas mudanças estruturais são vistas sempre como desordem (TILLY, 1991, p. 78).

Os “postulados perniciosos” têm aprofundado e marcado a separação entre o mundo da ordem e o mundo da desordem. Essa dicotomia tem propiciado que, no marco das ações violentas, por exemplo, dê-se uma distinção antagônica a forças legítimas e a ilegítimas. Nas forças legítimas, o conflito pela coerção e expropriação é considerado como legítimo, e este se expressa na guerra, no controle das massas, na pena capital, na prisão, nos impostos, no embargo de terras, etc. Essas ações (e suas explicações) derivam-se de processos de integração e controle. De modo contrário, existem as forças ilegítimas, nas quais o conflito pela coerção e expropriação é considerado ilegítimo, caracterizado principalmente por assaltos, tumultos defensivos, roubos, fraude, etc. Esses são o resultado de processos de mudança e de desordem. Essa separação entre as forças legítimas e as ilegítimas é impraticável, pois os atos são independentes da posição política das pessoas que as realizam; esses atos e sua determinação dependem dos valores das pessoas que as cometem.

No âmbito da política, a distinção entre usos ilegítimos e usos legítimos da força é absolutamente crucial. Não nego a sua necessidade política — (...) embora, a distinção radical não deveria ter entrado a formar parte do âmbito da explicação sistemática. Resulta tanto impraticável como enganosa. A distinção é impraticável porque ações praticamente idênticas caem em ambos lados da linha da separação, e unicamente os separa um juízo político. A distinção entre a força ilegítima e legítima é enganosa porque reforça a ideia da luta entre diferenciação e integração e porque separa fenômenos que têm muito em comum e que surgem a partir de condições semelhantes (TILLY, 1991, p. 77).

A ação coletiva nos processos de mudança social se expressa de diversas formas, como violências coletivas, protestos, e são próprias da vida política. Ao analisar segundo as dicotomias diferenciação *versus* integração e ordem *versus* desordem, restam-lhe possibilidades para a explicação da solidariedade como base para a ação coletiva. Na análise da violência coletiva, os processos de contingência que alteram

certas conexões duradouras são o centro da explicação, e não são a violência ou outras formas de ação coletiva vistas como o resultado de falhas em certas estruturas sociais. A contingência é própria da vida política e da disputa pelo poder.

A impraticabilidade da distinção entre ações ilegítimas e legítimas deixa de lado a análise da ação coletiva em si mesma e se desvia da análise sobre a efetividade de certas estruturas sociais e, portanto, da reafirmação da diferenciação-integração-desordem. A análise não é o legítimo *versus* ilegítimo, mas, sim, a ação coletiva como fato, e, no caso das ações consideradas violentas, devem-se explicar em concordância com os valores das pessoas envolvidas nos processos. O legítimo e ilegítimo no uso da força está determinado pelos valores dos atores que a exercem, sem esquecer que é a autoridade constituída, num determinado espaço-tempo, quem teria o poder de exercer a legitimidade (TILLY, 1991, p. 77).

1.3. A violência e a violência urbana

Como dito acima, assumiu-se a noção de *violência* simplesmente como o uso da força ou ameaça de usá-la (FELTRAN, 2011, p. 15), entre outras coisas, porque é indiscutível o caráter polissêmico da violência vista desde diferentes esferas ou porque esta se encontra no campo da representação social — e, como tal, a sua operabilidade analítica é complicada. A “violência” é uma categoria nativa que obedece a representações de práticas muito variadas, interações e conflitos sociais muito complexos nos quais está inserido o uso da força para obter poder numa relação social (MISSE, 2008, p. 373). A violência, diz Hannah Arendt, é a mais flagrante manifestação de poder (ARENDT, 2006, p. 48).

Há duas coisas a destacar na análise da violência como poder. Uma é a violência como prática que se inscreve na interação social e que contém processos e mecanismos relacionais conducentes à sua variação (TILLY, 2003, p.21). O poder é concebido também como uma relação social na qual os indivíduos e os grupos se organizam não em função de estruturas, mas, sim, de redes de poder, para os quais as fontes de poder são necessárias (MANN, 1986, 19.). Nesse sentido, dizer que uma

prática é violenta ou não depende, além da representação, das relações de poder que se materializam nas redes de organização social.

A violência coletiva é, antes de tudo, uma forma de interação social (TILLY, 2007, p. 21). Instala-se no marco das relações sociais e, de modo específico, nos processos violentos gerados na interação social. Tilly (2007) parte da definição de *violência* similar à proposta por Hannah Arendt (2006), em que a violência se orienta a infligir dano aos outros e a violência coletiva não teria por que se distinguir da violência individual. De outro lado, a discussão sobre a expressão de múltiplos fatos de violência não configuram o que seria um tipo de violência coletiva, pois não teria um elemento em comum, seja de causa ou de efeito, na geração de relações de violência. E, em termos de danos coletivos, problemas como a injustiça social ou a degradação ambiental que causa danos às pessoas não necessariamente incluem o uso da violência, isto é, a construção de dano nas relações não violentas. Para ele, é precisamente a combinação de certos fatores em diferentes tempos e lugares o que dá lugar à configuração da violência coletiva; por isso, seu esforço o leva a ver os mecanismos e processos sociais que modificam as interações de violência. A presença de atores envolvidos em fatos violentos e o dano infligido mais a combinação de uma série de eventos externos e derivados do meio ambiente configuram a violência coletiva. Segundo Tilly (2007), apesar de não haver uma lei universal que governe ou controle todos os eventos de violência coletiva, existem, sim, causas similares que, em diferentes combinações e configurações, operam em toda uma gama de manifestações de violência. Causas, diversamente combinadas em diferentes tempos e lugares, conduziriam à explicação da violência coletiva e muitas de suas variantes. A localização no tempo e no lugar remetem à importância de contextualizar os fatos da violência coletiva em espaços determinados e situá-los historicamente.

Na abordagem de Tilly (2007), é possível estabelecer que se dá uma diferenciação entre as pessoas que fazem parte da expressão da violência, as relações sociais que nelas se desenvolvem, as estruturas que conformam e influem na manifestação da violência coletiva e os processos que se desprendem da ação. Os laços sociais, as estruturas e os processos afetam significativamente o caráter da violência coletiva, e

não simplesmente a agressão individual numa escala maior. Nesse sentido, ao analisar a violência coletiva, é necessário prestar atenção em como as relações sociais, as estruturas e os processos afetam os câmbios e a variação nos incidentes violentos (TILLY, 2007, p. 15). De fato, Tilly diz que a violência sem violência, aquela como a exploração e opressão social, surge precisamente de uma ampla variedade de violência coletiva. Para diferenciar a suma de agressões individuais, a violência coletiva resulta da expressão de conflitos que não necessariamente contém danos diretos entre si. Diz Tilly (2007) que, ao identificar a violência como a ação humana individual que se desaprova, reduzem-se as possibilidades de explicação da violência, impede-se de perguntar “pelas relações causais efetivas entre a exploração ou a injustiça, por um lado, e os danos físicos, por outro” (p. 15) e se obscurece a incidência de atores especialistas em infligir dano, como a polícia, as pandilhas, os guardiões, os soldados, etc., na geração da violência coletiva.

A violência coletiva centra-se fundamentalmente nas transações que se apresentam entre as pessoas e a sua influência no comportamento humano. Os seres humanos têm práticas de intercâmbio com outros seres humanos, que sempre implicam certo grau de negociação e de criatividade na hora de se relacionar. Nesse sentido, as ideias convertem-se em meios de comunicação e produtos de intercâmbio social, e os motivos, impulsos e oportunidades operam só dentro da interação social. Desde esse ponto de vista, a redução da violência não depende da eliminação das más ideias, mas, sim, da transformação das relações entre as pessoas. Destaca-se, nessa perspectiva, que no geral as pessoas fazem concessões na influência das propensões individuais para insistir nos processos coletivos. Com efeito, nessa perspectiva das relações humanas, a violência coletiva equivale a uma espécie de conversa agressiva.

A violência coletiva é demarcada dentro dos processos de interação social, quer dizer, é analisada desde a ótica das linhas de relação. Embora não descarta a importância das ideias e as regularidades de comportamento na ação coletiva, centra-se, é claro, nas maneiras que os padrões variáveis de interação social constituem e causam diferentes variedades da violência coletiva. Este é o ponto central de Tilly (2013) na análise da violência coletiva. Não é o campo das ideias nem o campo do comportamento humano em que se produz a violência coletiva, mas, sim, no campo

das relações e interações sociais. Tilly (2013) não descarta a influência daquelas na manifestação da violência coletiva, mas foca em como certos padrões variáveis de interação social constituem e causam variedades de violência coletiva. Como se vê, Tilly (2013) menciona não só o problema da violência coletiva como um fato geral ou global; ele fala de forma permanente das variedades da violência, querendo dizer que não existe um tipo de violência, mas, sim, que esta se expressa de modo diferenciado de acordo com as distintas causas e mecanismos que aparecem de modo díspar na violência. Em síntese, enfatiza os mecanismos relacionais, ou seja, aqueles que operam dentro das transações interpessoais, mas, além disso, os relaciona com os mecanismos cognitivos e os mecanismos externos que influenciam na violência, por exemplo o meio ambiente (TILLY, 2013, p. 20).

Ainda que a proposta de Tilly (2013) com respeito à violência coletiva não aprofunde sobre a participação individual na violência, assume o comportamento agressivo a partir da identificação dos câmbios históricos e as variações na violência coletiva como consequência de processos sociais variáveis, não necessariamente dos impulsos ou das motivações da população desde a propensão individual. É um dos limites que Tilly (2013) menciona sobre o enfoque relacional da violência coletiva, no sentido de que não proporciona a descrição de certos comportamentos que podem levar a dominar os participantes da violência coletiva. A perspectiva de Tilly (2013) é clara em afirmar que precisamente as predisposições individuais e as emoções surgem da interação social e respondem aos câmbios e aos entornos sociais. A explicação baseada na ideia da violência coletiva, então, não se estende muito mais além de insistir na importância da interação social na geração, difusão e aplicação das ideias de violência que se promovem (TILLY, 2013, p. 28).

O enfoque relacional de Tilly (2013) define uma dupla orientação na leitura da violência. Por um lado, pretende-se reconstruir os motivos, os interesses e as circunstâncias do ator em determinado momento e, por outro, quais são os argumentos causais dos que se dispõem para o comportamento violento. Segundo Tilly (2013), ao dar ênfase aos mecanismos relacionais, em vez de analisar as ideias e os comportamentos por separado, a análise se estende para explicar com detalhe a política contenciosa, quer dizer, a ação política, consistente num descontínuo público

que toma, como reivindicação coletiva, a questão do governo como uma das partes que participam da violência coletiva. Um governo é uma organização importante que exerce os principais meios de coerção dentro de um território, pelo qual se converte em ator participante. Nesse sentido, quando os governos aparecem envolvidos na violência coletiva, este se converte num caso especial da política contenciosa. Esse elemento é importante para Tilly (2013) porque possibilita explicar a variação no caráter e a intensidade da violência coletiva, assim como a influência dos regimes políticos ou das formas de governo nos tipos de violência que se produzem dentro de seus territórios (TILLY, 2013, p. 32).

Ao falar da violência coletiva, Tilly (2013) interroga-se basicamente sobre o passo que se dá de uma relação pacífica a uma violenta e de que forma a desigualdade social e a participação dos governos na violência interagem entre si. Pergunta-se o seguinte:

- ✓ Por que a análise da violência coletiva se concentra basicamente nas grandes ondas, frequentemente com um encontro violento que aparece para propiciar mudanças, e depois desaparece aos níveis baixos durante períodos consideráveis de tempo?
- ✓ Como e por que as pessoas interagem sem fazer dano absoluto para um e outro e rapidamente passa-se a um estado de violência coletiva e vice-versa?
- ✓ Em particular, como e por que as pessoas têm vivido com suas diferenças nas categorias sociais durante anos e se apresentam eventos ou ataques devastadores nas demais pessoas e bens?
- ✓ Por que os diferentes tipos de regimes políticos (autoritários ou democráticos) acolhem diferentes níveis e formas de violência coletiva?
- ✓ Como e por que os especialistas no mantimento da paz mudam rapidamente de ação não violenta a uma violenta?

Segundo Tilly (2013), nem os analistas idealistas nem os de comportamento têm proporcionado as explicações adequadas e certas sobre a violência coletiva. A proposta de Tilly (2013), então, centra-se em utilizar mecanismos relacionais como forma de dar respostas mais coerentes e, assim, propõe uma classificação da violência interpessoal para especificar a violência coletiva. A grande maioria das relações interpessoais procedem sem violência, sem danos físicos imediatos no curto prazo, inclusive nas zonas ou áreas de guerra. Não obstante, as interações sociais não violentas podem passar rapidamente para interações violentas. Nessa medida, a pergunta central de Tilly (2013) é: quando, como e por que se produzem essas

mudanças de interação não violenta para uma violenta? Por que as pessoas participam coletivamente em infligir dano a outras pessoas? A violência coletiva adota formas diferentes? Assim, o que é que determina a sua organização e o seu caráter?

Tilly distingue quatro problemas. Primeiro, a forma de reclamações coletivas, violentas ou não violentas. A análise prévia da toma da reclamação coletiva, quer dizer, o anterior à manifestação da violência. Segundo, o que é que fazem as pessoas para danar os demais; refere-se, basicamente, aos meios utilizados para causar dano, incluindo processos políticos. Terceiro, quando as pessoas utilizam os meios violentos para fazer as reclamações coletivas, o que determina a magnitude dos danos; refere-se também à extensão e à intensidade da violência, examinando que tipo de circunstâncias sociais produzem os altos níveis de violência e que tipo de processos sociais assumem o reclamo violento em grande ou pequena escala. E, quarto, a explicação da variação no caráter e da organização social da violência, que abarca muito mais que os três primeiros problemas. Tilly (2007) busca aclarar o que causa a violência coletiva quando se produz, tanto na variação de sua forma como nos câmbios significativamente rápidos.

Como visto anteriormente, Tilly (2007) centra-se na explicação da variabilidade da violência coletiva, não em busca das leis gerais ou explicações totais dos acontecimentos violentos. Dá conta das principais variações da violência coletiva em distintas épocas, lugares e circunstâncias sociais. Nesse sentido, entende-se por *mecanismos*, tal e como explica Tilly (2007), as causas de pequena escala: acontecimentos similares. Os mecanismos são três: *ambientais*, que fazem variar as relações entre as circunstâncias sociais em questão e seu entorno externo; *cognitivos*, que operam mediante a alteração das percepções individuais e coletivas; e os mecanismos *relacionais*, que mudam as conexões entre as unidades sociais, como quando o líder de um grupo faz um pacto com um traficante de cocaína de grande escala e, em consequência, transforma umas insignificantes partidas de proteção em agentes de alto risco para a comercialização da droga (TILLY, 2007, p. 20).

A análise de Tilly (2007) destaca, na explicação da violência coletiva, os mecanismos *relacionais*. Destes, ressalta os mecanismos de *ativação de divisórias*. Consiste num câmbio nas interações sociais tal que estas cada vez mais: a) organizam-se em torno

de uma linha divisória nós-eles; e b) diferenciam entre as relações internas dentro da divisória e as relações externas que atravessam essa diferença. Outro mecanismo *relacional* que aparece nas análises é o da *correduría*. A *correduría* opera uniformemente, por definição, conectando sempre ao menos dois encraves sociais mais diretamente do que antes estavam.

A variação nas interações violentas é o ponto de partida para a configuração do esquema metodológico de Tilly (2007) para explicar a violência coletiva. Tal esquema está formado por várias dimensões relacionadas entre elas, denominadas de *tipologia da violência coletiva* e localizadas num espaço que cruza duas questões fundamentais: i) o grau de coordenação entre atores violentos; e ii) a relevância dos danos no curto prazo. O esquema é o seguinte:

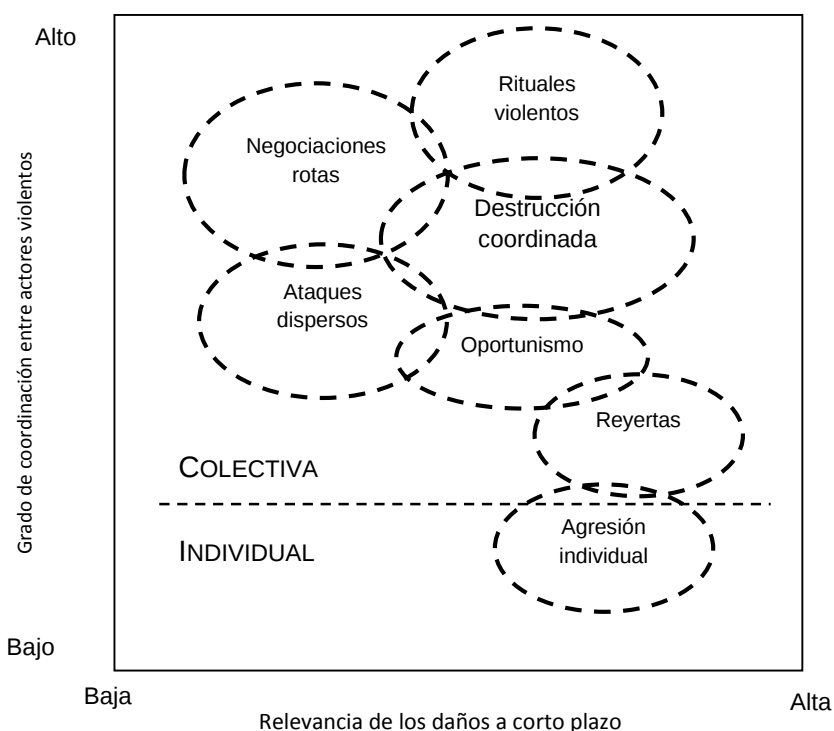


Gráfico 1 - Tipologia da violência interpessoal segundo Charles Tilly (2007)

Da descrição que faz Tilly (2007) do gráfico, desprendem-se as modalidades de violência coletiva segundo a importância que teria, por um lado, o grau de coordenação entre os atores e, por outro, a relevância com respeito aos danos infligidos a curto prazo. O movimento dessas modalidades é o que conforma o espaço de interação da violência coletiva. Explica Tilly (2007):

[...] La clasificación funciona de la siguiente manera. Primero ubicamos en el espacio la relevancia-coordinación un grupo de episodios violentos, por ejemplo: en el cuadrante superior izquierdo, en el que coinciden una alta coordinación entre los actores violentos con una importancia relativamente escasa del hecho infligir daño entre las partes. A continuación, asignamos un nombre a ese espacio a partir del tipo de episodio más común en esa localización. El cuadrante superior izquierdo recibe el nombre de “negociaciones rotas” debido a la frecuencia con que los procesos de negociaciones no violentas a largo plazo que fracasan producen violencia con un elevado grado de coordinación y una baja relevancia del hecho de infligir daños. Si seguimos el mismo procedimiento en el sentido de las agujas del reloj, encontramos las modalidades (p. 14).

O gráfico revela os movimentos da interação violenta num determinado espaço. E mostra como se vão formando as relações entre o grau de organização de atores violentos e o nível de importância que se dá ao fato de infligir dano, que nesse caso é o relativo à violência.

As modalidades que se constroem a partir dessa análise são:

- ✓ *Rituais violentos*: centram-se nos esquemas de interação que grupos relativamente muito organizados e coordenados têm para decorrer e infligir dano aos outros na disputa por ocupar um lugar prioritário dentro de determinado espaço.
- ✓ *Destruição coordenada*: refere-se à especialização na dispersão de meios coercitivos, na qual organizações se programam para o processo de infligir dano ao outro.
- ✓ *Oportunismo*: refere-se à possibilidade que têm indivíduos ou grupos quando podem utilizar meios imediatos para perseguir objetivos daninhos. Exemplo: saques, pirataria, assassinatos por vingança.
- ✓ *Rixas*: obedecem, de certa forma, a eventos circunstanciais, em que duas ou mais pessoas se atacam de forma espontânea.
- ✓ *Agressão individual*: é um tipo de interação imediata e predominantemente destrutiva. Dois atores entre si se atacam sem ter uma conexão direta.

- ✓ *Ataques dispersos*: são interações de pequena escala e habitualmente não violentas que se apresentam entre atores diversos com certo número de participantes e que obedecem aos obstáculos e desafios.
- ✓ *Negociações rotas*: são um tipo de ação coletiva que geram resistência e rivalidade entre pessoas.

A importância dessa classificação reside não tanto na caracterização de cada uma das tipologias da violência — no sentido de que cada modalidade se apresente de forma claramente autônoma e delimitada —, mas, sim, e bem melhor, pelo movimento que se dá pela conjunção entre as modalidades ou pela combinação de processos, quer dizer, por sua variação. Tilly (2007) o descreve da seguinte maneira:

En esta tipología, cada sección del espacio de coordinación-relevancia recibe su nombre en función del proceso más común que produce esa particular combinación de coordinación y relevancia. Con gran frecuencia, por ejemplo, la presencia de niveles extremadamente elevados de coordinación y de relevancia da como resultado la activación de un guión familiar por parte de actores especializados en provocar daños y que cuentan con árbitros o monitores encargados de contener su interacción; el término *ritual violento* describe ese proceso. No obstante, de vez en cuando, dos ejércitos de guerra —dedicados por lo tanto, a la destrucción coordinada principalmente— pasan a la zona de coordinación y relevancia extremadamente elevadas y estilizan y contienen su interacción. La franja de baja coordinación pero relevancia relativamente alta, próxima al límite entre la violencia individual y colectiva, la denomino *reyerta*, no porque todas las interacciones se inicien a partir de una reunión no violenta en la que pares de personas empiezan a pelearse, sino más bien porque esa secuencia produce regularmente una violencia de coordinación baja y relevancia alta (p. 16).

A diferença entre os tipos de violência está determinada ou se explica pelos processos sociais que os geram, e não pelas motivações dos participantes. Charles Tilly (2007), em vez de propor uma caracterização ou delimitação de cada um dos tipos de violência coletiva num espaço determinado, centra a sua atenção nos eventos que propiciam o movimento entre um e outro tipo de violência. Ditos eventos são localizados segundo o nível de coordenação dos grupos e a relevância sobre os danos produzidos. Nesse sentido, Tilly (2007) ressalta dois processos em relação aos níveis a que se referem. Por um lado, o nível de coordenação alta destaca o papel da *correduría* e a ativação de divisórias como mecanismos que anulam as relações entre

as pessoas que podem conduzir à variação, inclusive de relações não violentas para as violentas e vice-versa. Por outro lado, destaca a relação entre o nível da relevância dos danos produzidos com o contexto social dos processos violentos, quer dizer a acessibilidade dos meios violentos (TILLY, 2007, p. 17).

A análise que faz Charles Tilly (2007) sobre a violência coletiva é aplicável à historicidade da violência tanto na Colômbia como na cidade de Medellín. Em primeiro lugar porque, num conflito armado de duração longa como o colombiano, são vários os eventos de escalada-desescalada do conflito, de alta e baixa intensidade nas confrontações que modificam os interesses dos atores, o aparecimento e desaparecimento de atores protagonistas, a redefinição das relações de poder — marcadas muitas vezes por processos de negociação⁸ —, a entrega de armas, o domínio estatal em territórios controlados pelas guerrilhas ou pelos paramilitares, a confluência do narcotráfico, entre outros. Não é possível falar de uma violência linear, mas, sim, de uma violência mais de tipo circular. No âmbito das cidades, especificamente na cidade de Medellín, a continuidade histórica da violência evidencia-se pela presença de uma multiplicidade de atores, uns relacionados com o conflito armado nacional, no caso de grupos de milícias provenientes das guerrilhas; de grupos armados provenientes dos paramilitares; e de grupos armados produto da ação do narcotráfico. A diferenciação dos grupos faz-se porque, em distintos momentos da história de Medellín, tem predominado um ou outro, mas a diferenciação em relação à ação armada e seus protagonistas não pode se dar de uma forma clara,

⁸ Na Colômbia, é possível falar em geral de cinco desmobilizações de combatentes. Bernardo Pérez assinala: “La década de los 60 trajo consigo una ‘pacificación’ basada en el esfuerzo militar orientado por la doctrina contrainsurgente de ‘aislamiento, destrucción y consolidación’ de las zonas controladas por núcleos combatientes de autodefensas campesinas localizadas en Marquetalia, Ríochiquito, El Pato y Guayabero paralelo con la pacificación tuvo lugar la conformación de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia –FARC– en el sur del Meta y norte del Caquetá, y del Ejército de Liberación Nacional –ELN– en el Magdalena Medio, a partir de los restos de autodefensas campesinas dispersas y derrotadas, cuya existencia fue prácticamente ignorada hasta cuando el modelo de expansión de la frontera agrícola por medio de la colonización espontánea financiada por el narcotráfico creó condiciones propicias para la expansión territorial y el fortalecimiento militar de estos ejércitos guerrilleros. En 1982, una amnistía condujo a la desmovilización de unos 700 excombatientes, aproximadamente, bajo el gobierno de Belisario Betancur. Más adelante, comenzando el gobierno de Barco hubo más negociaciones y desmovilizaciones que se extendieron hasta 1998. La cuenta de desmovilizados durante ese período ascendió a 4.715 excombatientes”. Ver PÉREZ, Bernardo. La negociación del conflicto armado interno en Colombia: Dos escenarios probables y otro, posible pero improbable. En *Revista Sociedad y Economía*. Número 7, octubre de 2004. p. 93.

no sentido de que a continuidade ou descontinuidade da violência armada urbana, ainda que proveniente dos interesses de poder de distintos atores, é influenciada por mecanismos e processos sociais que determinam a sua dinâmica, o que o torna ainda mais complexo. Atores que, num determinado momento, fizeram parte das filas insurgentes em outro formaram grupos contrainsurgentes e atores que fizeram parte de processos violentos posteriormente estão em processos de não violência favorecendo as relações comunitárias ou sociais.

1.4. Violência urbana

Machado da Silva (2008) aborda a violência urbana como representação social, ou seja, como categoria produto do entendimento do senso comum por parte dos atores vinculados às diversas práticas sociais, especificamente as práticas de constituição de ordens sociais mediadas pela força no âmbito urbano e que se desenvolvem de forma autônoma. São três elementos que Machado da Silva (2008) destaca na perspectiva de entender a violência como representação coletiva: a importância da força incorporada nas práticas de violência, o significado instrumental e cognitivo que a conforma e, antes de tudo, a violência urbana como ordem social.

Quanto ao primeiro aspecto, a força incorporada nas práticas violentas, Machado da Silva (2008) dirige-se fundamentalmente a considerar — mais que as práticas consideradas como crime comum, ameaçadoras da segurança física e patrimonial — a força que contêm ou configuram essas práticas. Isto é, procura entender como essas forças irrompem a “normalidade” das rotinas cotidianas e está mais orientado a estudar a dinâmica que envolve e possibilita a manifestação da violência. Nesse sentido, a violência urbana não é entendida simplesmente como as condutas criminais ou daqueles que violam a lei, mas, sim, como a força que os envolve e de que forma ela se expressa nos contextos diferenciados afetando as rotinas cotidianas.

Atrás da força incorporada na violência urbana, encontram-se aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, que são geradoras de sentido e, portanto, orientadoras de ações, quer dizer, o significado instrumental e cognitivo da

violência urbana. Este aspecto é de grande relevância para a configuração do que Machado da Silva (2008) definirá posteriormente como “sociabilidade violenta” (p. 37); em seu caráter instrumental e cognitivo, a violência urbana cria certas regularidades que vão se inserindo nas dinâmicas sociais. O central neste ponto é que o movimento dos fatos, essa continuidade, cria nos agentes certos “modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prático-normativa institucionalizada, ainda que informalmente, que não pode ser desconhecida” (SILVA, 2008, p. 37), o que seria, em grande parte, a base das sociabilidades violentas.

O terceiro elemento, o da violência urbana como ordem social, aponta como esta se configura de forma autônoma. Essa autonomia está determinada pelo complexo de práticas no qual a força tem o papel central de coordenação e articulação, o que permitiria a sua permanência no tempo, ou seja, como ordem social. Um elemento muito importante a considerar aqui é a presença do ator protagonista da ordem social, que se reveste de um reconhecimento tão promotor das mudanças nas rotinas cotidianas, e, nesse sentido, os processos de organização derivados das práticas violentas estariam determinados pela submissão de outros atores à força. Machado da Silva (2008) aborda a coexistência de duas ordens: a institucional-legal e aquela que se deriva das práticas da violência urbana.

Com a anterior, Machado da Silva (1991) busca explicar o sentido da violência urbana sem a necessidade de subordiná-la à ordem institucional-legal, isto é, possibilitar a legitimidade de uma série de práticas sob as quais se manifesta a violência urbana. Com efeito, diz Machado da Silva (1991), é precisamente na esfera da vida cotidiana onde se diferenciam os ordenamentos sociais do ordenamento institucional-legal, e este os subordina à sua própria lógica, apontando a “diferenciação e coexistência de duas ordens legítimas disputando âmbitos da vida social” (SILVA, 1991).

O centro da discussão proposta é que a coexistência das duas formas de ordenamentos, assim como a organização privada da violência urbana, estão longe de ser um problema de deslegitimação do Estado ou um conflito de interesses por grupos orientados politicamente, uma vez que esses ordenamentos produzem novas regras de convivência e padrões de sociabilidade que não superam nem se convertem em alternativa do ordenamento convencional. Então, processos de regulação,

próprias regras de convivência, processos de arbitragem, etc. são elementos que se inserem diretamente na cultura cotidiana da vida urbana, onde a violência e sua regulação vão configurando padrões de sociabilidade.

A violência vem se transformando, então, de meio socialmente regulado e minimizado de obtenção de interesses, no centro de um padrão de sociabilidade em formação. A criminalidade violenta pode ser vista como a ponta do iceberg. Ela indica transformações culturais imensamente profundas e a formação de uma sociabilidade radicalmente nova ([4], p. 10). Além disso, ela não está constituída contra o Estado: trata-se antes de um complexo de condutas para cuja formação a ordem pública não entra como referência (SILVA, 1999, p.121).

Com o conceito de *sociabilidade violenta*, Machado da Silva (1999) mostra que é nas práticas sociais onde se procura o controle do ambiente (ou de um ambiente) que se apresenta, de algum modo, como resistente à manipulação do agente. Assim, o que quer dizer é que a sociabilidade violenta está intimamente ligada com as formas em que diferentes atores sociais se relacionam e geram vínculos que lhes permite, ou pelo menos procuram, preservar a sua integridade física e moral, assim como estabelecer relações de convivência, em torno da defesa daquelas práticas violentas exercidas por atores de força. Agora, o que permite precisamente que essas relações e coordenações sociais se deem é a força que atores desenvolvem sob um processo de submissão e obediência.

Nesse sentido, Machado da Silva (1999) analisa a questão da estrutura da sociabilidade violenta, enquanto ela se conforma pelas diferentes posições que os atores de força têm dentro desse marco de atuação. Isto é, ao falar de sociabilidade violenta, está se referindo à constituição de ordens sociais, as quais são sustentadas por agentes que ocupam diferentes posições hierárquicas, e, nessa medida, estabelecem-se as posições dominantes, por parte dos agentes “criminosos”, e as posições de dominados, ou subalternos, da população. Diz Machado da Silva (2004) que, entre essas duas posições, “há uma imensa nebulosa de situações intermediárias” (p. 123) e que têm a ver com as trajetórias que os distintos agentes possuem dentro do processo de formação como agente “portador” da sociabilidade violenta, a qual se desenvolve por meio do acúmulo de experiências.

Além das posições hierárquicas dos agentes portadores de sociabilidade violenta, Machado da Silva (1999) aborda a importância da análise sobre a “distribuição territorial da coexistência entre os dois padrões de sociabilidade” (p. 123). Aqui se reúnem, então, tanto os agentes e sua posição na estrutura da sociabilidade violenta quanto a coexistência das duas ordens, num marco geográfico — que não necessariamente é disputado, mas, sim, serve como espaço de confluência e tensão dessas ordens, isto é, como um espaço de correlação de forças.

Em suma, o conceito de *sociabilidade violenta* de Machado da Silva (199) remete à ideia de entender a violência urbana como representação que organiza as formas de vida social, descentralizando do Estado o uso da força física na formação de ordens sociais. Nesse sentido, Michael Mann (1986) e Machado da Silva (199) coincidem ao dizer que o Estado não é o único depositário da força física na sociedade e no caso concreto do espaço urbano e se expressa em formas de organização e de regulação das relações sociais.

No balanço da produção acadêmica sobre a violência armada urbana em Medellín, é possível identificar temas sobre os quais se articulam ou divergem diferentes posturas de acadêmicos. Por enquanto, é factível dizer que se tem convertido num lugar-comum a perspectiva de que a violência tem estado presente no processo de configuração histórica da cidade — seja ela vista como um problema sociopolítico que envolve fatores da ordem institucional e da integração social, seja vista desde uma perspectiva que envolve olhares mais subjetivos nos processos de interação entre indivíduos e grupos sociais por construir um sentido nas relações sociais e culturais no âmbito urbano. Dos estudos analisados, as versões sociopolíticas são as que se destacam ao colocarem, como causa principal da violência, a precariedade do Estado no cumprimento de suas funções como garantidor da ordem social. Outros estudos, orientados para análises das interações, estratégias e dinâmicas dos atores violentos, veem, como problema fundamental, a expressão de uma violência generalizada na cidade, produto das ações ilegais do narcotráfico e cujos requerimentos para a sua durabilidade vão desde a criação de fortes estruturas criminais até a formação de redes de intermediação com atores sociais e políticos do campo institucional legal

urbano; com efeito, a violência gera processos autônomos que se reproduzem socialmente.

Na década de 1980, é possível identificar alguns trabalhos sobre a violência fundamentalmente ligados ao problema do narcotráfico e sua relação com formas de organização de grupos e redes criminosas da cidade. Nesse período, o informe da II Comisión de Estudios sobre la Violencia aparece como um dos primeiros trabalhos científicos que aborda a violência nas cidades cuja análise se centra nas particularidades das regiões que compõem o país, além das análises baseadas nas causas político-estruturais da violência na Colômbia. Nesse diagnóstico, ressaltam-se três características da violência. Primeiro, a violência na Colômbia é mais social que política (ALONSO, PÉREZ, VÉLEZ, 2012, p. 6), o que quer dizer que a sua manifestação se dá principalmente por relações interpessoais, tanto no âmbito da vida privada quanto no âmbito da vida pública, e não pela ação dos grupos subversivos. Segundo, no caso da violência urbana, esta apresenta-se como difusa na medida em que a sua origem e manifestação obedecem a interesses, formas de organização e objetivos diferenciados. E terceiro, para o caso de Medellín, a violência está diretamente relacionada com a delinquência cuja expressão mais delicada é a eliminação física do outro (ALONSO, *et al.*, 2012, p. 7).

Nessa mesma linha de estudos sobre as causas da violência nas cidades, a publicação de 1990 de Álvaro Camacho Guizado, *Colombia: ciudad y violencia*, orientou-se para a análise da natureza da violência e dos mecanismos utilizados, assim como as estruturas sociais que possibilitam as diversas formas de expressão da violência na cidade. Da mesma forma que o diagnóstico da II Comisión sobre a autonomia da violência frente a outros fatores sociopolíticos que a origina, Camacho Guizado (1990) vê a importância de estudar desde a perspectiva dos atores às condições históricas que possibilitam o surgimento da violência, as quais estão determinadas pelo “papel dos atores em contraste com os interesses, recursos materiais, sociais e institucionais” (ALONSO, *et al.*, 2012, p. 8). Uma das proposições centrais, desde o ponto de vista analítico em Camacho Guizado (1990), não é compreender a violência a partir dos fatos, mas, sim, entender os cenários da

violência, os quais estão conformados pelas ações, os atores e as condições que facilitam a sua autonomia no marco das ações sociais.

Igualmente nessa mesma década, os estudos sobre a violência urbana tomam um rumo para as explicações ligadas ao problema do conflito na cidade; ou seja, não se fala simplesmente da expressão da violência como produto do narcotráfico e da debilidade institucional para garantir a segurança da cidade, mas, sim, de fatores próprios da configuração da violência como causa de um conflito urbano. Ou seja, inclui-se, além dos problemas do narcotráfico, uma questão mais estrutural do conflito.

Um dos primeiros trabalhos que abordam o tema da violência na cidade desde o ponto de vista estrutural é o realizado por Restrepo Riaza (1994), em artigo publicado sobre a relação entre o processo de modernização da cidade e a manifestação do conflito urbano. Ao se referir à crise da cidade vivida nos anos 1980 por causa da explosão do narcotráfico, Riaza (1994) diz que a violência não pode só se explicar sobre o que significou essa manifestação na cidade, mas, sim, que é preciso encontrar explicações de tipo estrutural originadas desde a década de 1950.

La explicación de lo que fue Medellín en ese decenio no se agota en el análisis de las significaciones del narcotráfico, ni en la enunciación de un conjunto de valores perdidos, como tampoco en la cuantificación de los delitos y las víctimas. Lo que vive la ciudad sólo puede pensarse a través del estudio de los elementos estructurales de la crisis, esto es, desde una perspectiva que muestre los vacíos y desfases de su configuración histórica (RIAZA, 1992, p. 9).

Riaza (1992) expõe que é desde o processo de modernização no país que a cidade de Medellín teve um comportamento particular em que foi cenário de grandes projetos econômicos modernizadores e de desenvolvimento que apontaram-na como espaço ideal para o fluxo migratório que se formou na Colômbia durante os anos 1960 e 1970, nos quais as cidades tiveram um alto crescimento populacional. Esse fluxo migratório ajudou a criar uma cidade com alto grau de segregação e polarização social, o que gerou uma distância entre a sociedade e o Estado, este último como garantidor das expectativas criadas numa cidade em crescente “desenvolvimento”. A tese central de Riaza (1992) a respeito do conflito na cidade é de que a ruptura entre o Estado e a sociedade fez com que em Medellín existisse um desconhecimento das instituições,

o que restringiu os espaços para a construção de um modelo de ordem social que incluísse toda a população (RIAZA, 1992, p. 13). O autor diz que Medellín sofreu, na década de 1980, uma anomia generalizada determinada pela desintegração histórica e estrutural, e portanto a relação que predominou entre o Estado e a sociedade foi uma relação de conflitos e competição, e não de complementariedade.

Como causa y resultado de la creación de un orden, el Estado es el requisito para la supervivencia de una sociedad contradictoria e inestable como la de Medellín. Su supremacía, como garante del orden y, por tanto, como elemento mediador en las relaciones entre los miembros de la sociedad, se sustenta en un principio esencial: la legitimidad. De este modo, al hablar de la crisis del Estado en la ciudad de Medellín estamos haciendo referencia, en primer lugar, a la no existencia de una verdadera institucionalización del poder estatal como el encargado de dar coherencia y de regular las diferentes dinámicas conflictivas de la sociedad civil y, en segundo lugar, a la incapacidad que ha tenido para fijar las reglas constitutivas de un sistema de valores y símbolos que reafirmen el ordenamiento social (RIAZA, 1992, p. 14).

Riaza (1992) propõe, então, que a violência deve ser compreendida sob um marco estrutural da conformação histórica das cidades. A violência em Medellín responde a uma crise estrutural com complexas e agudas expressões. A expressão dessa crise é a violência existente em todos os âmbitos da vida cotidiana. Tem origem multicausal e se expressa de forma diferenciada em contextos determinados da cidade. Riaza (1992) retoma o conceito usado por Camacho Guizado, em que se entende a violência como ação social que “assume uma dupla fisionomia: de uma parte, é um mecanismo de resposta às condições históricas que fazem viável e elegível como meio de ativação e/ou solução de conflitos; de outra, ela mesma cria seus próprios cenários, quer dizer, os seus espaços sociais de dinamização”⁹ (RIAZA, 1992, p. 18).

O certo é que tanto a existência e consolidação de atores armados na cidade, provenientes principalmente do narcotráfico, quanto os problemas de legitimidade institucional e a ineficácia do Estado na garantia da segurança e da convivência são problemas que se afinaram no debate sobre a violência urbana durante a década de 1980 e no começo da década de 1990, com dois matizes: uma crise generalizada da ordem social, tanto na Colômbia quanto em Medellín, e a violência como processo

⁹ Tradução própria.

autônomo que se configura a partir de atores, dinâmicas e expressões propriamente estruturadas.

Assim, por exemplo, o texto *Ensayos sobre conflicto, violencia y seguridad ciudadana en Medellín, 1997 – 2007*¹⁰ (ALONSO, et al., 2012) assinala que os estudos sobre a violência urbana têm marcado crises generalizadas do Estado Nacional na Colômbia e o acelerado processo de urbanização como elementos que favorecem a violência. “A crise dos estados tem como cenário principal a cidade ou espaços locais” (ALONSO, et al., ano, 2012.) e, nesse sentido, não poderia se analisar a violência de forma isolada da ordem nacional. Porém, a crise urbana de que fala Vélez (2001) se dá pela ambiguidade e ambivalência da cidade como espaço de gestão que se expressa necessariamente em conflitos, e, nesse sentido, é o conflito um elemento imanente da cidade e expressão da crise nacional (ALONSO, et al., ano, p. 2012). Já o problema que expõe Vélez (2001) a respeito da forma de como se tem abordado a violência em Medellín, com relação à crise do Estado Nacional, tem a ver precisamente com o caráter reducionista da crise e a mostra só como um problema de insegurança e de violência, quando existem outros fatores que incidem na crise da cidade, como o conflito urbano, o conflito armado nacional, a precariedade da soberania estatal, a reconfiguração constante da ordem, do público e das formas de cidadania e de representação (ALONSO, et al., ano). O mesmo Vélez (2001) distingue duas classes de crise, que ajudariam a explicar a violência na cidade: a crise de longa duração e a crise de conjuntura.

Em relação à primeira, está relacionada aos próprios processos que obedecem à configuração urbana na Colômbia, como as migrações, a violência no campo, a desigual configuração da cidade, os desajustes em infraestruturas de serviços, o crescimento demográfico. De modo mais específico, em relação à crise de longa duração em Medellín, ressalta-se o papel que a cultura *antioqueña*¹¹ tem tido na manifestação e a aguçada crise urbana, pois, segundo Vélez (2000), a mentalidade da elite regional *antioqueña* é baseada em intencionalidades de obter poder, dinheiro,

¹⁰ Este texto contém vários artigos do Instituto de Estudios Políticos da Universidad de Antioquia, de vários autores e publicados em períodos ou datas diferentes. São citados os autores de cada artigo.

¹¹ A cidade de Medellín é a capital do estado de Antioquia, e o gentílico das pessoas que moram neste território é o de *antioqueño/ña*.

uma posição hegemônica com respeito a outras regiões da Colômbia. De outro lado, a debilidade institucional reflete-se com maior profundidade em Medellín por causa da explosão do narcotráfico e da debilidade dos aparatos policiais e da justiça, assim como a configuração urbana baseada num modelo de desenvolvimento excludente. Vélez (2000) coloca a crise em perspectiva de conjuntura na década de 1980 e no começo da década de 1990, com o auge do narcotráfico, que, combinado com a crise do Estado e do aparato de justiça, aprofunda a violência (ALONSO, *et al.*, 2012).

Em 1998, é publicado o livro *En la encrucijada: cultura y política en la Medellín de los noventa* (JARAMILLO, 1998). Seu objeto centra-se na análise da realidade social e política da cidade de Medellín com uma ênfase no conflito armado, na representação política, na mediação do conflito na cidade e nos imaginários urbanos que giram em torno da cidade e do conflito. Retoma a análise histórico-descritiva da cidade, principalmente dos anos 1980, como referente para compreender a realidade presente da década de 1990, e tenta relacionar os fatores políticos com a existência de atores armados na cidade e a expressão e mediação do conflito (JARAMILLO, 1998).

Sobre a relação entre conflito e política, Jaramillo (1998) entende o conflito como ação social que mobiliza a dimensão política. É a ação social que se materializa de forma não cooperada na sociedade e que pode conter elementos de violência. O conflito vai mais além da mera expressão de violência, e a sua gestão se converte em eixo central para a sustentabilidade da ordem nas sociedades modernas. Segundo Jaramillo (1998), é a aguda relação de conflito o que permite a irrupção da violência na sociedade e “indica a quebra das agências e mecanismos que mantêm os enfrentamentos dentro de certos parâmetros de negociação e tramitação pacífica, incluída a justiça estatal”¹² (JARAMILLO, 1998, p. 16). No caso da cidade, Jaramillo (1998) diz que a maioria dos conflitos existentes é política na medida em que são susceptíveis de se gestar por meio da implementação de políticas públicas ou porque os atores envolvidos e suas intencionalidades tornam-se um problema que deve se resolver no campo das decisões políticas. Em última instância, a forma como se

¹² Tradução própria.

gestam os conflitos, as racionalidades dos atores e as práticas revelam a maneira como se organiza e se marca a ordem na sociedade.

Na década de 2000, encontram-se estudos da violência urbana com explicações mais complexas envolvendo fatores tanto estruturais de caráter sociopolítico, tal como aparecem nos estudos dos anos de 1990, quanto problemas associados à exclusão sociopolítica e à configuração específica da violência como forma de resolução de conflitos no âmbito urbano. Nesse sentido, faz-se um esforço para avançar nas interpretações sobre a especificidade dos conflitos urbanos e o uso da violência para a solução dos mesmos. A definição das características próprias dos conflitos urbanos é o que abre o cenário acadêmico sobre a violência urbana nos primeiros anos da década de 2000. O livro *Violencias y conflictos urbanos: un reto para las políticas públicas* (BALBÍN, 2003) reúne várias perspectivas de análise sobre a violência urbana nas quais se incluem temas do *apartheid* social urbano, experiências de participação da cidadania na segurança, a relação da guerra e o conflito em Medellín, o viés molecular da violência, enfoques do conflito urbano: territorial, pelo consumo e conflitos políticos urbanos.

A análise da violência ligada ao problema da insegurança em Medellín é abordada por Restrepo Riaza em 1997, quando publica o texto *Las políticas públicas de seguridad ciudadana y el homicidio en Medellín*. Parte da ideia de que a situação de insegurança em Medellín tem sido acumulativa, complexa e variada, igual a outros fatores problemáticos da cidade como “los desequilibrios sociales, económicos y culturales de los habitantes” (RESTREPO, 1997, 16). Faz um balanço do que têm sido as políticas públicas de segurança e convivência em Medellín na década de 1990, incluindo os planos de desenvolvimento local e outros planos estratégicos que se formularam na região em meados dessa década. Expõe que um dos problemas centrais é que o tema da segurança cidadã tem se associado diretamente à criminalidade como um assunto meramente judicial, e não como uma questão social e política. De outro lado, o tema da insegurança como um problema da ordem pública — que, no caso da Colômbia e em específico de Medellín, tem se orientado à conservação da ordem pública — e o seu restabelecimento tem implicado na mobilização do aparato repressivo do Estado, o que conduz à uma redução das

garantias no marco do Estado de Direito. Em consequência, apresentam-se na cidade limitações a seus habitantes para exercer os direitos e acessar aos bens e serviços mínimos para garantir a vida digna (RESTREPO, 1997, p.16).

Estudos sobre a relação entre a ordem política, o conflito e a guerra na cidade de Medellín são expostos por Vélez Rendón no artigo *Conflicto y guerra: La lucha por el orden en Medellín* (RENDÓN, 2001), que coloca, no centro do debate, o papel do Estado na configuração da ordem na cidade sob um contexto de guerra, o qual interfere nas formas de gestão da cooperação, nas políticas públicas e na gestão dos conflitos na cidade. Faz uma descrição da apreciação que se tem desde as políticas públicas ao crime, aos criminosos e à violência em Medellín e das estratégias da política pública para desativá-la. O crime aparece como um elemento problemático enquanto a política se orientou fundamentalmente para a distribuição das funções do Estado em torno da garantia da segurança e da gestão dos conflitos, assumida pelas organizações da sociedade civil e pelos atores armados. Toma, como referência, os pactos de negociação, a ampliação da participação comunitária na gestão dos conflitos, os sistemas de comunicação para o fornecimento de informação, manuais de segurança cidadã, entre outros. Essas ações do Estado e o domínio dos atores armados terminam por deslocar o Estado como ente portador da coerção e do uso legítimo da violência. Segundo Rendón (2001), o que sucede é que “Na cidade, as práticas de segurança cidadã propiciam a autogestão do conflito, num entorno delimitado de guerra, no qual existem numerosas organizações armadas dispostas a oferecer serviços e funções de segurança e justiça mais expeditos do que o Estado e tanto mais violentos que os seus”¹³ (ALONSO, *et al.*, ano, 2001 p. 67).

Vélez Rendón (2001) toma, como ponto de partida para a análise do conflito em Medellín, a noção do Estado como garantidor da ordem política — “além de sua obrigatória conformação como aparato de poder legítimo, o Estado deve-se converter em gestor daquela conflitividade que, por sua intensidade e extensão, possa ameaçar a ordem política existente”¹⁴ (ALONSO, *et al.*, ano 2001, 68.). A presença de conflitos em determinada sociedade não necessariamente implica que exista uma anomalia ou

¹³ Tradução própria.

¹⁴ Tradução própria.

carência institucional, mas, sim, uma demanda do poder do Estado para resolvê-los. É preciso lembrar aqui que Rendón (2001) assinala, como centro dos crescentes conflitos na cidade, precisamente o deslocamento das funções do Estado para outros grupos, inclusive armados, quando a violência está em sua máxima expressão.

O argumento de Rendón (2001) é que a guerra é um cenário configurador de novos sentidos de ordem, e, no caso de Medellín, estes se encontram em constante disputa com a ordem estatal. Assim, a guerra como expressão do conflito vai criando suas próprias lógicas e formas de solução de conflitos públicos e privados e inscreve outros “procedimentos a partir dos quais se propicia social e institucionalmente a ordem” (p. 69), ou seja, a lógica de atuação dos distintos atores armados na cidade orienta-se para o monopólio de práticas condizentes à solução do conflito e, portanto, institui novas ordens a partir das práticas violentas e coercitivas (ALONSO, *et al.*, ano 2001, 69.).

Abordando o fenômeno paramilitar que se apresentou desde finais da década de 1990 e começo da de 2000 em Medellín, aparece publicado o texto *Medellín: El complejo camino de la Competencia Armada*¹⁵ (ALONSO, 2012). Esse texto busca antes de tudo analisar os atores específicos: o Bloque Cacique Nutibara (BCN) e as Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC) no marco do processo de desmobilização que se realizou no ano de 2003 na cidade.

Esse estudo mostra cinco elementos determinantes na configuração do BCN como uma complexa estrutura de redes (ALONSO, ano 2012), que é importante ter em conta na hora de falar da violência urbana em Medellín, pois a explicação oferece elementos importantes sobre a dinâmica da violência a partir da natureza dos atores nesse período como: i) a ação, tanto do BCN quanto dos nós que o sustentam, baseia-se fundamentalmente na relação com a renda e as possibilidades econômicas das atividades ilícitas e o controle social exercido pelos atores; ii) os nós como eixo central de articulação da rede mantêm uma autonomia entre eles e com respeito à rede em geral, e o que se apresenta é uma rede de intermediações entre os distintos grupos; iii) a existência de funções especializadas dos distintos nós lhes permite manter

¹⁵ Este artigo está publicado no texto de Alonso 2012, mas a sua elaboração é de 2006

vínculos de mando independentes e geram estruturas difusas; iv) os fluxos de relação entre os nós e o entorno lhes permite contar com um sem-número de mediações, entre eles agentes específicos nos territórios; e v) o fluxo de combatentes entre os diversos nós liga-se ao que se denominou “o giro mercenário da guerra em Colômbia” (383). Esse cenário possibilitou ao BCN contar com o monopólio da força ilegal em Medellín, durante o período de sua existência, e, como bem o expressa Alonso (2006), o BCN teve:

“[...] un importante nivel de presencia como consecuencia del ejercicio de regulación [...] en la regulación de las transacciones criminales a través de la eliminación de delincuentes y la infiltración y control sobre formas delincuenciales organizadas como microempresas armadas; b) la participación directa en actividades legales; c) el acceso y control sobre instituciones y formas de participación comunitaria; y, d) en el despliegue de un claro ejercicio de intermediación entre las comunidades y el estado local” (ALONSO, *et al.*, 2012, 384).

Outra das teses que se destacam nos estudos é a de que o conflito urbano é uma “relação de antagonismo que versa sobre a construção do espaço urbano. [...] Quer dizer, o eixo sobre o qual se configuram os objetivos contrapostos em tal caso é processo de produção e organização social dos espaços de aglomeração, em relação com os componentes do processo de trabalho e gestão política de um território aculturado”¹⁶ (FRANCO, 2003, p.94). Nesse sentido, Franco propõe a existência de quatro tipos de conflitos próprios da configuração do espaço urbano¹⁷ e na que a violência encontra formas diretas de expressão. São eles: i) conflitos pelo espaço de consumo, referidos às condições de vida urbana, determinadas historicamente em Medellín pelo processo de ocupação ilegal do solo, e à gestão de recursos por parte dos movimentos sociais para alcançar níveis de vida adequada na cidade; ii) conflitos pelo espaço de gestão, referidos fundamentalmente à intervenção do Estado na organização do espaço urbano e à contraposição de apostas alternativas de desenvolvimento com respeito à proposta pelas elites dominantes na cidade; iii) conflitos do espaço de produção: segregação e polarização econômica, relativos à

¹⁶ Tradução própria.

¹⁷ Neste aspecto, Franco retoma o conceito de Castells sobre o urbano, em que se distingue quatro espaços (produção, consumo, circulação e gestão) para a construção de uma tipologia de conflitos urbanos. Cita CASTELLS, 1979, *op. cit.*

relação entre a cidade como espaço de produção econômica e a reivindicação dos direitos sociais e econômicos, que, pelo processo de transformação do modelo de cidade fordista a pós-fordista, encontra condições para a contenção dos conflitos de trabalho; iv) conflitos pelo território, como uma forma de representar e experimentar o território no marco da exclusão e segregação socioeconômica. Está ligado com os processos de reconhecimento social na cidade e a possibilidade de acesso aos recursos econômicos de caráter ilegal (BALBÍN, 2003, p. 94).

1.5. Regulação e violência

A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento (ARENDT, 2011, p. 101). São utilizadas essas palavras para dizer que, ante o panorama do conflito armado nacional na Colômbia, assim como a produção da violência no âmbito urbano da cidade de Medellín, este se converte em histórico no sentido de que faz parte do repertório dos processos de interação social, portanto estamos diante de processos sociais de produção de outras ordens distintas à estatal, cuja base se sustenta na significação que os atores armados e não armados têm sobre a violência. Essa formação de base histórica afirma que a violência como interação pode não ser susceptível de eliminação, mas, sim, de variação, tal como mostra Charles Tilly (2007). No tocante à violência urbana, há duas questões implícitas na relação da violência e da regulação que este trabalho pretende mostrar. Uma é que a violência urbana em cidades latino-americanas marcadas pelo crime e pelo narcotráfico (caso de algumas cidades do Brasil e da Colômbia) fala da acumulação social da violência (MISSE, 2008, p. 375) como o uso da violência física na resolução dos conflitos nas cidades através de meios distintos e meios estatais e, em muitos casos, provenientes de atores armados ilegais. A outra são os processos de autonomização da violência a partir do que Machado da Silva (1999) expõe — a sociabilidade violenta, mostrada anteriormente. O que se objetiva mostrar é que, na violência coletiva, dão-se práticas de regulação que possibilitam a sua variação, e, no contexto da violência urbana em Medellín, essas práticas de regulação desprendem-se das significações da violência e da ordem social que os atores têm e pelas quais

se apresenta uma continuidade da violência armada urbana como forma repetitiva de interação.

A abordagem da regulação da violência urbana bem poderia se enquadrar desde a postura teórica proposta por Boaventura de Sousa Santos (1998) sobre a construção de sistemas jurídicos não oficiais e sua aplicação na resolução de conflitos comunitários no âmbito urbano. Boaventura de Sousa Santos (1998) compara o direito moderno, exercido pelo Estado, com o direito produzido em outros espaços de tempo, local e global, ou seja, por fora do Estado-nação. Para isso, faz uma análise dos problemas do direito como base do projeto moderno a partir do que ele denomina a tensão entre regulação e emancipação; entendendo a regulação como a ordem dominante e a emancipação como a boa ordem, quer dizer, aquele movimento que resulta das expectativas sociais. Para Santos (2012), o projeto moderno de sociedade sempre está em constante tensão entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação como bases que sustentam a modernidade.

O direito de Pasárgada é um dos casos que Santos (1999) analisa para mostrar como é possível a construção desse outro direito, ou seja, entender o direito como emancipação. A análise em uma estrutura de classes, isto é, entre um sistema jurídico dominante e um sistema dominado. Santos (1999) descreve a criação da “legalidade interna” da comunidade de uma favela do Rio e suas relações, que ele considera assimétricas com o sistema jurídico oficial brasileiro. Seu estudo centra-se, então, em:

Os mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, assim como seus acordos institucionais, como expressões de um sistema jurídico não oficial, [...] análise deste direito, à luz de suas relações dialéticas com o sistema oficial brasileiro, como um exemplo de pluralismo jurídico (SANTOS, 1990, p. 118).

Santos (2009) propõe um processo de mediação e resolução de conflitos como forma de criação de uma sociologia jurídica diferente da oficial. Uma mediação proveniente de um tipo de autoridade e um conflito que se identifique como direito violado. Ou seja, o conceito de conflito desenvolvido por Santos (2009) refere-se basicamente ao desacordo entre duas partes pelo direito que tem sido perturbado ou negado; e um

conceito de autoridade, como base da mediação, referindo-se, e citando Kantarowicz, à existência de um órgão ou autoridade que se dedica à “aplicación de ciertos principios a casos individuales en dónde las partes se encuentran en litigio” (SANTOS, 2009, p. 118). Esse conceito não se aplicaria unicamente num sistema não oficial, mas, sim, inclui a análise do sistema oficial.

Assim, os padrões normativos sob os quais se sustenta qualquer sistema jurídico são necessariamente assuntos judiciáveis que podem ser aplicados por um terceiro imparcial (órgão de autoridade), isto é, resolver os conflitos com a intervenção de um terceiro. A diferença fundamental entre o sistema jurídico oficial e o não oficial na resolução dos conflitos é que a fonte para a resolução dos conflitos é dada a partir da norma formal, escrita; no entanto, para o segundo, a fonte reside na retórica como argumentação jurídica, como uma estratégia que domina as lógicas dos procedimentos propostos pelo sistema formal do direito. É através da argumentação que se negocia ou se acorda sobre o objeto do conflito, porém, no sistema oficial, o objeto de conflito desprende-se da lei existente. O objeto do conflito como o resultado de um processo de negociação.

Boaventura de Sousa Santos (2009) faz uma análise da relação dialética entre o sistema jurídico não oficial e o sistema jurídico oficial como mecanismos de resolução de conflitos que envolvem violência pública ou coletiva. Ou seja, a aplicação de princípios normativos a casos individuais (justiciabilidade) em casos coletivos. Isso implicaria tanto uma delimitação do objeto do conflito como a dos sujeitos envolvidos. Também implicaria extrair o conflito, abstraí-lo do contexto em que se circunscreve.

[...] la selección de las cuestiones litigiosas es producto de las necesidades y finalidades del mecanismo de solución de conflictos, así como de la manera en la cual los participantes y las audiencias reaccionan o se acomodan a dichas necesidades. El objeto de un conflicto es el resultado de un complejo proceso de negociación entre las partes, el tercero imparcial y la audiencia relevante. Esta perspectiva puede ser de utilidad para aclarar aspectos confusos en análisis previos sobre manejo de conflictos (SANTOS, 2009, p. 123).

Poder-se-ia pensar numa forma de regulação social da violência urbana diferente da dos mecanismos de controle do Estado, o que conduziria a pensar na possibilidade da construção de mecanismos de legitimidade social popular que propiciem a criação

de certas ordens sociais. Nesse sentido, e sob a perspectiva do pluralismo jurídico proposto por Santos (2009), estar-se-ia diante da resolução de conflitos jurídico-penais, já que, ao falar de expressões de violência armada, está-se ante um cenário que envolve ações consideradas como delitos pela normatividade penal vigente. Diante disso, os processos de regulação social da violência armada urbana não estariam atrás de construir um direito, como aponta Santos (2009) no direito de Pasárgada, mas, sim, do uso da retórica como recurso para a resolução de conflitos, constituindo processos de regulação social da violência. Nesse caso, é uma dimensão política.

A resolução de conflito é produto do acordo e da concreção a que chegam as pessoas sobre o direito que se afeta. É na argumentação e contra-argumentação em que se alcança o acordo, e não a partir de lei formal. A retórica e a argumentação jurídica é uma estratégia em que o direito é um produto de negociação, ou melhor, a resolução do conflito é produto de uma estratégia de negociação. Santos (2009) postula, primeiro, a verticalidade do direito oficial e, segundo, a horizontalidade do direito não oficial. Entretanto, está mostrando as estratégias de negociação, argumentação e retórica no direito não oficial; e, no direito oficial, a carência de argumentação e retórica que lhe permite chegar a acordos ou concreções, porque, como o direito está reconhecido pelo Estado, a argumentação no direito oficial é uma argumentação limitada ao discurso oficial. No discurso não oficial, pode-se produzir maior consenso, melhorar o processo de relações; no caso do direito oficial, este se vê reduzido.

Quando Santos (2009) fala do sistema jurídico, refere-se ao sistema que permite reconhecer ou exigir direitos determinados. No caso do direito oficial, a garantia dos direitos está derivada da forma; no direito não oficial, a garantia do direito está mais dada pela ética, e não pela forma. A ética conduz-nos a que os indivíduos estejam reconhecidos em sua condição de igualdade e de justiça para a qual não se precisa de formas. No direito oficial, quem respeita a forma ganha, ou seja, é quem obtém o direito, porque este está dentro da norma.

No processo de regulação da violência, o que há é um processo de reconhecimento social de direitos, não um reconhecimento em base do direito oficial. O social como a relação consciente e racional de quem participa na relação. No social, está o

reconhecimento, a reprodução, um conjunto de argumentações e retóricas que fazem com que apareça o mundo do social. Por isso, mais além da regulação jurídica popular, deve-se analisar a regulação social sustentada em práticas argumentativas sociais. Quando Santos (2009) fala do sistema jurídico, é aquele sistema de garantias de direito desde a forma — a regulação social deve ser interpretada como sistema social que garante os direitos através de um conjunto de formas culturais que envolva outra série de princípios, como, por exemplo, o da reciprocidade-solidariedade.

O processo de regulação da violência armada urbana obedece a aspectos de caráter político, pelo qual os mecanismos utilizados na administração de justiça de conflitos particulares não pode ser o mesmo que se utiliza na resolução de conflitos políticos públicos, ainda que o princípio de funcionamento possa ser o mesmo. Assim, a construção de uma sociologia jurídica desprende-se de práticas jurídicas não formais na resolução de conflitos particulares dentro de uma comunidade determinada. A retórica argumentativa como fonte para a resolução dos conflitos comunitários pode ajudar, em certa medida, a resolução de conflitos violentos, principalmente no processo de negociação sobre o objeto de confrontação. Na medida em que diferentes atores que se encontram em processo de confrontação armada acordem sobre o objeto de sua disputa, é um passo para o processo de solução dos conflitos.

Na Colômbia, os estudos alternativos de resolução de conflitos têm se dado desde várias perspectivas em grande parte do que se conhece como justiça comunitária, ou justiças alternativas. Quando se analisa a bibliografia sobre a regulação comunitária na Colômbia, é coletada uma série de pontos críticos que justificam esses estudos. É frequente ver neles fatores como crises da justiça, contextos de violência, violação de direitos humanos, limites da justiça, disputas territoriais de grupos armados, deslegitimidade do Estado, entre outros.

Em relação ao fator de crises da justiça, a maioria dos estudos sustentam que este deu passo à origem daquelas figuras pertencentes ao modo de regulação da Justiça Comunitária na Colômbia. Por exemplo, Rodrigo Uprimy (2000) centra o problema na desconfiança dos cidadãos frente ao sistema judicial formal na Colômbia, pois não é considerado transparente, eficaz e oportuno. Mesmo assim, existem dificuldades que restringem ainda mais o acesso à justiça, como, por exemplo, as limitações de ordem

econômica, obstáculos de tipo espacial, existência de barreiras temporais e processuais e barreiras educativas e de assessoria técnica. Nesse sentido, mostra Uprimy (2000), os mecanismos de resolução de conflitos convertem-se em alternativas mais próximas da comunidade e do cidadão ordinário para resolver seus conflitos de forma mais oportuna e rápida. Entretanto, o problema que identifica então Uprimy (2000) tem a ver com a incongruência entre as potencialidades desses mecanismos e os riscos que os mesmos podem representar na aplicação de justiça entre os quais, afirma, a geração de resultados injustos, o desenvolvimento de práticas despóticas de vingança e violência entre a população, a trivialidade das demandas cidadãos de mudança social e a descarga de obrigações que tem o Estado de brindar o serviço público e de administrar a justiça.

A tese que aborda Uprimy (2000) sobre esse problema é a seguinte:

[...] en las sociedades contemporáneas no se trata de optar entre que haya o no justicia comunitaria, porque inevitablemente ésta va a desarrollarse, pues es expresión de fuerzas y dinámicas profundas; el problema es entonces otro: ¿cómo la organizamos y qué tipo de justicia comunitaria queremos? Mi hipótesis de partida es entonces que inevitablemente seguirán existiendo formas de justicia comunal porque hay una cantidad considerable de conflictos que no son, ni pueden ser, adecuadamente resueltos (UPRIMY, 2000, p. 2).

Na perspectiva sociojurídica, o problema centra-se em conhecer se os mecanismos alternativos aos judiciais fazem parte de um fenómeno globalizado ou são, pelo contrário, o resultado de transformações sociais específicas de carácter nacional ou local. Essa inquietude surge da análise que realiza Gómez (2001) acerca das reformas constitucionais e legais que, durante a década de 1990, foram feitas na Colômbia e em outros países e que deram base à flexibilização do sistema jurídico e à consagração dos mecanismos alternativos àqueles da via judicial para resolver conflitos (GÓMEZ, 2001, p. 217).

Outro aspecto que analisa Gómez (2001) e que convém ressaltar para a análise da regulação comunitária dos conflitos é a problemática que identifica em relação à crise da justiça. Diferentemente de Uprimy (2000), que centra o problema na congestão e ineficácia do sistema judicial, Gómez (2001) assenta o problema na dissociação entre

a oferta institucional para resolver os conflitos e os conflitos sociais existentes. A respeito disso, afirma Gómez (2001):

El buen funcionamiento de la justicia no sólo requiere de una adecuada oferta oficial, sino de una adecuada oferta social de resolución pacífica de conflictos. Ambos aspectos están íntimamente relacionados. Las disfunciones en la parte baja de la “pirámide de la litigiosidad” afectan las funciones institucionales de la parte oficial de dicha representación. Este efecto negativo no consiste únicamente, como pudiera pensarse, en una sobrecarga del sistema de justicia oficial – debido a la acumulación de casos no resueltos en la parte social de la pirámide – sino más bien en una disociación entre la conflictividad social y la oferta de justicia. A los problemas de oferta oficial de justicia se suma el deterioro de la oferta social y pacífica de justicia. Los rigores de la urbanización, la repentina secularización, la crisis de legitimidad institucional, la debilidad de los movimientos sociales y las estrategias colectivas, la persistencia de una cultura del rebusque y la violencia, entre otros factores, han deteriorado la interiorización de valores y medidas que de alguna manera dieron estabilidad a las expectativas sociales (p. 219).

As relações entre as comunidades, o Estado e a cidade são cambiantes e variam segundo o tipo de conflito que se apresenta, em diferentes momentos, pelo acesso a bens e serviços da cidade, e também pelas formas de constituição e defesa dos territórios urbanos. Nesse caso, tanto a produção de conflitos quanto a produção da norma e das práticas que mantêm uma ordem no contexto urbano são a base da alternatividade na resolução de conflitos a respeito do sistema judicial oficial (GÓMEZ, 2001, p. 219).

Pode-se entender que, para Gómez, a análise da regulação comunitária de conflitos, e também de conflitos em contextos urbanos, não se esgota com a análise do desenvolvimento institucional judicial, mas, adicionalmente, devem-se considerar as relações dos programas institucionais com o contexto social que os envolve. Por isso, não se pode compreender a “complexidade da justiça comunitária mediante o exame dos processos internos do Estado” (GÓMEZ, 2001, p. 219), mas das dinâmicas internas nas comunidades, das práticas sociais que desenvolvem e das normatividades alternativas que se configuram em função da resolução de conflitos e da construção de territorialidades.

A pesquisa adiantada por Edgar Ardila (2006) contém uma preocupação de ordem acadêmica e outra de ordem prática. A primeira está referida à ausência de maiores

ferramentas teóricas que permitam estudar as potencialidades e os problemas das figuras da justiça comunitária e seus impactos na realidade social colombiana; e a segunda está ligada ao pouco avanço de metodologias que possibilitem a administração de justiça em equidade (e não reduzida só à implementação de mecanismos alternativos). Argumenta Ardila (2006) que, na Colômbia, não há os elementos que permitam analisar as instituições de justiça em equidade por dentro, entender como funcionam e como produzem as decisões; assim como carece de maiores ferramentas para relacionar aos mecanismos com seu entorno social e político (ARDILA, 2006, p. 13).

Os tópicos orientadores do estudo de Ardila (2006) centram-se nas possibilidades de as instituições de justiça em equidade serem uma ferramenta atuante na realidade colombiana; nas condições e circunstâncias que viabilizam a justiça comunitária; nos cenários de atuação; e nos percursos democratizantes dela. Seu objeto, então, concentra-se em:

[...] establecer el papel que juegan las comunidades en los procesos de implementación de la justicia en equidad y su aporte como medio de viabilidad y sostenibilidad de las figuras que operan con ellas. Buscamos aquí contribuir a la reflexión teórica y metodológica, encaminada a la ubicación de acciones en el campo de la identidad y del desarrollo comunitario que posibiliten diferentes formas de participación en la construcción de la justicia en equidad (ARDILA, 2006, p. 15).

Os processos de desenvolvimento comunitário não são só o terreno da gestão pacífica e comunitária dos conflitos, mas também de transformação das próprias dinâmicas de regulação social e, nessa medida, de desenvolvimento político da comunidade e de democratização da sociedade.

De maneira muito diferente, María Teresa Uribe (2006) busca revelar a importância da ação coletiva nos processos de resistências e atenção dos conflitos violentos. Diferentemente dos demais autores aqui detalhados, Uribe (2006) não fala das figuras da justiça comunitária, mas, sim, das formas em que grupos subordinados ou gente comum enfrentam situações-limite propiciadas por atores armados e que exercem diversos tipos de violência. Esse objeto de estudo destaca-se, pois pode representar um olhar sobre a regulação comunitária de conflitos, a partir do qual se compreendem

as dinâmicas dos grupos sociais e como criam suas próprias formas, regras de jogo e normas para formar identidades coletivas em contextos de alto conflito. Necessariamente, devem-se pôr em prática ações tendentes à regulação social para o mantimento de ordens legais, no caso da ordem estatal, e não legais, no caso das comunidades afetadas pela violência.

Uribe (2006) indaga as formas de agir das pessoas em contextos agudos de violência social extrema, para continuar com a sua vida social e privada, para relacionar-se com operadores de violência, estatais e não estatais. A respeito disso, diz Uribe (2006):

Interesa destacar que los dominios y los controles de los operadores de orden y violencia, sean institucionales, contrainstitucionales o parainstitucionales, nunca logran imponerse del todo sobre la población y siempre encuentran formas de resistencia entre las personas. Éstas van desde la oposición abierta, contestataria y rebelde, hasta formas más sutiles, menos visibles, no siempre públicas y difíciles de aprehender, pasando por una gama muy compleja de acciones colectivas en las cuales se expresa la inconformidad con una situación agobiante y opresiva; en otras palabras, los poderes verticales y autoritarios no son tan eficaces como se podría pensar para imponer sus mandatos y prohibiciones, y requieren transacciones de diversa naturaleza con actores sociales heterogéneos, en las cuales se pueden explorar formas de resistencia poco ortodoxas y no siempre cívicas o pacifistas (p. 63).

Para Uribe (2006), é de grande importância compreender as interações múltiplas e diferenciadas que se estabelecem entre os operadores de violência e os grupos sociais que habitam territórios de conflito armado, sejam estes rurais ou urbanos, porque, a partir daí, faz-se possível estudar o que Uribe denomina “formas não ortodoxas de resistência social” (p. 64). Dentro desse marco, pôde-se colocar a regulação comunitária dos conflitos violentos urbanos, na medida em que Uribe (2006) aborda precisamente o exercício de domínio imposto pelos operadores de violência, na qual se sustenta uma rede bem nutrida de micronegociações, transações, acordos contingentes, alianças transitórias e rupturas intermitentes que resultam medianamente eficazes para as populações e lhe põem limite ao acionar os operadores de violência (URIBE, 2006, p. 64).

Em resumo, o conceito que mais se destaca nos autores revisados é o da justiça comunitária entendida como um processo impulsionado pelo Estado para ajudar a resolver a diversidade de conflitos que se apresentam em comunidades locais, tanto

rurais como urbanas. Esse processo dá-se ante a impossibilidade de atenção permanente e efetiva aos conflitos por parte do Estado na totalidade do território nacional, isto é, aos problemas de acesso à justiça e cujos efeitos são o aumento da violência, a existência de práticas de justiça privada por atores armados e a violação de direitos. A justiça comunitária é impulsionada para que, por meio de outros “operadores” por fora do sistema judicial oficial, administre-se justiça em condições de legitimidade comunitária e sob um marco legal que os ampara. O conceito que tem Ardila (2006), por exemplo, é ilustrativo, pois depende da existência da Justiça Comunitária no processo impulsionado pelo Estado e assumido por líderes sociais sob a égide de sua própria normatividade social.

Em concordância com o imediatamente anterior, este conceito confirma, mais que a diferenciação entre a justiça oficial e a justiça informal, um nível de coexistência entre ambas, mas determinada e avaliada pela institucionalidade estatal. Ressalta-se aqui como característica da Justiça Comunitária o papel da norma social na toma de decisões comunitárias, assim como os procedimentos mínimos e em nada burocráticos que a Justiça Comunitária contém. Embora, seu acionar, pelo tipo de conflitos tratados e os procedimentos são regulados pela norma legal que permite que os operadores informais de justiça possam exercê-la como tal.

Uprimy (2000) partilha com Ardila (2006) a ideia de que a Justiça Comunitária¹⁸ é possível pelo impulso que se tem dado de figuras consagradas na lei para tentar mitigar a crise no acesso à justiça. Uprimy (2000) concebe a Justiça Comunitária como um conjunto de “[...] mecanismos tendentes à desprofissionalização e desjudicialização da resolução dos conflitos entre os cidadãos. [...] todos eles partem de uma desconfiança na justiça formal do Estado, pois não a consideram um instrumento eficaz, transparente e adequado para sanjar as controvérsias cotidianas dos cidadãos” (UPRIMY, 2000, p. 1) de uma forma acessível, rápida e em consenso.

¹⁸ É importante mencionar que o impulso dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos na Colômbia se deu de forma aberta a partir da promulgação da Constitución de 1991 e estabelece as figuras dos Juízes de Paz e a conciliação em equidade; assim como o reconhecimento da justiça indígena. Es sob este contexto em que tanto, Ardila como Uprimy abordam o desenvolvimento da Justiça Comunitaria.

Essas posturas conceituais relacionam-se de forma direta com o contexto colombiano em torno da crise da justiça e da existência de práticas de justiça alternativas à ordem estabelecida. Gómez (2001), por exemplo, mostra que, segundo os processos de fragmentação social, que se aguçaram logo depois da década de 1980, é possível identificar uma pluralidade de poderes, assim como a manifestação de outros sistemas de justiça diferentes ao sistema de justiça oficial.

Os autores partilham também a ideia desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2001) sobre o pluralismo jurídico. Basicamente, Santos (2001) diz que:

[...] desde el punto de vista sociológico y en contra de lo que la teoría política liberal hace suponer, las sociedades contemporáneas son jurídicas y judicialmente plurales. En ellas circulan no uno sino varios sistemas jurídicos y judiciales. El hecho de que sólo uno de estos sea reconocido oficialmente como tal, naturalmente afecta el modo de cómo los otros sistemas operan en las sociedades, pero no impide que tal operación tenga lugar (SANTOS, 2001, p. 132).

Embora esses autores centrem-se na justiça comunitária como mecanismo de regulação dos conflitos no marco do pluralismo jurídico, Uribe (2006) foca as estratégias de ação coletiva que permitem tanto a resistência quanto a transformação de relações e comportamentos violentos nos âmbitos comunitários. Essas estratégias podem ser consideradas como de regulação comunitária porque a fonte de poder reside nos processos históricos de configuração social que os distintos atores desenvolvem para a defesa de seus territórios. Uribe (2006) dá ênfase às estratégias despregadas pelos atores sociais em contextos onde a violência se converte em instrumento de dominação social e é adiantada como meio de subsistência, resistência e solução de conflitos. A respeito disso, afirmou Uribe (2006):

A pesar de la eficacia del terror agenciada por los operadores de violencia, las personas se la ingenian para desplegar unas estrategias que, siguiendo a James C. Scott, podríamos llamar de *infrapolítica*, es decir, una serie de formas de resistencia muy variadas entre las cuales está la falsa sumisión, el incumplimiento pasivo, la ignorancia fingida, la difusión de rumores, el engaño deliberado, la burla, la risa, los chismes; en suma, eso que llama el autor el *discurso oculto* producido a partir del sufrimiento y que representa una crítica a los poderes autoritarios, pero de espaldas al dominador (p. 66).

Segundo Uribe (2006), pode-se considerar a regulação comunitária de conflitos violentos como uma estratégia sociopolítica de resistência e transformação das relações de dominação em comunidades de contexto urbano. Dentro das relações de dominação, inclui-se o acionar de atores armados pela disputa de territórios, e, nesse sentido, as comunidades estão em constante confrontação (aberta ou não) com esses atores, por um lado, e de negociação e transação da ordem com agentes institucionais estatais, por outro lado; em todo caso, busca ganhar maior posicionamento dentro de um ambiente de alta complexidade social. Nesse sentido, diz Uribe (2006):

Según Tarrow, las fisuras y las grietas que se abren en los órdenes políticos dominantes son precisamente las que permiten despliegues muy significativos de la acción colectiva de los subordinados o los agraviados. [...] ante la imposibilidad de contar con un orden institucional consolidado, lo más adecuado parece ser la negociación del desorden (p. 76).

Interessa destacar que los dominios y los controles de los operadores de orden y violencia, sean institucionales, contrainstitucionales o parainstitucionales, nunca logran imponerse del todo sobre la población y siempre encuentran formas de resistencia entre las personas. Éstas van desde la oposición abierta, contestataria y rebelde, hasta formas más sutiles, menos visibles, no siempre públicas y difíciles de aprehender, pasando por una gama muy compleja de acciones colectivas en las cuales se expresa la inconformidad con una situación agobiante y opresiva; en otras palabras; los poderes verticales y autoritarios no son tan eficaces como se podría pensar para imponer sus mandatos y prohibiciones, y requieren transacciones de diversa naturaleza con actores sociales heterogéneos, en las cuales se pueden explorar formas de resistencia poco ortodoxas y no siempre cívicas o pacifistas (p. 63).

Ainda que Uribe (2006) não desenvolva um conceito como o de regulação comunitária de conflitos violentos urbanos, destaca-se dentro de sua postura conceitual o fato de que as ações coletivas orientam-se politicamente à construção de comunidades e consolidação de seus laços sociais, para o que se requer a implementação de estratégias de regulação, de negociação e de transação de ordens sociais, com todos os atores, estatais, paraestatais e contraestatais.

Por último, Uribe (2006) mostra duas estratégias de ação das comunidades em contextos de violência: a estratégia de neutralidade ativa e a estratégia de acordos e convênios de paz. A estratégia de neutralidade ativa baseia-se fundamentalmente na

manifestação pública, que fazem diferentes comunidades e grupos sociais, de não partilhar a opção de nenhum grupo armado para resolver os conflitos. Diz Uribe (2006) que essa forma de organização da sociedade civil tem dado passos em direção a formas mais orgânicas de resistência; ou seja, a configuração de ordens próprias, espaços delimitados e organizados nos quais é possível garantir autonomias, autodeterminação e independência ante os atores armados, sejam estes legais ou ilegais. A estratégia de acordos e convênios de paz com os operadores de violência é desenvolvida por atores institucionais e comunidades locais que, contra as ordens do governo central, promovem reuniões e diálogos com os operadores de violência com o fim de estabelecer limites à ação violenta e conseguir compromissos frente a temas como o dos direitos humanos.

Portanto, ambas as estratégias, diz Uribe (2006), constituem um ponto de encontro entre o operador de violência e grupos subalternos, sob o qual se criam pactos implícitos que permitam manter certos níveis de segurança nos territórios. Mesmo assim, essa intermediação implica a interação entre “dominadores e dominados”, tendente a “la existencia de transacciones, a la búsqueda de acuerdos y negociaciones y al establecimiento de ciertas reciprocidades asimétricas y precarias que hacen posible alguna forma de resistencia social” (URIBE, 2006, p. 68).

As estratégias abordadas por Uribe (2006) podem-se considerar no marco dos processos de regulação comunitária dos conflitos armados, pois, como diz a autora, essas estratégias de ação coletiva “están atravesadas por un eje común, las micronegociaciones, los acuerdos contingentes, las negociaciones transitorias, los diálogos y los encuentros cara a cara entre diversos actores” (2006, p. 76). Ainda nas situações mais críticas, a estratégia de acordo para a sobrevivência apresenta-se em alguns casos como transação privada e, em outros, como negociação semipública, mas quase sempre por fora do domínio institucional. Trata-se, então, de acordos e negociações que fortalecem uma capa muito ampla de intermediários, armados e desarmados, que situam os pactos entre hostis e subordinados, na condição de estratégia pública por excelência; de maneira que, ante a impossibilidade de contar com uma ordem institucional consolidada, o mais adequado parece ser a “negociação da desordem” (URIBE, 2006, p. 76).

1.6. Percursos metodológicos

A proximidade com o bairro de Moravia por mais de 20 anos possibilitou a vivência dos processos de transformação de um espaço que emergiu como um interstício dentro de uma cidade que, na década de 1960, se propunha como uma das mais modernas do país. Foi presenciado, durante esse trajeto da vida de Moravia, um setor cheio de gente que depositava todas as suas expectativas num lugar que podia significar bem-estar e estabilidade econômica de um conjunto da população colombiana que chegou à cidade fugindo da violência no campo rural e motivado por uma fé fervorosa nas possibilidades que a cidade industrial e comercial poderia oferecer. Tem se observado como a autoconstrução de pequenas casas, em lugares não contínuos e terrenos não legalizados pelo Estado, foi abrindo o caminho para o adensamento de um dos setores hoje considerado um dos mais estratégicos da cidade. Forjado sobre terrenos próximos ao rio Medellín e acima do antigo depósito de lixo da cidade, Moravia dialoga com a diversidade, com o caos, com a complexidade, com aquilo que não é o estabelecido. Cria e recria as suas próprias formas de luta e de resistência ante uma cidade que implacavelmente a recusa, a transfigura e a contém de suas próprias formas de ser. Este trajeto igualmente tem permitido ver os negros, os camponeses, os cidadãos, os jovens, os adultos, as crianças, as mulheres se misturarem na vivência da rua, na construção de sua história do bairro, marcada pelas lutas de sobrevivência, pela contenção da violência e por todas as vicissitudes em torno da mitigação da pobreza, da exclusão e da indiferença social.

Igual a muitos bairros da periferia de Medellín e também de outras cidades da Colômbia, Moravia teve que lidar com a violência desde sua formação como bairro. A violência estatal repressiva, principalmente nos anos 1960 e 1970, quando lutaram resistentemente para se formar e se manter como bairro da cidade e não serem despojados de suas vivendas. A violência das violências urbanas, ou seja, as produzidas pela própria cidade no sentido das disputas pelos territórios que os diferentes grupos armados têm protagonizado para lograr o controle das diferentes

áreas na cidade. Essa condição de violência trouxe a pergunta do porquê um setor como Moravia, que tem vivido diferentes expressões de violência armada em todo seu recorrido histórico, hoje é um dos setores que consegue se manter com certa harmonia e sem uma intervenção clara do Estado por atender a essa demanda. Um dos setores do bairro foi nomeado, nas décadas de 1980 e 1990, como um dos mais perigosos da cidade; em todo esse trajeto, podia-se dar conta de como os taxistas, por exemplo, nem queriam entrar em Moravia; ninguém que não era daquele lugar queria entrar. Sua imagem de bairro violento aumentava com a forma labiríntica e intransitável de suas ruas, a paisagem conformada pelas casas de madeira e material reciclado, todas apilhadas no morro do lixo, e o espessar de suas fronteiras com a cidade que o convertia num território quase impenetrável.

Na atualidade, é possível observar uma Moravia com uma dinâmica muito diferente da de 20 ou 15 anos atrás; mais carregada em suas atividades econômicas e de vivendas, mas com sua forma física própria, ainda que com modificações significativas pelos processos de transformação urbana aos quais foi submetida nos últimos 10 anos. “Um povoado dentro de um povoado”, como a maioria das pessoas de lá e também de fora a nomeiam. Um lugar que expressa uma certa harmonia nas suas relações de coexistência, mas que, como muitas de suas pessoas dizem, também “uma tranquilidade tensa”, “acalmada”, porque reconhecem que, no marco de suas relações, a violência está presente.

As regularidades da violência armada urbana e a sua variação motivada pelos processos de regulação em Moravia são o eixo central do presente trabalho. Apesar da intensificação da violência armada urbana na cidade de Medellín desde o ano de 2009 e o recrudescimento no ano de 2012¹⁹, em Moravia o índice de homicídios é relativamente baixo em comparação com outras comunas e bairros da cidade.

¹⁹ O Informe de Derechos Humanos de 2012 da Personería de Medellín diz o seguinte: “De acuerdo con los datos ofrecidos por la fuente, en la ciudad fueron asesinadas en promedio 104 personas por mes, 24 en la semana y 3 cada día y la tasa de la ciudad fue de 52 homicidios por cada cien mil habitantes (h. p. c. m. h.), cifra que constituye una de las tasas más altas de las ciudades capitales del país, en comparación con Bogotá con una tasa de 16 h. p. c. m. h. (El Tiempo, 2013), Cali con una tasa 82,2 h. p. c. m. h. (El País, 2013) y Barranquilla con una tasa de 29,1 h. p. c. m. h. (El Tiempo, 2013), mientras la del país es de 31 h. p. c. m. h. (El Nuevo Siglo, 2013). En general, en el país se presentó una tendencia a la baja de los homicidios, pero Medellín aún ostenta una tasa alta” (PERSONERÍA DE MEDELLÍN, 2012).

Diferentemente de outras comunas, a 4 (Aranjuez) — da que faz parte Moravia — no ano de 2012 apresentou uma taxa de homicídios de 57,77. Taxa relativamente baixa em comparação com outras comunas como a 10 (La Candelaria) e a 13 (San Javier), que apresentaram, nesse mesmo ano, uma taxa de 197,4 e 165,3 respectivamente²⁰. Este índice de homicídios não reflete necessariamente uma redução do acionar dos grupos armados nos bairros da Comuna 4 (Aranjuez), mas, sim, do controle territorial, o que minimiza o nível de confrontações violentas. Tal situação levou à proposição de que a violência armada em Moravia se dá pelo interesse de diversos atores — armados e não armados — de construir uma ordem social coletiva, para a qual criam mecanismos de regulação que variam de intensidade, obtendo, assim, o reconhecimento e a legitimidade de seu acionar social.

Nesse sentido, o trabalho de campo obedece a uma motivação própria da autora de evidenciar as relações que se dão num contexto urbano, construído e mediado por interações violentas. Pretendia-se entender como a violência armada urbana da cidade se assenta num setor periférico e, sobretudo, como se sobrevive nele. Entender, nessa condição histórica de violência, quais são os significados que os próprios atores armados e não armados inserem à violência, o que implica a confluência de múltiplas situações e circunstâncias que afetam o porvir de sua formação como bairro e que determina sua posição dentro de um processo de ordenação que domina e exclui outras formas de relacionamento, que estão por fora do *status quo* de uma cidade que homogeneiza e reverte sua condição local em resposta às demandas globais do capital.

Uma primeira perspectiva teórica que colaborou neste recorrido por apreender essas práticas e significações da violência armada foi principalmente a sociologia histórica sob a perspectiva de Michael Mann (1986) e Charles Tilly (2007). Este trabalho apoia-se nesses autores para a identificação de regularidades históricas e específicas que se deram na cidade e no bairro de Moravia, como também na relação com os processos e estruturas mais amplas da violência armada, tanto a derivada da cidade quanto o conflito armado de caráter nacional que toma força no cenário urbano de Medellín. Michael Mann (1986) apresenta a ideia da história na que mostra como os

²⁰ Ver Informe de Derechos Humanos 2012 da Personería de Medellín.

processos sociais do passado são formadores de estruturas sociais; segundo ele “... la estructura social es una herencia de determinados pasados, y una gran proporción de nuestras sociedades complejas sólo existe en la historia” (p. 9). A condição de violência do bairro de Moravia é produto de sua conformação histórica, e, portanto, o enfoque sobre os acontecimentos sociais ajudaram a relacionar, em distintos períodos de tempo (não cronológicos), as relações de poder que predominaram na instituição da violência armada como interação e também suas práticas de regulação.

Outro dos elementos de Michael Mann (1986), sobre o qual se apoia este trabalho para fundamentar o percurso metodológico, é a sua concepção da sociedade e do poder como fontes nas redes de organização social. As unidades básicas de análises sociais em Michael Mann (1986) são as formas de organização social produto de relações de poder. Também porque, ao contemplar as redes de interação social, os indivíduos não necessariamente se organizam com base numa estrutura da sociedade só, mas, sim, numa que obedece a fontes de poder organizadas em distintas redes de organização social. Segundo Mann (1986), as sociedades, e não a sociedade, estão constituídas por redes de estruturação como a cultura, a economia e o Estado, não obstante quase nunca coincidem para formar uma totalidade social determinada de modo absoluto por um ou outro fator. As sociedades não são unitárias, e, em tal caso, os indivíduos não se veem necessariamente constrangidos pela estrutura social como um todo, mas, sim, sua atuação obedece a diferentes formas de relacionamento no marco das relações de poder (MANN, 1986, p. 15).

O enfoque relacional para a análise da realidade social de Charles Tilly (1978) conversa com a leitura anterior das sociedades de Mann (1986), na qual este trabalho se baseia para a aproximação da realidade que envolve os processos de interação violenta em Moravia.

La acción estratégica como fundamento de las relaciones sociales concretas es la base de la realidad social para Charles Tilly. El individuo que contempla en sus estudios es un ser complejo (y completo) que actúa en el marco de una acción colectiva, en el que influyen tanto la realidad del pasado como las estructuras del presente. Es un actor que procede con intención, seleccionando los recursos que le ofrece su medio y aprovechando las oportunidades a su alcance, negociando sus posibilidades y creando lazos en el desarrollo de la actividad. Un ser racional que analiza, calcula y decide, pero, como hemos

apuntado, no se trata del actor racional en su versión más economicista ya que el autor reconoce la influencia del contexto, de la cultura y, un estilo paulatinamente creciente, de la dimensión subjetiva del ser humano. (TILLY, 1978).

Nesse ponto, a análise da ação coletiva implicou, em termos metodológicos, uma tipificação de processos e mecanismos no contexto social de Moravia, dando ênfase às histórias causais que mostram processos contingentes e relações de dependência entre diversos aspectos da vida social de Moravia, como é o caso daquelas entre os atores armados e não armados na produção da ordem social em Moravia. Optou-se por utilizar as fontes do poder social de Mann (1986) em perspectiva relacional para mostrar as regularidades da interação violenta em Moravia, que ajudou na compreensão da relação entre o uso da violência coletiva como princípio organizador da vida social, isto é, em entender as significações e as práticas de regulação da violência urbana.

Para ter acesso às diferentes formas de significar a violência e entender a regulação e as práticas da violência armada urbana no desenvolvimento da história de Moravia, pareceu indispensável a realização do trabalho de campo por meio de entrevistas semiestruturadas de atores armados e não armados envolvidos no processo de interação violenta. Partindo das fontes de poder social (MANN, 1986), optou-se por dividir em três grandes atores, que por sua vez refletem três fontes de poder: o ator armado (poder militar); o ator econômico (poder econômico); e o ator social (poder de organização social). Nesses três atores, sustenta-se a base da regulação da violência armada urbana em Moravia, e, portanto, a busca das significações e das práticas orientaram-se principalmente neles.

Nesse processo de aproximação à realidade a partir da voz dos atores, foram realizadas 22 entrevistas, das quais sete foram de atores que participaram ou participam de grupos armados — especialmente das Milícias Populares do Valle de Aburrá —, de paramilitares e de um integrante do grupo armado que atualmente domina o bairro de Moravia. Uma das dificuldades desse processo consistiu na limitação ao entrevistar os atuais grupos armados. As outras entrevistas distribuíram-se em sete para atores econômicos e oito para atores sociais protagonistas dos processos de organização social em Moravia. As entrevistas complementaram-se com

processos de observação da vida social em Moravia, diálogos informais com a população, assim como a leitura de documentos remissivos à história e mais outros estudos da vida social de Moravia, entre os quais estão a história das Milícias, dissertações, documentos de recuperação da memória de Moravia e documentos técnicos e oficiais elaborados por diferentes dependências da prefeitura de Medellín.

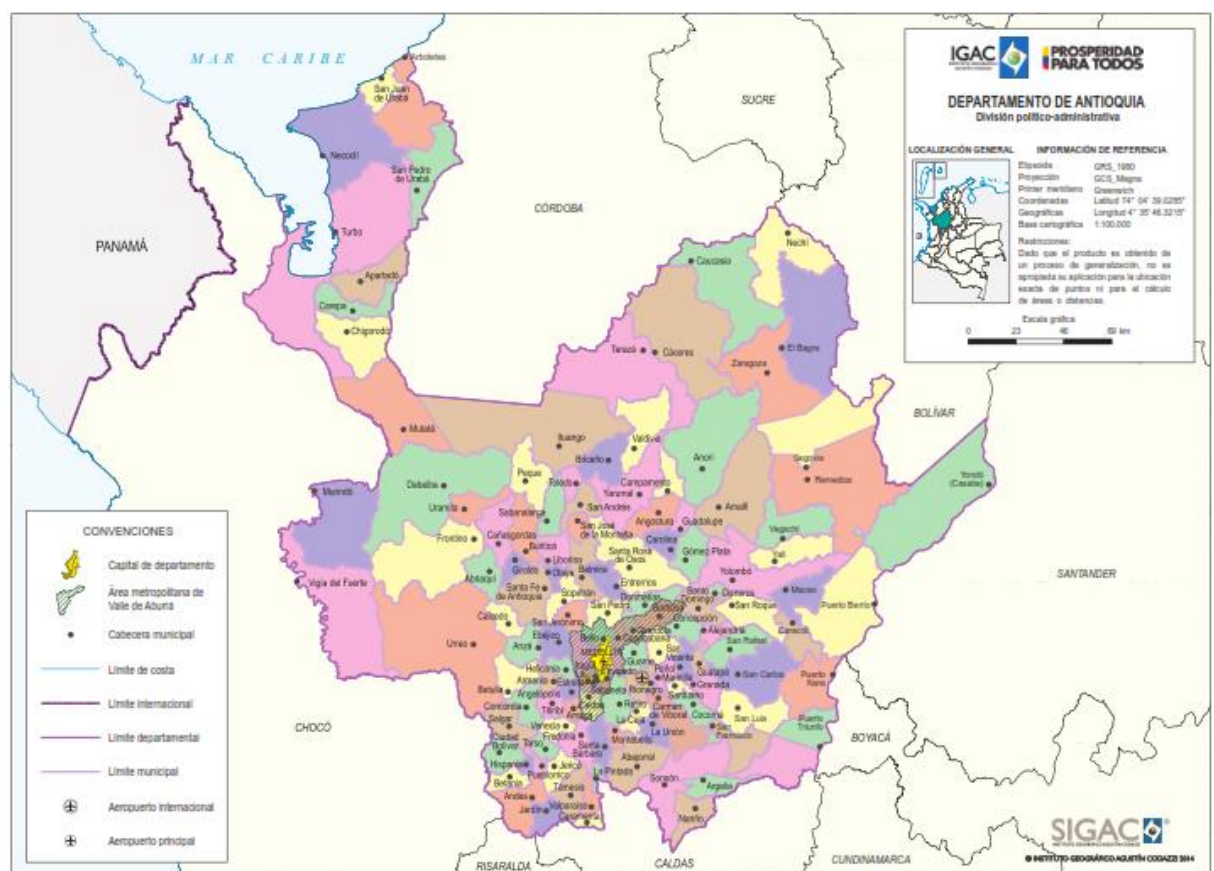
Outro dos elementos é o escalar. A porta de entrada deste trabalho para analisar a violência, tanto como acumulação social (MISSE, 2008) quanto como autonomia (SILVA, 1999), baseia-se na relação estabelecida entre ordem e violência no contexto do conflito armado em Colômbia, deslizando-o posteriormente ao conflito na cidade de Medellín e ligando-o à violência armada urbana em Moravia. É uma análise escalar, que permite um olhar do macro, em termos da violência, e sua relação com o micro, num contexto local e determinado, como o bairro de Moravia. Para esse processo, foi de fundamental importância a leitura dos diferentes estudos realizados sobre o tema tanto em Medellín quanto na Colômbia.

Em termos temporais, este trabalho abarca o período compreendido entre os anos 1994 e 2014, período em que coincide o maior posicionamento dos atores violentos e os modos de organização social em Moravia. Esse período divide-se, por sua vez, em três subperíodos, que mostram os momentos de maior confrontação e o domínio de um ou outro ator armado em Moravia. Os subperíodos são os seguintes: i) subperíodo que compreende 1994–2000, caracterizado pelo auge, controle e mutação do agir das Milícias Populares do Valle de Aburrá (MPVA), de alta mobilização e organização social, e pela penetração do governo local com projetos de convivência; ii) subperíodo compreendido entre 2001–2006, que mostra a penetração e o domínio dos grupos de paramilitares em Moravia, a quebra nas redes de organização social, a intervenção urbanística do governo local e os processos de pactos e entrega de armas dos paramilitares; e o iii) subperíodo compreendido entre 2007–2014, no qual houve permanência de estruturas criminais ligadas diretamente com o narcotráfico, especulação irregular do solo, consolidação de processos de intervenção urbanística, redes e organizações sociais institucionalizadas. Essa periodização ajudou com a identificação dos atores e suas ações referidas às variações e regularidades da violência, as ações de regulação e as significações dos atores com respeito à mesma

regulação e aos processos de sociabilidade que se desprendem tanto do agir violento quanto dos processos de regulação em Moravia.

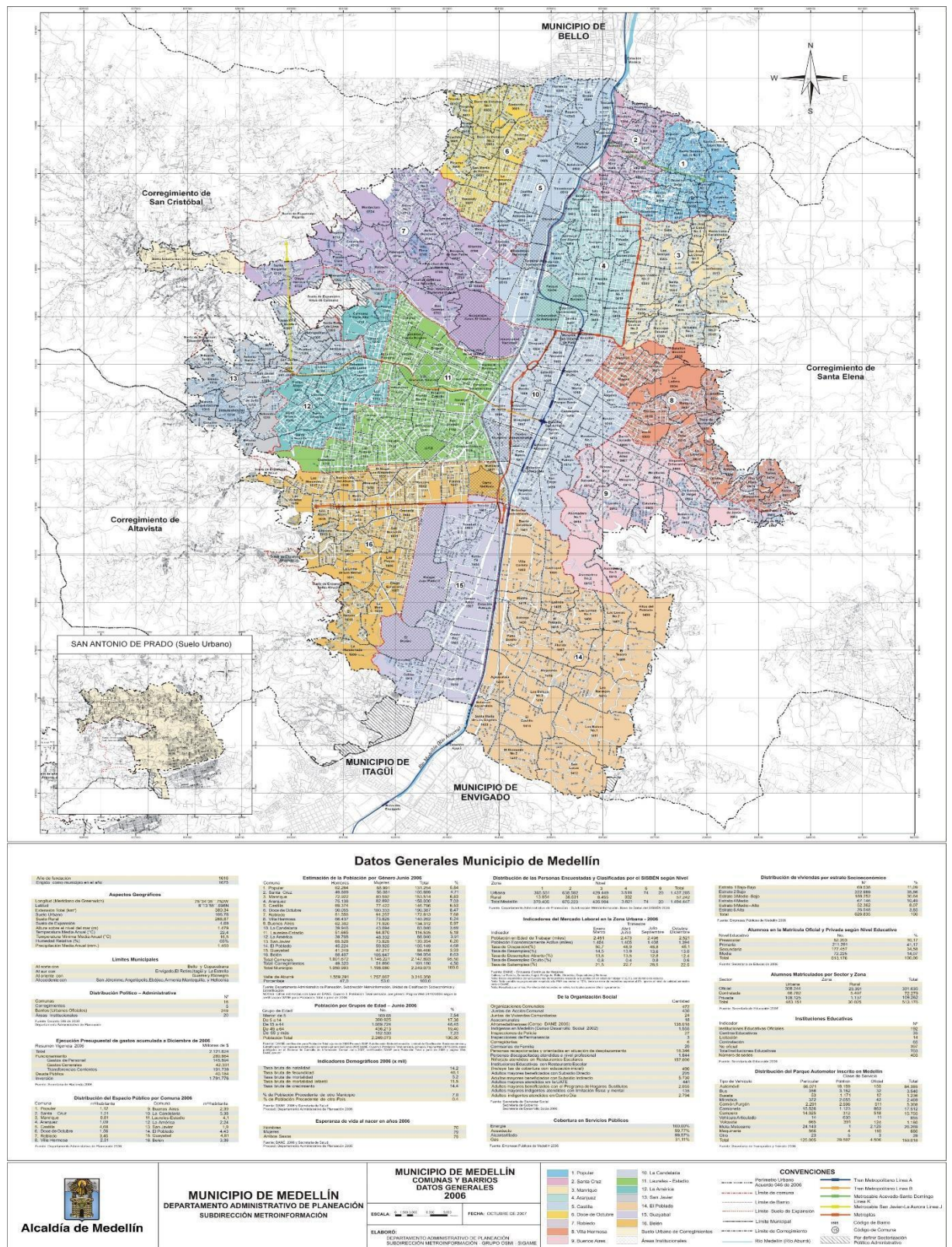
1.3.1. Delimitação do campo de estudo

Mapa 1: Localização geográfica: Divisão político-administrativa do departamento de Antioquia



Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi (SIGAC).

Mapa 2: División político-administrativa da cidade de Medellín



Fonte: Departamento Administrativo de Planeación, Alcaldía de Medellín.

Foto 1: Panorâmica do bairro de Moravia no ano 2000



Fonte: Fonte: Yeison (2013). Foto do bairro de Moravia.

Trata-se de uma zona central no marco da Área Metropolitana de Medellín. Conecta as principais entradas e saídas da cidade com municípios achegados e a infraestrutura viária que conduz aos outros departamentos do país. Sua localização, pode-se dizer, é uma das mais privilegiadas da cidade de Medellín, por se encontrar rodeada de grandes equipamentos e infraestrutura de grande porte para a cidade: ícones urbanísticos, como o Parque Explora, o Jardim Botânico e o Parque dos Desejos; infraestrutura educativa, como as universidades de Antioquia e Nacional; equipamentos de saúde, com hospitais de alto nível como a Clínica León 13 e a Clínica Universitaria San Vicente de Paul; infraestrutura de transporte, como as estações do metrô Universidad e Caribe em conexão com todo o sistema de transporte do Valle de Aburrá e a proximidade com o terminal de ônibus intermunicipais.

Foto 2: Moravia e seu entorno estratégico



Fonte: Departamento Administrativo de Planejamento. Alcaldía de Medellín, 2003.

A formação como bairro obedeceu ao processo de ocupação não legal, que se deu de forma crescente desde sua fundação. A ocupação ocorreu numa área fiscal pertencente ao município de Medellín, o que implicou a intervenção com mais força dos distintos governos locais para recuperar, expropriar, legalizar, renovar e melhorar as condições habitacionais e de espaço público em Moravia durante a última década. A década de 1980 foi uma das mais sensíveis, quando foi instalado o aterro sanitário municipal, o qual terminou sendo um “morro de lixo” que posteriormente converteu-se em lugar de sustento econômico e de habitação de uma boa parte das famílias que chegaram na zona. A formação como bairro também foi produto de processos organizativos e de movimentos sociais pela legalização dos prédios, pela adequação de equipamentos básicos comunitários e pela inclusão em programas de bem-estar social e habitacional, o que levou às disputas quase permanentes com as forças estatais.

Moravia carregou por muito tempo o estigma de ser uma das áreas mais pobres e perigosas da cidade, imagem que se tem desvanecido logo depois das grandes transformações urbanas que viveu durante os últimos 20 anos e da importância que

atingiu para os agentes imobiliários e comerciais da cidade na produção das rendas nesse setor. Moravia é uma área que passou de ser um espaço de lagoas e grandes extensões de pântanos, na década de 1960, a um território que combina, nos últimos anos, a alta renda pela especulação imobiliária, alto comércio e densas zonas de lazer. Essa transição urbanística não deixou de lado aspectos como a pobreza, a desigualdade social e a diversidade de conflitos no espaço de bairro e espaço familiar que se conjugam com as expectativas de desenvolvimento que a área poderia oferecer.

A localização estratégica de Moravia, como ponto de conexão de distintos lugares do departamento e do país, incidiu na sua estrutura populacional. Desde o início, Moravia foi centro de chegada da população migrante, tanto do país quanto do departamento de Antioquia na sua totalidade, situação que a converteu numa zona de alta diversidade cultural. Em Moravia, vivem campesinos deslocados pela violência rural dos anos 1950; conjuntos de deslocados forçados, produto do escalamento do conflito armado nacional; grupos de afrodescendentes — igualmente deslocados pelo conflito e pela pobreza que invade as zonas do departamento do Chocó e a região do Urabá Antioqueño; grupos de campesinos cuja procedência principal é da região do oriente Antioqueño; e, obviamente, confluem as gerações urbanas produto de todo esse quadro social.

Foto 3: Panorâmica de vivendas localizadas no antigo morro de lixo



Fuente: Municipio de Medellín (2011) *La memoria cultural como dispositivo para la intervención social en Moravia*. Ponte de pedestres da estação Caribe do Metrô

Moravia já não é o lugar estritamente pobre que abriga pessoas com baixos recursos econômicos. Apesar de que um pouco mais de 7.500 vivendas se concentrem nos estratos²¹ socioeconômicos um e dois, segundo os dados oficiais do SISBEN²², é possível observar um movimento econômico, de uma escala significativa, caracterizado fundamentalmente pelo fortalecimento da atividade comercial e a não regulada (oficial) da especulação imobiliária. Atualmente, pode-se descrever um território de usos econômicos misturados com unidades habitacionais de medianas especificações técnicas na sua construção. A morada notória deu passo à implantação de atividades econômicas nos lugares centrais de Moravia. Ainda assim, é possível observar um conjunto de casas construídas com materiais precários, especialmente nas áreas menos centrais e comerciais. O morro de lixo foi objeto de intervenção pelo governo local, e as famílias que ali moravam foram realocizadas em outro setor da cidade.

Em Moravia, o ritmo da violência armada urbana presente por décadas no conjunto da Área Metropolitana de Medellín²³ adquiriu uma velocidade sem limites a ponto de se inserir nas relações sociais. Moravia foi epicentro do acionamento de diversos grupos formados a serviço do cartel da droga na década de 1980, o que acarretou dezenas de jovens mortos, uma desolada crise nas organizações comunitárias que faziam parte do processo de reivindicação de interesses comunais e o estigma de ser considerada como uma das áreas mais perigosas da cidade. Os dados sobre registros das taxas de homicídios em Moravia estão diretamente ligados às apresentadas, tanto

²¹ O sistema de estratos socioeconômicos opera na Colômbia há mais de 30 anos e classifica a população como rica ou pobre segundo as condições do lugar onde mora. A classificação é dada de um a seis, sendo o estrato seis o nível mais alto e o estrato um o nível mais baixo. Também é utilizado como critério para a entrega de subsídios do Estado, principalmente em educação, saúde e habitação.

²² O Sistema de Identificação e Classificação de Potenciais Beneficiários para Programas Sociais (SISBEN) é essencialmente um sistema técnico de informação que é desenhado pelo Governo Nacional com o propósito de identificar e classificar os lares, famílias e pessoas conforme as suas condições de vida. Esse é um instrumento que por mandato legal se aplica obrigatoriamente por parte dos municípios e distritos e que permite formar uma base de dados com o registro das condições de vida das famílias e seus respectivos pontos. Ver em: <http://www.sdp.gov.co/portal/page/portal/PortalSDP/ServiciosTramites/SISBEN/QueEs>.

²³ É preciso lembrar que, desde meados dos anos 1980, houve momentos de alta confrontação pela dominação territorial entre os atores armados, sejam estas organizações provenientes do narcotráfico, grupos insurgentes ou contrainsurgentes. No período entre 1991 e 1993, a taxa de homicídios oscilou entre 350 e 300 a cada 100.000 habitantes. (Dados obtidos segundo cifras do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses da Colômbia.)

na cidade como na Comuna 4 (Aranjuez). Nessa zona, coincidem perfeitamente com as apresentadas no conjunto da cidade durante a época — uma taxa de mais de 100 — que se recrudesce no final dos anos 1980 pela confrontação entre os grupos de narcotráfico e as Milícias Populares que se instalaram ali com fins sociopolíticos.²⁴

Entre 1991 e 1994, os índices de homicídios na cidade de Medellín chegaram à taxa de um pouco mais de 300, sendo um dos momentos de maior escalada do conflito na cidade. A escalada deu-se igualmente em Moravia, com o extermínio das bandas do narcotráfico perpetrado pelas Milícias Populares do Valle de Aburrá, as quais posteriormente entraram num processo de entrega de armas. A violência urbana não deu trégua em Moravia quando, num processo de esgotamento militar, político e social das Milícias, ocorreu um incremento das ações violentas pela disputa do território em torno de atividades econômicas e da produção da renda do solo, situação que se agudiza com a entrada do paramilitarismo.

Os crescentes conflitos pelo poder entre os integrantes e ex-integrantes das Milícias no final da década de 1990 foram a base para a ocupação e o domínio dos grupos de paramilitares em todo o território de Moravia, o que representou um alto grau de confrontações que gerou deslocamentos forçados da população civil e das organizações sociais. O domínio das Milícias de alguma forma permitiu a queda nos números de homicídios até o ano de 1998, momento no qual começou a penetração dos grupos paramilitares na cidade cujos objetivos principais eram, entre outros, o extermínio das Milícias e a luta pelo controle territorial e das redes do microtráfico de drogas. Assim, a taxa de homicídios na cidade não aumentou da mesma forma que a apresentada em 1991, mas oscilou entre 150 e 180 a cada 100.000 habitantes entre os anos de 1998 e 2002, período de consolidação paramilitar. Nos anos seguintes, as taxas de homicídios na cidade sofreram uma queda significativa, chegando a 35 a

²⁴ Como mostra Gerard Martins, “En Medellín – al igual que en Cali y Barrancabermeja (Magdalena Medio), por ejemplo – la influencia de la izquierda armada se tradujo desde finales de los setenta en el operar de núcleos subversivos clandestinos que penetraron movimientos estudiantiles y organizaciones sindicales (en particular de la industria textilera y del magisterio), y comités de invasión y de promoción de vivienda digna como en el barrio Moravia, con fines de radicalización y reclutamiento guerrillero. El ELN operaba en parte también a través de curas cívicos como el padre Javier Mejía en Moravia. Este hijo de muy buena familia, en la ciudad convocaba reuniones, conformaba grupos culturales, liderada convites para obras colectivas y buscaba apoyo en el sector privado, la Alcaldía y los políticos, pero al mismo tiempo ayudaba al grupo guerrillero haciendo proselitismo en el sector” (2012, p. 148).

cada 100.000 habitantes, não obstante, entre 2008 e 2011, a taxa foi crescendo até chegar a 100. Nesse período, dá-se uma recomposição dos grupos armados na cidade, protagonizada pelas novas organizações criminais associadas ao controle territorial com fins econômicos, nos que se incluem o mercado das drogas ilícitas, rendas econômicas e venda de serviços, principalmente os de segurança privada.²⁵

No caso de Moravia, as estratégias para mitigar a violência deram-se em relação aos distintos períodos de sua expressão. Por exemplo, no final da década de 1980, foram predominantes os comitês de vizinhos e as organizações comunais, que, além de se mobilizar pela instauração dos equipamentos comunitários, foram a base para a conformação de grupos de segurança comunitária em defesa dos grupos armados ao serviço do narcotráfico (IPC, 1998). Na década de 1990, e principalmente com o processo de desmobilização das MPVA, formou-se uma Mesa de Trabalho Comunitária, na qual se adiantaram os principais pontos de negociação relacionados com o desenvolvimento social e comunitário de Moravia. Esse espaço configurou-se com a maioria dos grupos sociais organizados e propiciaram a participação de representantes do governo local e dos representantes das recentemente desmobilizadas MPVA. Seu acionamento dirigia-se para propor projetos de desenvolvimento social, mas também fundamentalmente para regular a convivência e a segurança no território. Igualmente, e nesse mesmo período, a instituição de um centro para a resolução dos conflitos em Moravia, que constituiu uma das formas de resistência e controle da violência exercida pelos atores armados. E, para mencionar só mais outra das diversas expressões de regulação, os pactos de convivência, entre os mesmos grupos armados com intervenção de líderes sociais, lograram o restabelecimento de relações sociais afetadas pela violência (IPC, 1998).

As políticas do governo da cidade para conter a violência em Moravia efetuaram-se no marco de pactos ou processos de negociação tanto do grupo de Milícias quanto dos paramilitares. As Milícias Populares do Valle de Aburrá²⁶ (MPVA) negociaram a

²⁵ Segundo dados obtidos do Instituto de Medicina Legal e Ciencias Forenses (IML) Medellín)

²⁶ Segundo explica Martins: “Las Milicias Populares del Valle de Aburrá (MPVA) tenían presencia en los barrios Moravia y El Bosque al pie de la loma Nororiental y en el vecindario inmediato de la Universidad de Antioquia. Los dirigentes de las MPVA eran considerados cercanos al frente guerrillero Crs, una desertión del ELN que también se encontraba en negociaciones de desmovilización con el gobierno” (2012, p. 314).

entrega de armas em 1994, num processo liderado pela Oficina Municipal de Paz e Reconciliação da prefeitura de Medellín que operava nesse momento e no marco de negociação de um dos redutos do Ejército de Liberación Nacional (ELN). O índice de homicídios para esse momento foi de praticamente zero em Moravia, e tanto o domínio territorial das milícias como a entrega de armas ajudaram a reduzir, quase em sua totalidade, o nível de confrontações armadas. Os paramilitares instalados em Moravia desmobilizaram-se no marco do programa de *Paz y Reconciliación* da prefeitura de Medellín no ano de 2004, no qual entregaram armas pouco mais de 900 homens armados em toda a cidade; a participação dos atores armados de Moravia nesse processo não foi tão destacada, porém a dinâmica de reestruturação do conflito urbano, na qual o domínio dos paramilitares estava em pleno auge, influenciou de forma direta na vida social interna de Moravia, quando o controle do território e a disputa pelo microtráfico de drogas foi evidente.

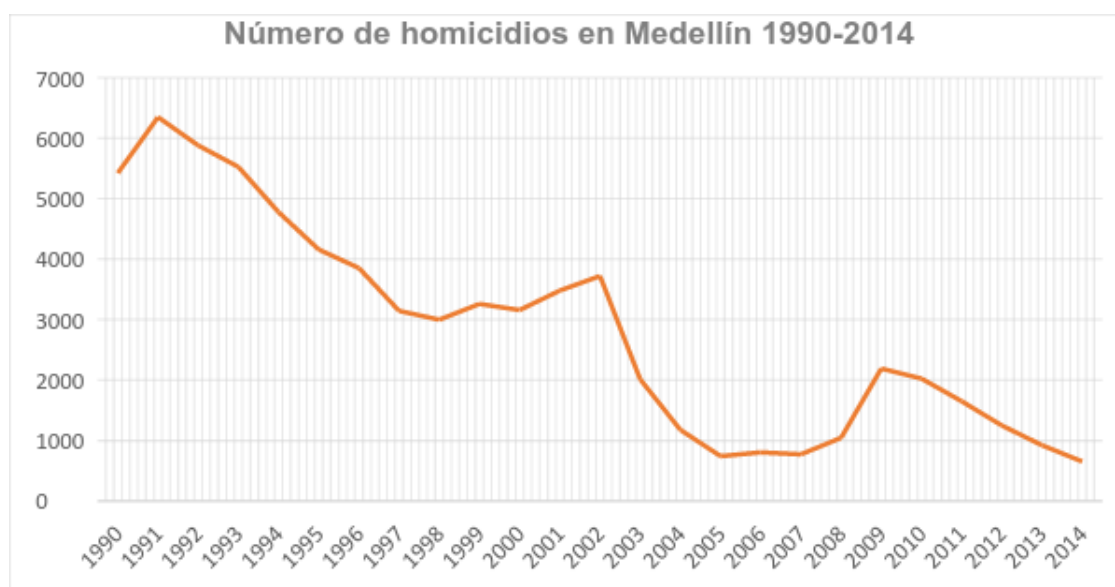
Entre um e outro processo de negociação, deram-se em Moravia vários processos de mediação e de pactos entre grupos armados que resultavam das negociações e das disputas pelo domínio territorial. Esses pactos contavam com o respaldo da população e da Igreja Católica e com a mediação e o aporte econômico, em alguns casos, da prefeitura sob a formulação e implementação da política pública de segurança e convivência financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre 1998 e 2004.²⁷ Outros programas de segurança e convivência posterior ao do BID deram-se no marco da implementação dos planos de desenvolvimento local com projetos tendentes à redução da violência em Medellín, enfocados em processos de formação cidadã, promoção da justiça comunitária (mediação, conciliação e juízes de paz) e aproximação da polícia com a população nas áreas das periferias.

²⁷ O Programa BID de Política Pública de Segurança e Convivência em Medellín incluía sete componentes que pretendiam a reforma institucional local para resolver o problema da segurança e a convivência em Medellín. Os componentes foram: i) justiça próxima ao cidadão; ii) promoção da convivência entre crianças e jovens; iii) comunicação social como promotora de convivência; iv) observatório da violência; 5) modernização institucional de programas em segurança e convivência; vi) apropriação cidadã do programa de convivência; vii) seguimento e avaliação (Política BID – 1998–2004 – Municipio de Medellín).

2. TENDÊNCIAS E VARIAÇÕES DA VIOLÊNCIA ARMADA URBANA EM MEDELLÍN: DA CIDADE À DINÂMICA DO BAIRRO DE MORAVIA

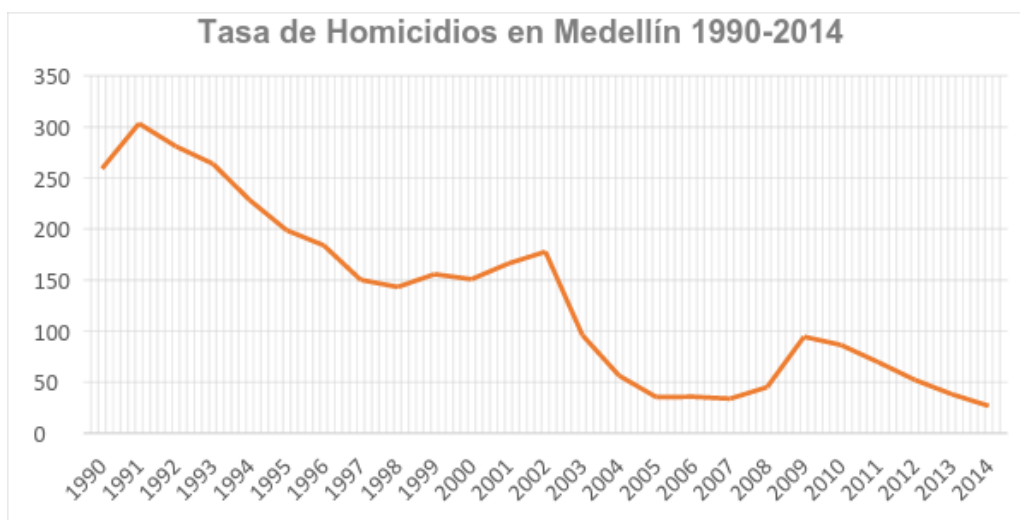
Descrever o movimento da violência armada urbana no bairro de Moravia é mesmo fazer uma radiografia do que tem sido a violência armada urbana na cidade de Medellín e contextualizada no marco da violência armada em nível nacional, pois ela teve suas implicações diretas ou indiretas na manifestação em distintos períodos na cidade e em Moravia. Essa contextualização dos atores armados na cidade permite ver a sua configuração no marco da relação com os atores predominantes em Moravia.

Gráfico 2: Comportamento dos homicídios em Medellín em 1990–2014



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos dos Informes de Derechos Humanos da Personería de Medellín, dos anos de 2005, 2011 e 2014.

Gráfico 3: Comportamento da taxa de homicídios em Medellín 1990–2014



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos dos Informes de Derechos Humanos da Personería de Medellín, dos anos de 2005, 2011 e 2014.

Segundo o Instituto de Medicina Legal, no período compreendido entre janeiro e novembro de 2014, na Colômbia tem ocorrido 10.113 mortes violentas por homicídio. Destas, 9.212 foram de homens e 901 foram de mulheres. Na distribuição dos tipos de violência, destaca-se que o número mais alto se concentra nos homicídios perpetrados “Sem informação”, com um total de 7.636. É importante destacar também que a relação de homicídios catalogados como sociopolíticos representa um total de 430, o que dificulta, ainda mais, a análise sobre a influência da violência política no conjunto da violência na Colômbia.

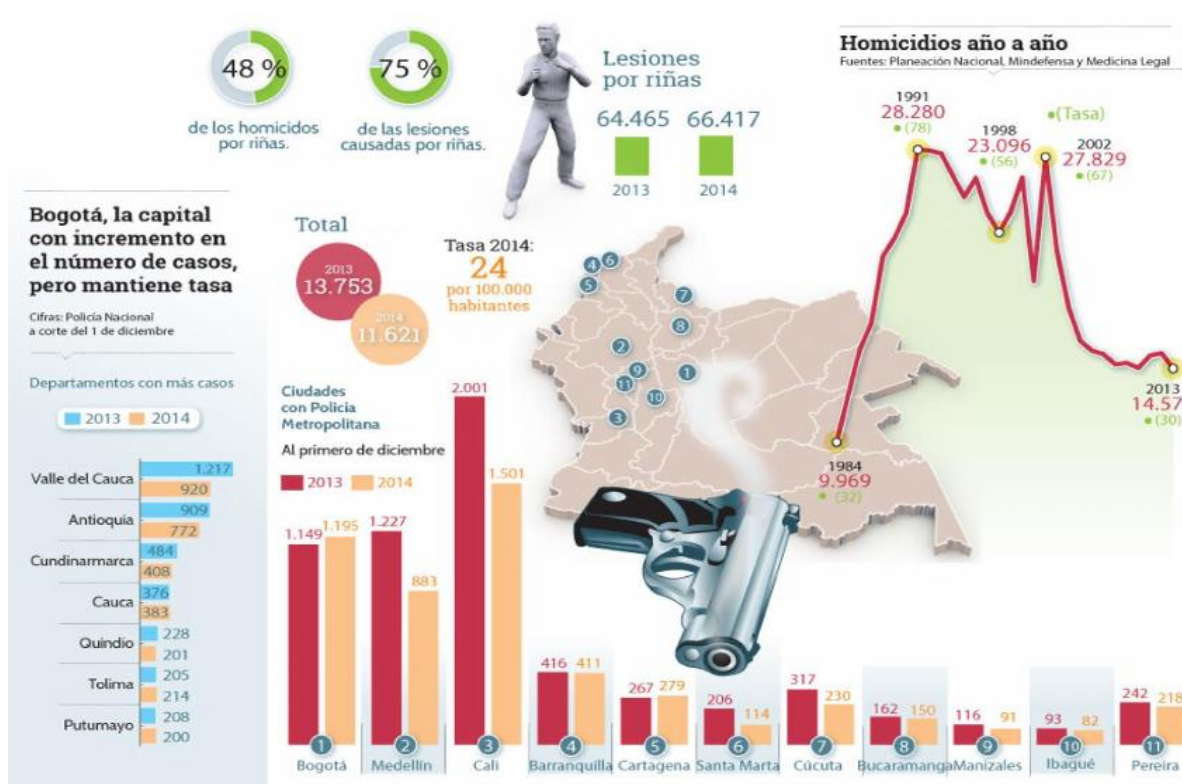
Tabela 1: Mortes violentas por homicídio na Colômbia, de janeiro a novembro de 2014

Causa	Home m	Mulher	Total
Outros	598	71	669
Sin información	6.773	590	7.363
Violência económica	232	18	250
Violência interpessoal	1.105	57	1.162
Violência intrafamiliar	103	131	234
Violência sexual	1	4	5
Violência sociopolítica	400	30	430
Total	9.212	901	10.113

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLC) e Grupo Centro de Referência Nacional sobre Violência (GCRNV), 5 de dezembro de 2014.

Em comparação com outras cidades na Colômbia, Medellín ocupa o segundo lugar das mais violentas, abaixo da cidade de Santiago de Cali, que mostra um comportamento bastante alto no número de homicídios no ano de 2014, e acima da cidade de Bogotá, que ocupa o terceiro lugar. No ano de 2014, mostra-se como a cidade de Medellín teve um dos mais reduzidos números de homicídios em comparação com outras cidades, como Cali. Mas, em comparação com outras cidades menores, continua sendo protagonista. De todo modo, destaca-se que o número de homicídios de Medellín, isto é, 883, é o mais baixo dos últimos 25 anos.

Imagem 1: Comparativo do número de homicídios nas principais cidades da Colômbia



Fonte: Periódico *El Tiempo*. <http://www.eltiempo.com/multimedia/infografias/cifras-de-homicidios-a-nivel-nacional/14953141>, 2014.

Antioquia tem sido um dos departamentos que, na Colômbia, tem ocupado os primeiros lugares nas estatísticas de homicídios. Por exemplo, o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLC) mostra os dados sobre o comportamento de homicídios em Antioquia, desde o ano de 2004 até o de 2009, comparando-os com os de outros departamentos com índices altos.

Tabela 2:

DEPARTAMENTO DEL HECHO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
VALLE DEL CAUCA	4.290	3.543	3.464	3.332	3.114	3.237	20.980
ANTIOQUIA	2.272	2.556	2.336	2.092	2.399	4.482	16.137
BOGOTÁ D.C.	1.600	1.689	1.336	1.401	1.465	1.649	9.140
RISARALDA	785	917	787	717	753	567	4.526
NORTE DE SANTANDER	665	779	782	805	687	641	4.359

Fuente: INMLCF/GCRNV/SIRDEC/SINEI

É importante destacar que Antioquia encontra-se entre os departamentos com as taxas mais altas de homicídio durante o ano de 2013. Nesse conjunto, estão Valle del Cauca (75,79), Arauca (60,81), Putumayo (46,88), Caquetá (46,49), Quindío (45,08), Guaviare, Risaralda (37,93), Norte de Santander (36,25) y Meta (35,36).²⁸ Segundo esse informe, o departamento de Antioquia registrou uma taxa de 41,94 homicídios a cada 100 mil habitantes, com a maioria dos municípios localizados na zona rural tendo uma taxa mais alta.

No caso da violência armada urbana na cidade de Medellín, esta tem estado presente no processo de configuração e reconfiguração das relações sociais e políticas. Desde o final dos anos 1970, Medellín tem se configurado por quatro momentos violentos. O primeiro momento é caracterizado pelo auge do narcotráfico e pela conformação de grupos de sicários, em que se deu um forte quebrantamento social e institucional. O segundo período, compreendido entre 1991 e 1998, foi o período da confrontação armada insurgente e do estabelecimento de grupos armados com intencionalidade política, como as milícias de guerrilhas. No terceiro período, consolida-se o projeto paramilitar em cidades como Medellín; na década de 2000, sob um contexto de guerra contrainsurgente, instalaram-se os grupos paramilitares para fazer frente à ação da

²⁸ Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses (INMLC) e Grupo Centro de Referência Nacional sobre Violência (GCRNV), 2013.

força insurgente. Medellín foi um dos epicentros da ação dos grupos paramilitares, inicialmente com a presença do Bloque Metro da Autodefensas Unidas de Colômbia e posteriormente com a ação do El Bloque Cacique Nutibara. O quarto período, desde 2009, bem pode se denominar como de violência difusa, dado que a atuação dos grupos armados existentes em Medellín está mais orientada ao controle territorial com fins econômicos, em que se inclui o mercado das drogas ilícitas, rendas econômicas e venda de serviços, principalmente de segurança privada.

Como resposta à atuação dos grupos dedicados ao narcotráfico e, de modo particular, à pistolagem em Medellín, a década de 1990 caracterizou-se principalmente pela aparição das milícias urbanas.

“Otro factor fundamental fue la violencia impuesta por la guerrilla y sus núcleos urbanos. Estos grupos también priorizaron para sus métodos los contextos físicos y sociales más desorganizados de la ciudad, e insertaron allí dosis letales de violencia” (MÁRTINS, 2012, p. 148).

Acadêmicos confirmam como as guerrilhas têm presença na cidade de Medellín na década de 1970, com suas distintas tendências ideológicas, a partir da formação e operação dos “núcleos subversivos” e sua crescente penetração em movimentos sociais estudantis da cidade.²⁹

Destacam-se, entre outros eventos que caracterizaram o surgimento das milícias na cidade de Medellín, processos instaurados por algumas dessas guerrilhas. Um exemplo é a instalação dos “acampamentos da paz”³⁰. Alguns autores, por exemplo,

²⁹ Segundo Mártins, chegaram ao departamento de Antioquia e especificamente a Medellín facções de guerrilhas inspiradas em “tendências pro-soviéticas e marxistas (Farc); inspiradas na revolução maoísta e no regime albanês de Enver Hoxa (Epl); orientadas a Cuba e às revoluções centro-americanas dos anos 1980 (M-19); e marcadas pela Teologia da Libertação e pela influência direta de sacerdotes radicais europeus, entre eles espanhóis, italianos e belgas (Eln y Src)” (2012, p. 148).

³⁰ O estudo de Pilar Riaño Alcalá sobre a violência e os jovens em Medellín diz que os acampamentos de paz instalaram-se em Medellín e em outras cidades da Colômbia, como Cali e Bogotá, logo depois da trégua entre o movimento guerrilheiro do M-19 em 1984 e o governo nacional. Os bairros onde se estabeleceram foram bairros com problemas de pobreza e localização estratégica perto das montanhas. “Recrutaram-se jovens para se inscreverem nos acampamentos de paz, nos quais se misturavam o trabalho político ‘de base’ com as comunidades e o treinamento em armas de fogo. [...] a trégua terminou, a guerrilha voltou para a luta armada, e a maioria dos jovens adestrados permaneceram nos bairros e, com o tempo, aproveitaram o conhecimento adquirido nos acampamentos e se vincularam às filas das milícias”. Ver em: RIAÑO-ALCALÁ, Pilar. *Jóvenes, memoria y violencia en Medellín. Una antropología del recuerdo y del olvido*. Medellín: Universidad de Antioquia, 2006.

coincidem que estes tinham uma espécie de “agenda secreta”, o apoio e a contribuição para a operação das milícias na cidade. Por vários motivos: um é que o processo de paz iniciado com grupos guerrilheiros em 1982 e sua posterior suspensão deram passo à recomposição de grupos armados que se insertaram nas estruturas das milícias bolivarianas, em alguns casos, e em outros deram passo à conformação de outros grupos de milícias desligados desse processo.

O certo é que, embora as milícias armadas urbanas possam ter sido originadas pelo resultado do interesse dos grupos guerrilheiros por se instalar na cidade, nas análises não se deixa de lado a estreita relação destes com as redes de criminalidade já existentes na cidade; de modo específico, as derivadas de atividades do narcotráfico e a vinculação de jovens aos grupos armados em suas distintas denominações. Inclusive, diz-se, por exemplo, que uma das principais motivações dos jovens para pertencer aos grupos de milícias não iria mais além da consecução de dinheiro e do afã de protagonismo e reconhecimento no interior dos bairros (MÁRTINS, 2012, p. 186). De fato, a descrição que vários autores fazem das Milícias Populares no geral estão marcadas em relação com o que se considera a criminalidade na cidade. Essa interpretação da origem e a prática das milícias em Medellín, que põem a depender a sua existência com a mesma criminalidade, acima das intencionalidades políticas ou de sua proposta revolucionária inicial, pela qual as guerrilhas se inseririam de forma dominante nas cidades. A relação da violência revolucionária com a criminalidade em geral detonou processos de variação da violência no final da década de 1990.

O período entre 1990 e 1994 situa-se no contexto da violência armada urbana em Medellín como um dos mais violentos em toda a história até agora, como indicado pelos picos altos nas cifras de homicídios e pelo número alto de confrontações armadas — que demonstravam já certas estruturas organizadas do narcotráfico e também estruturas hierárquicas das Milícias muito mais organizadas, o que pode mostrar, seguindo a análise de Tilly (2007), um período em que prevalece o tipo de violência de “Rituais violentos”, e, nesse caso específico das Milícias, é possível observar a forma em que chegavam aos setores de incursão. Vê-se, por exemplo, o que diz Mártins (2012) a respeito:

Como la misión final de las milicias seguía siendo la de contribuir a la lucha armada, la penetración en un determinado barrio o sector era realizada por fases. La primera fase consistía en cooptar a las bandas preexistentes, lo que en la práctica se reducía a incursionar de manera violenta: “había que entrar con energía (con) el ajusticiamiento como carta de presentación (...) la persuasión y el diálogo con la delincuencia como vía de pacificación, (y) la aprobación de la comunidad como objetivo”. La segunda fase consistía en asumir funciones de “vigilantismo” como forma de legitimación. En reuniones con los vecinos, los milicianos explicaban que los ajusticiamientos eran interés de la comunidad, ya que “darle la oportunidad a uno de estos delincuentes, es quitársela a alguien de la comunidad”. Los ajusticiados eran ovejas negras a quienes supuestamente incluso la familia quería eliminar. (MÁRTINS, 2012, p. 186).

No caso da *violência coordenada*, a descrição de autores como Mártins (2012) e outros é de que a ênfase da ação militar miliciana estava direcionada à “limpeza social”, isto é, à eliminação física de pessoas consideradas delinquentes e jovens consumidores de drogas; o assassinato de jovens e, em alguns casos, de grupos inteiros de jovens realizado em público era um fator que induzia à dominação dos setores por um lado, mas, por outro, as crescentes estruturas e certo caráter das milícias requeriam graus de coordenação e de relações hierárquicas para a sua existência.

De modo geral, o estudo sobre a natureza e a própria dinâmica das Milícias Populares em Medellín não é tão amplo, pois as suas estruturas organizativas se desmontaram muito rapidamente, ou por via da eliminação — por confrontação com outros atores armados urbanos — ou por via da desmobilização e entrega de armas, sendo esta segunda razão a mais predominante.

Em concordância com algumas características das milícias populares em Medellín oferecidas por Medina (2006), é possível observar que a forma como iam se relacionando com outros atores armados nas cidades — por exemplo, os grupos urbanos e os grupos de guerrilha, principalmente do ELN — delimitava a sua “identidade” urbana armada. As principais características das milícias, segundo a interpretação de Medina, são:

O peso das lideranças individuais, o que incidiu para a débil estruturação e baixa projeção ideológico-política da organização que pudesse recair nos processos de transformação social de longo prazo e de transcendência sociopolítica; o uso de técnicas militares espontâneas — diferentemente dos grupos de guerrilha, as milícias concentravam seus esforços em infiltrar os grupos a serviço do narcotráfico; práticas herdadas dos grupos do narcotráfico, por exemplo, o reconhecimento por ser o chefe, as disputas pela ostentação, o uso da força nas relações sociais de seu entorno e o cumprimento de expectativas econômicas do interior das organizações milicianas como fontes de produção da renda econômica; inexistência de uma formação e preparação psicológica e ideológica de seus integrantes, que possibilitou um câmbio na mentalidade dos jovens e propiciou a transformação de um “modelo depredador de ascensão econômica” (MEDINA, 2006, p. 46).

As práticas violentas das milícias, logo depois de sua consolidação nos setores da periferia da cidade, bem poderiam se explicar segundo a análise de Tilly (2007), no modo com que se passou do tipo de *violência coordenada* a um tipo de *violência de oportunismo*, circunstância que incide necessariamente na redução dos níveis de violência. A complexa caracterização que faz Medina das milícias sugere que a natureza delas, em comparação com as guerrilhas, é totalmente distinta e influída pela dinâmica própria dos conflitos na cidade.

Por outro lado, a forte ênfase do acionamento das milícias orientou-se para uma garantia da segurança nos bairros da cidade que estavam fortemente dominados pelos grupos armados do narcotráfico. Medina (2006) afirma, em suas explicações, que o sucesso das milícias devia se outorgar justamente à efetividade de suas operações em torno de garantir a tranquilidade nos bairros populares através do extermínio e da eliminação dos grupos e das pessoas que delinquiram nos setores da periferia. Segundo ele:6

Cabalgando sobre una eficiente y barata propuesta de seguridad ciudadana, las MPPP lograron expandirse en un tiempo récord. Del barrio Popular que sirvió de cuna a las primeras MPPP, saltaron a sectores vecinos como Santo Domingo, Granizal, Santa Inés e incluso a sectores de la llamada zona del limbo. Más tarde llegaron también a barrios como el Picachito y 12 de octubre en la comuna noroccidental, y la Floresta y 20 de julio en la comuna centro occidental, entre otros.

Este crecimiento se logró gracias a tres factores: una propuesta de funcionamiento muy operativa que consistía en células por cuadras, una coordinación en cada zona y una dirección central llamada la móvil. En segundo lugar la holgura económica lograda gracias al éxito en algunos golpes de mano, dados a sectores financieros y económicos poderosos en la ciudad, lo cual permitió que se dotara de un buen arsenal. Por último, el trabajo de adoctrinamiento brindado por algunos miembros salidos de las organizaciones guerrilleras daba la impresión de ser suficiente para preservar la unidad interna en dicho grupo. Para finales de 1990 todo parecía andar sobre ruedas (MEDINA, 2006, p. 48).

A ênfase das milícias para garantir a segurança nos bairros mais precários da cidade de Medellín corrobora-se com outros estudos³¹, nos quais se afirma que é precisamente o clima de insegurança no final da década de 1980 o que favoreceu a penetração e o domínio das milícias nesses setores, identificando-se como uma forma de “autossegurança da população”. Além disso, as milícias vieram como um espaço de reconhecimento juvenil, de heróis masculinos da situação caótica e de satisfação de necessidades urgentemente econômicas de muitos jovens, que, na sua maioria, careciam de oportunidades em educação e trabalho.

A ênfase na segurança “privada” dos bairros da periferia da cidade, os projetos de expansão das guerrilhas para as cidades e a recomposição social tornam complexa a descrição sobre a natureza e as características das milícias. Seu operar foi tão concreto com respeito ao extermínio dos grupos armados do narcotráfico como foi complexo com respeito a outros fatores de conflitividade no cenário urbano, como, por exemplo, o controle na distribuição de drogas nos diferentes setores, o cobro de dinheiro à população como meio de financiamento, o controle e a relação com as organizações sociais e comunitárias e, por sua vez, a relação com aparatos de segurança do Estado e com as instituições de governo em Medellín. De fato, uma das entidades do Estado em 1999 define as milícias como:

Milicias: Al final de los 80, apareció como expresión armada, la autodefensa barrial, ligada a la estrategia guerrillera. Hoy, estas milicias

³¹ Ver ANGARITA, Pablo Emilio (2004), Conflictos urbanos en un país en guerras: Miedo, satanización y realismo trágico. In: BALBÍN ÁLVAREZ, Jesús William. *Violencias y conflictos urbanos: Un reto para las políticas públicas*. Medellín: Instituto Popular de Capacitación (IPC), 2004.

están fragmentadas, debilitadas y enfrentan grandes problemas de descomposición a su interior. Las hay de tres tipos: ligadas a la guerrilla, las independientes y las que están entremezcladas con la delincuencia común (PARDO, 1998, p. 6).

O que se pode generalizar, por enquanto, é que as milícias foram um exército urbano que se derivou, em primeira instância, das intencionalidades de expansão urbana de guerrilhas colombianas, principalmente do ELN, EPL e M-19, formadas, na sua maioria, por população jovem, e que, no processo de formação e operação, encontraram, nos bairros mais pobres de Medellín, as condições propícias para seu domínio, dado que os altos níveis de violência, representados pelo número alto de homicídios e ataques contra a população, foram a base para a sua reprodução. Sua existência não alcançou a conformação de fortes estruturas armadas de grande duração, pelo contrário, a mesma dinâmica da violência em Medellín levou-as à sua rápida desapareição.

Em meados da década de 1990, precisamente vários processos de negociação, entrega de armas e pactos marcaram o final das milícias em Medellín. A alternativa da desmobilização dos grupos armados milicianos, acolhidos em programas nacionais e locais de reinserção, impulsionou duas coisas fundamentais. A primeira foi a criação de grupos privados de segurança comunitária, com o aval da institucionalidade estatal; os seus resultados não foram os mais favoráveis. E a segunda foi que os pactos ou acordos entre os grupos armados e destes com os governos locais basearam-se na entrega de armas principalmente, o que incidiu na redução da violência, mas as relações no conjunto da população foram no mínimo o que limitou a conformação de espaços sociais de sustentabilidade dos acordos.

Em Medellín, houve dois importantes processos de negociação com as milícias. O realizado com as Milicias del Pueblo y Para el Pueblo (MPPP)³² e o com as Milicias Populares del Valle de Aburrá (MPVA). Ambos processos deram-se no ano de 1994, firmados com o governo nacional e o governo local, com apoio das organizações não

³² As MPPP operavam principalmente nos bairros Popular I e II e Santo Domingo Savio, na Comuna I da cidade. As MPVA, por sua parte, operavam principalmente nos bairros de Moravia, Anda Lucía La Francia e Villa del Socorro.

governamentais (ONGs) e principalmente da Igreja Católica e de entidades defensoras dos direitos humanos. Nesses processos, participaram aproximadamente 650 integrantes das Milícias. De modo geral, esses processos consistiram no seguinte: i) foi um acordo firmado entre o governo nacional e os grupos armados, conhecido como Acordo para a Convivência Cidadã, para dessa forma dar início ao processo de desmobilização, desarme e reinserção (MÁRTINS, 2012, p. 314). Uma parte da gestão do processo deu-se através da abertura da Oficina Municipal de Paz e Reconciliação do governo local de Medellín, cuja ênfase foi orientada para dar respostas sociais às comunidades nas quais as milícias operavam. Assim, a prefeitura³³ dedicou-se a promover programas de acesso à justiça, construção de equipamentos coletivos de educação, saúde, lazer, entre outros. Por sua vez, impulsionou a geração de espaços de participação, como as mesas de coalizão e os núcleos de vida cidadã relacionados com a melhora do hábitat e a convivência cidadã. ii) O processo orientou-se a vários benefícios diretos para os combatentes das milícias como tal, entre os quais se destacam os benefícios jurídicos, econômicos, de apoio a projetos produtivos, acesso à educação, moradia, entre outros. Sob essa mesma lógica, implementou-se um dos projetos que mais polêmica causou dentro do processo de negociação, pois o compromisso assumido pelo governo nacional de garantir tanto a segurança como o emprego dos ex-combatentes das milícias foi causa de posteriores confrontações entre eles e o próprio Estado. Mártins (2012) descreve bem esse processo:

El Gobierno Nacional también se comprometió a prestar seguridad y protección a los jefes milicianos mediante unidades de seguridad compuesta por vehículos y escoltas, a las cuales a su vez podrían ingresar exmilicianos. En este contexto y como parte de los esfuerzos de generación de empleo, un grupo de exmilicianos, rebautizados “gestores de paz”, recibió la autorización de crear una cooperativa de seguridad –Coosercom– dirigida por alias Douglas, y en la cual se integró, entre otros, alias Job. La cooperativa fue incluso dotada con armas amparadas, para garantizar servicios de seguridad privada en el territorio de influencia original de estos milicianos. La lógica de permitir cooperativas ciudadanas armadas de seguridad, iba en contra de la idea misma del proceso de reinstitucionalización del país y de la

³³ Nesse momento, o prefeito da cidade era Luis Alfredo Ramos (1991–1993).

consolidación de un monopolio estatal sobre las armas, pro el deseo de paz, cualquier paz, primaba (p. 315).

Da mesma forma, impulsou-se desde a prefeitura programas de acesso à justiça cidadã, em que se destacam os mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como a conciliação e a mediação social, a proximidade da polícia com a população, a melhoria dos serviços de atendimento nas delegacias da família, a abertura de espaços comunitários para o atendimento cidadão e espaços de reunião para as organizações sociais.

Estudos mostram como o processo de desmobilização das milícias ocasionou uma mudança nas relações entre os atores armados e destes com o Estado, em vez de um processo que permitisse o domínio total do Estado no controle das ações armadas. Baseado no enfoque relacional, por exemplo, Acuña (2003) parte do pressuposto de que “os processos de negociação devem ser entendidos como mecanismos de relação através dos quais os atores de um conflito ajustam relações de poder previamente existentes, e não como caminhos lineares e altruístas” (ACUÑA, 2013, p. 18). Destaca-se, no seu estudo, o caráter complexo das organizações: elas não entram em competição com o Estado pelo monopólio total do uso da força ou do controle dos territórios onde operam, mas sim, o que se produz é uma densa rede de interações e de colaboração de forma explícita ou implícita entre os distintos atores. É importante ressaltar essa afirmação, pois alguns que falaram sobre o fracasso nos processos de negociação das milícias e o início do final delas a partir daí estão deixando de lado a análise complexa, tanto da própria história das milícias quanto da história do conflito armado urbano que, por mais de três décadas, tem se apresentado no contexto da cidade de Medellín. O conflito armado em Medellín dá-se não só pela ação catalogada como criminosa de uns atores em função do narcotráfico; ele também se desprende, pode-se dizer, principalmente de relações de poder, que são usadas na produção de ordens sociais, que não necessariamente estão em competição com a ordem estatal. Por isso, a afirmação de Acuña (2013) é louvável quando diz:

El proceso de negociación que se llevó a cabo en 1994 con las Milicias debe ser entendido a partir de estos dos elementos identificados en la historia de las Milicias en Medellín: la existencia de un orden local no estatal en medio de un escenario de soberanía en disputa, y una historia

de permanente negociación del desorden a través de pactos entre bandas y milicias, y entre ellas y el Estado (p. 18).

Acuña (2013) ressalta vários elementos que é importante mencionar na hora de falar de regulação da dinâmica violenta, e no caso específico da violência armada urbana, pois, em grande parte, a regulação é possível segundo as relações de poder entre os atores envolvidos na conflitividade armada. Entre os elementos que se destacam, está a legitimidade dos atores nos espaços locais onde operam. Acuña diz que as milícias, além de oferecerem a segurança nos bairros, assumiam, de certa forma, o papel do Estado quanto à gestão da vida social; e, em alguns casos, assumiam o papel dos atores de liderança social, e dessa forma detinham o controle dos territórios no tocante ao consumo e à distribuição das drogas, a assuntos de políticas eleitorais (ACUÑA, 2013, p. 18). Um segundo elemento tem a ver com o que Acuña denomina “arreglos institucionais”, em que inclui as relações entre os atores armados, entre eles, e o com o Estado. Daí que a consolidação dos grupos armados não só estava determinada pelo seu poder militar, mas também por esse conjunto de “arreglos institucionais”:

En el estudio de este proceso veíamos cómo los permanentes pactos entre bandas, y entre éstas y el Estado, habían terminado consolidándose como un conjunto de *arreglos institucionales*, es decir, un conjunto de acuerdos y reglas a través de los cuales se imponen restricciones e incentivos para controlar comportamientos futuros (BARRERA y NIETO, 2010, p. 14).

En ese sentido, más que procesos lineales hacia el desarme y la paz, se lograban ajustes en las relaciones de poder para definir quiénes mandaban en dónde, qué actividades eran reguladas por quién, etcétera (ACUÑA, 2013, p. 16).

Acuña (2013) faz a relação, então, entre uma ordem local — distinta da promovida pelo Estado como instituição e semelhante àquele cenário que se configura a partir das “soberanias em disputas” — e a “negociação da desordem” para demarcar os pactos e processos de negociação das milícias com outros atores, como a polícia. Os distintos atores armados — legais e ilegais — interagem entre si, como uma questão de sobrevivência; nesse marco, os processos de negociação, mais que surtir o efeito da eliminação de um ator dentro da contenda, reconheceu as milícias como atores produtores de ordem social.

Los pocos “acuerdos de paz” a comienzos de los noventa realmente aparecían, nuevamente, como formas de ajustar los poderíos ya existentes, como *mecanismos para imponer restricciones e incentivos a las acciones de uno y otro actor dentro de una disputa particular, para la distribución de recursos simbólicos, económicos y políticos*. Lo que nos permite un acercamiento de este tipo a los acuerdos de paz es una comprensión más cercana a las relaciones entre los actores, a los recursos que se ponen a disposición a través de dichos acuerdos, y la necesidad de no caer en la ilusión de ver en ellos buenas o malas voluntades, de ver en ellos a actores comprometidos o no con la paz y de reducirlos a simples aumentos o disminuciones en las cifras de asesinatos (ACUÑA, 2013, p. 19).

A importância do processo de negociação com as milícias em Medellín reside fundamentalmente na caracterização de uma experiência de negociação política com atores armados de caráter urbano, que antes não havia sido vista no país e cuja expectativa foi muito alta. Não obstante, o mesmo processo foi catalogado como um fracasso, entre outras coisas, pelas fricções entre os membros das milícias resinsertadas; pela própria ferramenta de “reintegração” a partir da criação da cooperativa Coosercom, que derivou num espaço de confrontação e abuso no uso da força nas áreas que operavam; pelos múltiplos assassinatos dos milicianos reintegrados; e pela falta de cumprimento nos acordos com o Estado (GIRALDO, 2013, p. 13).

A crítica mais forte ao processo de negociação das milícias na cidade dá-se a partir do descumprimento de um de seus principais objetivos, registrada por Giraldo (2013): a de realizar “uma contribuição decidida na busca da paz e a concórdia nas comunas de Medellín e da Colômbia” (GIRALDO, 2013, p. 13). O processo de desmobilização das milícias não teve um efeito grande na redução das mortes violentas em Medellín durante essa época. Segundo Giraldo (2013), o processo teve influência na ascensão e no descenso dos homicídios entre os anos de 1991 e 1999, mas não foi determinante na convivência dos bairros da cidade. Diante disso, pode-se dizer que, apesar dos múltiplos pactos feitos em distintas zonas da cidade onde operavam as milícias, o resultado foi mais um controle do comportamento social e do cuidado da propriedade privada.³⁴

³⁴ Giraldo (2013) mostra como a prefeitura de Medellín promovia e apoiava, desde 1995, processos de mediação entre grupos. Segundo ele, entre 1995 e 1999, deram-se 57 pactos entre grupos do

Contudo, as milícias incidiram na variação da violência armada de Medellín durante os anos 1990 de maneira bastante significativa. Primeiro, como atores armados que influenciaram de forma direta através de confrontação violenta aberta pelo controle e domínio dos territórios periféricos da cidade e onde o aumento dos homicídios foi exorbitante. Segundo, como processo social e político que se insere nas dinâmicas dos bairros e nas relações com o Estado, gerando novas formas de interação entre os distintos atores. Ainda que a ação das milícias se demarque sob a natureza do conflito propriamente urbano, a sua articulação ou relação com outros atores armados nacionais, como as guerrilhas, possibilitou-lhes o seu posicionamento de poder, com margens de negociação e controle das relações cotidianas nas áreas de sua dominação. Como ator, as milícias constituíram uma forma de reconstrução social em muitos bairros da cidade, apesar do uso da violência como fonte de poder, pois a capacidade de resposta às condições de insegurança e os baixos níveis de coesão social geraram as condições de legitimidade de sua atuação. Em parte, o descenso das milícias como ator e o fracasso de seu processo de negociação não podem ser lidos do agir como um grupo só e do papel que cumpre cada um dos seus integrantes na manifestação da violência, mas, sim, tanto dos interesses deles como ator que pretende dominar quanto da não pretensão do Estado por resolver os conflitos.

Como diz Tilly (2007), a violência é um processo de interação que varia segundo os processos sociais que a produzem. Assim, o processo das milícias em Medellín, na prática, passou por um tipo de violência coletiva de “*destruição coordenada*” no qual os exércitos estavam claramente definidos (as milícias, a polícia, os militares, os grupos do narcotráfico) para um tipo de *violência de negociações rotas*, logo depois do processo de negociação firmado com o Estado, que derivou em descumprimento dos acordos e disputas no interior das milícias. Tal situação levou ao desaparecimento das milícias como ator, mas, por outro lado, as práticas violentas das milícias derivaram em processos sociais acolhidos que finalmente se reproduziram como *rituais violentos* no seio das dinâmicas cotidianas dos bairros onde se operavam. Em outras palavras, as práticas violentas, o que para alguns é o uso instrumental da violência, converteu-se numa guia de interação, que implica “infligir danos em si

narcotráfico e milícias em 71 bairros, em cinco das seis zonas da cidade de Medellín (GIRALDO, 2013, p. 16).

mesmo aos outros na competência por ocupar uma posição prioritária num campo reconhecido” (TILLY, 2007, p. 14). Daí que o processo vivido pelas milícias traça uma linha de aprofundamento da violência como processo de interação social, o que significou, além de processos de negociação da desordem ou dos arreglos institucionais, a incorporação de diversas formas de organização social.

No contexto nacional e regional, referente ao conflito armado, foi muito mais evidente no final da década de 1990, em parte porque a ação paramilitar cobrou mais importância sob um discurso antissubversivo, o que aumentou a confrontação armada urbana nesse período — situação que se evidencia pelo aumento no número de homicídios, pois Medellín passou de ter 2.998 homicídios anuais registrados em 1998 para 3.271 no ano de 2002, como consequência de confrontações entre os paramilitares, grupos ex-integrantes das milícias e grupos do narcotráfico dos diferentes bairros da cidade.

O cenário do conflito armado urbano nesse momento foi marcado pelo escalamento da violência, tanto em nível nacional como local, por causa do fortalecimento dos grupos paramilitares no país e nas principais cidades, como Medellín. No entanto, há estudos em Medellín que afirmam que, no final dos anos 1990, a cidade estava numa “fase de escalamento da guerra na cidade” (FRANCO, 2004, p. 100) caracterizado principalmente pela “reorganização da estratégia contrainsurgente” que alterou a dinâmica do conflito e da violência na cidade (FRANCO, 2004, p. 102).³⁵

Hacia finales de dicho periodo comenzó el proceso de confrontación y copamiento territorial, basado en la articulación de la violencia urbana preexistente, a través de la contratación de servicios legionarios para la lucha contrainsurgente en la ciudad. Posteriormente se relegó el sistema de contratación de servicios, se intervino directamente a través de tropas profesionales y se desencadenó una fase de intensa confrontación con el uso combinado del componente coercitivo legal y paralegal para el debilitamiento de un enemigo definido, no sólo como la contraparte militar, sino también como aquel que representa o favorece los intereses contrapuestos, así se esté protegido en su condición civil. A lo largo de este período, el patrón de intervención del mercenarismo corporativo estuvo definido, entre otros elementos, por la

³⁵ Ver em: BALBÍN ÁLVAREZ, Jesús William. *Violencias y conflictos urbanos: Un reto para las políticas públicas*. Medellín: Instituto Popular de Capacitación (IPC), 2004.

articulación de las estructuras rurales con las de la ciudad, el entrenamiento de jóvenes ciudadanos provenientes de experiencias *gansteriles*, la generación de organización social propia, el traslado de tropas profesionales, la ofensiva militar, el fortalecimiento de vínculos financieros con las redes de narcotráfico del área y el control poblacional y territorial, etcétera (FRANCO, 2004, p. 104).

Sem esquecer o vínculo do conflito nacional com a cidade, marcado por um tipo de “mercenarismo corporativo”³⁶, há duas particularidades do escalamento do conflito na cidade, que são de destaque para o presente trabalho e que Vilma Franco (2004) aponta. Uma tem a ver com o entrecruzamento da violência político-militar e a violência social como produto da extensão do “mercenarismo corporativo” nos territórios controlados por grupos que, em algum momento, expressaram resistências e com a cooptação destas últimas por meio de alianças que possibilitaram uma vinculação funcional dos grupos violentos sem necessidade de sua eliminação. A propósito, diz Franco (2004):

[...] no se trata de la eliminación o expulsión total de las asociaciones armadas existentes, sino de ejercer dominio sobre la sociedad urbana subalterna a través de cuerpos independientes – como un sistema descentralizado en el que hay un centro y varios puntos satélites – que se vinculan a través de la prestación de servicios o de la adscripción formal, sin renunciar a sus otras actividades delictivas usuales (p. 107).

A segunda particularidade é a relação entre o conflito e as formas espaciais de alguns dos territórios na cidade. Segundo Franco (2004),

[...] el grado de presencia de grupos, de desarrollo de operaciones armadas y el tipo de medios y métodos de confrontación a utilizar, están determinados por las diferencias en términos de patrones de edificación y vialidad existentes dentro de las ciudades, de ahí que, sectores densamente poblados donde el proceso de construcción no ha sido regulado por las normas urbanísticas tienden a presentar mayores niveles de aptitud para el asentamiento de grupos irregulares armados y de condiciones de movilidad (accesibilidad, evacuación, circulación) y para la adopción de posiciones defensivas en los teatros de combate (p. 108).

Uma diferença no agir das milícias com os paramilitares é a relativa à sua forma de organização, isto é, os primeiros basicamente dependiam da formação de uma

³⁶ Termo usado por Franco (2004) para se referir à forma de organização de atores armados ilegais, principalmente dos grupos de contrainsurgência ou de paramilitares.

estrutura hierárquica, com níveis de atuação entre seus integrantes; enquanto isso, os segundos, por sua forma de expressão na cidade e maneira de exercer maior domínio, sustentavam-se em relações menos centralizadas e hierárquicas, mas, com a configuração de nós, alianças estratégicas entre grupos do narcotráfico e grupos contrainsurgentes, quase que se fazia a constituição de redes de operação armada em territórios bastante delimitados e localizados. A especialização das atuações armadas cobra muita vigência quanto à variação da violência, já que, da década de 1990 à década de 2000, as formas de organização não requeriam tanto de uma cabeça visível ou de um grande chefe que aglutina uma estrutura, mas, sim, da profunda especialização das atividades. Quer dizer, que estão se conformando as redes de violência coletiva sustentadas por permanentes estratégias de transação e aliança entre os grupos ilegais e destes com o Estado.

As organizações de paramilitares chegaram a Medellín como uma extensão das estruturas contrainsurgentes, porém com particularidades na dinâmica do conflito armado urbano. O discurso é o extermínio de qualquer expressão, organizada ou não, da esquerda na cidade. Os paramilitares são, nesse caso, uma extensão do paramilitarismo em grande parte do território nacional. Como menciona Mártins (2012):

El primer bloque formalmente creado por las Auc, aunque dentro de la estructura Accu, fue el Bloque Metro, bajo dirección de Doblezero. Este bloque, integrado por combatientes entrenados en Urabá, fue asignado al Valle de Aburrá y sus alrededores, en particular el oriente cercano. En Medellín, la tarea consistía en organizar Grupos de Autodefensa Urbana –Grau– para desplazar las milicias guerrilleras activas en particular en las comunas 8, 9 y 13. Se trataría en primer lugar, de asumir el control de los municipios del oriente cercano y, desde allí, pasar a la ciudad, a partir de la comuna 8. Luego, con dinero y armas, se reclutarían bandas duras y chichipatas para formar los Grau, e iniciar la confrontación a muerte con las milicias (p. 349).

Como se pode ver, em Medellín identificaram-se dois conjuntos dos paramilitares, fortemente reconhecidos: as Accu³⁷ e o Bloque Metro.

³⁷ Autodefensas Unidas de Córdoba y Urabá.

En 2.002, para la mayoría de la gente en Medellín, los rumores frente a las Auc, el Bloque Metro, el Cacique Nutibara, y el ramillete de milicias, los juegos estratégico-militares de la guerrilla y las perpetuas *vendettas* entre bandas, generaba un panorama más complejo que una década antes, cuando era común atribuir todo al narcotráfico o a la guerrilla. Se dieron cuenta además de que la situación en otras partes del país impactaba en el barrio. “Dicen que la cosa se va a poner dura (...) Son muy distintos a los que han combatido en el barrio durante años. (...) Dicen que los mandaron del propio Caguán (MÁRTINS, 2012, p. 419).

A *destruição coordenada* de que fala Tilly (2007) é facilmente reconhecida em Medellín no período entre 1998 e 2002. Tinha um posicionamento dos paramilitares como organizações especializadas na eliminação das milícias, o que significou a consolidação da guerra na cidade como expressão do conflito político armado nacional. Os danos e o uso da violência como instrumento de controle e dominação fizeram-se evidentes na confrontação com as milícias, e também com as organizações comunitárias e, em geral, com a população.

Sua atuação levou ao aumento da taxa de homicídios na cidade, passando de 2.998 casos em 1998 para 3.259 em 1999. Assim, as taxas a cada 100 mil habitantes aumentaram de 155 (1998) para 167 (1999) e para 160 (2000). As taxas chegaram a 184 no ano de 2002 (MÁRTINS, 2012, p. 394). De outro lado, esse período foi marcado por um processo de cooptação e de dominação, não só do território como lugar, mas também dos espaços sociais organizados, como grupos de jovens e de comitês comunais e outras organizações que realizam processos de gestão social participativa. Essa cooptação, como menciona Mártins (2012), deu-se no caso dos paramilitares, por meio do uso da força, o que provocou um aumento no deslocamento forçado e no extermínio de grupos e pessoas pertencentes aos movimentos comunitários. De fato, a Personería Municipal de Medellín registrou, no Informe de Derechos Humanos do ano de 2004, o problema do deslocamento intraurbano como produto das ações armadas dos paramilitares.³⁸

³⁸ O Informe de Derechos Humanos do ano de 2004 mostra que 512 pessoas denunciaram ser vítimas de deslocamento forçado na cidade por razões de violência armada. Diz o Informe: “Dos de cada tres personas registradas como desplazados intraurbanos en la ciudad de Medellín, lo fueron a raíz de los hechos violentos acaecidos en la Comuna 13. Le siguen en su orden, con un 8.8% y un 6.1% las comunas 1 y 3 en donde los asentamientos de población desplazada han sido objeto de intensas operaciones militares, detenciones masivas y posterior empoderamiento de grupos paramilitares, que

... La operación Mariscal, fue llevada a cabo por efectivos de la Policía, Ejército, el DAS, y la Fiscalía, involucró helicópteros y tanquetas de la Policía, y resultó según fuentes oficiales, en la muerte de nueve civiles, entre ellos tres menores (de 6, 11 y 16 años) , 31 heridos civiles, ocho heridos en la fuerza pública, 31 capturas, y la incautación de cinco armas, siete bombas caseras y otros materiales bélicos.

Mientras la operación estaba en pleno desarrollo, habitantes del barrio El Salado participaron en una marcha de protesta, con pañuelos blancos, para exigir un cese al fuego. Sin embargo, no era claro si la marcha se generó de manera espontánea, para protestar contra la posibilidad de asistir a los heridos, o por presión de las milicias, para dificultar el operativo y cubrir su retirada o reorganización. Dos días más tarde, los docentes y alumnos del colegio Las Independencias marcharon con habitantes del barrio en protesta por la muerte del alumno John Wilmar ayala, de 16 años de edad, fallecido por una bala perdida durante la Operación y reclamaron excluir a la población civil de los combates.

Como era de esperarse, una intervención militar a la escala de Mariscal abrió un agudo debate y se generaron denuncias sobre cooperación operativa entre las Auc y la fuerza pública, desproporcionalidad en el uso de la fuerza, falta de protección a civiles y violación a los derechos humanos. Según algunas denuncias, un grupo paramilitar se habría concentrado durante la operación Mariscal en el sector rural Aguas Frías, en cercanías de la comuna 13, para esperar la orden de entrar a tomar el control del lugar, una vez terminada la operación (MÁRTINS, 2012, p. 426).

Como foi dito, a estrutura dos paramilitares é distinta das milícias, assim contemple certas similitudes no seu accionar. Em grande medida, ambos atores armados desprendem-se do contexto do conflito armado nacional, não obstante, para o caso dos paramilitares urbanos, essa relação foi muito mais evidente ao se complexar não só a dinâmica do conflito urbano em Medellín, mas também, e além disso, a ampliação das relações entre os atores armados e o Estado. A violência armada urbana em Medellín tem sofrido uma variação nesse sentido, isto é, passou de ser uma dinâmica caracterizada pela coexistência e, de alguma forma, de permissibilidade das ações armadas das milícias como uma maneira de controlar e

han obligado a nuevos desplazamientos dentro de la misma ciudad a quienes ya eran desplazados provenientes de otras zonas o municipios (la Honda, la Cruz, Bello Oriente, Santo Domingo) y las comunas 9 y 16, en donde los Barrios Ocho de Marzo y Belén Rincón han sido objeto de control armado de nuevas organizaciones paramilitares o bandas barriales que se han ido consolidando en estos sectores". Ver: Informe de Derechos Humanos del 2004. Personería de Medellín. Em http://www.personeriamedellin.gov.co/documentos/documentos/Informes/Situaci%C3%B3n_DHH2004/2004.pdf.

neutralizar a avançada da “delinquência” que açoitava os bairros periféricos da cidade e em que a força pública tinha uma baixa capacidade de ação, para uma dinâmica que transcendia das relações de controle a umas de transação entre o Estado e os paramilitares por limitar a ação das milícias que ainda subsistiam na cidade. Então, os paramilitares compartilhavam de forma similar os *rituais violentos* como tipos de violência coletiva exercida pelas milícias, mas por sua vez misturavam as suas ações sob uma modalidade de *oportunismo*, no sentido do qual fala Tilly (2007) de se sentir protegidos com respeito à vigilância e repressão que normalmente exerceria o Estado na sua função de garantir o direito à vida. Um evento que dá conta dessa nova variação da violência armada na cidade, e que se deu num dos lugares mais referenciados da violência em Medellín, como foi a Comuna 13, foi a Operação Orión, que consistiu na realização de operações militares nos bairros dessa comuna para atacar os grupos de milícias existentes. Essa operação teve a particularidade de ter sido feita, segundo grupos de pesquisa na cidade, entre organismos da força pública e organizações dos paramilitares, como o Bloque Cacique Nutibara; causou grande impacto na população pelo tipo de armas utilizadas e pela intensidade das operações. Foi feita no ano de 2008, e as ações foram fortemente dirigidas à população civil, produzindo-se assassinatos, desaparecimentos, detenções e ataques indiscriminados (JARAMILLO y PEREA, 2015, p.144).

No final do ano de 2003, dá-se, na cidade de Medellín, o processo de desmobilização do Bloque Cacique Nutibara no marco da negociação nacional com as Autodefensas Unidas de Colombia (AUC). No caso específico de Medellín, esse processo demarcou-se na estratégia de segurança e convivência do prefeito Luis Pérez Gutiérrez, denominada *Compro la Guerra. Política pública de seguridad y reincorporación a la civilidad* e que consistia numa política que combinava o fortalecimento da força pública, a reeducação da cidadania para a convivência e um desarme geral dos civis (MÁRTINS, 2012, p. 413).

Depois do processo de desmobilização das Autodefensas em Medellín, vários de seus líderes protagonistas foram extraditados para os Estados Unidos, o que produziu um reajuste dos poderes armados, para uma situação mais difusa, extensa e com uma

transformação nas formas de se relacionar: menos hierárquica e mais orientada na especialização de tarefas do tráfico de drogas. Medellín, então, assiste a uma nova confrontação armada entre facções deixadas pelos antigos líderes paramilitares, e para alguns a guerra liberada entre os distintos grupos armados pelo novo controle da cidade parecia ter características similares às daquela vivida na época de Pablo Escobar.

A característica da formação dos novos grupos na cidade se dá não com a ideia de hegemonizar o seu conjunto, mas, sim, de controlar seus próprios negócios de uma forma mais localizada, com um processo de cooptação das atividades cotidianas dos bairros, especialmente no âmbito econômico e nas atividades realizadas pelas organizações sociais.

As novas variações da violência armada urbana em Medellín obedeceram em grande parte aos processos de mediação que se têm dado de forma permanente entre os grupos armados. Esse cenário da violência, logo depois de 2011, combina processos de alta confrontação pelas disputas territoriais e processos ou pactos de mediação e transação para manter as condições de tranquilidade nos bairros e, dessa forma, garantir a sua operação, como, por exemplo, as redes de operação do tráfico de drogas. Jaramillo (2015) o descreve da seguinte maneira:

Esta tregua fracasa unos pocos meses después y se reinician los enfrentamientos para luego presentarse un nuevo reacomodamiento de la confrontación. A partir de 2011, las disputas tienen como protagonistas a los grupos afines a las diferentes facciones aglutinadas a la Oficina de Envigado contra los grupos que están con los Urabeños. Se dicen que éstos han logrado tomar ventaja gracias a las alianzas establecidas con algunas bandas históricas y la cooptación de combos localizados en territorios de importancia estratégica para el tráfico de armas y drogas hacia el occidente (carretera al mar) y el oriente (autopista Medellín-Bogotá).

En medio de especulaciones acerca del futuro de la Oficina de Envigado y de su competencia, Los Urabeños, se sabe de un arreglo entre esas agrupaciones, el “pacto de fusiles”, resultado de una cumbre realizada los días 22 y 23 de julio de 2013 en un municipio cercano a Medellín. Mediante éste se estableció un cese de los enfrentamientos y una distribución de zonas de influencia, el monto de las tarifas de extorsión a las tabernas y supermercados, así como el control de las plazas de vicio. Mientras que Los Urabeños se comprometen a detener su ofensiva y a facilitar las operaciones externas de narcotráfico de la Oficina

de Envigado, haciendo uso de su control sobre las zonas rurales, los miembros de la Oficina se comprometen a dejar de pelear entre ellos e imponer disciplina a las pandillas callejeras en sus territorios (El Espectador, 2013b) (p. 146).

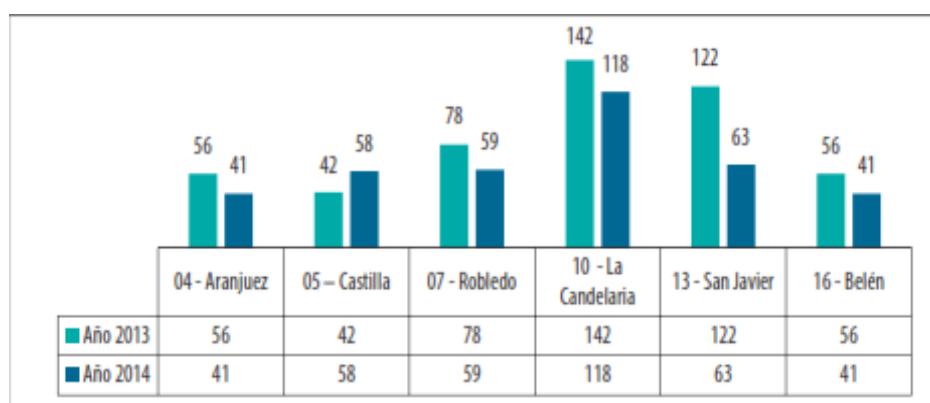
Contudo, o que se assiste hoje em Medellín, além do reajuste nas redes de ação armada, é uma ampliação das práticas armadas dirigidas para os negócios que proporcionam fontes de rentabilidade, como a extorsão (*vacuna*), a influência em micronegócios econômicos, como a proibição e o controle de venda de produtos, o domínio nas redes de transporte público; essas práticas complementam as já produzidas e enraizadas, como o microtráfico de armas e drogas, pelo qual hoje é mais sutil a análise da violência armada urbana na cidade.

3. RELACIONAMENTO DE PODER E EIXOS DE REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA DESDE OS ATORES ARMADOS NO BAIRRO DE MORAVIA

O bairro de Moravia, durante as duas últimas décadas, contou com a presença e a disputa de organizações armadas (milícias populares, paramilitares e grupos do narcotráfico) pelo controle do território que influíram na organização da vida social. Portanto, esta seção fornece uma caracterização das organizações armadas, das redes de poder que se configuram, da forma como influem na expressão da violência urbana e das formas de regulação da mesma.

No Informe de Direitos Humanos da Personería Municipal de Medellín, do ano de 2014, mostra-se a focalização do homicídio em seis comunas principalmente: Comuna 10 (La Candelaria), Comuna 13 (San Javier), Comuna 7 (Robledo), Comuna 16 (Belén), Comuna 5 (Castilla) e Comuna 4 (Aranjuez). Como pode se observar, a Comuna 4 (Aranjuez) é uma das comunas onde persiste a presença de homicídios e da qual Moravia faz parte.

Gráfico 4: Focalização dos Homicídios nas Comunas de Medellín durante o ano de 2014



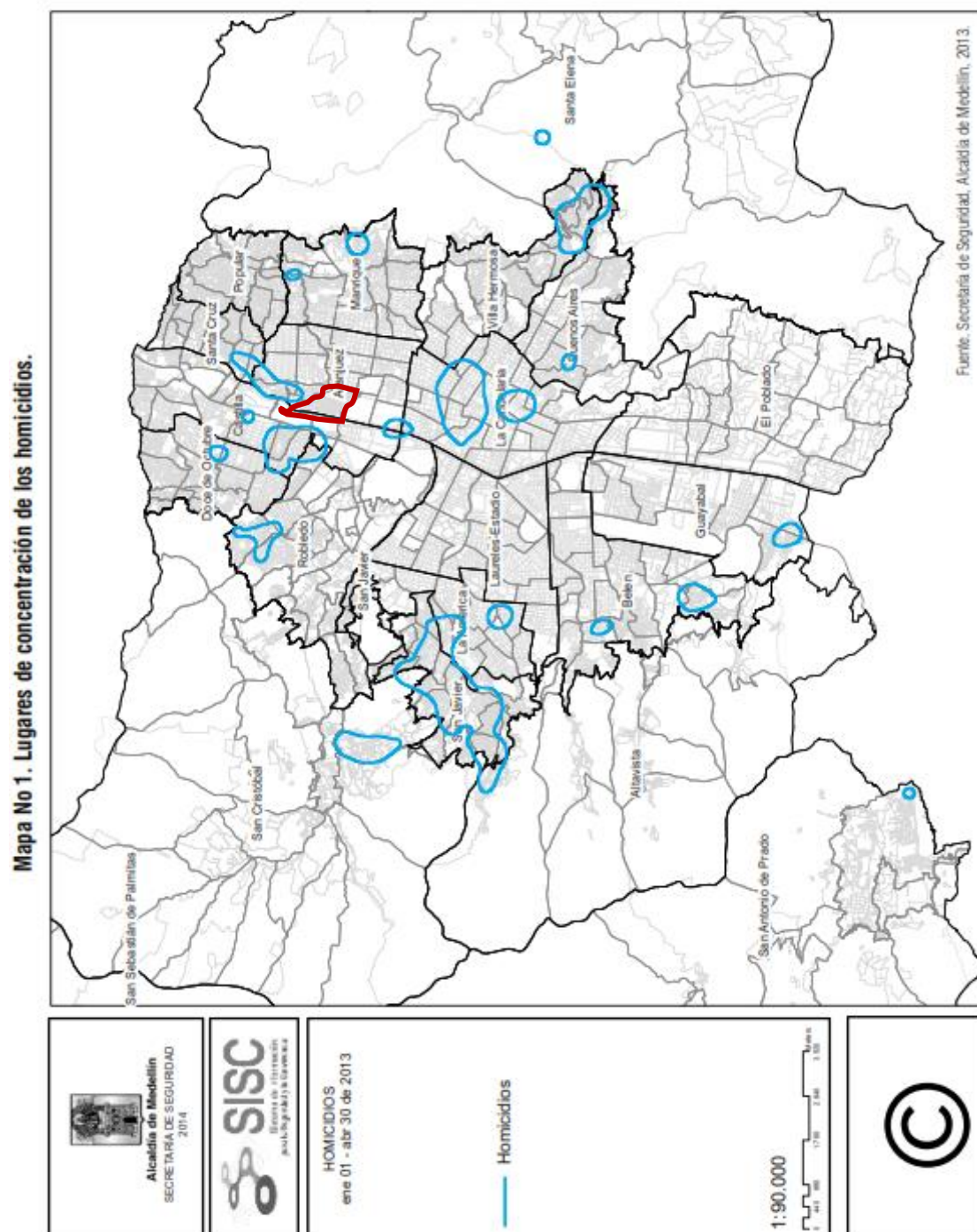
Gráfica N.º 5. Homicidios focalizados
Fuente: INMLCF. Elaboró Personería de Medellín

Fonte: Informe de Direitos Humanos 2014 da Personería de Medellín.

Não obstante, a persistência do domínio do grupo armado em Moravia continua, mas, em contraste, o número de homicídios, segundo as pessoas entrevistadas em Moravia, há diminuído significativamente. Um dos mais recentes estudos sobre a violência em Medellín mostra como a concentração dos homicídios se tem dado em

bairros como San Javier da Comuna 13, Villa Hermosa da Comuna 8, e Popular 2 da Comuna 4 (Aranjuez). No caso de Moravia, pode-se ver que não está sinalado.

Mapa 4: Concentração dos homicídios em bairros de Medellín durante o ano de 2013



Fonte: JARAMILLO, Ana; PEREA, Carlos Mario. (2015). Tomado textual. O grifo em vermelho é próprio e representa o bairro de Moravia.

3.1. Atores armados, confrontações e controle do espaço no bairro

Na minha época de infância, tive que presenciar um massacre que fizeram no setor das Canillas; nesse tempo, chamava-se assim uma parte daqui de Moravia, de El Bosque: Las Canillas. Nesse dia, veio toda esta gente daqui de El Bosque, tudo o que encontravam, era como se estivessem matando animais, não importava quem estivesse aí. Nesse dia, morreram mais ou menos onze, quase a maioria deles eram rapazes, que eu conhecia trabalhando no morro, pegando sucata. Ninguém sabe por que os mataram. Se nós tivéssemos estado por aí, também estaríamos mortos, e isso ficou na minha mente. O mais forte que ficou foi a imagem de um rapaz que lhe apelidavam “O Gago”, que era desse *combo*³⁹ daqui. Ele foi até Patio Bonito, e não sei por que fariam esse massacre aí. Ele ficou nos olhando, a todos nós, quando ele chegou até aí embaixo; nesse momento já tínhamos acabado de jogar, estávamos nos refrescando aí e escutamos por ali os disparos, mas não caiu a ficha, continuamos igual e pensamos: “aí mínimo se enfrentaram os grupos armados de Moravia com os do El Bosque”, quando ele voltou e ficou de novo perto de nós... essa imagem ficou gravada na minha memória... ficou gravado o rosto dele quando o cara ficou nos olhando, e com a arma na mão. Eu pensei “já, aqui matou a gente também!”, mas não, ele seguiu direto, seguiu para Moravia. Quando nós escutamos falar por aí que tinham uns mortos lá em cima, quando fomos e vimos... não o que é isso! Eu lembrava na época de Urabá⁴⁰ que diziam que matavam mais ou menos 40, 50 e me lembrei desse dia porque eu olhava por cada esquina e via cada cara jogado no chão, todos conhecidos. E então isso foi um impacto muito grande que me deixou e me fez ficar assim também... eu fiquei assim, bom!, como eles também não, mas virei uma pessoa que pega a vida de outro ser humano... e acho que ninguém é digno de tirar a vida de ninguém; só quem pode fazer isso e pegar a vida de todos nós é Deus. (Arles)

A violência urbana de Medellín começou a distinguir-se em Moravia no final dos anos 1990. Entre os anos de 1989 e 1991, Moravia foi considerado um dos bairros mais perigosos da cidade ao abrigar ali distintos grupos que ofereciam seus serviços para o narcotráfico e para o cartel das drogas, que nesse momento era dominado por Pablo Escobar. No conjunto das pessoas entrevistadas, destaca-se a alusão que se faz desse momento “fatídico” do bairro: em geral as pessoas falam do lado negativo que significou a presença dos *combos*, os roubos e as mortes que distintos grupos

³⁹ A palavra *combo* usa-se para se referir aos grupos armados que controlam os distintos territórios na cidade. São formados principalmente por jovens. Também estão associados com a formação de pandilhas. Os *combos* em Medellín estão geralmente associados com as atividades do narcotráfico e foram muito protagonistas na época de Escobar.

⁴⁰ Urabá é uma região do departamento de Antioquia que foi muito afetada pela violência do conflito armado nacional e foi cenário de fortes massacres nos anos 1980.

armados, formados principalmente por jovens, provocavam contra a própria população. Nos relatos das pessoas entrevistadas, descreve-se uma paisagem de “ruas vazias”, “casas protegidas com grades”, “fronteiras intransitáveis” entre os distintos setores do bairro, “o momento da delinquência comum”, enfim, a violência, como eles dizem, era um “flagelo” do qual parecia quase impossível se liberar. Uma paisagem do bairro que parece inimaginável quando se caminha atualmente pelas ruas de Moravia. Um momento marcado por deficiências dos equipamentos coletivos, presença repressiva do Estado, transformação dos grupos de pandilhas em poderosos *combos*, uma polarização social e um deslocamento forçado da população, desconfiança nos agentes de segurança do Estado, dispersão de organizações comunitárias e sociais e uma exclusão de Moravia na lógica de organização global da cidade (INSTITUTO POPULAR DE CAPACITACIÓN (IPC), 1997, p. 82).

Por exemplo, de Moravia, aqui nessas épocas, o que eu não gostava muito foi quando teve uma época de violência. Foi com o que chamávamos o DOC⁴¹. O DOC, essa gente foi... inclusive essa gente nessa época não respeitava nem as crianças, essa gente era muita agressiva e trouxe muita violência aqui a Medellín, a estes bairros populares mais que tudo, e aí foi quando começou Moravia um pouco a se danar, porque isso já gerava muitos problemas, já não era a mesma. Nessa mesma época que começou a crescer, como nos anos 1990... já veio também o que era o famoso “táxi amarelo”, “o carro fantasma”, isso foi gerando muita violência, e além disso começaram a se formar muitos *combos* aqui, já tinha um *combo* na saída, mais outro no Bosque... viam os *combos* das Camelias, e aí foi quando já começou mais que tudo a se formar uma violência medonha. Inclusive saíram por aí dos primeiros *combos* aqui... os Burreros; um primo meu, de nome Omar, também foi vítima desses *combos*. Também uns jovens do Bosque, não me lembro muito bem como era que diziam; me lembro muito de um que era muito violento... que incendiava muita violência: Agonía, esse foi um dos que mais deu violência... então, por causa disso e mais outra coisa também, que já marca muito a gente, vem a morte de muitos amigos, por exemplo mataram Marcelino de lá de Manrique⁴². Nessa época, eles também mataram um amigo nosso, o Carlitos, que, por matar o irmão dele... imagina, por uma simples caixa de refrigerante que possivelmente ele tinha roubado, né? E isso marcou a gente, marcou muito, porque nós, os

⁴¹ O Departamento de Orden Ciudadano (DOC) foi um aparato parapolicial criado no começo dos anos 1980 e que, durante anos, operou sob ordens do narcotráfico. O DOC instituído inseriu-se em atividades ilegais que envolveram, primeiro, o assassinato de indigentes e viciosos e, logo depois, o de cidadãos em distintos bairros da cidade e do município de Envigado. Ver: Periódico *El Tiempo*. Arquivo, 4 de março de 1992.

⁴² Manrique é outro bairro das periferias altas de Medellín.

jovens acostumados, como lhe dizia antes, ao *parhecito*⁴³, Carlitos era do *parhecito* das baladas e bebíamos *Chirrinchi*⁴⁴. Aí foi quando começou a moda do que era o *Chirrinchi*, e olha que a gente já estava bem. Aí começaram as mulheres a serem estupradas. Todos esses *combos*, mais de um estuprava as meninas porque usavam minissaias ou porque estavam bonitas. Então isso foi gerando muita violência, e este setor de cá nunca tinha assim praticamente o *combo*, mas todos vinham para cá. Já no último se disputavam este lado de cá, mas cá, em Moravia, aqui, praticamente para baixo, nessa época *combo* não havia, ou seja, os que mantinham eram... que isso ninguém esquece, é o famoso Rancho de Perro, que eram só alcoólatras, inclusive entre eles estava Chinco, Juangui, o defunto Gato, e muitos assim que só tomavam álcool, e tinham um *parche* aí que lhe diziam Rancho de Perro, mas aqui de *combos* não. Então devido a essa violência é que a gente começa a refletir, e teve muita gente que foi se cansando disso, não todas, pois muitas tinham muito medo e temor. (Fredy)

As Milícias Populares do Valle de Aburrá (MPVA) chegaram a Moravia em 1991–1992 com o objetivo de controlar o poder violento das *bandas* do narcotráfico, oferecendo a possibilidade da segurança e a instauração de uma ordem liberada da delinquência. Com efeito, Moravia ocupou, entre 1991 e 1992, os primeiros lugares nos números de homicídios na cidade, pois, como resultado dos processos de confrontação entre milícias e bandas, o número de homicídios aumentou a uma cifra similar à apresentada no conjunto da cidade, que chegou a uma taxa de homicídios de 381 a cada 100 mil habitantes. De fato, a Comuna 4 (Aranjuez), da que faz parte Moravia, aportava, nesse período, uma taxa de 180 a cada 100 mil habitantes. Uma das mais altas em comparação com outras comunas da cidade. Segundo descreve o IPC⁴⁵, as MPVA realizaram uma luta violenta e diretamente aberta com as *bandas* até lograr expulsá-las, submetê-las e, em alguns casos, exterminá-las do setor. O grau de consolidação das bandas e seu domínio e controle dos territórios “demandó de las Milicias el despliegue de una estrategia de guerra para contrarrestar el dominio de éstas, recuperar la seguridad y favorecer al mismo tiempo la integración social” (IPC,

⁴³ A palavra *parche* é usada para significar um lugar de encontro entre os amigos. O *parche* da esquina, por exemplo; refere-se à reunião de grupos de jovens para fazer distintas atividades de lazer. A palavra faz parte da linguagem coloquial dos jovens em Medellín.

⁴⁴ O *Chirrinchi* é uma bebida preparada artesanalmente e de forma simples. Contém álcool etílico, leite e Coca-Cola, muito própria dos jovens que moram nos bairros populares de Medellín. Há outras regiões da Colômbia que também fazem o *Chirrinchi*, só que é uma preparação com água de rapadura fermentada e outros ingredientes. Está associada a práticas indígenas da Guajira principalmente.

⁴⁵ Instituto Popular de Capacitación (IPC).

1997, p. 83). As MPVA como organização miliciana originaram-se a princípio na organização guerrilheira do Ejército de Liberación Nacional (ELN), em 1989, como produto da estratégia de expansão urbana da guerrilha, mas, em 1991, separaram-se da dita organização acompanhados da Corrente de Renovação Socialista (CRS), facção do ELN, que, em 1994, realizou o processo de negociação com o governo nacional.

As milícias inseriram, na dinâmica do bairro, um tipo de violência mais organizada e num contexto mais amplo de interação social. Elas obtiveram um domínio de Moravia, assim como em outros bairros da cidade, por um período aproximado de 3 anos, nos quais, além de oferecer a garantia de segurança, ativaram processos sociais que modificaram a dinâmica violenta e conduziram a população em geral e o conjunto dos atores sociais a criarem mecanismos de organização social que favoreceram a autonomia da violência como um tipo de ação coletiva ou pauta repetitiva e necessária no progresso da comunidade.

Não, já começou... nos anos 1990, surgiram já as milícias. Foi já nessa época que estavam começando a entrar o que eram as milícias, certo? Mas praticamente a Moravia não tinham chegado, eles chegaram em 1991. Já no final dos anos 1990 que supostamente eram trazidos pela mesma comunidade e, como te digo, já esse caos de violência estava aqui; a gente cansada, os roubos, o monopólio, e, por exemplo, eu fui um dos que era vítima disso porque eu ou nós nunca fomos ladrões, nem nada disso, mas eles (as milícias) se dedicavam a tocar-nos, como com vontade de que a gente estivesse aí do lado deles, e a gente, no princípio, não partilhava isso, pois também se entrava em conflitos.

E eu lhe digo... isso para ninguém é segredo, que essa gente quando esteve cá, nessas comunas, isso pois, a gente não deve justificar a violência com as armas, mas nessa época essa gente entrou, e isso foi uma salvação para todos esses bairros, porque a gente não pode falar mentiras, as milícias quando começaram, foi bem... não tinham saído dos ideais políticos que eles professavam e apoiaram muito as comunidades e isso deu resultado, porque isto aqui teve um tempo muito duro de violência, mas essa gente, bem rapidinho, rapidinho, limpou os bairros. (Fredy)

A penetração das milícias em Moravia esteve ligada ao contexto da urbanização do conflito armado nacional. A influência da esquerda armada, e no caso particular do ELN, chegou a Moravia como uma forma de fortalecer núcleos subversivos que potenciaram a luta armada e a consolidação da esquerda na cidade. Mártins assinala,

por exemplo, como o ELN se inseriu nos comitês de moradias no bairro de Moravia na luta pela moradia digna e que operava através de curas cívicos inspirados na Teologia da Libertação, como o caso do Padre Vicente Mejía (MÁRTINS, 2012, p. 148). O fim era recrutar pessoas para as filas da guerrilha, aliás, o contexto exacerbado da violência na cidade e suas particularidades em torno da expressão e organização das *bandas* armadas constituíram um ambiente propício para a estruturação das milícias como ator protagonista da segurança e “ordenação” do bairro de Moravia. Ou seja, a influência da esquerda nas milícias foi ponto de partida para a legitimidade de seu acionar, em certa medida porque o ideal de melhorar as condições de vida da população ligava-se com um discurso de transformação social que favorecia os setores mais precários da cidade, acompanhado de uma visão heroica de seus integrantes, principalmente dos jovens homens, como liberadores do caos violento.

A verdade... pois, obviamente não sei se era o melhor modelo de pessoa, pois, que a gente possa referenciar como para seguir, mas no mundo que a gente tinha anteriormente, quando se fez parte do conflito... eu cheguei a admirar muito um comandante, o Lucho. Ele foi um referente muito importante na minha vida, porque de certo modo eu fui muito próximo dele. Conheci-o muito, e essa proximidade, assim, quando tínhamos uma conversa, não era de um comandante e seu subalterno, mas, sim, como era bem melhor, de um pai e seu filho ou de um amigo e outro amigo. Porque inclusive ele me felicitava por minha forma de ser e, em vez de me empurrar para a violência, melhor me dizia que não havia que fazer isso... que tem que estudar, pensar na comunidade, fazer trabalhos sociais. Para ser a pessoa que ele era, com todo seu caráter e porque, para mim, era um bom personagem de que de certa forma a mesma comunidade ou as pessoas daqui gostavam. Obviamente, ao ser um governante militar e político, no momento que havia que deixar morte, porque, pois, havia que matar pessoas... mas ele, e obviamente vão existir pessoas que vão sentir ódio dele, mas, no nível comunitário político e organizacional, era uma pessoa que me parecia muito inteligente. Então ele influenciou muito na minha vida. Além disso, como que graças a ele e às suas ideias e pensamento a gente se dá conta de que é bom lutar pela comunidade. O que acontece é que nem sempre é através das armas, e isso também ele o fazia, nem sempre há que fazer as coisas com as armas. Aqui, eu conheci o trabalho social que se fazia e inclusive com as crianças, as ações comunais, e Lucho estava muito envolvido com todo o tema do bem-estar da comunidade, tanto que desenvolveu o que chamávamos

de oficina de resolução de conflitos, e ele a apoiava em toda a sua totalidade, e olha que não era assim, pois, não vá por aí com um *ferro*⁴⁶, mas, sim, com um convite... “venha e fale, e se resolvem os conflitos de outra maneira”. Como todas essas ideias de fazer sociedade, de fazer comunidade era o que chamavam muito a atenção de Lucho. O que a gente tem vivido, provavelmente nestas zonas, além de viver... porque tivemos que viver a violência... viver os roubos, os estupros das mulheres... tudo o que se chame de delinquência, então esse é o referente quando o comandante chega com sua gente aqui, são os que nos mudam a vida, o bairro muda, se começa a viver melhor, né? Porque começa a plantar já as sementes de que se tem que respeitar o vizinho, de todo esse tema de pegar os bandidos, de não ao consumo de droga. Lucho era um cara que lutava contra as drogas, então de tudo isso tenho gostado, pois isso é o que eu gosto muito nele e, se tivesse continuado neste tema, essas teriam sido as bandeiras que eu tomaria. (Edwin)

O relato anterior, feito por um ex-integrante das MPVA na entrevista, destaca como é importante para ele a participação no aporte para a melhoria da vida social em Moravia. Essa visão remete à noção de coesão comunitária adiantada pelo autor colombiano Carlos Perea⁴⁷(2006) que assinala a relação entre a participação dos jovens e a violência como forma de inclusão da vida comunitária.

La inclusión comunitaria genera identidad. El reconocimiento vecinal influye en las prácticas de los jóvenes, si bien lo hace de maneras diversas en función de la expresión en cuestión. Para unos, los raperos, su canto, pretende convertir en voz las realidades calladas que componen la vida de la localidad; para otros, los pandilleros, su trasgresión violenta busca el dominio sobre el espacio barrial. Del poema a la imposición tiránica, pasando por la participación de la agrupación comunitaria, la <comunidad> opera como referente: cantera de realidad a denunciar, espacio para el dominio, lugar de la acción colectiva (PEREA, 2006, p. 5).

As milícias em Moravia conseguiram sua força e poder através de um aspecto ideológico relacionado com a esquerda armada num contexto do conflito armado nacional e o seu discurso de salvação do controle das *bandas* armadas de um lado. Por outro lado, estava o poder militar, o qual se baseou fundamentalmente na

⁴⁶ A palavra *ferro* é usada no sentido figurado, querendo referir-se às armas. *Ferro* é igual a *arma* aqui neste trabalho.

⁴⁷ Autor colombiano, integrante do Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI), da Universidad Nacional de Colombia.

formação de um exército de homens apoiado em redes de ação social coletiva. O poder econômico era aproveitado do financiamento não ilegal das armas e também da ajuda de proprietários de negócios e locais comerciais do setor; e também o poder social, através da conexão entre as milícias e as organizações sociais do setor, como a Mesa de Trabalho e o Centro de Resolução de Conflitos. Há ainda o poder político no contexto do processo de desmobilização das MPVA ou uma facção do ELN, a Corriente de Renovación Socialista (CRS), que deu visibilidade e uma margem de negociação às milícias como ator armado na cidade e perante o Estado.

A atuação das Milícias em Moravia caracterizou-se fundamentalmente pelo ataque aberto às *bandas* armadas do setor e pelas conseqüentes confrontações com organismos de segurança do Estado durante o período entre 1991 e 1993. O poder que foram adquirindo deu-se inicialmente por sua capacidade militar e de relacionamento com a população em geral, o que terminou por legitimar em certa medida a sua atuação armada como forma de garantir a tranquilidade do bairro. O ponto de partida foi a ação militar, mas esta combinou-se com estratégias de repressão e uso da força contra não só as bandas, mas, sim, o conjunto da população, ao instaurar um sentido normativo que possibilitasse a sua consolidação como ator de regulação da vida social. O poder ideológico que inicialmente se deu da esquerda armada transformou-se muito rapidamente num discurso que envolvia aspectos de relacionamento da vida cotidiana e formas de interação social mediadas pelo uso da força como mecanismo de regulação social. É fácil ver, por exemplo, como nas narrativas das pessoas entrevistadas destaca-se que a ação militar acompanhou-se de um “imperativo normativo del compromiso con el destino de la colectividad” (PEREA, 2006, p. 7).

Sim, primeiro o controle militar. Já com a zona controlada já se começava fazendo o trabalho social comunitário, mas logo depois de desterrar os bandidos, inclusive a alguns era dada a oportunidade de... “não, eu não quero ficar, melhor sair daqui, não quero brigar mais, melhor me entregar” e muitas vezes foi respeitada a vida, e a das pessoas que quiseram ficar, não quiseram se deslocar, mas, sim, ficavam e respeitavam as normas que já se impunham... e parte da comunidade continuou vivendo tranquila; os que não foram executados ou foram deslocados da zona e não voltaram. Depois disso, fez-se de tudo um trabalho político e comunitário e começava-se a pôr já umas normas na medida em que ia adiantando o processo de assentar as raízes. Ou seja, as

peessoas já conheciam a gente e sabiam também quem procurar. E se iniciava a fazer todo esse processo de dizer, bom, não se gerenciava muitas ou essas coisas, mas, sim, se falava com as pessoas da zona, da organização e visitava as pessoas do conflito, buscava qual das duas pessoas tinha a razão, e decretava ao outro... “se você está prejudicando o outro por um limite, por uma humidade...” e assim com cada problema, então se faziam os corretivos. (Edwin)

As MPVA tiveram uma força incomensurável no controle e na organização da vida social em Moravia, aproveitando-se da necessidade da população de organizar a defesa e a utilidade de uso da força na busca da tranquilidade. Na sua consolidação, contou com aspectos intensivos e expansivos de poder; intensivos ao conseguir a obediência de seus integrantes, principalmente com a figura do líder ou comandante da organização, e o projeto ideal de ordenamento social; e expansivos ao conseguir a expansão de sua ação armada em outros bairros da cidade como estratégia de visibilidade e poder. De fato, as MPVA conseguiram estender sua organização militar a bairros próximos a Moravia, como Andalucía La Francia, La Milagrosa, Villa del Socorro e o setor da Plaza Minorista, porém a sua concentração dava-se de modo dominante no bairro de Moravia como epicentro de sua atuação. De todo modo, a mistura do poder coercitivo com a moral coletiva de seus integrantes terminou por incrementar seu poder como atores de regulação na vida social e armada, conduzindo ao que Michael Mann diz: “Un movimiento ideológico que aumente la confianza mutua y la moral colectiva de un grupo puede incrementar las facultades colectivas de éste y verse recompensado por el mayor celo de sus seguidores. Así, el monopolio de las normas constituye una vía hacia el poder” (MANN, 1986, p. 43).

A organização militar das MPVA mobilizou a violência como estratégia de regulação e de poder de uma forma concentrada-coercitiva, e Moravia foi um dos lugares com mais efetividade no controle e na visibilidade política. Apesar de a existência das Milícias não ter sido tão duradora, sua passagem por bairros como Moravia e outros onde sua atuação militar foi intensa configurou-se como uma forma de organização da violência que, mais além de seus pressupostos ideológicos, inseriu-se na dinâmica de interação social, cotidiana, acudindo à necessidade de ver uma possível forma de ordenação da vida social. Por isso, mais à frente, com a chegada de outros grupos armados, a dinâmica da violência urbana foi quase a mesma e não se relegou

unicamente às características dos atores armados, mas também à forma como a violência incide na regulação do conjunto das atividades econômicas, sociais e políticas em Moravia.

O núcleo concentrado da violência exercida pelas MPVA em Moravia gerou controles coercitivos nos integrantes de sua organização, que canalizava a ação violenta de seus integrantes, isso, sim, sob uma lógica de ideologização de um movimento militar em função do melhoramento das condições de segurança e tranquilidade da comunidade.

Lucho e muitos outros companheiros dessa época citaram a mim ou a minha família, porque eles (minha família) não sabiam o que estava acontecendo. Me convidaram aqui em casa e foi um pouco ruim, porque todos choravam, porque eu sou o único homem da casa... e foi duro, porque o único filho homem de minha mãe, envolvido nisso (das milícias). Para minha mãe foi muito difícil... para mim, era um pouco engraçado porque meu pai falava na frente de todos dizendo... “quê? como eu fazia isso”, mas, quando estávamos só, eu e ele, me dizia “isso é a sua decisão, eu apoio”. Então eu nunca me arrependo porque eu liberei muita gente de que lhe acontecesse alguma coisa... porque também conheciam a gente... a gente também falava... e aí fui entrando mais. Lembro muito um senhor que lhe apelidaram Rafa; o senhor vinha para dar as oficinas políticas, para explicar filmes, inclusive trazia filmes do marxismo e da liberação em Cuba... e bom, com colegas de níveis muito mais altos. Eu era só um principiante. Eles, quando apresentavam filmes, eram de temas como o militar, a guerra em Cuba, aí assistiam quase todos; mas, quando era para estudar ou para ler, aí não participavam. Então eu, uma vez por curiosidade, disse para Rafa “seu Rafa, eu quero lhe fazer uma pergunta.” “O que é, Fredy?” “Ah, o que acontece é que eu gosto... pois eu sei que sou de um primeiro nível, mas eu gostaria de saber e participar dessas oficinas, palestras...”, disse para ele, me interessava muito as outras pessoas me ensinarem para ser sociável com a comunidade... e ele me disse “Você gostaria mesmo, Fredy?” “Sim, mas você sabe que...” “Não, não, me deixa que eu falo com Lucho.” No outro dia me chamou e me disse “Ah não, venha, entre”, e eu lembro muito dele porque ele era uma pessoa que explicava muito a gente “Olha aí, o social, assim você algum dia não estará mais aqui, e isso pode lhe ajudar, que não é somente o militar”, e ele dizia muito que isso foi verdade, ele dizia “Quando acabar o militar, então o que vocês vão fazer? Se sabem só o militar, vocês, que farão? Se não sabem fazer o social, então vão procurar a quem fazer dano ou fazer mais guerras, e não isso da transformação”. Eu assumi muito isso, me via aí, que a gente tinha soluções diferentes, e nessa época, como lhe

digo, a ideologia era muito diferente, ou seja, as coisas que se falavam e do que se tratava de fazer, com tudo as comunidades estavam muito agradecidas. (Fredy)

A desmobilização das MPVA no marco do processo de negociação adiantado entre a Corriente de Renovación Socialista (CRS) e o Governo Nacional em 1994 materializou-se com a entrega de armas e a desmobilização de aproximadamente duzentos integrantes. Mais além da descrição do processo, o que interessa aqui ressaltar é como a particularidade da desmobilização em Moravia conseguiu incidir na variação da violência coletiva. Por um lado, deu-se a presença ativa de atores que tradicionalmente têm estado por fora de processos de negociação como setores civis e organizações comunitárias; de outro lado, a readequação da figura da negociação, não tanto como a entrega de armas, mas, sim, como um elemento que incidiria no processo de regulação social em Moravia. Como expressa o IPC (1998):

Este proceso replanteó la fugacidad instrumental del acto de negociar y dejó ver el problema de la transformación de los conflictos. O sea, la violencia es considerada, no como un problema meramente de actores armados sino del conjunto de los conflictos que Moravia tenía que resolver. La desactivación de actores de violencia no necesariamente conlleva a la desactivación de los factores de violencia ni los desencadenantes del conflicto social. Bajo este supuesto esta experiencia ha priorizado el tratamiento del conflicto y la conflictividad social, buscando mayores niveles de integralidad que garanticen otras formas para su canalización, expresión y transformación (p. 87).

A ação consolidada das MPVA em Moravia sofreu uma ruptura no final de 1996 quando ocorreram de novo confrontações entre seus ex-integrantes, e deu-se uma espécie de crise pelo processo de negociação adiantado em 1994, o qual pode ser explicado a partir da variação da violência segundo as afirmações de Tilly (2007), mostrando que, em termos da trajetória dos atores armados, a violência tem sido circular com o predomínio de uma ou outra modalidade em distintos períodos. Entre 1992 e 1996, a redução dos homicídios e das confrontações armadas gerou no conjunto da população um certo sentimento de tranquilidade, que se refletiu num “clima de boa convivência”, e, mesmo com a persistência da violência armada, estavam diante da presença de um tipo de modalidade violenta muito parecida à que Tilly (2007) denomina de *ataques dispersos* ou inclusive de uma espécie de *reyertas* reguladas pelos atores armados.

A desestruturação das MPVA em Moravia posterior ao processo de negociação constituiu uma fase de desengano e decepção frente às expectativas criadas pela ação das Milícias na vida cotidiana do bairro. Para alguns, por exemplo, a percepção é que o discurso ideológico não foi mais além que palavras de motivação para os jovens fazerem parte da organização armada. Em entrevista registrada num estudo realizado pelo IPC, assinala-se o que seria uma das principais causas que originou o declive das Milícias.

Hacía mucho que la Milicia operaba desde un verticalismo extremo. “Lucho” nos consultaba, pero igual sino compartíamos algo, se hacía. Desde que rompimos con el Eln dejamos de ser revolucionarios y comenzamos a ser “pillos”, ya no era la lucha por el pueblo, la que “Lucho” planteó era una lucha por el poder, en especial, el económico, que significaba ser el máximo comandante.

Por eso rompió con el Eln, ya no aguantaba que lo mandaran. Después, también entra en contradicción con Alvarado, el segundo al mando de las Milicias y que tenía las mismas ambiciones de “Lucho”. Estas diferencias nos llevaron a una guerra en la que sufrió la comunidad, la cual era la que ponía los muertos, nosotros estábamos en las operaciones militares y sabíamos cuidarnos.

Luego vino la guerra con “Martín”, comandante de las Milicias en la Minorista, y es que “Martín” le había hecho muchos “trabajos” económicos al servicio del cartel del narcotráfico. Entonces Martín lo conocía muy bien y quería la cuota en las ganancias, de esta manera nos ganamos otra guerra con las Milicias de La Minorista. Yo nunca compartí esto. (Entrevista a exlíder a las MPVA. Instituto Popular de Capacitación, 1998, p., 42)

Apesar da desapareição das Milícias como organização estruturada e expandida dos territórios dos bairros, continuava-se com a necessidade da instauração de uma “ordem” que pudesse garantir a segurança, o que propiciou constantes disputas pelo domínio e controle do território sob a lógica da salvaguarda da segurança. A figura das Milícias como garantidora da segurança foi se desarticulando pela figura de Los Muchachos⁴⁸, como resultado do distanciamento ideológico de esquerda para uma forma mais urbana-comunitária do ator de regulação armada.

⁴⁸ No sentido figurado, *Los Muchachos* faz referência aos integrantes dos grupos armados que carregavam certo sentido de autoridade no bairro.

Igual a outros setores da cidade, Moravia não escapou do fenômeno do paramilitarismo, no início do ano 2000, dessa vez sob um discurso mobilizador de luta contra a “insurgência” instaurada na cidade. Em Moravia, assentaram-se as organizações de paramilitares denominadas de Bloque Metro e, posteriormente, Bloque Cacique Nutibara (BCN). A sua ação militar deu-se de modo similar à das Milícias, só que, nesse momento, contavam com uma base militar representada no conjunto de homens com experiência militar e de organização logística no espaço do bairro. As ações orientavam-se de modo direto ao controle das organizações civis, comunitárias; ao controle do serviço da segurança e da produção de rendas derivadas do uso de certos lugares; e ao domínio sobre nichos de distribuição de drogas.

Então já saímos da história das milícias, chegamos agora à dos paramilitares. Os paramilitares que fazem com a cidade? Entram em Medellín como uma organização paramilitar contra a guerrilha, contra a insurgência, né? Então entram supostamente combatendo as milícias, mas, de certo modo, as milícias já não existiam; existiam era na Comuna 13, né?, porque, de todas formas, as pessoas das Farc, do ELN, seguiam radicados lá, mas nas comunas 1, 2, 3 e 4, onde, digamos, tinham existido as milícias. Esse processo de certo modo já havia passado, primeiro pela declaração de paz que se apresentou e, segundo, porque as pessoas que haviam ficado nesses processos, pois, entre elas mesmas se mataram; como quem diz, o problema é de retaliações porque um ou outro ficou com a grana, porque aí começam umas questões pessoais no nível de benefícios, deixando de lado já todo o comunitário, o social, né? Então começa a existir já como *bandas*, as *bandas* que foram descendência das milícias, pois contavam com estruturação, ideologia e o militar, ou seja, sabendo coisas dos treinamentos que deixaram todas essas milícias, né? E isso já se aproveitou para benefício próprio, e começaram a se armar as *bandas*. O que acontece com essas *bandas*? São cooptadas pelas autodefesas, que as põem à sua disposição oferecendo dinheiro, porque assim iniciaram, oferecendo dinheiro... virando esses jovens líderes dos bairros, líderes, ou seja, com grana, porque, além disso, já dão para eles um bom carro, uns bons *ferros*, bons vestidos, grana para passear e, então, de uma forma ou outra, terminam comprando os jovens; aqueles que não estejam conformes, pois, obviamente e simplesmente os eliminam e acabou. Em Moravia, chegam, né? Chegam se confrontando com outra *banda*... quando chegam os Paracos⁴⁹, de certo modo, o primeiro é El Bloque Metro, né? Digamos que chegam muito silenciosamente e envolvem os jovens que estão aqui no entorno,

⁴⁹ Referência feita para indicar a pertença aos grupos dos paramilitares.

falam com eles, inclusive estivemos em reuniões, porque eu também participei delas, que nem sei porque acabei indo aí, e estando nessas reuniões... eu acho que foi porque surgia um processo de violência para o bairro, então outro grupo de nós, digamos, também de jovens nos fazem participar, ir para falar com as pessoas e dizer... “Não, pois, não entrem com a gente, não entrem assim agressivamente no bairro, venham, nos organizemos, venham, vamos nos falar”, os rapazes do bairro nem souberam disso. Eles estiveram participando, mas não ativamente, eles iam conosco para umas reuniões, mas era porque aí lhes davam almoço e piscina em Doña Clarita, então eles iam, recreavam, mas deixavam a gente falar... para essa época, não vou falar de nomes... mas estávamos com outros colegas de antes, das milícias. (Edwin)

Segundo as pessoas entrevistadas, durante os primeiros anos da década de 2000, apresentou-se em Moravia um aumento significativo dos homicídios, derivado, como era de se esperar, das confrontações com grupos armados originados no marco do esgotamento das Milícias e também das mortes produzidas de líderes civis, integrantes das organizações sociais e comunitárias de Moravia. Um dos participantes do movimento das autodefesas em Moravia explica:

Reconhecendo que talvez haja aspectos de quando estiveram as milícias e que tenham sido efetivas, eu digo que foram mais efetivas as autodefesas; porque nas autodefesas tem um líder e é o que esse líder disser e pronto. Quando as milícias estiveram, muita das vezes não se respeitava a hierarquia, e inclusive se mantinham pensando em como tirar a cabeça... hoje isso seria um pecado, e aquele que pense em se rebelar contra as autodefesas, aquele que talvez pretenda isso, é uma tentativa de homicídio contra si mesmo. Então, isso permite que tudo seja muito controlado, que ninguém seja invejoso, mas, sim, que cada um trabalhe o seu e porque, na realidade, como as autodefesas tinham um pagamento, um salário para cada um, então isso vai levando pra que tudo seja mais efetivo. Em comparação com um rapaz das milícias que luta pela causa... então, são trinta num setor, dois ou três são apaixonados e loucos pela causa, mas os outros talvez não muito, ou um mais ou menos, e a dez ou quinze não lhes importa nada. Então aqueles a quem interessa a causa, se tiver fome ou se não tiver um pagamento... mesmo assim, se importam; mas os outros, os das autodefesas, talvez com fome, com uma situação bem crítica na casa, talvez a esposa ou a mãe precisando de um remédio e sem ter onde pegar, é aí que fazem outras atividades.

Eu fui para um acampamento das autodefesas onde um comandante viu quando um rapaz levava um prato de comida, um rapaz que estava

de turno nesse momento... levava um prato de comida para uma pessoa doente... e então o comandante falou para ele... “Olha aí, o que é isso?” E o rapaz respondeu... “É comida para o jovem que está aí doente”. Então, o comandante disse... “Qual, filho da puta? Comida não” e bateu mesmo no prato... “A gente não é guerrilheiro, isso é comida ruim, me faz o favor e prepara uma comida para esse rapaz que está doente... um alimento decente, me faz o favor... e, se eu souber que está se fazendo comida assim ruim aqui, eu mesmo venho e acabo com esta companhia, com este comando, porque assim não é... a gente não é guerrilheiro, é membro das autodefesas, é uma pessoa digna, que se alimenta bem para estar preparada para a guerra”. Então isso me causou um impacto bom, e isso é o que passa infortunadamente no sistema, no mundo que a gente vive... se você tem melhor qualidade de vida, tem mais dignidade, e então os rapazes hoje, que estão nos grupos, nos *combos*, têm um salário, têm inclusive muitos outros benefícios que os leva a melhorar sua vida, para ter uma vida mais digna. (Juan)

Encontra-se aí, em grande parte, a lógica da continuidade da violência armada como recurso para satisfazer necessidades econômicas de seus integrantes, o que produz uma rápida mudança de mentalidade frente ao poder ideológico que os grupos armados podem professar. De fato, os paramilitares em Moravia encontraram a base das relações de sociabilidade violenta que terminou por introduzir tanto a ideia de ordenação social do território através da ação armada como a ideia de um lugar que proviesse facilidades para a realização de atividades não legais, como a distribuição e venda de droga.

Com a chegada dos paramilitares a Moravia, a violência armada urbana passa a se caracterizar como um tipo de violência de *destruição coordenada*, evidenciada pelo aumento dos homicídios e pelos constantes enfrentamentos entre eles, os redutos das Milícias, e algumas *bandas* armadas que foram surgindo, produto em grande parte do contexto do conflito armado nacional. Em Moravia, talvez, a percepção da relação com o conflito nacional não foi tão evidente como no momento de penetração e domínio do paramilitarismo.

Os paramilitares em Moravia distinguiram-se das Milícias em alguns rasgos, mas as características fundamentais, quanto às relações de poder e à capacidade da ação de regulação, sedimentaram-se nos processos sociais e na organização da vida social comunitária e mostraram que a ação armada como interação social iria muito mais

além do uso de uma nova “camisa”. Por exemplo, quanto à fonte ideológica de poder, os paramilitares fizeram uso de um discurso contra a atividade insurgente na cidade e que, no caso de Moravia, viu-se posterior ao processo de negociação das MPVA, mas se destacava o discurso frente ao problema da insegurança. Entre 2001 e 2003, as ações milicianas concentravam-se com mais força em outras comunas da cidade, como a Comuna 1, 8 e 13. Em Moravia, a atividade insurgente dispersou-se rapidamente, o que possibilitou a fácil inserção dos paramilitares. Mesmo assim, o discurso prevalecente estava orientado para a garantia da segurança como necessidade, discurso que tanto as Milícias quanto os paramilitares ofereciam num momento em que as condições na produção da renda econômica em Moravia eram bem significativas.

A articulação dos paramilitares assentados em Moravia com o resto da estrutura paramilitar no país propiciava tanto a logística para sua ação armada quanto as formas de organização de seus exércitos. Ainda assim, o que possibilitava uma maior e efetiva *organização militar* era a participação de ex-integrantes das Milícias dentro da própria estrutura paramilitar. Obviamente, o processo de dominação e controle do território por parte dos paramilitares levou em grande parte à submissão deste grupo de ex-combatentes, convertendo-os em parte de suas organizações armadas. Os paramilitares mantinham um tipo de coerção direta com seus integrantes e com o conjunto da população, em termos de regular a vida social, de modo similar ao feito pelas Milícias, porém distanciados de uma visão em torno do bem-estar da comunidade, assim o discurso da segurança se mantinha como central. Desse modo, a relação com as organizações sociais, por exemplo, era mais de dominação e menos de cooperação; e sua ação era mais de tipo extensiva e menos intensiva. A ação extensiva esteve caracterizada pelos fortes enfrentamentos e mortes causadas à população, o deslocamento forçado e a coerção contra as organizações sociais, mantida por sua forte capacidade militar representada em recursos de armas e econômicos. A ação intensiva caracterizava-se principalmente pelos benefícios econômicos de seus integrantes, e não a partir da questão ideológica do bem comum ou da obediência a um líder, como ocorrido com as Milícias.

Ah, então, participávamos das reuniões, mas, como eu digo, era mais porque tínhamos uma proximidade com algumas pessoas daí, né? Com

a esposa de seu Víctor Sepúlveda, por exemplo, que era muito mencionado nas músicas do Tropicombo⁵⁰, então com ele nos conectávamos, por exemplo, com Henry López, que também era muito conhecido como traficante, e lhe apelidavam Mi Sangre. Nessa época não era assim muito conhecido, né? Mas, nos últimos anos, já era bem muito conhecido, porque era o chefe dos Urabeños, então com eles fazíamos as reuniões aí em Doña Clarita e com eles se parava muita coisa, porque isso era “... Que não, que já vão para lá” pois que já vão entrar nem sei quem... Nem sei quem vai entrar (ao bairro), então a gente dizia... “Não, esperemos para ver o que acontece”, então de certo modo nessas reuniões foi como se entregando o bairro para esse grupo... entregou para eles aí, né? Mas a gente sabe que não se acredita muito nessas organizações, tem essas fraturas, pois, onde uns são para um lado, os outros vão para o outro, e como todos nessa época eram AUC, né? Então, como era a AUC, se supõe que era uma coisa só, então esses rapazes terminaram fazendo a aliança com pessoas que nem a gente sabia, fizeram com outros que se chamavam El Bloque Metro... e eles os convidavam para lhes dar armas, doutrinação e grana, muita grana, entendesse? E lhes dava esse respaldo das AUC do Bloque Metro, que além disso já estavam em alguns bairros da cidade, então já se estendeu o Bloque Metro.

Logo dos problemas internos deles, já parece que está o Bloque Cacique Nutibara (BCN)... Também que o BCN ataca ao Bloque Metro, ou seja, a mesma coisa, a mesma questão, então já brigam e lutam entre eles mesmos, e aí é onde ficam envolvidos os jovens daqui de Moravia, inseridos na guerra que não é deles, que não compraram, que não trouxeram, que nem eles mesmos entendem, porque, além disso, não analisam sequer a situação, então terminaram aí dentro de um conflito por vários dias, porque teve meses de guerras entre esses dois blocos cá no bairro. Então já se começa a divisão, a se dar as fronteiras de que não se pode ir para lá, por cá, como te digo, ninguém fala por falar, não falam de política, não falam de comunidade, não falam de nada, só falam dos que têm o poder no bairro e pronto, né? Então, esse processo se começa para dar com eles. Então o Bloque Metro perde a guerra da cidade, e o Bloque Cacique Nutibara toma a cidade e todos esses jovens ficam já nomeados como do Bloque Cacique Nutibara, do senhor Berna, né? Que vem com esse processo? Que os meninos se entregam e o controle é assumido, pois se acaba de certo modo a guerra no bairro, que é um dos outros momentos que viveu o bairro quanto a uma violência assim... esse era como a outra parte dos momentos mais difíceis que tem havido no bairro, se falamos assim de violência, que foi nos anos 2002, 2003. Mais ou menos nessa época foi quando se deram os altos de violência, e de novo voltava a

⁵⁰ Grupo musical de Medellín que cantava nos ritmos tropicais.

intranquilidade, o medo, os tiroteios, né? Esse foi o outro momento assim difícil que teve o bairro. (Edwin)

Evidentemente, na perspectiva da extensão da atuação armada dos paramilitares em Moravia, dá-se a continuidade da incidência da violência armada na solução dos conflitos cotidianos como uma forma de legitimar sua atuação. É uma herança das Milícias e de sua relação com o conjunto da população. Já foi citado por Gabriel Féltran (2011) quando se refere à expansão do crime, que podemos relacionar aqui:

[...] nas periferias urbanas de hoje o *mundo do crime* deixa de ser uma consequência apenas relativa da reestruturação de outras esferas sociais e passa a se mostrar efetivamente como um sujeito da disputa ativa pela legitimidade social e pública. [...] agora o *crime* interfere *ativamente* nos conflitos sociais das periferias, desde a sociabilidade cotidiana até o mundo dos negócios e dos atores públicos... (p. 172).

No período entre 2000 e 2003, a forte dinâmica econômica em Moravia como resultado do aumento de locais comerciais, a chegada de agentes econômicos externos, o aumento considerável do preço de solo, a especulação imobiliária e, claramente, o negócio da distribuição de drogas converteram-se em fontes de poder econômico dos paramilitares; sua fonte, tanto de legitimidade como do seu poder econômico, derivou-se em grande parte dos processos de articulação entre a economia e a produção da ordem social em si. Não pode se deixar de lado a questão de que a regulação da violência armada urbana e dos atores armados como tal possibilita a circulação de capital econômico sempre e quando exista um controle do espaço urbano que garanta a produção econômica. Aqui, os paramilitares tiveram um papel central. Mas, além disso, a concentração do mercado das drogas, quanto à distribuição, não só em Moravia, mas também no resto da cidade, ampliou os recursos de financiamento econômico ao possibilitar o intercâmbio de capital armamentista principalmente.

Os paramilitares lograram controlar o espaço social em Moravia. A ativação das organizações cívicas, culturais, que se deram no processo de instauração das Milícias, foi interferida, controlada e, em alguns casos, extinta pela ação paramilitar. No cenário de atuação das organizações sociais como as Juntas de Acción Comunal, de Moravia e de El Bosque, estas foram protagonistas na representação dos paramilitares frente à participação na definição de projetos públicos, à decisão de

processos no programa de orçamento participativo, entre outros. Essa relação levou a uma fragmentação da organização social no interior de Moravia, que terminou por afetar muitos dos espaços sociais coletivos instaurados nesses setores. Num trabalho sobre a recuperação da memória cultural, atores sociais narram como se deu esse processo de instalação dos paramilitares em Moravia e o que representou na cotidianidade do bairro:

A entrada do Bloque Metro foi com um combate à morte, vivíamos aterrorizados, porque de tarde e de noite escutávamos esses fusíveis estourarem seguidamente... E que explosões! A gente só acreditava que iam a derrubar a casa, eram explosões como de bombas e petardos... isso se escutava muito forte e se sentia como na porta das casas. Essa guerra não durou mais de um mês... foi uma das guerras mais curtas, mas das mais fortes. O que ficava das Milícias foi chamado para dialogar, e logo depois de 3 meses mais ou menos aceitaram trabalhar com o Bloque Metro. Depois seguiram aparecendo nas noites, já chegavam para patrulhar as vias e setores que já tinham recuperado, e o que encontravam por aí, que não pertencesse ao bairro, e que sabiam que era combatente, iam morrendo ou saiam correndo [...]. Tem sido as mesmas pessoas as que aceitaram e reclamaram a presença como uma forma de se defender [...]. Desde o Oasis, o BCN marcou seu território, pouco a pouco fomos ganhando terreno e os do Bloque Metro tiveram que sair, e alguns deles se uniram. Os enfrentamentos duraram cerca de 6 meses.

O Bloque Metro ficou comandando aqui por mais de 1 ano, gerenciado por Rosco. Logo não soubemos como chegou o Bloque Cacique Nutibara, o qual era comandado por Plomo, porque o que escutamos foi um tiroteio pelo Oasis, mas no momento não sabíamos o que estava acontecendo. [...] A guerra difícil se deu por uns 2 meses. Os do Bloque Metro voltaram a pegar o mesmo problema das milícias e aí foi quando as pessoas se revelaram e talvez apoiaram os novos que chegaram, acreditando que tudo novo é melhor [...], mas, como a gente sabe, o único que faz é ver, ouvir e lutar, mas não combater.

[...] Depois de todos esses tiroteios, a gente soube que muitos do Bloque Metro aceitaram se reunir e entrar em diálogo com o outro Bloque, outros não aceitaram, outros se foram. Com o senhor Rosco saíram da comunidade uns quinze combatentes, outros vinte ficaram e começaram a engrossar as filas do Cacique Nutibara, cinco ou sete do Metro perderam a vida, ainda que do Cacique também caíram. Da população civil, também teve perdas. Infelizmente, nos conflitos armados, as mais vulneráveis são as pessoas das comunidades, pois,

como não fazem parte dos grupos armados, então, não tem nenhuma capacidade de reação rápida⁵¹ (MUNICIPIO DE MEDELLÍN, p. 102).

O poder político do Bloque Cacique Nutibara em Moravia derivou-se, em primeiro lugar, da capacidade de incidir nos espaços das organizações sociais, em muitos casos de uma forma autoritária. Embora o posicionamento dos paramilitares no conjunto da cidade os convertesse num ator de forte capacidade de organização armada, o apoio fundamental era das redes e estruturas do narcotráfico que operavam na cidade.

O contexto da desmobilização das AUC na Colômbia no ano de 2003 puxou a plataforma de visibilidade política do Bloque Cacique Nutibara, e Moravia não esteve isento de um novo processo de desmobilização, o qual incidiu na variação da violência coletiva. Moravia aportou para esse processo a participação de uns duzentos homens, que, no marco da desmobilização do Bloque Cacique Nutibara e organizados inicialmente na Corporación Democracia, conseguiram uma maior capacidade de ação na vida social de Moravia.

A partir de la desmovilización del Cacique Nutibara y la creación de la Corporación Democracia, todos aquellos que ya operaban en el barrio se hicieron conocer públicamente como Auc. Tiendas o locales que antes eran centros de reunión de una banda o incluso oficinas de cobro, ahora, se “legalizaron” como satélites de la Corporación Democracia, como sucedió con la Corporación de Vecinos y Amigos de Aranjuez (comuna 4), la Corporación Amigos de San Pedro en Lovaina (comuna 4) y Corjunipaz en el barrio Guadalupe (comuna 3). Los vecinos sabían perfectamente quiénes se estaban reuniendo allí. “Cuando se abrió la de Lovaina, bajaron todos los miembros de La Terraza a asistir a su inauguración”. La vieja cúpula de La Terraza estaba, desde luego, desaparecida, pero, como suele suceder, el territorio de la banda seguía bajo el dominio de la nueva generación y fueron ellos quienes bajaron.

Visto desde el barrio, seguían siendo las mismas oficinas, controladas por los mismos duros, mezclados con algunas nuevas caras, todos en apariencia “legalizados” en la desmovilización. Los vecinos observaban sin comentarios cómo se reunían en aquellas sedes, de día y de noche, los desmovilizados del sector (MÁRTINS, 2012, p. 457).

Essa plataforma política derivada da participação dos integrantes das AUC de Moravia na Corporación Democracia constituiu numa fonte de poder político que

⁵¹ Tradução própria.

posteriormente se desestimou pela divisão e disputa das autodefesas, não só em Moravia, mas também no contexto geral da cidade e na Colômbia. No final da década de 2000, chegam a se posicionar, inclusive como redutos das Autodefensas, outros blocos das Autodefensas em Moravia, chamados de Héroes de Granada, que para alguns era a plataforma obscura do processo de desmobilização das AUC. Um líder de Moravia, ao descrever a chegada deste último ator das Autodefensas, diz o seguinte, num estudo da prefeitura de Medellín:

Logo depois da desmobilização dos integrantes do Cacique, chegou o Bloque Héroes de Granada. Chegou a Moravia, porque entre eles havia pessoas daqui e porque, ao ver que o bairro ficava sem nenhum controle, é um bairro que sem segurança é muito vulnerável a qualquer outro ator armado, então havia que continuar com o controle e com a organização, porque o Estado é incapaz e incompetente com tantas pessoas que tem e não lhe subministra a segurança. O Bloque Héroes de Granada se desmobilizou faz uns meses⁵² (MUNICIPIO DE MEDELLÍN, p. 104).

O desaparecimento da Corporação Democracia, as constantes disputas entre as Autodefensas e a debilidade do seu processo de desmobilização conduziram então para que outros atores armados chegassem a se posicionar no espaço cotidiano do bairro, a fim de manter as relações sociais em Moravia e, em específico, a segurança.

Com o domínio por parte das Autodefensas, desmobilizadas no Bloque Cacique Nutibara, e as não desmobilizadas com o Bloque Héroes de Granada, em Moravia, assiste-se a uma relativa calma quanto aos processos de violência armada urbana. Na cidade, o ano de 2009 significou um aumento no número de homicídios, comparado com o sucedido no ano de 2003, que alcançava 2.187 homicídios anuais. Esse aumento fez com que a situação da cidade ficasse crítica, pois, apesar de a taxa de homicídios (94) não chegar aos limites alcançados em situações mais críticas como as vividas no ano de 1991, era, sim, maior que a apresentada em outras cidades da Colômbia, como Bogotá e Cali, e em comparação a outras cidades da região como Ciudad de Juárez, Tijuana, San Pedro Sula e Caracas (MÁRTINS, 2012, p. 529). Assim, a expressão da violência no conjunto da cidade toma uma dinâmica distinta, pois, de novo, a cidade é repartida por atores armados organizados em circuitos e

⁵² Relato de um líder de Moravia tomado do estudo sobre socioeconomia feito pelo Departamento de Planejamento Municipal de Medellín.

redes de ação relacionadas com o narcotráfico. Mas, em Moravia, as particularidades dessa nova dinâmica apresentam-se de forma diferente à vivida em outros bairros da periferia da cidade, já que o número de homicídios registrados em Moravia foi muito baixo, segundo expressam as pessoas entrevistadas.

Na cena do conflito armado urbano de Medellín, destacam-se, a partir do ano de 2009, atores como a Oficina de Envigado na disputa pelo controle do mercado do narcotráfico e pelo controle dos distintos territórios dos bairros, deixados pelas extintas ou dominadas autodefesas, que, para alguns analistas, não representa muito mais que a troca de camisa de uma estrutura criminal, que dessa vez se dissipa em rede, com um baixo perfil político e cuja pretensão, além do mantimento do negócio do narcotráfico, orienta-se para o controle de amplos territórios produtores de renda.

A Personería de Medellín⁵³ registra, para o ano de 2013, a atuação das chamadas Oficina de Envigado, Los Urabeños, Los Pesebreros e Los Rastrojos como protagonistas da conflitividade armada urbana, cuja atuação está orientada para o controle hegemônico de “corredores estratégicos para a circulação de armas e estupefacientes que abastecem os diferentes *combos* ou *bandas* delinquenciais da cidade” (PERSONERÍA DE MEDELLÍN, 2013, p. 64). Esses atores do cenário da violência armada atual em Medellín inseriram-se na dinâmica da vida social em Moravia, assim como fizeram as Milícias Populares e os paramilitares, não obstante com uma pouca visibilidade dos altos mandos nas relações de transação com outros atores sociais ou cíveis de Moravia. As mudanças na dinâmica dos atores armados na cidade são descritas por um ex-integrante que participou dos grupos armados da seguinte forma:

Porque você sabe que é o que movimenta a guerra aqui constantemente em Medellín? São as rotas de ônibus e a droga. E você sabe que uma rota, por exemplo, uma rota como a de Belén, Castilla... Castilla tem muitas rotas, Caicedo também... e uma rota dessas no mês pode gerar para você mais ou menos uns 150 milhões de pesos. Então, por que se confrontam esses caras? Por isso. O que é a única coisa que se pode ter? A droga! A droga também dá bastante grana, mas uma rota, por exemplo, de Paris dá a você no mês 150 milhões. Então

⁵³ A Personería de Medellín é o organismo do Ministério Público que atua em defesa dos Direitos Humanos.

qualquer um mata por uma grana dessas. Então esse é o problema que há por lá, por esses bairros, muito diferente daqui no bairro... porque eu digo que, se este bairro tivesse essas rotas bem boas, também teria muitos conflitos. Veja, eu lhe ponho uma comparação, por exemplo os Triana⁵⁴. Os Triana, por que estão indo? É por essa questão das rotas; o governo acredita que, por colocar esses ônibus (do metrô), vão acabar com tudo isso, e você sabe que para o ladrão não tem nada impossível; ao ladrão não lhe fizeram nada impossível. Lhes tiram uma coisa e eles inventam mais outra. Estão tentando, supostamente, tirar os ônibus que percorrem o Centro... Mas e nos bairros? Então isso é uma guerra que, sinceramente, o Governo quer acabar pela raiz, mas não é capaz, isso é mentira. Por isso é que a gente diz “Por que brigam e se confrontam tanto por lá e aqui não?” É por isso, porque o que tem em Moravia e El Bosque, são boas praças (de droga)... mas eu falo, por exemplo, da Comuna 13, bem grande, né? E você sabe que muitas praças no mês dão 40 milhões e que tem por aí umas vinte praças, imagina? Então esse é o transcurso das guerras que há neste momento... por que supostamente dizem que há um pacto de fuzil? Porque sinceramente eles pensaram... “A gente tem uma rota, eles têm outra rota... pronto, fiquemos quietos... vocês trabalham o seu e nós trabalhamos o nosso, assim se vocês querem damos uma porcentagem a vocês que são os que levam quase tudo em Medellín e pronto, deixamos tudo acalmado”. E essa é a questão que há neste momento em Medellín, e tomara que continue assim porque é isso a cada momento... por aí um enfrentamento, por lá outro, isso é ruim, muito ruim. Esse é o enfrentamento que há neste momento na cidade. (Carlos)

3.2. A significação da violência como ordem social e espaço de sociabilidade

“A minha juventude, de criança para adolescente, foi na violência, e de adolescente para já velho...” Arles, um ex-integrante das MPVA, era um jovem que gostava de praticar futebol, estudar e trabalhar para ajudar a sua família. Nasceu no município de Montenegro (Quindío)⁵⁵, mas, com três meses de vida, foi trasladado para Medellín, em companhia de sua mãe, avô e três irmãos. Viveu sua infância e adolescência em Moravia, quando na paisagem só tinham juncos, um pequeno local e poucos meios

⁵⁴ Os Triana é um *combo* muito forte localizado na zona noroeste da cidade e controla, entre outros bairros, o Andalucía La Francia.

⁵⁵ Departamento da Colômbia localizado ao sul do país.

de subsistência. Talvez o principal meio de subsistência de Arles e sua família nesse momento se derivasse das possibilidades que oferecia o aterro sanitário (antiga lixeira municipal), que lhe possibilitou a atividade da reciclagem. Arles relata como sua família foi beneficiária de uma casa que Pablo Escobar Gaviria, antigo chefe do cartel de Medellín, lhes presenteou para que se mudassem da casa de má estado em que moravam, eles e mais outras famílias de Moravia, só que no setor de Milagrosa. Arles estudou até o grau básico cinco, entre outras coisas porque, num ato de agressão contra um de seus professores, foi expulso da instituição educativa, situação que lhe impossibilitou continuar com seus estudos secundários. Atualmente, Arles tem 40 anos, dos quais 14 viveu na cadeia, entre 19 e 33 anos.

A história de Arles na trajetória das Milícias Populares del Valle de Aburrá (MPVA) começou quando tinha 13 anos, por uma sucessão de eventos que envolveram o assassinato de seu avô e seu irmão mais velho, e, assim, com os constantes assédios e roubos por parte de uma das *bandas* que controlavam o setor de El Bosque, terminou engrossando as filas de uma das organizações armadas com mais influência na vida social de Moravia. No seu passo pelas MPVA, Arles era reconhecido por seu ímpeto e alta capacidade no cumprimento das tarefas militares, e, como ele mesmo diz, sua fama cresceu rapidamente quando num evento envolveu-se no assassinato de um dos líderes da *banda* mais temida do setor El Bosque. Assim, sucessivamente, Arles era procurado para fazer o papel de iniciador das ações armadas nos lugares considerados, por ele mesmo, como quase impossíveis de penetrar.

“Que vamos acabar com esses caras do El Bosque.” Imagina que a gente entrava na moto pela parte de trás para chegar ao Parque Norte, a gente ia pelos becos... eu contava por aí, nesse tempo, como vinte mortos em 8 dias. Um dia, estávamos em Moravia e um senhor Alcides, lhe mataram três irmãos, e ele foi e me procurou bem rapidamente... “Olha aí! Onde está esse cara do Topo?”⁵⁶... Ele já pensava que quem mandava tudo isto aqui era eu... quando eu cheguei... “Ah, o chefe. O chefe está por lá em Patio Bonito.” Então me disse... “Ah, como eu faço para falar com ele?” “Espere, eu lhe chamo”, me chamaram na minha casa, quando vim para Moravia então ele me disse “Parceiro”⁵⁷. “Não, não é comigo que você tem que falar!” “Ah, então com quem?”... Eu disse para ele que quem manda aqui é o Lucho “... Sabe quê,

⁵⁶ *Topo* é o apelido da pessoa aqui entrevistada.

⁵⁷ No sentido de *cúmplice*.

irmão? Me mataram um irmão nestes dias, eu tenho quatro casas... e eu posso lhes emprestar para que entremos para acabar com todos esses bandidos do El Bosque.” “Ah, vamos nessa!” E nessas casas a gente entrou, se escondeu de três ou quatro e o que fazíamos era: um grupo atacava e logo depois saíam para Moravia e a gente ficava nessas casas; assim a gente foi dismantelando este pedaço de cá e fomos correndo para lá, para esse lado, quando um dia entrou o comandante da polícia daqui de Manrique e pegou a gente, todos em Moravia... eu pensei... “Aqui pegaram a gente para a cadeia”, quando o cara disse “Eu não venho para atrapalhá-los, nem nada disso... eu só quero dizer que não me deixem um a um por aí (os mortos) porque eu estou cansado de recolher os mortos de vocês nesse Bosque; se vocês vão tomar esse Bosque, irmãos, dou para vocês duas horas, nem sei de que horas vocês vão entrar, mas para que entrem no Bosque e peguem todos os que vão pegar... mas não quero ver mais mortos em cada esquina, tá?” Lucho respondeu... “O operativo está para ser feito às oito da noite”, e veio gente de Itagüí, de todas as partes de Medellín que pertenciam às milícias... Patio Bonito lotou, todos estavam se organizando “... Bom, este grupo leva isto, o outro leva mais outra coisa...”, começamos daqui pra lá assim, entramos casa por casa, eu, como conhecia a maioria das casas onde eles se mantinham... eu entrava primeiro, e entravam e pegavam as pessoas, os caras de lá de cima da 79. Então, nesses dias tiraram mais ou menos quatro daqui e os levaram para a Curva de Rodas... Nesse mesmo dia a gente tomou El Bosque. De manhã, já subimos todos, subimos de bicicleta e fomos dando uma volta por todo El Bosque, e as pessoas que eram daqui saíram e agradeciam a gente e falavam para a gente... “Sejam bem-vindos por aqui, rapazes”, falavam as pessoas de Moravia para nós. (Arlés)

Na narrativa de Arles, aparecem frequentemente cenas de enfrentamentos, mortes, operativos militares, domínio de armas, entre outras ações que o conduziram para um caminho quase que sem retorno do âmbito da violência armada na cidade. As Milícias significaram, na vida de Arles, o espaço de socialização e de aprendizagem da sua vida juvenil; ali conheceu as lealdades, o reconhecimento, o medo, a vingança e, de alguma forma, a desesperança de uma vida distinta à que lhe oferecia o fato de ser um dos homens mais importantes para as MPVA. Na pergunta a Arles sobre o que significa a violência, ele remete-se especialmente a “algo que é necessário para manter a segurança nos bairros”, pois percebe que é insuficiente o trabalho das instituições do Estado, da força pública quanto à segurança. Inclusive, mais além da ideologia que as Milícias podiam declarar, Arles vê que, apesar da necessidade do uso da violência, ela não deveria existir, pois, desde um ideal comunitário, diz que “a

segurança não é ter uma arma nem nada disso, mas, sim, uma união do mesmo bairro e, dessa forma, não ter que pagar a ninguém sem que, depois, até matem os filhos da gente”.

A violência tem sido referente de construção de comunidade em Moravia e, para jovens como Arles, o caminho da violência significou uma forma de se relacionar e, como ele mesmo diz, de “aportar para um desenvolvimento do bairro”. A preocupação pela comunidade é refletida por Arles na sua constante alusão à “vida na comunidade [que] deve ser diferente”, “deve-se envolver os jovens em grupos juvenis para mantê-los em algo”, “a violência que se fez ajudou para que no bairro exista todo o comércio que há”. De fato, quando Arles fala sobre sua história na vida de Moravia, ressalta um sentimento de bem-estar da comunidade de Moravia que o liga com uma ideia de ordenação associada à ação dos grupos armados como forma de alcançar melhores condições de vida social, e o conjunto da população participa de um tipo de *coerção legitimada* por sentir a ausência, ou em reposição, da ação do Estado.

A incidência de grupos armados tem ajudado um pouco, porque lhe digo uma coisa: onde existissem os *combos* de outros anos, neste momento não haveria tanto comércio, porque sinceramente nesse tempo pediam mais *vacunas*⁵⁸ que agora, pediam mais que os grupos que estão neste momento controlando. Então, eu digo uma coisa, você, para que colocar um negócio, para dar a metade de seu salário para outro cara? Melhor não pôr nada, melhor ir para outro lado para fazer algo, ainda bem que seja em outro lado. Porém, já tem influído um pouco, ainda a gente está de acordo em cobrar as *vacunas*... Eu nunca estive conformado com isso, eu sempre, como lhe disse... se a gente quer roubar outro, que roube o Estado. Quem vai roubar um pobre que é mais pobre que a gente? (Arlés)

Com respeito à significação da violência como organizadora da vida social, como ordem, a ação dos distintos grupos armados em Moravia tem mostrado regularidades e descontinuidades no uso da força como princípio de organização social que tem transcendido a chegada ou domínio de um ator determinado e de momentos específicos. Em primeiro lugar, a concepção de ordem social que destacam as pessoas entrevistadas que fizeram parte de grupos armados parte de um ideal normativo que possibilita a vida em comunidade. A vontade daqueles que ingressam

⁵⁸ Pagamento considerado como uma forma de extorsão. É cobrado pelos grupos armados como forma de financiar o serviço de segurança.

os grupos armados em parte se mantêm pelo interesse de aportar para uma ordem desejada. Esta é uma *regularidade* que se tem apresentado nas práticas violentas de Moravia e que, mais além da influência ideológica externa que as milícias ou os paramilitares tiveram nas práticas armadas e em si para os integrantes que formam esses grupos, se tem constituído como ordem de sentido da violência coletiva que se tem expressado no decorrer histórico do bairro.

Para mim, ordem social deve ser que pelo menos haja uma igualdade de todos, pois, haja um respeito para as pessoas... para as comunidades, que todos sejamos honrados; é que às vezes a gente começa com a mesma desordem desde casa, às vezes até dá mau exemplo. E a gente vê, ou seja, uma ordem social, para mim, é que todos estejamos bem, e que pelo menos sejamos respeitosos com as pessoas, e que pensemos bem para o nosso próximo e para nós mesmos... pois, para mim, deve ser isso, que as coisas sejam como devem ser, que não seja imposta e também a gente não impor. Porque, para nós, a luta era essa, de mudar a ideologia, de mudar o Estado por um Estado melhor, ou seja, por uma ordem social diferente, e entre esses se incluía o respeito, a lealdade. (Fredy)

Embora esse pensamento tenha orientado a atuação armada, especialmente das Milícias, um dos entrevistados associa as normas impostas pelos atores armados em Moravia com as promovidas pelo Estado e mais outras instituições, como as igrejas, que possibilitam a convivência das pessoas na sociedade, mas adequando essa normatividade à sua própria experiência prática como atores que garantem, desde seu acionar armado, certo bem-estar para a comunidade.

O que eu imagino ou me vem à mente são as normas, a partir das quais devemos conviver com as pessoas, e dentro disso imaginaria que estão as leis, pois as normas que implicam inclusive até a religião, para todos convivermos em paz, pelo menos viver em comunidade, não sei se em paz, mas pelo menos em comunidade, respeitando cada um. (Edwin)

Esse ideal normativo não é igual para todos os atores armados que têm passado pela vida social de Moravia, principalmente quanto à regulação da violência armada urbana. Embora, para alguns, a ordem social esteja determinada pelo cumprimento das normas, para outros é a “igualdade na sociedade” e as possibilidades de sair da pobreza o que garantiria uma ordem social. Não obstante, quando a vários dos entrevistados perguntou-se se na atualidade existe uma ordem social em Moravia,

deu-se uma comparação moral do comportamento entre os grupos armados de milicianos e paramilitares e aqueles que hoje controlam Moravia.

Eu penso, ou seja, é chato talvez, a gente sem tocar as suscetibilidades de ninguém, nem a bolsa de ninguém... mas o ruim hoje na cidade é que, quando nós estivemos organizados em armas... o bom disso era... ou seja, a gente não justifica muitas coisas que aconteceram, mas todas as organizações que haviam eram independentes; ou seja, estou falando de que, por exemplo, tivemos a experiência de que você se fazia matar por suas pessoas e que tinham uns que a gente lhes falava... “Olha aí, me entrega, e não tem guerra”... assim era até nos acabarmos todos. Então, dessa ordem social, já se perdeu muito, porque hoje o que interessa é a grana, ou seja, para tudo é grana, aí já não tem ordem social porque não, ou seja somente não aqui no bairro, mas também em outros não está a ordem social, do que tanto queremos e falamos, por quê? Porque está o dinheiro antes de tudo. Além disso os jovens que às vezes estão nesse mesmo grupo são caras que pensam só na fama, nas meninas e não pensam em transformar... ou seja, olhe, o bairro está muito calmo mesmo, e muitos bairros estão calmos também, muito agradáveis e tudo isso, mas isso é meio transitório, na realidade não é uma paz que seja, por quê? Por isso mesmo te digo, porque olhe que a gente analisa aquele que está aí vendo já quando vai ter o pedaço dele, olhe tudo o que se está movimentando hoje... ele está pensando... “Quando me ascendem?” (Fredy)

A narrativa anterior mostra certa *rotina* da prática da violência armada urbana em Moravia, no sentido de que o uso da força na tramitação de conflitos e na organização social do bairro apresenta-se de forma cíclica e permanente. Para os atores armados, a violência como forma de organização social não desaparece do contexto da vida cotidiana, pois sempre existirá a disputa pelo poder de uso da mesma. Nas narrativas das pessoas entrevistadas, ressaltam-se expressões como “Isso é uma escala que toda a vida vai durar assim, até que se acabe tudo isso”, “A paz é difícil porque sempre haverá quem quer mandar”. O conflito, assim, configura-se como um espaço de interação entre atores armados no qual apresentam-se confrontações abertas e também acordos e transações que organizam o caos que leva à imposição de um ator ou outro. A violência armada regulada a partir da violência armada, como mecanismo de ordenação da vida social.

As transações são uma regularidade ou constante nas relações entre os atores armados. Sem deixar de lado o poder da imposição ou dominação a partir da força — pois os fatos, em termos de número de homicídios ou confrontações abertas,

demonstram que a ação violenta é efetiva para lograr o poder no território —, na trajetória dos atores armados em Moravia as possibilidades de se chegar a acordos com anteriores combatentes é uma demonstração de legitimidade e de aceitação, tanto do conjunto da população como dos integrantes que formam os grupos armados. Nas entrevistas, destaca-se uma espécie de reconhecimento da atuação de grupos armados anteriores na ordenação do bairro, os da “velha guarda” são considerados como referentes ou exemplos para seguir ou modificar o processo da própria regulação armada.

Nós falamos com Cara, lhe falamos assim... você sabe que nós estamos relaxados, né? Queremos trabalhar, mas você sabe que todo o respeito por vocês e queremos que também respeitem a gente. Ele respondeu... “Nada, parceiro, primeiro de tudo, que fique claro que, com todos vocês, sinceramente, antes o que vocês precisem... me dizem que nós colaboramos para vocês... eu sei que você, Topo, Picuhurro, Juan, German são caras muito sérios... aqui vem qualquer pessoa para me dizer alguma queixa de vocês, e eu digo que algumas coisas fizeram a vocês. E aqui, desde que estamos nós, procuramos vocês para saber o que passa.” Essa é a relação da gente, dos que chamam de velha guarda e os que mandam hoje. É uma boa relação, porque, como disse Cara um dia, “Irmão, Deus queira que algum dia a gente não tenha que pedir colaboração a vocês. Talvez lhes dizer... Olha aí, estamos com este problema, precisamos de sua colaboração para que ajudem a gente... embora nós saibamos que classe de pessoas são vocês, porque, como dizem as pessoas e muitos por aí, vocês são como leões adormecidos”. Porque acho que muitas pessoas não sabem o que a gente é, então ele diz... “não, o que acontece é que nós sabemos que vocês, irmãos, quando decidem fazer algo... assim, vocês sabem que vão morrer, vocês vão fazê-lo mesmo assim”. (Arles)

A significação de que um ator armado pode disputar, em qualquer momento, o território evidencia-se com transações que se deram entre os atores armados em Moravia e destes com agentes da força pública, no transcurso de seu exercício de poder e de dominação do lugar. Na penetração das MPVA, por exemplo, Arles relata um ato de impotência e incapacidade da força pública de conter a ação das *bandas* armadas em Moravia na época de 1991, quase que viam as Milícias como os atores que tirariam do horror as comunidades. Relata Arles:

Não, não, eu estava aí em Patio Bonito. E nesse dia apareceu Carvajal, também Many, e o Gago... Chegaram como sete e tomaram cerveja e quebraram as garrafas. Falaram assim... “Quem goste, bem, mas quem não goste, é só dizer”... Eu olhava para ele, e me dizia: “Não gostou?”

Você quer que te mande descansar com teu pai e irmão?”. Já não falava nada e ficava calado. Até que um dia um cara, um sargento da Quarta Brigada⁵⁹ me disse: “Vocês vão aguentar a vida toda esse cara?” Aí eu respondi: “Se vocês, que são autoridade, não fazem nada... Você não é um soldado, não?” E ele respondeu... “a gente não pode fazer nada, isso tem que ser a polícia, e a polícia aqui sinceramente não faz nada, cobrem por suas próprias mãos”. Então ele me disse “Vocês têm a solução, procurem esse cara que está combatendo El Bosque, unam-se a eles”... Então eu falei assim “Não, para ficar como meu irmão, não... além disso esse *combo* era muito grande”. (Arlés)

A violência apresenta-se como forma de interação social. Para Juan, por exemplo, é quase como uma condição natural o fato de que as pessoas estejam imersas nas relações de violência. A partir da experiência que Juan descreve, destaca-se a violência em termos de interação social e em distintas escalas, quase que mostrando uma relação entre o âmbito familiar, o do bairro e o da cidade quanto à violência como estrutura que vai se formando a partir de uma condição natural. Em parte, essa naturalização desprende-se da participação de Juan nos três atores predominantes da violência em Moravia. Para Juan, a violência faz parte da condição humana, mas, para outras pessoas entrevistadas, a violência é um fato que significou uma forma de resolver os conflitos em Moravia, que não deveria existir, não obstante pelas disputas do poder do controle e da regulação da vida social esta permanece na esfera social de Moravia.

A violência é uma condição natural que está entre o ser humano e que se manifesta, ou na casa, ou no bairro, ou na cidade; já o nível vai depender da pessoa, a pessoa que talvez dentro da casa tem maus hábitos e não respeitam, pois aquele que não tolera a pessoa de maus hábitos, então dentro de uma casa se gera conflitos, e isso é um nível. No bairro, e por dizer na esquina, ou no bairro em geral, que alguém, porque queira fazer uma coisa e não é permitida, ou porque a faz e a gente tem que aguentar, já isso é outro nível, já um nível do bairro, ou está olhando para ver a quem lhe faz dano, ou a quem lhe rouba, ou a quem dá motivo para matá-lo, entendesse? Por isso é uma condição violenta que está dentro do ser humano ou por dizer, já mais a nível, como o de Pablo Escobar, por dizer, que ele se propôs que, se não tivesse certa quantidade de grana em 5 anos, pois, então, não era suficiente... então, dentro dessa busca, você vê o fenômeno em que ele se converteu. Então, a violência é como uma condição natural do ser humano que quem se orienta no seu nível ou de sua maneira, por exemplo, quantas pessoas nunca fizeram nem

⁵⁹ Divisão do Exército Colombiano localizada na cidade de Medellín.

uma queixa sobre a cidade, mas dentro estão pensando “Tomara que matem fulano” ou “Até bom pegar eu mesmo Perano”? Mas acredita que essa violência é interna de sua cabeça e que não passa daí, inclusive que, sem premeditar, dá de um momento para outro. Então para mim a violência está no ser humano, ou seja, é uma condição natural do ser humano. (Juan)

Apesar da alusão à violência armada como forma de garantir uma ordem social em Moravia, os atores fazem recorrentes associações em torno da importância das organizações sociais também na regulação dos conflitos do bairro. Não só é o uso da força, mas também a intervenção da comunidade na solução de seus próprios conflitos. Esse mecanismo de regulação dos conflitos com a comunidade faz variar a dinâmica de violência.

O que acontece é que todos têm características diferentes, por exemplo, se hoje se implementasse o que se deu em outro tempo, quando esteve a Mesa de Trabalho, ou seja, que as organizações comunitárias se unificassem numa Mesa só, por dizer de alguma forma... faltaria isso, mas, infelizmente, eu não acredito que possa se dar, porque se tem pegado malandragem. Com a entrada das organizações do Estado a participar na criação de, por exemplo, cenários como o Centro Cultural, em todos esses processos tem que se ver organizações com más práticas que têm gerado líderes muito negativos, e isso antes não se via e hoje não se vê... aqui seria ideal que voltasse e vivesse o processo como quando se viveu com a Mesa de Trabalho, quando todas as organizações comunitárias eram unidas num espaço só, mas hoje existem os vícios de que as pessoas trabalham é por grana, as pessoas trabalham é porque é oferecido um benefício, e você pode ver que nesse tempo nós trabalhávamos era meramente pela causa, que nós estávamos com fome e falando para um comerciante, com muita vergonha, “Dê-nos uma passagem para assistir a uma reunião”, então muito bom seria e seria ideal, o que falta aqui é, nesse sentido, que as organizações comunitárias voltem e se unifiquem num espaço só, mas de resto não vejo como. Ainda assim, todos esses processos geram que na comunidade hoje tenha uma tranquilidade. (Juan)

Essa alusão que faz Juan a respeito do significado da violência está ligada em parte à sua concepção de justiça como algo que dá tranquilidade. A tranquilidade é recorrente no diálogo de todas as pessoas entrevistadas, e, em Juan, essa tranquilidade está associada à ideia de justiça no sentido sempre de que “as pessoas façam o devido”. A violência armada urbana opera como mecanismo que garante essa tranquilidade no sentido de justiça. Agora, essa justiça de que fala Juan não está necessariamente associada ao cumprimento da lei que o Estado promulga e da qual,

segundo Juan, a violência ajuda a resolver situações de conflito em que o Estado não consegue chegar ou ser efetivo.

O uso da violência pode ajudar a garantir a justiça dependendo da situação. Porque se, por dizer algo, estamos num processo e há uma pessoa que por ignorância não quer entender, e finalmente tem que lhe dizer “Não, rapaz! É você que tem que entender ou como é que é?”. Então é necessário. Sim, há uma relação entre a violência e a justiça. E não está ligada com a lei do Estado porque, muitas das vezes, inclusive a mesma lei não pode garantir à pessoa nesse momento nada, então essa pessoa tem que buscar como fazer sua própria justiça. Então, sim, existe mais ou menos uma relação, ou seja, no sistema de vida no mundo em que vivemos há uma relação. (Juan)

O mundo da violência armada urbana em Moravia tem gerado um conjunto de práticas normativas que se diferenciam, mas não transcende das institucionalmente estabelecidas, que se apresentam como forma de exercer o poder dos atores armados na regulação da vida social e da mesma violência armada urbana, assim como a expressão de outros atos considerados pela população como delitos ou crimes que se cometem contra a população de Moravia, como o caso dos roubos, o consumo de drogas. Essa prática converte-se em fonte de poder ideológico que justifica a ação dos atores armados, invocando, por um lado, a ausência do Estado na ordenação social e, por outro, a necessidade de impor certas regras que facilitem, entre outras coisas, a convivência cotidiana do bairro. A produção e imposição de regras é usada pelos atores como meio para criar um significado sobre a necessidade da regulação armada na vida social de Moravia. Essa prática não é própria do contexto de Moravia — também onde há presença de atores armados em outros bairros da cidade são recorrentes a imposição e o controle sobre a população, o que termina por restringir as liberdades, especialmente do uso do espaço, do aprofundamento da divisão de territórios, das fronteiras, entre outros. Contudo, o que se produz é uma ampliação na gestão dos conflitos pela via do uso da força afetando o monopólio exclusivo do Estado no uso da violência. A propósito, descreve Juan, quando é perguntado sobre as regras existentes em Moravia e sua variação de acordo com os atores que impõem em cada momento histórico:

Aqui, neste momento, em Moravia existem regras, as mais comuns como não se pode roubar, não se pode consumir drogas psicoativas dentro do bairro, nem nas esquinas nem nada, essas são as mais comuns, que uma pessoa pode ou

não pode ter uma arma sem permissão... ou que não se pode formar grupos armados, ou seja, não devem haver grupos armados diferentes aos que já estão... então regras, sim, existem!

As regras não têm variado, são como a fotocópia uma da outra. E isso é meio que por herança, porque veja que, quando incursionaram as milícias populares aqui, eles foram os que decretaram que aqui não tivesse consumo de drogas nas esquinas, e isso até hoje se tem conservado. As regras se mantêm porque, eu acredito, isso se deve ao momento em que entraram as milícias para controlar o bairro e depois os comandantes ou os líderes destes grupos já não eram os mesmos... até certa época já não eram os mesmos que estavam no início, quando ingressaram as milícias. Logo depois passaram a ser os comandantes que controlavam os mesmos caras do bairro, e os rapazes do bairro; eu acho que sofreram todos esses fenômenos, então viram que era conveniente para a comunidade, viram que era agradável, viram que era necessário, então terminou se implantando o que no princípio as milícias decretaram: não mais vício, não mais roubo, não mais assaltos, não mais porte de armas; então tudo isso foi ficando, e, como os rapazes viveram todos esses fenômenos de violência, acho que eles sentem dor e medo que aconteça de novo e volte essa anarquia que se viveu num tempo. Então, como eles são dolentes, é por isso que conservam esses controles e essas normas.

Também é porque a filosofia é que aquele que está controlando, ou os que estão controlando, “É que devemos ganhar o carinho da comunidade para não perder o que temos”. E por isso, porque se tem dado conta de que em muitas partes, talvez, os grupos que controlam e perdem o controle é porque a própria comunidade chama a um grupo armado para que reduza a violência e, com a mesma justiça, os envia para a cadeia, ou existem denúncias contra eles; então tem dado muitos bons resultados, aquele que se comporte bem dentro do bairro, as pessoas gostam dele, o acolhem. Então dessa maneira nem buscam outros grupos, nem vão na justiça, nem têm denúncias, então isso também influi. Se eu me comporto bem, as pessoas deixam que eu tenha o poder, por dizer de alguma maneira. (Juan)

Curiosamente Juan, que faz os relatos anteriores, esteve envolvido na ação armada desde que as Milícias desmobilizaram-se e, posteriormente, foi integrante das Autodefensas. Durante muito tempo, Juan tem sido reconhecido como um promotor de atividades esportivas, especialmente de futebol. Essa atividade foi combinada com as práticas que adiantava dentro do âmbito armado. Relaciona sua visão frente à violência, aos processos de segurança, às regras ou normativas existentes em Moravia com um ideal de comunidade e de bem-estar dentro do bairro. A atividade esportiva tem possibilitado a Juan desenvolver ações em torno da regulação da violência armada, que tem repercutido na solução de conflitos entre atores armados

por meio de pactos e acordos entre os diferentes grupos e organizações em Moravia. Juan descreve que, em Moravia, os pactos de convivência entre os grupos armados começam com a programação de uma partida de futebol ou outro evento esportivo. A mediação dos conflitos entre atores armados faz parte do conjunto de ações que tanto os grupos armados, que têm o controle do território, como as organizações sociais do bairro realizam para manter essa ordem social. Além das duas desmobilizações — uma, a das Milícias, e a outra, a dos paramilitares —, Moravia teve uma das experiências mais repercutidas na mediação entre atores armados na cidade, que não necessariamente derivou na entrega de armas, mas, sim, na possibilidade de um acordo de “não agressão” entre os grupos armados. A propósito, descreve Juan:

Um dos processos mais significativos, desde o ponto de vista pessoal, é que participei do pacto de não agressão com os caras da Minorista.⁶⁰ O processo de pacto de não agressão com os caras da Minorista foi assim: um grupo da comunidade foi expulso por outro daqui, e eles se assentaram na Praça da Minorista, e eles tiveram o controle total de lá. Depois de serem expulsos, eles foram para lá, e tinham todas suas atividades de delinquência, econômicas, todas. Depois de 10 ou 15 anos desse conflito existir, teve uma confrontação onde teve mortos, obviamente pessoas deslocadas pela força, e tudo isso, então teve uma negociação que durou 17 meses, em que finalmente se conseguiu um pacto de não agressão entre esses dois grupos, que consistia em que os caras que tinham estado por 10 ou 15 anos fora do bairro, fora de seu lar, regressaram novamente ao bairro, a sua casa, seu lar e onde hoje ainda se sustentam, porque a maioria ou muitos deles ainda estavam vivos e nunca voltaram a ver por causa desse conflito, que teve um bom tempo com tensões.

O pacto se manteve. Eu digo que, o que se faz com vontade, tudo finalmente sai bem, né? Então, por exemplo, dentro de Moravia havia atores que já estavam cansados e queriam, pois, que esses caras voltassem, como logicamente eles, que estavam expulsos, queriam voltar com sua família, e finalmente se assinou o pacto. O engraçado foi que eles se tornaram amigos

⁶⁰ O grupo da Minorista foi formado por ex-integrantes das MPVA, que tinham o controle da Praça Minorista, um lugar de mercado localizado na costa ocidental do centro da cidade. Seu controle foi um dos principais motivos de divisão das MPVA em 1993, e a facção que logrou controle da Praça Minorista era formada em grande parte por jovens que moravam em Moravia. As constantes confrontações entre as MPVA e o grupo da Minorista ocasionaram a expulsão desses jovens de Moravia e que, por sua vez, a população de Moravia não pudesse ir para a Praça Minorista. Em 1997, deu-se o pacto de convivência entre essas duas facções, o que permitiu que os jovens da Minorista pudessem retornar a suas casas em Moravia.

de novo, porque na realidade, toda a vida, tinham sido amigos, por exemplo, o caso bem particular de Fredy, que sempre, praticamente, foi amigo de criança de todos eles, que estiveram na Minorista, então tudo isso se fez com muita vontade... para mim isso foi determinante. (Juan)

A regulação da violência armada não é só aquela que se realiza pelos próprios atores armados, mas também pela população, seja pela via de suas organizações ou pela atuação individual, que estão atentos à ação dos atores armados. Contar com o consentimento ou a aceitação da comunidade é requisito indispensável para que um ator armado permaneça controlando o território, e os atores que têm passado por Moravia se dão conta disso. De fato, todo o processo de legitimação da ação armada desde que ingressaram as Milícias desenvolveu-se no marco da aceitação da comunidade quanto à garantia da segurança. No momento da entrevista com Juan, por exemplo, foi perguntado frente a quem ou a que teriam que se defender os atores armados que dominam atualmente Moravia, e, na sua resposta, disse “da própria comunidade”, no sentido de que, se não existe um comportamento coerente com o que dizem defender, é a população que promove seu desvanecimento. Relata Juan:

Ou seja, a organização que existe hoje, não vejo como de que ou de quem tenha que se defender. Estão muito bem consolidados e não tem surgido um ator assim que os ponha em risco, e é devido às condutas que eles têm adotado e ao gerenciamento que têm dado para tudo, tem gerado que não sejam vulneráveis ante ninguém... nem ante a própria justiça, porque, imagino, ou seja, eu sei, por experiência, que dentro de um bairro há um grupo com más condutas, e a própria comunidade é a que se encarrega talvez de denunciá-los por parte da comunidade, então não, ou seja, não há risco nenhum, não são vulneráveis, porque as condutas e os comportamentos que têm adotado têm sido bons. (Juan)

As narrativas aqui descritas pelos atores que alguma vez participaram ou que ainda participam dos grupos armados em Moravia permitem inferir as possibilidades permanentes de uma *contingência da ordem do social*, nos termos de Jacques Rancière (2011), isto é, a capacidade de um grupo de pessoas que, sob sua própria lógica e percepção de seu mundo, tentam organizar e vincular uma experiência de vida social a um projeto que necessariamente põe em questão um ideal de democracia que exclui, de alguma forma essas “outras” práticas de pensar e atuar a vida social. Em específico, as ações armadas, segundo os atores aqui entrevistados, incorporam-se no corpo de uma “*comunidade contingente*” que historicamente teve que resolver

contingentemente seus conflitos a partir da ideia da violência como instrumento de ordenação. A pretendida ordem, derivada da posição dos atores armados, não se resolve só com a participação e uso da violência; a vinculação com outros processos e outros atores em pensar o espaço em que se habita e que se projeta apesar da pressão e outras lógicas que são dominantes fez com que, em Moravia, os que produzem a “desordem” ajudassem precisamente na “ordenação” social do lugar. Assim, por exemplo, diz Juan:

Mas, apesar de que faltam detalhes, para mim se tem ordem, mas é.. Ou se tem certas ordens, mais que tudo geradas através de processos e que têm dado muitos bons resultados, mas sobretudo o que se tem gerado pela própria iniciativa da comunidade, ou seja, todo o sucesso e todo o logro de como foi Moravia num tempo e como é agora, se pode dizer que há uma ordem, faltando detalhes, mas que tudo isso foi graças à própria comunidade, porque à presença do Estado não foi. O Estado não pode vir aqui e dizer que eles foram os que organizaram isto, porque, para dar tijolos, todo mundo sabe que cada um que vá atrás disso. Porque, se trabalhassem pelo salário, não haveria um Centro Cultural, levaria muito mais tempo e não haveria um Centro de Saúde, um hospital. Então, se eles vão vir e dizer que a transformação de Moravia foi porque botaram cimento e tijolos a isso... Outros fenômenos foram os que ajudaram, e o Estado nunca participou, e que, graças a isso, hoje podemos dizer que em Moravia se vive tranquilamente. (Juan)

4. RELACIONAMIENTO DE PODER E EIXOS REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA DESDE OS ATORES ECONÓMICOS EXISTENTES NO BAIRRO DE MORAVIA

Esta seção aborda os mecanismos utilizados na regulação da violência: acordos, transações e apoio a atividades armadas orientadas à regulação da violência. O papel dos atores econômicos nos processos de regulação da violência urbana é importante, na medida em que os problemas de segurança sobre os bens materiais recaem com maior força nesse tipo de atores, que criam mecanismos de regulação para a proteção dos bens. O poder dos atores econômicos na regulação da violência urbana em Moravia reside no ideal de progresso que se instala na comunidade. Agora, sob que concepção da ordem operam esses mecanismos de regulação? Coincide essa concepção com a dos demais atores envolvidos na regulação?

Os atores econômicos do bairro de Moravia têm incidido nos processos de formação da sociabilidade violenta, na medida em que têm desenvolvido relações de resistência, apoio, cooperação, tensão com os distintos atores armados que têm feito parte da história social do bairro. No seu início, Moravia não se projetava como um território de uma vocação econômica forte, pois as unidades econômicas nos anos 1960 e 1970, quando começa sua consolidação como bairro, estavam orientadas à venda de produtos básicos de consumo para a subsistência das famílias que há pouco se assentavam nesse território. Inclusive, um dos espaços de solução do problema de alimento era representado pelo aterro sanitário que foi instalado nessa zona da cidade, da qual um sem-número de famílias derivavam seu sustento e seu trabalho das atividades de reciclagem. Inicialmente considerada como uma das principais opções, a economia converteu-se em uma das esferas de maior importância do território, e, nesse sentido, a incidência dos atores econômicos tem sido crucial na regulação da vida social em Moravia.

Foto 4: População de Moravia no antigo aterro sanitário, ou depósito de lixo

"Basuriegos" en la cima del basurero, 1983. Fotógrafo: Jorge Humberto Melguizo. Archivo Centro de Memoria Barrial CDCM.



Foto: Cerro de basura en Moravia, 1983.

Fuente: Municipio de Medellín (2011) *La memoria cultural como dispositivo para la intervención social en Moravia*. Centro Cultural de Moravi. 2011.

Quanto à configuração econômica, é preciso destacar que, em todo seu processo histórico, a localização de Moravia tem tido um papel central em relação a outras zonas da cidade. Em primeiro lugar, sua proximidade do Terminal de Transporte Intermunicipal propiciou que, entre a década de 1960 e 1980, chegassem grupos de campesinos provenientes de diferentes regiões do departamento de Antioquia e do país, buscando melhores oportunidades econômicas e fugindo da violência no campo⁶¹. Em segundo lugar, a proximidade com o centro econômico da cidade, assim

⁶¹ A violência política na Colômbia na década de 1950 e a crescente industrialização das principais cidades na Colômbia trouxeram grandes massas da população camponesa para Medellín, dando passo à conformação de bairros piratas, ou ilegais. Posteriormente, na década de 1990, com o aprofundamento do conflito político armado colombiano, grandes grupos de camponeses deslocados à força chegaram à cidade para procurar proteção e diferentes alternativas de subsistência. Por causa do conflito armado na Colômbia, deslocaram-se desde a década de 1980 um pouco mais de 5 milhões de vítimas. Ver: Informe *¡Basta Ya!*, do Centro de Memoria Histórica. Em: <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co>.

como o fato de estar rodeado pelas principais conexões de vias⁶² da Área Metropolitana do Valle de Aburrá entre si e o resto do país, configuraram-no como um espaço atraente de diversas e robustas atividades econômicas, principalmente do setor de vendas e serviços.

Foto 5: Centralidade do bairro de Moravia



Fonte: Foto própria.

A evolução econômica de Moravia tem estado por sua vez marcada por sua conformação socioespacial. Está diretamente ligada aos processos de apropriação e uso dos espaços privados e públicos. Com a chegada dos distintos grupos de população, o território foi se definindo em mercados e diferenciados setores nos quais as práticas socioculturais determinaram sua vocação econômica e configuraram hoje os atores protagonistas da crescente e emergente economia do bairro. De modo geral

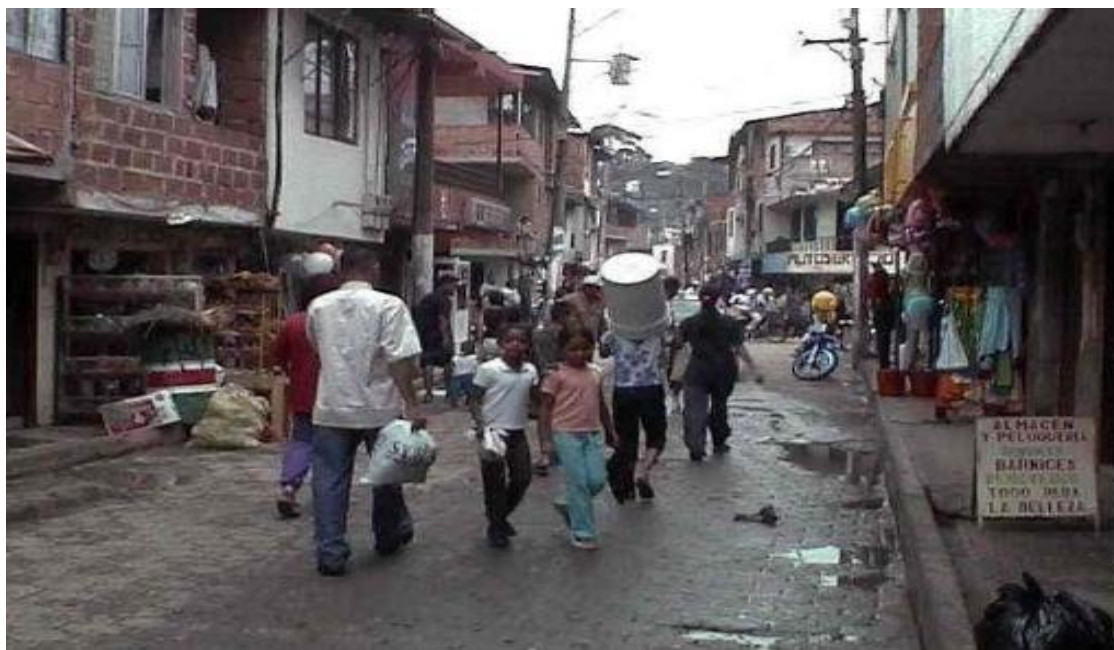
⁶² As estradas norte e sul que comunicam os municípios da Área Metropolitana como Envigado, Sabaneta, Itagüí, La Estrella, Barbosa, Copacabana, Bello e Girardota; assim como a entrada e saída para o mar da costa pacífica e caribe da Colômbia.

e espacial, existem em Moravia seis setores: setor de Moravia, ou Fidel Castro, o setor mais antigo e talvez com a melhor adequação reticular em suas ruas e casas. Representa uma das centralidades e é onde se encontram espaços comunitários de importante relevância, como igrejas de distintas religiões, instituições educativas, quadras esportivas, e as principais ruas do bairro. A descrição que faz um dos estudos sobre o processo de apropriação do espaço público em Moravia descreve como os setores econômicos configuraram-se em Moravia:

Para el análisis correspondiente a esta actualización – 2003 se encuentra que el eje de la carrera 58 o centralidad de Moravia tuvo un proceso de expansión desde el cruce de la calle 86 A, hasta la calle 88, con relación al año 2001, extendiéndose esta carrera en forma continua con actividades económicas de diversa índole. Tal expansión parece asociada a una dinámica exploratoria de transformación de las viviendas en unidades económicas, o a un proceso de transición económica, antes de reformarlas como local comercial con alguna intervención diferente en el amoblamiento interno, o a usos complementarios que se disputan su dominio o sus atributos. (Departamento Administrativo de Planeación. Mejoramiento Integral do Barrio Moravia, Medellín (2002, p. 31)

O setor El Bosque está determinado por um tipo de organização espacial mais irregular, menos reticular; ressaltam-se as ruas circulares e de becos, com ruas mais estreitas e um uso do espaço público mais intenso quanto às atividades comerciais. Contempla espaços coletivos, como o Centro de Saúde, o Centro Cultural, instituições educativas e espaços comunitários das juntas comunais e organizações sociais. A rua 55, principal corredor comercial e de serviços desse setor, tem ampliado seu eixo com o incremento de atividades econômicas desde o cruzamento com a rua 80 até a 79. No período 2001–2003, aderiram às atividades comerciais e de serviços os seguintes trajetos de incidência econômica, mobilidade de pessoas e mercadoria: a rua 55 entre a 79 e a 79 B por ambas costas, e entre a 79 B e a 80 também em suas duas costas.

Foto 6: Centralidade comercial do setor El Bosque



Fonte: Departamento Administrativo de Planeación (2013).

O setor de Milán e La Playa formou-se posteriormente a El Bosque, determinado por um processo de reloteamento (venda de lotes) mais que de invasão. Caracteriza-se por ter uma confluência mais combinada do uso do espaço nas moradias e nas unidades econômicas. Tem poucas centralidades e carece de espaços de encontro coletivo. El Llano ou Casco de Mula têm características similares às do setor de Milán, assentado na planície do Morro, seu aspecto é descontínuo na formação das casas e predominam as ruas em forma de labirintos e becos. O setor do Morro é formado por casas em condições mais precárias. Ainda que, na atualidade, quase a totalidade das casas (aproximadamente 3 mil) tenham sido reassentadas em outro setor da cidade, o setor do Morro representa, para Moravia, um de seus lugares simbólicos. E o setor do Oasis foi uma das invasões menos antigas de Moravia, situado num cerro de escombros. Sua formação é totalmente descontínua, e as suas casas foram construídas com materiais inadequados, como o papelão. Assim como a população do Morro, uma grande parte da população foi reassentada em projetos de moradia de interesse social. Nesses setores, as atividades econômicas concentram-se principalmente em La Playa ou Milán, e a atividade predominante é a comercial; nos

outros setores, é possível encontrar unidades econômicas dedicadas à indústria, sobretudo à produção de alguns alimentos. Segundo o estudo realizado pelo Departamento de Planejamento de Medellín no ano de 2002:

A estrutura econômica dos quatro setores representa uma marca da especialização nas atividades comerciais, com 72% das unidades econômicas dedicados às atividades de compra e venda. A predominância do comércio segundo o número de unidades econômicas mostra uma maior dinâmica e concentração no setor de El Bosque. Das atividades econômicas nos quatro setores, ocupam o segundo lugar os serviços, que representam 15% do total, e encontram-se tendências crescentes. A indústria é a terceira, com 11%, e as miscelâneas só representam 1% do total dos negócios. Segundo a destinação do uso para as atividades econômicas, observa-se que, no interior de cada setor, são Moravia e El Bosque os que têm maior espaço utilizado no uso comercial, pelo número de negócios encontrados nessa atividade: 77,6% e 74,7%, respectivamente. Em relação à prestação dos serviços, destaca-se El Bosque por concentrar 18%, superior ao total de serviços encontrados no bairro no seu conjunto: 15%. No Morro, localizam-se as atividades de indústria com 36% do total de negócios localizados. Quer dizer, está definida a estrutura diferenciada dos quatro setores, na sua particularidade, no interior de sua estrutura como bairro. (*La memoria cultural como dispositivo para la intervención social en Moravia*. Alcaldía de Medellín y Comfenalco Antioquia. Medellín, 2011, p. 49)

Foto 7: Centralidade de Moravia



Fonte: Fotografia própria

Cada um desses setores reflete certos padrões de organização da economia em comparação com os rasgos característicos da população que os ocupa. É possível observar como, nas centralidades preponderantes da economia em Moravia, ressaltam-se as unidades econômicas cujos proprietários são provenientes da região do oriente antioqueño. As condições de regulação da violência de Moravia demonstram como setores da economia relacionam-se tanto com seu entorno como com a cidade, nesse processo de implantação e consolidação econômica:

A última onda, que foi a do oriente antioqueño, inclusive que tu observa os enclaves comerciais que foram de transição do século XX ao XXI, essa transição é o último enclave que eu encontro de uma onda muito grande que se estabeleceu em Moravia, e vêm pessoas do oriente, as pessoas de Hueco⁶³ vão começar a promover esse enclave e promover um conjunto de comércios... Estes que chegam, porque tão facilmente ingressam em Moravia? Pelo uso ou pelo hábito que Moravia tem. Se fossem as normas positivas, entrariam em choque, então isso tem chamado a atenção quanto às formas de regulação, então esta última forma que tem... aí há um pequeno soberano, mas este pequeno soberano tem sabido em certa medida “interpretar”, né? E respeitar esses usos e esses hábitos que há em Moravia. Diferentemente das milícias; a milícia conseguiu pôr em choque, porque a milícia pretendeu um tipo de normatividade diverso ainda que reproduzindo a do Estado, porque eu observava Lucho e mais outros que se comportavam como morais, né? E me parecia que bem, estavam reproduzindo o Estado, pretendiam supostamente estabelecer outro tipo de “ordem”, mas eles não conseguiam. (Chano)

Nos primeiros anos de Moravia, os atores econômicos não mostraram um papel preponderante na organização do bairro, situação que mudou com a crescente importância espacial que foi adquirindo no seu processo histórico. A renda do solo, o uso do solo propício para a economia de caráter informal-formal, o aumento no valor da propriedade, a legalização dos prédios e a crescente especulação imobiliária, que ainda tem características meramente informais, têm determinado a mudança acelerada no uso do solo, a ponto de produzir mudanças significativas quanto ao uso da moradia para uma utilização claramente comercial. Essas mudanças produzem,

⁶³*El Hueco* é uma referência ao setor comercial do centro de Medellín, lugar onde se concentram pequenos e medianos comerciantes, bastante concorrido por multidões de pessoas que buscam adquirir produtos de custo baixo. É considerado também por muitos um cenário onde as transações econômicas são de tipo informal e até ilegais nas compras e vendas dos produtos.

por sua vez, alterações nas relações sociais e nas relações com o Estado e nas formas de segurança e controle social.

A violência que se expressou em meados da década de 1980, com o operar das bandas do narcotráfico, restringiu e quase que eliminou qualquer expressão de economia no bairro, que desde a década de 1970 vinha se configurando em Moravia. Os constantes ataques por parte das *bandas* do narcotráfico sobre as primeiras unidades econômicas, como os pequenos locais de bairro, debilitavam qualquer interesse por fomentar atividades econômicas maiores, apesar de sua localização estratégica. Isso precisamente se configura como uma das principais motivações da população por buscar alternativas de autodefesa e de segurança que resguardasse a integridade das pessoas que exerciam práticas econômicas.

Nos períodos de transição de um ator armado para outro, a atuação dos atores econômicos em Moravia quase que se adequavam às condições que um território florescente em termos econômicos podia oferecer. De todo modo, a história de vários dos atores econômicos com mais poder hoje no lugar assinala que o processo de consolidação em Moravia se deu de forma resistente e em constante transação. O relato de um dos proprietários do principal supermercado em Moravia assim mostra:

A gente chegou no ano de 1997, mas, já terminando o ano, ainda aqui, pois, o bairro estava na evolução que tinha, né? Pois não tinha nada. Porque de fato o local mais importante que havia era esse, que nós começamos a fazer. Já então, passou mais ou menos 1 ano, e a gente trabalhando aqui mesmo, e apareceu a dona Marta, que vendia este local daqui de baixo, então foi aí que a gente comprou para abrir o primeiro “supermercadinho”, e era o único que tinha este setor.

Trabalhamos quatro pessoas, dois irmãos meus, meu pai e uma menina que tínhamos bem pequena. E, já depois, a gente se mudou para cá e começamos o que foi um “supermercadinho”, mas, logicamente, o local era muito pequeno. Era o primeiro supermercado que se estava levantando. Também a segurança no setor era muito delicada nesse tempo; tínhamos a vontade de empreender e melhorar, mas havia nesse tempo um grande temor porque pensamos que as coisas não iriam funcionar, por causa da insegurança, porque, apesar de a gente não ter sido vítima da violência aqui, ou seja, a ninguém de minha família aconteceu algo, sempre tínhamos o temor. Porque se acreditava que, quando a gente sai do campo rural, com o temor da violência, a gente pensa que aonde chegar vai ser melhor, né? Mas, realmente, nós

quando chegamos aqui vimos coisas que, nem a violência por lá no sítio, não vimos nada assim! E a preocupação era essa, mas, quando não se tem uma estabilidade econômica, a gente não pode ter uma escolha nem decidir aonde ir, e aí a gente que faz? É que eu vim para cá e também é ruim, mas vou fugir de novo? Por não ter recursos de dinheiro a gente tem que ficar aqui, porque na verdade a gente não tinha como voltar para outro lado... e o sítio que a gente tinha já foi vendido. Então, ficamos aqui e apostamos no setor, e trabalhamos muito fortemente no dia a dia. (José)

O processo de empreendimento econômico em Moravia destacou-se no final da década de 1990, quando se consolida o processo de negociação com as milícias. Um clima de tranquilidade e segurança propiciou que surgissem unidades econômicas no interior do setor e que chegassem outros atores econômicos externos a Moravia para localizar os diferentes tipos de negócios. No começo da década de 2000, Moravia suportou uma acelerada expansão das atividades econômicas, principalmente comerciais, a ponto de que, nos setores mais representativos, se vivesse uma mudança do uso de moradia para o econômico. Além do fator de segurança, outras causas, como o impacto do processo de transformação urbanística realizado pela prefeitura de Medellín⁶⁴, a proximidade com o centro da cidade e os processos de especulação imobiliária, impulsionaram fortemente o processo econômico.

A renda econômica de Moravia, como consequência de sua localização estratégica, tem provocado a confluência de distintos interesses econômicos, motivados por ações político-administrativas que aumentaram as expectativas de rentabilidade de um setor que, nas décadas de 1980 e 1990, foi considerado um dos mais deprimentes na cidade. Baseados no discurso da cidade transformadora e na ampliação do que se considera o centro da cidade (POT, Acuerdo 046)⁶⁵, Moravia foi definido como um dos polos de desenvolvimento urbano mais importantes de Medellín. Atualmente, esse bairro encontra-se rodeado de recentes ícones urbanos de alta importância para a cidade, como El Jardín Botánico, o Parque Explora, o Parque dos Desejos e o edifício da Ruta N. Esses ícones complementam outros elementos urbanos mais antigos,

⁶⁴ Macroproyecto de Mejoramiento Integral del Barrio Moravia.

⁶⁵ Plan de Ordenamiento Territorial de Medellín (POT), Departamento Administrativo de Planeación de Medellín. Acuerdo 046 de 2006.

um lugar muito desejado por distintos atores econômicos da Área Metropolitana de Medellín. Segundo o estudo do Departamento de Planejamento de Medellín, as mudanças nas atividades econômicas, assim como sua projeção econômica, têm sido consolidadas pela vinda de novos proprietários entre 2000 e 2003, assim:

A procedência dos novos proprietários de unidades econômicas em Moravia denota que há uma forte irradiação desse território como potencial de localização de rendas econômicas, e, como tal, é valorado por pessoas de diferentes lugares, sobressaindo 38% de outros municípios da Área Metropolitana, dos quais 6% correspondem a Itagüí. Outros bairros de Medellín representam 18%, o município de Granada, 12%, e Moravia, 12%. Para El Bosque, 70% da procedência dos novos proprietários é de outros bairros de Medellín; tratam-se de agentes econômicos que têm interesses econômicos e financeiros nessa localização ou de pessoas ou famílias que mudaram a localização de seus negócios; do próprio Bosque, mudaram 23%, podendo-se manter que efetivamente a mobilidade econômica especialmente comercial do El Bosque é impulsada por sujeitos externos; as mudanças são induzidas aceleradamente por comportamentos econômicos locais e departamentais que não permitem isolar a dinâmica interna do contexto urbano regional e intraurbano. (Departamento Administrativo de Planejamento. *Mejoramiento Integral del Barrio Moravia*, Medellín, 2002, p. 59. Tradução própria

4.1. Incidência dos atores econômicos na regulação da violência armada urbana em Moravia

O principal poder dos atores econômicos em Moravia desprende-se das possibilidades de apoio econômico nas distintas práticas de regulação e controle que os atores armados, de distinta ideologia inclusive, têm realizado em diferentes períodos. Como se mencionou acima, a explosão mais forte da economia em Moravia deu-se no final da década de 1990, consolidando-se logo depois de 2005, com a ampliação das redes e circuitos econômicos, tanto no interior do bairro como em outros setores externos da cidade e da região. Não obstante, desde períodos anteriores, a relação entre os atores econômicos e atores armados urbanos instalados em Moravia tem sido constante, tanto como vítimas, para falar do período de operação das *bandas* do narcotráfico, quanto como motivadores da produção da ordem social

em outros períodos, o que permite inferir o papel transcendente do setor econômico na regulação da vida social. No seguinte quadro, é possível identificar os distintos períodos e processos gerados entre atores armados e econômicos em Moravia:

Quadro 3: Periodização das relações de atores armados e atores econômicos

Período	Atores	Mecanismos relacionais ⁶⁶
1985–1991	<i>Bandas do narcotráfico</i> / Atores econômicos	Submissão Uso da força para adquirir bens e produtos de alimentos Furtos e roubos nos locais Processo de polarização
	Polícia – força pública / Atores econômicos	Relação de tensão e desconfiança da força pública
1991–1998	Milícias Populares do Valle de Aburrá Desmobilizadas / Atores econômicos /	Relações de cooperação Linha divisória nós/eles em termos da distinção com atores do narcotráfico, perspectivas diferentes da moral urbana
	Grupos emergentes armados redutos das Milícias	Relações de submissão Pagamento pela segurança
1999–2008	Grupos paramilitares / Atores econômicos	Relações de submissão Cooperação
2008–2014	Grupos armados a serviço do microtráfico e outras rendas / Atores econômicos	Relações de cooperação Linha divisória – nós/eles Relações de submissão Pagamento pela segurança

Fonte: Elaboração própria.

⁶⁶ *Mecanismos*, segundo Tilly (2007), referem-se àqueles mecanismos recorrentes de pequena escala que produzem idênticos efeitos imediatos em muitas circunstâncias distintos em grande escala. Os mecanismos relevantes apresentam-se em três setores: ambientais, cognitivos e relacionais. Neste caso, ressaltam-se os mecanismos relacionais considerados processos que incidem na variação da violência.

Os atores econômicos em Moravia têm apostado em uma relação de três lados: os atores econômicos; as forças armadas, tanto das milícias como dos paramilitares; e o Estado, representado na sua força pública, como agente de controle social. Os processos sociais de Moravia têm se caracterizado pelas formas de organização por fora das estruturas propostas pelas instituições do Estado e das normas legais ou positivas. Suas formas de organização têm sido determinadas pelas relações sociais e práticas culturais próprias, mais que por imposições institucionais. A violência, as regulações, as normas que se desprendem do processo de regulação da vida social em Moravia inserem-se em estruturas que coexistem com estruturas formais ou institucionalmente estabelecidas. Coabitam com outras formas de organização da vida social, geram processos democráticos e formas de reconhecimento das práticas sociais próprias. Isto é, a violência como um problema público-coletivo.

Comerciantes de Moravia, em busca da tranquilidade

Sim, a segurança, a tranquilidade. Assim, pois, como a tranquilidade é eu ir, por exemplo, para minha casa, que agora eu durmo na Miranda, e fechar este local e ter a tranquilidade de que eu venho amanhã e aí está, de que não vou precisar de uns 5 ou 10 milhões de pesos para investir em alarmes, para que de todo jeito me roubem... se vão me roubar, pois, e tenha que ficar calado. Não vou precisar disso, mas tenho a tranquilidade de que eu posso ir tranquilo... mas isso é por um jeito que se tem aqui... um sistema que é do bairro, porque é do bairro, seria muito bom que não fosse do bairro só, e que fosse da Comuna e também da cidade. Que bom seria! Inclusive do departamento... indo assim de menor para maior.

Agora, por que Moravia cresce? Por que El Bosque é bom? Porque vem pessoas de outros bairros e dizem "É que isto aqui é muito bom, parece um povoado!" Claro que sim, é assim mesmo. Por isso é que para a gente, eu digo, né? Eu pertenço à sociedade, e cá todos vivemos tranquilos, você aqui, olha o rosto das pessoas e vê que estão tranquilas... agora, se essa tranquilidade não se pode respirar em outras partes, é porque há insegurança. Então, para mim, o que é segurança? É a tranquilidade e isso se consegue, infelizmente, porque talvez tem alguém que não deixa entrar ninguém para roubar, porque tem uma normatividade. É que os grupos, eles geram umas normas, e não podem vir ladrões aqui, não pode ter viciados, nem nada dessas coisas, então isso, a gente, que é boa pessoa, como uma pessoa socialmente de bem, aculturada, isso dá o quê? Uma tranquilidade. E, se você vem de outro bairro, com os amigos da universidade... tudo mundo diz... "Não, não, vamos para El Bosque

e verão que isso é muito bom aí... é que aí não acontece nada”, mas porque se diz isso? Porque tem uma tranquilidade e segurança... é isso que é segurança para mim. (Abelardo – El Falco)

Abelardo começou seu negócio de pinturas em 2003 no setor de El Bosque, num dos lugares com mais afluência de pessoas e alta localização de locais comerciais. Quando se chega no local de Abelardo, é possível observar que este se encontra numa das esquinas mais centrais do setor, no caminho obrigatório de centenas de transeuntes, próprios e estranhos de Moravia. Seu pequeno local, que não supera 10 metros quadrados, está lotado de pinturas, brochas e prateleiras; é decorado por algumas obras em lenço que ele mesmo fez. Na maioria das vezes, Abelardo vende material de pinturas a pessoas que vivem em Moravia, ainda que sua rede de clientes se entenda para os bairros próximos de Moravia, como Aranjuez e Campo Valdés, e, em geral, alguns municípios do departamento de Antioquia, como Itüango e San Rafael. Juntamente com Abelardo, trabalha sua mãe, seu irmão e, em algumas ocasiões, seu filho. Do lucro obtido, Abelardo divide seus gastos no pagamento do aluguel de seu local, para o sustento econômico de sua família, e outros gastos operacionais do negócio.

É interessante como o tema da legalidade e ilegalidade intercala-se no conjunto das interações sociais, em que o legal e o ilegal se confundem. A história de Abelardo como comerciante de Moravia inscreve-se na luta por obter o sustento e pela possibilidade de ter um trabalho que lhe permita o seu bem-estar. Nessa luta, Abelardo tem se constituído como trabalhador sob a lógica que o próprio contexto do lugar lhe tem oferecido. Como descrito numa das seções iniciais, Moravia tem se construído sob a lógica de processos que se inscrevem por fora da formalidade institucional, em quase todos os seus âmbitos; na construção de suas casas, nas suas formas de distribuição espacial, na localização de ruas e na “informalidade” econômica. Esta lógica contextualizada de não formalidade, de não legalidade, tem possibilitado precisamente que, em Moravia, criem-se redes de ação econômica duradouras, vinculadas com outras formas de ação — armadas e não armadas, institucionais ou não institucionais — que demonstram diferentes formas de organização social; de configuração de *outra ordem social* baseada nas relações de proximidade entre a população e os distintos atores sociais. Na seguinte narrativa que oferece Abelardo

sobre a “legalidade” em seu negócio, é possível analisar que essa “ilegalidade”, aquela que é castigada pelo Estado ao não cumprir com as leis estipuladas para o exercício da atividade econômica, não representa para ele um delito. Abelardo diz, por exemplo, que o pagamento de tributos ou impostos ao Estado por sua atividade econômica é uma forma de atacar o trabalho das pessoas que chegam à cidade em condições precárias.

Porque depois vem sempre a pergunta, a da legalização. Porque eu digo que eu me movimento praticamente sozinho, porque então o governo não ataca as pessoas que se comportam mal, mas, sim, aquelas que se comportam bem. Então, se eu tenho três ou quatro pessoas trabalhando, supõe-se, pois, que vão me dar suavemente, mas se eu tenho pessoas trabalhando aqui vai me dar muito mais fortemente, ou seja, falo dos impostos de indústria e comércio que a gente tem que pagar, e de Câmara de Comércio também. Tem que pagar um monte de impostos para a legalidade do produto, então quando vem e começa a me impor todas as legalidades do produto, isso vai me indispondo, porque eu falava nas reuniões da Câmara de Vereadores faz pelo menos uns 3 anos... “Quando o governo vem e me acossa com todas essas coisas, eu penso que o governo ataca as microempresas, ou seja... uma das coisas difíceis neste país é fazer empresa, porque o governo lhe ataca por todos lados, eu tive várias... quando estive envolvido em política fiz intervenções na Câmara de Vereadores de Medellín e dizia... “Bom, suponha-se que tenho uma venda de pintura e que tenho que pagar os impostos a todo mundo, incluindo as pessoas do bairro”. Então, o governo ataca as *vacunas* do bairro, quando a primeira que a gente tem que pagar é a do Estado. A gente abre um local, e tem um sócio, com quem a gente nem fala, nem faz acordo, que nem pediu parte para abrir o negócio, mas a grana para ele não pode faltar, então, a pior *vacuna* é a do Estado... dizia eu.

Vou te colocar um exemplo muito raro. Chega um cara, vem deslocado do campo rural, de uma guerra com a qual ele nem tem nada a ver, mas teve que viver com paramilitares e guerrilha e vem deslocado, traz quatro meninos, uma mulher... e chegou aqui e não tem nada para fazer, e não é que a prefeitura ou o governo tenham um lugar para ele, onde eles possam chegar, e ele só se localiza onde pode... e começa a pagar um quarto, então temos que o camponês antioqueño é pujante, é bem puxado para frente... então ele começa a reciclar e, com a reciclagem, consegue a água de rapadura, para o pãozinho e para pagar um quarto a diário. Mas vai indo bem, então ele já tem com que pagar o quarto, a mulher poupa e compram uma panela para cozinhar e vender empadas, então, com essa reciclagem que vão pegando, mais as empadas que vendem, conseguem sair bem na frente. Resulta que as empadas são muito boas, então ele leva amostras para o centro da cidade e as vende em bastantes lanchonetes, e cada lanchonete vai lhes pedir 150 semanais, então resulta que o cara cresceu com seu negócio... então, já compra um moinho, coloca duas

ou três pessoas para trabalhar com ele, e vendem muito mais... e nesse momento é que chega o governo. Mas a minha pergunta é: onde foi que ficou a ajuda do governo para chegar aí?

Então as pessoas me dizem que eu era muito revolucionário, e não era assim, o que acontece é que acho que são muito sem vergonha... então, na parte da legalidade, eu não concordo com isso, porque para mim segue sendo um governo desordenado, porque se me investigam, comigo trabalha a minha mãe, meu pai, que já tem 73 anos, e me investigam, até onde eu posso pagar impostos, senhor? Como a gente faz para trabalhar e pagar os impostos? Acho que sim, tem que se pagar impostos, mas só aqueles que são básicos porque, se a gente vai para as grandes empresas, elas fazem uns pactos para abrir uma sociedade e sistemas educativos ou organizações para ajudar, então isso já os exime de pagar impostos e tudo isso, então se a gente olha bem os que pagam impostos são realmente as pessoas que estão tentando gerar emprego.

Bom! Aqui se pagam impostos também. Mas são aqueles que o governo diz que são ilegais. Para mim não são ilegais. Porque no momento que a gente gastar, eu digo assim, uns 15 ou 20 mil pesos por mês em segurança social, no sistema de segurança laboral para poder trabalhar, o Estado me tira 30 mil no mês em indústria e comércio e além disso estão olhando para ver onde mais podem tirar. Entendesse? Então, por isso eu digo... os grupos de autodefesas não se criam porque sim, porque as pessoas são más, porque querem viver sempre armados, não! Os grupos de autodefesas surgem porque a gente é gente boa, e ninguém quer matar ninguém, mas tem outros que querem fazer dano... então, no bairro, “eu cuido de você, mas vou te cobrar, porque, se o governo não é capaz de cuidar de mim, eu tenho que me cuidar de outra forma”. (Abelardo)

No relato de Abelardo, destaca-se uma visão da segurança como sistema de relações em que o ator que exerce a segurança, neste caso o armado, tem uma aproximação com relação às necessidades de proteção de seus bens. Quando se pede a Abelardo para descrever Moravia, num cenário em que os grupos armados já não exercem a segurança e a polícia é a força pública legal, reitera que as possibilidades do estado por ss demandas de segurança de toda a população são limitadas, de um lado, e, de outro, da necessidade da população de resolver um conflito ou de se defender numa situação de ataque, da forma mais efectiva possível.

Esse sistema? Não, teria que haver um sistema, porque esta sociedade de hoje como tal depende é de sistemas, então não estão eles... que eles têm logrado uma compreensão entre comércio e eles. Eles chegam

e falam com o comerciante e há uma compreensão, mas, sem eles, tem que ser a polícia, ou seja, tem que haver uma estação de polícia aqui dentro. E, mesmo com a estação de polícia, existiria a possibilidade de... por exemplo, eu nunca tive uma arma, nunca comprei uma arma de fogo e, se me revistam na rua, não vou ter nem uma faca, ou seja, eu sempre sou assim, tranquilo em todas as partes. Então, existiria a possibilidade de que, se não existirem esses grupos, o que cuida do bairro pode estar aqui na esquina de civil e o ladrão não lhe reconhece... então, para o ladrão é muito mais fácil reconhecer um uniforme ou uma moto da polícia, né? De que forma vai reconhecer a outro que não sabe quem é? Mas é minha forma de ver a vida, porque, eu digo de novo, são as autodefesas, é porque se vê na obrigação de que se originem. Não sei porque o sistema governamental não consegue cuidar de todas as pessoas que há. Então, se a gente se defender como boa pessoa que é, então, pode passar que dê para você, 10, 15 anos na cadeia, mas, se a gente é uma pessoa má totalmente, entra numa negociação com o governo e paga 10 anos de cadeia e pronto. (Abelardo – El Flaco)

A garantia da segurança é uma ação que reivindicam os atores econômicos desde que se começou a vislumbrar a crescente potencialidade econômica de Moravia, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Quando se indagou, aos entrevistados, sobre a concepção de segurança e, num modo específico, a segurança num bairro que foi considerado um dos mais perigosos da cidade, não negaram a importância da ação dos atores armados na garantia da segurança; aliás, destacam como vital que essa ação se realize sob uma lógica de “construção de paz”, de tranquilidade, a qual os próprios atores armados regulem. O domínio de um ator armado favorece a tranquilidade. Na entrevista realizada com José, um dos proprietários de um dos negócios mais destacados em Moravia, ele diz o seguinte:

Pois, a questão da segurança, na verdade, no que é já a ordem pública, que vem sendo a polícia, começou a ser presença muito frequente de uns anos, acho que do ano 2000 em diante, pois já havia uma presença constante da polícia, e, como lhe digo, para mim o setor aprendeu que a violência não leva a gente para nenhum lado, e os grupos que havia aprenderam a se acalmar, a relaxar e a viver. E, como lhe digo, creio que a maioria era do mesmo setor, e eles têm as suas famílias aqui, então eles também querem a paz, tanto para eles quanto para as suas famílias, e por isso tudo continua assim.

O mais difícil, e que ainda segue sendo como um mito, é que Moravia foi muito violento. Ainda tem muita gente por aí que sente esse mito. E para mim essa foi a fronteira maior que houve, o mito de que foi violento;

e muita gente que ainda segue chegando ao setor diz: “Ah, não, isto mudou muito! Isto aqui está muito bom! Eu achava que El Bosque era ruim e feio, que era perigoso!” Porque era gente que tinha a imagem de que era um lugar ruim, e, na evolução, eu creio que é dos bairros que mais tem evoluído nos últimos 15 anos, pois, diferentemente de outros que conheço, acho que El Bosque, Moravia, tem evoluído enormemente. (José, dono do supermercado)

A família de José tem sido por tradição comerciante, proveniente da área rural do departamento. Chegou a Moravia em 1998, deslocada da violência no município de Granada, a oriente do departamento de Antioquia. Nesse ano, a violência em Moravia havia retomado processos de confrontação entre grupos de ex-integrantes das Milícias Populares do Valle del Aburrá e outros grupos que vinham se gestando, como resultado da crise na negociação com as Milícias. José, juntamente com seus pais e três irmãos, chegaram a Moravia buscando um lugar onde assentar-se que possibilitasse seu sustento. Embora houvessem encontrado, já não era com a violência rural de confrontação entre guerrilha e paramilitares, mas, sim, com uma violência urbana onde os protagonistas eram os mesmos jovens do bairro. Apesar da violência que dominava nesse momento Moravia, José e sua família decidiram ficar e empreender um projeto econômico que possibilitasse, de certa forma, o melhoramento das condições de vida de Moravia. Os donos do supermercado da 80, quer dizer, José, seu pai e irmão, são considerados pela população como um dos atores protagonistas e impulsores do auge econômico que tem esse setor da cidade. Hoje, por exemplo, o supermercado tem quarenta empregados, todos moradores de Moravia, e expandiu seus serviços com a construção de novos locais comerciais no interior de Moravia.

Nós chegamos de Granada, Antioquia, também correndo um pouco da violência que havia lá. E chegamos e ficamos aqui desde o primeiro dia. O traslado foi direto de Granada até aqui, a esquina que foi onde a gente começou. E aí iniciou a família, o que sempre se tem feito aqui dentro do supermercado, começamos nós, quatro irmãos e meu pai. Já alguns se têm retirado do negócio, como meu pai, que já não trabalha. Mas começamos aí, quando o bairro realmente era todo de terra e as ruas, sem pavimentar e tudo isso.

A gente segue apostando no setor, para continuar evoluindo e ampliando o negócio pouco a pouco. Em todo esse processo, em todos os primeiros anos, a gente teve que estar só, porque as empresas

entram para ajudar quando a gente já está grande, consolidado, e quando a gente já vem sendo importante para eles. Quando a gente está só começando, ninguém aposta nisso, porque os negócios nem as compras são bons, e os negócios são pequenos e mais, num setor como este, onde não entravam as empresas praticamente. A gente sabe que aqui nem a polícia entrava, então nesse momento não tínhamos apoio das empresas ou ajuda delas para evoluir com o negócio. Já passados uns anos mais, e o local estava maior, as empresas já estavam tomando conhecimento das compras que estávamos fazendo, elas decidem ir entrando uma por uma, assim, aos poucos, e nós não conhecíamos tanto como era a questão das empresas, mas fomos pegando na mão deles... e aí foi quando eles ajudaram a gente a evoluir mais. Porque eles, segundo os seus conhecimentos, os estudos que têm daqui, dos negócios de Medellín; a maioria das empresas, como uma empresa, por exemplo Nutresa, que desenvolve negócios, não só no nível da Colômbia, mas também que estudam na Europa e tudo isso. Eles vêm trazendo o que se dá por lá na Europa e vão passando para cá. Então eles ensinam a gente como exibir, como gerenciar os produtos, qual é a continuidade dos produtos dentro do supermercado, que tudo tem uma estratégia, que coisa deve ir ao lado de qual. A gente foi se deixando ajudar, como deve ser o alumbrado do negócio, de que maneira deve ir. E dia a dia, com o conhecimento deles, o que nós também fazíamos, mais o que o cliente quer, que isso realmente é o que a gente coloca, porque nós estamos todos os dias no negócio, então a inquietude do cliente e a maneira que o cliente pensa, essa é uma das maneiras que, para a gente, ajudou muito para crescer. (José)

Num espaço de contenda entre atores armados urbanos, os comerciantes de Moravia têm desenvolvido processos sociais com atores armados, organizações sociais e a população em geral, que têm produzido efeitos na variação da violência em duas vias. Uma, a partir dos *mecanismos relacionais* com a potencialidade da renda econômica que o território oferece, que os atores armados disputam entre si, o controle do espaço e a capacidade de controle da segurança como serviço, o que conduz a processos de polarização dos atores. Tal situação impulsiona a confrontação armada por manter o domínio territorial do bairro como forma ou possibilidade de ingressos econômicos e de financiamento para os atores armados. A segunda, a intervenção dos comerciantes na solução de problemas da vida cotidiana do bairro, quanto ao apoio ou impulso a processos sociais de integração. A participação dos comerciantes na promoção de atividades esportivas, de ajuda à população com maior precariedade econômica e de moradia, a realização de eventos que envolvem grupos de população vulnerável como

idosos e crianças, fazem com que os *mecanismos ambientais*, isto é, as circunstâncias sociais de Moravia, modifiquem-se e incidam na variação da violência. Por isso, a participação dos atores econômicos na variação da violência em Moravia não pode se reduzir só à possibilidade de financiamento econômico para o controle da violência. Nas entrevistas, destaca-se o papel dos comerciantes na vida social de Moravia, assim:

A gente dentro dos empregados que consegue gostamos muito de que sejam do sector, primeiro, porque nós durante todo o tempo de evolução e que por isso as pessoas reconhecem a gente, porque tratamos sempre de ajudar ao mesmo sector. Por exemplo, ajudar em ocasiões que havia problemas dentro do sector como era por exemplo o Morro que haviam incêndios, que haviam famílias que perdiam assim, todo de uma vez só. Nós dentro de todo isso ajudamos a aportar coisas para essas famílias que perdiam todo. Temos ajudado também à Junta de Ação Comunal, temos trabalhado em comum com as senhoras que são chefes de família daqui do sector como guias de crianças, com os velhos; é um aporte para um bairro que deu tanto para a gente, e que acolheu a gente tudo este tempo. Sempre temos estado com todo isso aqui. E na verdade, pois, a maioria de coisas se deve ao esforço de cada pessoa, que realmente acolhera-nos, e um sector que realmente acolheu a gente muito bem, e até este momento seguimos sendo, eu acho, os líderes do comercio daqui deste sector. (José)

A gente sempre está de mão com os esportes aqui em Moravia. Com todo o que se faz no sector como as partidas de futebol, também com os eventos com as crianças, dos velhos, lhes aportando como coisas, que tiram a gente da rotina do que se faz todos os dias, e afortunadamente nos está indo muito bem com todo isso, porque por fora de que as pessoas se divertem com as partidas e todo isso, as pessoas aprendem a conhecer a gente, que nós não somos só um negócio só, onde muitos pensam que só estamos para pegar o seu dinheiro, mas sim, que eles sintam que a gente tem um aliado no bairro, alguém que lhes presta para as coisas e projetos que eles têm, que produzimos emprego, que pode dizer que é uma das poucas empresas do sector, onde todos os empregados têm todas as garantias de proteção social. (José)

Essas atividades bem poderiam ser descritas como formas de socialização que possibilitam a variação da violência coletiva. Tilly (2007) assinala, por exemplo, que na questão da modalidade de *destruição coordenada*, a violência leva as pessoas a certos cenários que podem modificá-la. Em Moravia, a realização de eventos

esportivos, por exemplo, acompanhados da participação dos atores econômicos, instalou uma forma de se relacionar em meio a processos de confrontação, o que incidiu na ativação de *linhas divisórias* entre grupos armados; mas, precisamente essa ativação, terminou por consolidar a identidade dos grupos, favorecendo a identidade social e a construção de cenários de socialização a partir do conflito. Os eventos esportivos e outros realizados em Moravia têm sido centrais nos processos de regulação da violência, mas também têm conduzido à formação de identidade política/social e à diferenciação de uns “nós-eles”, que vão configurando processos de sociabilidade violenta.

Os moradores de Moravia têm reconhecido a existência dos atores armados, e a incidência dos comerciantes tem reforçado, sobretudo desde a chegada das milícias, a importância destes na ordenação do bairro. Este processo, denominado por Tilly (2007) como de *ativação baseada no cenário*, explica-se porque “a) o cenário em questão reúna a membros de pares de categorias que já têm um histórico de conflitos, e b) as demonstrações de força dos grupos formem já parte do repertório vinculado ao cenário” (p. 120). No relato que faz Abelardo, aparece muito evidentemente a importância dos cenários de socialização esportiva na regulação da violência e os processos de sociabilidade. Com utilidades de seu negócio de pinturas, chamado Colorín, promove a participação de jovens, adultos e crianças em práticas de futebol.

Que a “Plaquita”⁶⁷ é um referente no esporte para todos nós, pois é muito importante. A “Bombonera” é muito importante. Mas, para mim, são muito importantes os “Chalos”, os “Álvaros”, e os Daniel.⁶⁸ Falamos de três personagens que são muito antigos no esporte. Eu falo de Daniel como o referente mais velho, mais antigo, que lhe tocou viver como toda a classe de pessoas trabalhadoras, viciados, preguiçosos, sicários, jovens armados, e todas essas pessoas. Então é reunir como técnico uma quantidade de pessoas e poder partilhar com todos. Por exemplo, no meu caso, eu digo que comecei muito cedo, porque eu tinha 18 anos, quando estava dirigindo a primeira equipe, que se chamava La Ranchera, ou seja, A 79.

Nesse tempo eu jogava futebol. Mas não sei que foi o que aconteceu que aos 19 anos, já tinha uma equipe para dirigir, inclusive “Mongolo”⁶⁹, que é muito

⁶⁷ Quadra de futebol chamada pelos jovens como La Bombonera para fazer alusão ao estádio da Argentina do Clube Boca Juniors.

⁶⁸ Referência a líderes que promoviam os esportes e o futebol em Moravia.

⁶⁹ Mongolo es un líder deportivo del sector de El Bosque. Ha dedicado buena parte de su vida a participar como jugador y árbitro de los torneos de fútbol.

mais velho que eu, ele jogou para mim, jogou comigo e eu o dirigi... Então a confiança das pessoas, que diziam por exemplo... “Não, vamos falar com El Flaco para que organize a gente”. Então eu digo que empecei muito cedo a dirigir. Então já, a gente se passa a vida entre jogar, dirigir, mas sempre tinha uma equipe como referência, “os jogadores do El Flaco, a equipe Del Flaco”. Neste momento é Colorín. Colorín tem equipe de crianças, jovens, equipe de veteranos, e então sempre figura nos torneios, mas isso é na atualidade. Por lá em 1987, 1988, 1990, então eram estudantes e trabalhadores, assim se componha o nome. Então olhe que se tem uma boa relação quando a gente pode reunir a todas essas pessoas, porque não é a mesma coisa, você dirigir a uma pessoa preguiçosa, que dirigir um estudante, ou a um trabalhador; o trabalhador tem o aporte para o arbitramento, a colaboração, o estudante antes tem que lhe dar porque não lhe fica nada de grana, ao preguiçoso também, que vai ter?

A través do futebol, da “Plaquita” é possível ver como certa integração, independentemente do que cada um é. Por exemplo Daniel teve a oportunidade de dirigir ao “Pájaro”, à “Guagua”⁷⁰, o seja, todos os Agudelo jugaram com ele, mas então temos que saber de que El Bosque como tal teve fatores muitos violentos e, nós fomos amigos dos mais violentos. Então por exemplo, quando eu dirigia na 79 me diziam “Flaco se você não entra no campo um destes caras, destes más, um ou dois jogadores do grupo armado, de “gatillo”⁷¹ na equipe não vamos para nenhum lugar, e porque todos tem dois ou três jogadores desse”, então eles montam o monopólio e se a gente não temos dois jogadores desses... então a gente jogava com Pericles⁷² e com outro cara que a gente lhe dizia Ratoncito, que ele faleceu. Então nó, com isso boas relações, o resto das pessoas, sempre eram boas pessoas, bons trabalhadores... o respeito nesse tempo era muito bom. A gente não tinha problemas nenhum. Então olha que era como a capacidade que a gente tinha.

Porque, é que ser *sicario*⁷³ ou ser muito ruim, não significa que você não goste do esporte, que não goste de jogar, dominó, ou futebol neste caso. Agora, qual é a ideia? De que quando um jogador é uma pessoa má... isso é o que há ocorrido aqui, que eu levo 35 anos no bairro mais ou menos, então eu tenho conhecido a todos, e todos obviamente me conhecem, então eu sou como uma figura muito pública, mas também, não tenho sinalado a ninguém pelo que é ou faze, não; eu falo para eles, querem jogar? Então venhaj Então o sistema aqui, o que nós orientamos aqui no grupo é isso. Então aqui os títulos, ou todo o que somos o colamos e guardamos, e já pertencemos ao equipo; quando a gente vai sair da equipe então cada um pega o título, e o leva, assim cada um fica com a equipe. É uma forma psicológica, em que eu posso dizer que

⁷⁰ Jovens que faziam parte das *bandas* armadas que operavam em Moravia durante na época de 1990.

⁷¹ Se diz aos jovens que sempre andavam armados.

⁷² Jovem muito famoso que organizava as *bandas do narcotráfico* no sector de El Bosque, na época de Pablo Escobar.

⁷³ Pistoleiro.

funciona porque eu posso levar a minha equipe sempre, e as pessoas tal vez não possam ser muito boas socialmente, mas, que futebolisticamente sim.

É que eu digo, que a forma como você fale ou trate vai depender do ponto de vista de cada um... eu falava, assim... “olhem aí, aqui quem manda sou eu, não vocês” e eles diziam... claro, não proffe, é o que você diga, tudo bem;” Então, quando você vê que há cinco ou oito rapazes que dizem... “há, se proffe, é o que você diga, ou vai perguntar ao proffe” então eles já, mesmo si são muito violentos, ou *sicários*, já eles se aderem no sistema. Agora, meu sistema não é grosso, nem vulgar, nem atrevido, nem de monopólio, nem de gritar, não, eu sou assim, sou assim a vida toda. O que eu gosto é de atrair pessoas, que as pessoas gostem de mim, é melhor isso que ganhar um medo ou terror das pessoas. Isso, não está nos meus argumentos para dirigir pessoas. Então, o que faz aquele que chega armado? Se desarma, porque não tem como chegar a brigar ou a monopolizar um grupo onde não há monopólio, o simplesmente pode aportar suas ideias, ele pode falar comigo e me dizer “olha aí Flaco, porque não fazemos isto desta forma” e claro, sua opinião é tida em importância.

Então olhe que é lograr reunir pensares, estilos e tipos de pensamentos, e de decisões, porque quando uma pessoa decide trabalhar em X coisa é porque muitas circunstâncias o levam para isso. Mas si um tem a capacidade de reunir um monte de pessoas e fazê-los partilhar juntos socialmente, e que ambos passem uma boa, por uma coisa só, que neste caso seria o esporte o futebol, a equipe, haja uma ideia de sair campeões, então cada que a gente se reúne; a ideia é essa, então você logra reunir e acho que tal vez Moravia também ou El Bosque, isso é o que tem de diferente, poder reunir os “bons” e os “maus” sem problema nenhum, entendesse? Isso é uma das partes que creio, porque eu sempre tenho dito que é melhor se ganhar o respeito com base de fatos, de atitudes, de atuações, e não baseados no medo, no terror, porque é que uma coisa é quando a te respeitam, e outra coisa é quando tem medo a gente. Quando a gente lhe tem medo sempre tem muitos inimigos, mas, com medo, quando lhe tem respeito, a gente não tem inimigos, simplesmente tem pessoas que “cara não, ele é assim e eu respeito muito”, então é muito diferente. (Abelardo)

“A violência é agredir os direitos dos demais.” Jeny María chegou a Moravia acompanhada de seu pai para atenção e venda de medicamentos para as pessoas do bairro. Ela relata que seu pai era uma pessoa reconhecida em Medellín na detecção e melhoramento de doenças. Não era médico, mas tinha o reconhecimento de “sanador” e conhecimento dos cuidados da saúde nas comunidades de que tem feito parte; esse dom permitia-lhe receitar medicamentos à população que atendia. Essa prática é herdada por Jeny, que quis adiantá-la em Moravia, pois, entre outras coisas, vê um lugar frutífero para o negócio da venda de medicamentos e a

possibilidade de ajudar às pessoas menos favorecidas. Ao terminar seus estudos de regência de farmácia na Universidad de Antioquia, Jeny, juntamente com sua mãe, abriu as portas da farmácia San Felipe no setor mais central de Moravia em meados da década de 1990. Para Jeny, a alta confluência de pessoas em Moravia, assim como a forma com que a população se apropria de seu espaço descontínuo e irregular, faz com que Moravia tenha características particulares do resto dos bairros de Medellín, a ponto de se comparar com um povoado de dinâmicas rurais ou um “bairro chinês”. Jeny destaca a importância de Moravia para bairros vizinhos, como Campo Valdés, Aranjuez e Miranda, quando se refere ao comércio. Relata:

Á farmácia vem dos Álamos, vem do Oasis, sabendo que lá tem farmácias e vem na procura. Vem para buscar também por cá, do Oasis, de Campo Valdez, de Manrique, até vem dos lados da universidade de Antioquia, vem de muitas partes, mas, não á para a farmácia da Jeny, vem para todo... para todo em si, porque Moravia é um ponto estratégico do comercio. Inclusive os mesmos taxistas quando entram dizem que isto parece um povoado dentro da cidade. (Jeny)

A violência armada é antes de tudo uma resposta às condições de precariedade e pobreza que os moradores de Moravia têm experimentado na sua formação histórica. Jeny sabe disso e, então, quando fala do que significa para ela a violência, não pode deixar de relacionar questões como as necessidades econômicas da população. Jeny, por exemplo, relata:

Uma vez meu irmão veio para me visitar, ele veio de bicicleta, e quando entrou na casa e volto para sair de novo, já não tinha a bicicleta, tinham se levado a bicicleta. Ou lembro que um dia colocamos o telefone aí na vitrine e quando entrei para buscar um medicamento saí e já não estava mais. Mas, em si são como de quiçá a falta de aculturar as crianças, porque mais que nada são as crianças que faziam isso, de pegar as coisas. Ou também, tem pessoas no bairro com poucos recursos, pois não todo o mundo tem... então o rapaz esse dia tal vez quis levar algo de comida para a sua casa e precisava da bicicleta ou daquilo que for, e encontrou a forma roubando... mas acho que não é assim porque seja ou porque queria fazer a maldade para alguém. (Jeny)

As concepções que os atores econômicos têm da violência armada que se instalou em Moravia nas últimas duas décadas é relacionada de forma direta com a violação de direitos. A variação da violência em Moravia, ocasionada por processos de regulação desde as práticas dos atores econômicos, passa pela relação que têm estes

com os processos sociais históricos do bairro, assim como de sua concepção da violência quanto a um fator público, estrutural. No tocante à visão da violência, no seu sentido estrito, relatam os entrevistados uma distinção entre a violência como crime individual e aquela que se apresenta como consequência de condições de baixa cidadania.

Ferney, outro dos comerciantes do sector de El Bosque, relata que “a violência é a desigualdade, a falta de oportunidades, isso também gera violência, violar os direitos do outro, isso é uma violência”. Ferney, como proprietário de um negócio em Moravia, localizado no setor de El Bosque, tem relação com os grupos armados e os atores sociais de forma permanente, num sentido de solidariedade com o progresso do bairro. Quando a autora deste trabalho estava no local (carniçaria) de Ferney, aproximou-se um grupo de jovens, mais ou menos três, que fizeram parte das extintas Milícias Populares do Valle de Aburrá. Chegaram para solicitar ajuda no financiamento para a inscrição e compra de uniformes de um time de futebol. Ferney lhes disse: “Podem contar comigo, eu os apoio”. Essa prática tem sido reiterativa, desde 1995, quando abriu seu negócio. Por um lado, como forma de apoio a processos sociais que desativem o uso da violência e mitiguem o impacto das confrontações armadas. Por outro, como uma forma de legitimar a ação dos atores armados na segurança e tranquilidade da cotidianidade do bairro. Assim disse Ferney: “Eu apoio principalmente o futebol, o esporte e, talvez, em alguns casos, as tertúlias literárias, mas aqui é muito difícil, mas, pelo menos tenho colaborado com isso”.

Ferney é um dos atores econômicos que têm vivido com um ator armado desde 1995, quando abriu sua carniçaria. Frente à violência armada, Ferney ressalta que, no trânsito de um ator armado a outro, a violência aumenta consideravelmente em Moravia. Ele reconhece que os momentos mais críticos da violência armada em Moravia se deram durante esses processos de confrontação.

Eu acho que o momento mais crítico que há tido Moravia nessas circunstâncias de violência, há sido quando no momento da transição de poderes, porque olha que antes haviam uns grupos delinquentiais à margem da lei e eram chamados os... esqueci o nome, né? E chegam outros grupos, os paramilitares, chegam a expulsar os que antes havia e então havia um choque. Então era o que

dizíamos nós, “La Gallada”⁷⁴, que eram tipos pois do mesmo bairro, da mesma esquina que cometiam suas maldades, depois foram expulsos pelos milicianos onde houve um choque, mas, já logo depois vieram de outro grupo, dos paramilitares que esse si foi o choque mais terrível que houve, onde o comercio se via afetado, eu diria que num 50% porque nós tenhamos que fechar na hora que eles se enfrentavam; uma, duas, três horas da tarde, inclusive já nas seis horas da tarde era muito poucas pessoas que se viam nas ruas, então, eu acho que o momento mais crítico de Moravia foi esse. Mais ou menos no começo do ano 2000, 2001, 2003 que foi onde os paramilitares se tomaram, por dizer assim, o comercio. E também todas essas atividades ilícitas que eles fazem e houve um choque tremendo com essas outras pessoas; e os que não participavam, ou não adiriam neles, pois, os matavam, e o comercio em geral sofreu por isso. Si, definitivamente sim, para mim foi mais forte, mais crítico, porque uns da “Gallada”, a gente os conhecia, porque era gente que se lhes podia falar, né? Mas, quando chegaram os paramilitares, eram pessoas que a gente nem conhecia, então tal vez, se tinha o temor de falar com eles ou de se enfrentar, porque tinha o risco de pegar a mesma sorte que os outros grupos.

Eu acho que o momento mais crítico que há tido Moravia nessas circunstâncias de violência, há sido quando no momento da transição de poderes, porque olha que antes haviam uns grupos delinquentiais à margem da lei e eram chamados os... esqueci o nome, né? E chegam outros grupos, os paramilitares, chegam a expulsar os que antes havia e então havia um choque. Então era o que dizíamos nós, “La Gallada”⁷⁵, que eram tipos pois do mesmo bairro, da mesma esquina que cometiam suas maldades, depois foram expulsos pelos milicianos onde houve um choque, mas, já logo depois vieram de outro grupo, dos paramilitares que esse si foi o choque mais terrível que houve, onde o comercio se via afetado, eu diria que num 50% porque nós tenhamos que fechar na hora que eles se enfrentavam; uma, duas, três horas da tarde, inclusive já nas seis horas da tarde era muito poucas pessoas que se viam nas ruas, então, eu acho que o momento mais crítico de Moravia foi esse. Mais ou menos no começo do ano 2000, 2001, 2003 que foi onde os paramilitares se tomaram, por dizer assim, o comercio. E também todas essas atividades ilícitas que eles fazem e houve um choque tremendo com essas outras pessoas; e os que não participavam, ou não adiriam neles, pois, os matavam, e o comercio em geral sofreu por isso. Si, definitivamente sim, para mim foi mais forte, mais crítico, porque uns da “Gallada”, a gente os conhecia, porque era gente que se lhes podia falar, né? Mas, quando chegaram os paramilitares, eram pessoas que a gente nem conhecia, então tal vez, se tinha o temor de falar com eles ou de se enfrentar, porque tinha o risco de pegar a mesma sorte que os outros grupos. (Ferney)

⁷⁴ Banda do El Bosque.

⁷⁵ Banda do El Bosque.

Essa visão que os atores econômicos têm da violência liga-se de forma direta à produção da ordem no sentido de que suas práticas econômicas incidem na variação da violência. O poder dos atores econômicos dá-se em três aspectos: o ideológico, por impulso a uma percepção sobre a paz e a tranquilidade em Moravia como uma condição necessária em suas práticas econômicas, daí a necessidade de aceitar regras e práticas de regulação desde os atores armados. Os atores econômicos são atores de regulação na medida em que o apoio que dão à ordenação feita pelos atores armados é possível graças ao apoio em recursos econômicos. Os serviços de segurança para as unidades econômicas possibilitam a relação de cooperação entre o ator armado e o econômico, embora ambos estejam sujeitos às possibilidades de financiamento que os atores econômicos realizem para ajudar na ordem social.

5. RELACIONAMENTO DE PODER E EIXOS DE REGULAÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA URBANA DESDE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Esta seção pesquisa os espaços, mecanismos e técnicas de regulação utilizadas em casos concretos de violência que envolvem atores armados. Essas práticas estariam determinadas tanto pelo significado com respeito à violência urbana como pelo significado sobre seu papel na ordenação social. Por conseguinte, aborda, além disso, as estratégias de transação, acordos ou negociações que se estabelecem entre os atores sociais, agentes estatais e as próprias organizações armadas para possibilitar a ação reguladora. Isso implica, num primeiro momento, a caracterização das organizações sociais que operam e operaram no bairro de Moravia em função da regulação da violência urbana.

Os processos de regulação da vida social cotidiana em Moravia estão diretamente relacionados com as formas de organização social que desde seu início se desenvolveram no âmbito da configuração social. O processo de “ocupação progressiva” de Moravia não tem parado desde sua fundação nos anos 1960, ainda que com maior celeridade desde o final da década de 1990, na qual Moravia não parou de crescer e, com isso, também a complexidade de suas contradições em todas as esferas da vida social. Por isso, as organizações sociais têm sido atores determinantes na maneira como satisfazem suas necessidades.

Em Moravia, os processos de transformação espacial de que tem sido objeto e os processos de violência armada urbana que têm se instalado nos distintos momentos impulsionaram com mais força o desenvolvimento da ação coletiva através das diferentes organizações que têm existido em Moravia. Ambos processos são relacionais no sentido de que, em primeiro lugar, os processos de transformação espacial têm sido afetados ou impulsionados em grande parte pela ação violenta que os grupos armados desenvolveram em Moravia, e, em segundo lugar, porque os processos de regulação da violência armada urbana, desde as organizações sociais, têm inserido, na dinâmica da vida cotidiana de Moravia, formas de se pensar como bairro, como comunidade, e onde o tema da segurança e da convivência são

detonantes de um horizonte de bem-estar ou de desenvolvimento no qual a ação coletiva é condição imperativa para alcançar esse propósito.

Por exemplo, um dos estudos que se têm realizado sobre a história das organizações de Moravia mostra como estas, sob a lógica de melhorar condições de habitabilidade da população, realizam ações de reivindicação e luta permanente para a transformação de seu entorno. Ditos processos organizativos questionaram desde esse momento — 1970 — a ordem implantada pelas instituições do Estado. Hernández, ao se referir a uma das formas organizativas mais representativas — o Comité Popular Fidel Castro — diz o seguinte:

[...] este comitê popular desenvolve um processo de luta pelo direito à moradia. Paralelo ao desenvolvimento deste processo, gestam-se em outros bairros de invasão de Medellín organizações similares ao Comité Popular Fidel Castro, que por sua vez denominam-se comitês populares e têm lutas neste sentido. Situação que leva a que, a partir de 1971, impulsione-se, por parte dos diferentes líderes, um processo de unidade dos distintos bairros na luta pela moradia e terra urbana em Medellín. Este processo tem, como base, a necessidade de levantar ações reivindicativas conjuntas em torno de seus problemas de saúde, educação, etc.; pois estas situações eram vistas, no interior, como produto da ordem social estabelecida. Esse processo de unidade materializa-se na formação de um Comité Municipal de Tugurianos, no ano de 1974, comitê cujo principal objetivo é o fortalecimento e impulso do processo de unidade e a orientação de um programa de luta para os setores de tugúrios de Medellín, que questionaram a ordem social (HERNANDEZ, 1985, p. 33).

O desenvolvimento e consolidação do assentamento no “Antigo depósito do lixo de Moravia” esteve acompanhado de importantes processos organizativos, através dos quais os protagonistas têm expressado ao longo de 20 anos suas expectativas, necessidades, desejos e aspirações. Estas formas organizativas têm se constituído no principal meio de expressão dos habitantes e têm sido os meios através dos quais se tem autoconstruído o ambiente habitacional necessário para sua subsistência. A construção desse ambiente habitacional, junto com a localização geográfica, é o que agora faz tão apetecido o terreno por parte do Estado e dos proprietários da terra urbana. Estas organizações têm sido também mecanismos importantes de resistência frente à deterioração cada vez maior das condições de vida, expressando, na inexistência, pouca ou baixa qualidade das casas; na deficiência de serviços públicos, de saúde, educação, emprego, etc. Afirma-se então o processo participativo do “Antigo depósito de lixo de Moravia” como um aspecto importante na sua consolidação e desenvolvimento já que tem sido através das distintas formas organizativas que a população tem conseguido se manter no lugar, implementando diferentes formas de luta (HERNANDEZ, 1986, p. 26).

A explicação anterior mostra o caminho das organizações sociais em Moravia, que, desde a década de 1980, têm servido como espaços em que a população tem logrado resolver várias de suas necessidades e conflitos, tanto no seu interior como daqueles resultantes da luta pelos processos de inclusão na cidade. Essa descrição da década de 1980, por exemplo, mostra como os movimentos comunais representaram, na vida social de Moravia, a base para uma ação coletiva, que ainda por momentos se tem visto fragmentada e afetada por conflitos no seu interior ou pela influência de atores armados e tem persistido como cenário de atuação e participação da população na consecução de seus interesses e solução de necessidades.

Desde o Comité Popular Fidel Castro, de 1985, os movimentos das Ações Comunais, os movimentos pela saúde, os grupos juvenis, os grupos de mulheres, a Mesa de Trabalho em 1994, os Promotores do Desenvolvimento no ano 2000, as organizações esportivas, os grupos culturais e artísticos, as corporações cívicas têm sido relevantes num ou noutro momento do desenvolvimento de Moravia, ainda mais quando se tem recrudescido a violência.

A relação entre os grupos ou movimentos cívicos organizados e os atores armados em Moravia tem oscilado entre a submissão, a cooptação e a cooperação. Em cada momento histórico, a dominação ou controle dos atores armados segundo sua ideologia tem mostrado diferentes ações que potencializam a ação coletiva como tal ou, pelo contrário, a limita. Neste último caso, no final da década de 1980 a ação coletiva que se viu fortemente fortalecida a partir de todos os movimentos em torno da defesa da moradia e dos equipamentos coletivos em Moravia alterou-se altamente, foi dizimada e fragmentada pela ação das *bandas* do narcotráfico; de fato, é reiterada a alusão a esse período que faz a população e suas organizações, que não possibilitou inclusive um acesso mais amplo na estrutura urbana da cidade. Mas essa mesma violência da década de 1980 foi quase que vista pela população como uma *oportunidade*, no sentido de abstrair a ação coletiva precisamente do conflito, que tem existido em Moravia e que, desde o período da década de 1980, tem se dado de forma violenta e com confrontação aberta entre os diferentes grupos armados que passaram por Moravia.

Na década de 1990, houve uma combinação entre cooptação e cooperação entre as Milícias e as organizações sociais. Tal como se descrevia acima, as MPVA chegaram num momento em que as condições de precariedade social e de violência eram protagonistas, e sua chegada a Moravia obedeceu em grande parte à facilitação que as organizações sociais permitiram. Para ninguém é segredo que uma das estratégias de penetração das Milícias nos bairros da periferia da cidade fazia-se, além de pelo uso da força, por uma espécie de relacionamento com a população, e as organizações sociais serviam de veículo transmissor das necessidades de instalação das Milícias. Uma estratégia das Milícias para se posicionar ou legitimar suas atuações foi então promovendo as organizações e a consolidação da convivência no bairro a partir de eventos comunitários, como os esportivos, culturais, de lazer, que foram a base para a formação de movimentos reivindicativos e de direitos humanos da população como forma de se incluir nos processos da cidade.

Na luta por se consolidar e na tensão contra a delinquência, as Milícias prestaram-se para restabelecer umas condições parciais que deram continuidade a essa pugna pela inclusão na cidade. Embora, em sua origem, o grupo das MPVA apareça relacionado com projetos político-militares da insurgência, na realidade o que permitiu seu desenvolvimento foi o encontro de interesses comuns: recuperação dos espaços de participação e ação, facilitação do protagonismo social das comunidades como interlocutores diretos das autoridades locais ou nacionais. Daí que o modelo miliciano imposto desde as guerrilhas, com sua pretensão insurrecional, foi reorientado para uma forma de alcançar a convivência em seus bairros (IPC, 1998, p. 85).

Contudo, e apesar da proposta ideológica de transformação das condições de precariedade social, econômica e habitacional por meio da atuação das Milícias, estas geraram relações autoritárias com as organizações sociais, que terminaram sendo forçadas a aceitar a da ação miliciana. As Milícias usaram as organizações como amparo e meio de legitimação de seu acionamento de forma coercitiva. Em parte porque o “lado social” de apoio à comunidade ia orientando a ideia de construção de um projeto de comunidade organizada que lutava pela reivindicação de seus direitos, e isso fazia com que os supostos revolucionários e de transformação das relações de poder na cidade desde o âmbito político, que, no início, impulsionaram as Milícias, se convertessem à bandeira das organizações sociais. Apesar disso, a fratura das Milícias logo depois do processo de negociação em 1994 levou-as para uma

reorganização das forças sociais civis em função de possibilitar a convivência no setor através da tramitação e mediação dos conflitos, tanto armados como do conjunto das interações com a população.

Assim, como as Milícias, por meio do uso da força e da consignação ideológica, lograram reduzir os níveis de violência em Moravia, as organizações sociais e os atores protagonistas impulsionaram mecanismos de regulação da violência armada urbana, e as Milícias, por sua vez, entraram numa espécie de transação e estabelecimento de acordos (não escritos) com a população. Talvez uma das experiências com maior repercussão na cidade sobre processos de negociação urbana de milícias foi o caso de Moravia, pois pela primeira vez se falava de uma negociação com grupos insurgentes em que a participação da população foi de alguma forma determinante.

A Mesa de Trabalho José Hernán Ramírez deu-se como plataforma para o processo de negociação das Milícias Populares do Valle de Aburrá (MPVA), da Corriente de Renovación Socialista (CRS) e do Governo Nacional. Como as Milícias entraram aqui em Moravia para melhorar a segurança e oferecer uma ordem para o bairro, tinham que se relacionar com as organizações ou as Juntas de Acción Comunal. Então, tratou-se de que a negociação não fosse unicamente com o grupo armado, porque havia outros problemas que o bairro tinha que resolver, como o da convivência, ou seja o da saúde, da moradia, então queria aproveitar para que na negociação se incluíssem esses problemas, como uma forma de ver que a paz tinha também a ver com o desenvolvimento de Moravia. Então, em 1994, a Mesa de Trabalho convidou todas as organizações do bairro e também os comerciantes para debater soluções às problemáticas, e assim se foi trabalhando para melhorar o bairro, mas também para realizar atividades que permitissem a convivência, e por isso se criou também o centro de resolução de conflitos. Então, as Milícias negociavam, pois, com a parte armada, com o Estado, e os líderes acordavam com o governo local projetos de desenvolvimento, ainda que muitos deles não fossem levados em conta, mas o importante é que se conseguiu a união no bairro e propor projetos para melhorar a qualidade de vida do bairro. (Gloria)

A presença de outros agentes, como o Instituto Popular de Capacitación⁷⁶, uma organização não governamental que trabalha pelos direitos humanos na cidade e na

⁷⁶ “El Instituto Popular de Capacitación –IPC- es una organización de la sociedad civil con carácter nacional, fundada en Medellín, Antioquia, en enero de 1982, con Personería Jurídica 1467 de 1984. Somos una institución de promoción popular que tiene vínculos con diversos sectores de la sociedad y lleva a cabo iniciativas de investigación, capacitación y formación, opinión pública, asesoría, consultoría, acompañamiento y promoción con comunidades (académicas, rurales, urbanas, solidarias

Antioquia, foi substancial para a promoção da participação das organizações sociais no processo de regulação e promoção da convivência em Moravia. No processo de sistematização⁷⁷ da experiência da Mesa de Trabalho, este instituto mostra o seguinte quanto a concepção da Mesa:

A concepção fundadora da Mesa de Trabalho. Lembremos que a Mesa de Trabalho surge como parte de um acordo entre as MPVA, as organizações e os líderes comunais, inscrevendo-se no debate sobre a participação direta da sociedade civil nos processos de negociação para a desmobilização de atores armados, com o fim de garantir novas formas de representação de seus interesses.

Igualmente, sua origem demarcou-se na necessidade de habilitar outros cenários de natureza política nos quais o conflito pudesse se resolver de uma maneira diferente. A Mesa é vista como um processo e um espaço que devia apontar a regulação dos problemas nas comunidades de intervenção e dos conflitos militares que tiveram lugar no território urbano próximo. A partir desta concepção, pretendia-se fortalecer uma mentalidade cidadã de apoio à paz e às saídas negociadas, no momento em que se supunha que as saídas de força estavam em crise. [...] considerando que a solução do conflito não dependia só do desarme, a Mesa de Trabalho definiu-se em 1994 como:

Uma convocatória aos diferentes atores em confrontação a desenvolver práticas diferentes na busca de soluções das problemáticas sociais que geraram a confrontação, quer dizer, ampliar os espaços de intervenção cidadã, para que novos atores possam se expressar politicamente. Pretende-se que, na atual situação, o conflito não se expresse de maneira violenta e possa ter outra saída. A negociação é a possibilidade de um pacto para seguir desenvolvendo o conflito por outras vias.

Deve ser a sociedade civil que tome um papel ativo na mediação do conflito, mediação que não se reduz para ser ator passivo, mas, sim, participante. É por isso que acreditamos que uma Mesa de Trabalho pela Paz poderá garantir este protagonismo civil no debate de seu presente e seu futuro (INSTITUTO POPULAR DE CAPACITACIÓN, 1998, p. 105).

A Mesa de Trabalho tornou-se, então, um referente de organização e uma possibilidade da população em incidir na solução de seus próprios conflitos; de fato, a

y afines), movimientos sociales y políticos, medios de comunicación, como también con el Estado en sus diferentes escalas territoriales. La autoridad máxima institucional es la Asamblea de socios y socias, que elige cada dos años una Junta Directiva y a la presidencia de la entidad. La operación institucional está bajo la responsabilidad del Equipo de Dirección de Estrategias.” Tomado do site oficial do I.P.C.

⁷⁷ Projeto que reúne de forma participativa a experiência adiantada pelo processo da Mesa de Trabalho. Com este projeto de pesquisa se propiciou a reflexão em torno dos resultados por esta experiência na cidade.

forma como ela se configurou mantinha, como um de seus centros de interesse, a convivência e a segurança, elementos que partilhava com as Milícias no sentido da gestão dos conflitos em Moravia. Na estrutura organizativa da Mesa que se fez pela população, destaca-se como ela é um eixo aglutinador de aspectos relacionados à participação e ao desenvolvimento do bairro, para o qual se estruturou a partir de três comissões: i) comissão de desenvolvimento e ordenamento, encarregada de elaborar um projeto de organização espacial que lograsse a articulação entre o bairro e a dinâmica zonal e de cidade, assim como adiantar as iniciativas para avançar nos processos de legalização dos prédios; ii) comissão de educação, cultura e comunicação, que se referia à articulação das diferentes dinâmicas educativas, recreativas, artísticas e esportivas, avançando para a formulação de proposta educativa e cultural para o setor e iniciando a discussão frente à possibilidade de uma corporação educativa e cultural; e iii) comissão de paz e convivência, encarregada de consolidar o processo de paz, segurança e convivência do setor, fortalecer o processo de mediação de conflitos através do Centro de Conciliação e explorar a possibilidade de promover pactos comunitários de convivência com outros bairros (INSTITUTO POPULAR DE CAPACITACIÓN, 1998, p. 147). O eixo articulador dessas comissões estava determinado pela organização e ação da Mesa de Trabalho, que era formada por representantes de cada uma dessas comissões que faziam parte de diferentes organizações e líderes do bairro, segundo os seus interesses comunitários.

Em torno do debate sobre a segurança e a convivência em Moravia e aproveitando a experiência das organizações sociais e das juntas de ação comunal⁷⁸ na tramitação dos conflitos cotidianos, criou-se um espaço de mediação e conciliação de conflitos. Esse espaço era compartilhado entre integrantes das Milícias, denominados posteriormente de Gestores de Paz, com líderes sociais que contavam com o reconhecimento na mediação de conflitos na comunidade. O Centro Comunitário de Resolução de Conflitos surgiu como o braço atenuante da ação armada na solução

⁷⁸ As juntas de ação comunal são organizações que se criaram na institucionalidade colombiana e são referentes de ação das localidades na Colômbia; muitas delas obedecem à criação e representação como bairros.

dos conflitos e como forma de gestão, de modo pacífico, das relações conflitivas no interior de Moravia, papel que desempenhavam as Milícias, mas de forma autoritária.

A existência do Centro de Resolução de Conflitos também obedeceu ao contexto colombiano no impulso aos mecanismos de resolução de conflitos e ao debate que se iniciava em torno da justiça alternativa e comunitária como mecanismos de desobstrução dos gabinetes judiciais, no marco da reforma da justiça na Colômbia posterior à promulgação da Constituição de 1991; de fato, vários dos líderes que fizeram parte do Centro eram identificados como conciliadores em equidade.⁷⁹ Além da incidência ou não da proposta institucional na consolidação do Centro de Resolução de Conflitos, este operava com maior efetividade que as entidades públicas encarregadas de dirimir conflitos civis, como as Inspecciones de Policía, delegacia da família e instâncias judiciais, como a Fiscalía e os próprios juízes municipais.

O que a gente fez foi centralizar de alguma forma o que na prática já faziam as Juntas de Acción Comunal e outras organizações e ajudar para que as pessoas que moram aqui em Moravia não acudissem às Milícias para solucionar seus problemas. Desde muito antes, resolviam problemas da comunidade, como problemas entre vizinhos, de aluguéis, dívidas... muitas vezes havia que intervir em problemas de casais, também problemas pelo uso do espaço público, de pagamentos pela realização de trabalhos, casos laborais, até resolvíamos casos nos quais se viam envolvidos jovens por roubo, por violência entre pessoas e jovens também que faziam parte dos grupos armados.

Isso foi muito bonito porque o Centro funcionou por 4 anos, e eu lembro, por exemplo, que eu chegava muito cedo para atender e passava o dia todo atendendo as pessoas que chegavam com seus problemas... atendíamos muito mais casos que a própria polícia — aliás, de lá enviavam para a gente muitas pessoas para que resolvêssemos os seus problemas. Eu me lembro que atendia mais ou menos dez ou quinze problemas por dia... Seu João, que era o presidente da Junta de Acción Comunal de El Bosque, era o que mais atendia porque havia vezes que chegava às 8 horas da manhã e ficava até as

⁷⁹ Na Colômbia existe a Lei 446 de 1998 dos Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos. Dentro desse processo o Ministerio da Justiça e o governo Local tem a potestade de capacitar a particulares para oferecer o serviço de conciliação, arbitragem e juízes de paz. Está amparada pela Constitución Política de Colômbia: "Los particulares pueden ser investidos transitoriamente de la función de administrar justicia en la condición de conciliadores o en la de árbitros habilitados por las partes para proferir fallos en derecho o en equidad, en los términos que determine la ley". (Artículo 116 inciso 4 Constitución Política de Colombia).

10 horas da noite ou 11 da noite, ficava só atendendo problemas da comunidade.

O Centro funcionava numa sede da Junta de Acción Comunal de El Bosque, que chamávamos de El Sena, e outras vezes na Junta de Acción Comunal de Moravia. Todos os dias funcionava, e atendíamos as pessoas aí, mas, quando tratava-se de conflitos nos quais tinham a ver, por exemplo, problemas de umidade ou de limites, ia-se até o lugar onde se apresentava o conflito. Quando as pessoas chegavam a um acordo, então, assinava-se uma ata de conciliação, e as pessoas tinham que pagar dinheiro, então no escritório se fazia depósito para pagar. Obviamente que a ata de conciliação era muito importante, mas o que ajudava muito para que os acordos se cumprissem era o respaldo que tinha das Milícias, porque as pessoas acreditavam que, se não cumprissem, talvez as Milícias podiam fazer alguma coisa a elas, né?... Realmente isso funcionava, mas eu acho que a habilidade que tínhamos os conciliadores, os mediadores, ajudaram para que a maioria dos conflitos se resolvessem pacificamente.

No Centro participávamos vários líderes, sobretudo mulheres, e resolvíamos toda classe de conflitos... me lembro muito de Dora Maya, de Dioselina, que, na época do Centro de Conciliação, ela tinha um pouco mais de 70 anos... ela faleceu, mas ela era muito boa para resolver os problemas familiares, eu acho que a melhor... era muito bonito tudo isso... por exemplo, Mary Rojas sabia muito dos problemas de limites porque conhecia muito os terrenos do morro, a história de como se construíram as casas... também os jovens, na solução de conflitos. Às vezes não solucionávamos tudo e acudíamos aos grupos para que ajudassem a gente, mas foi em muito poucos casos na realidade, às vezes isso funcionava com a gente... infelizmente o Centro fechou porque houve problemas de violência com os gestores de paz, chegaram outros atores armados e foi muito difícil continuar, mas, ainda assim, acho que as pessoas que trabalham no bairro por si são mediadoras de conflitos em tudo o que fazem para manter a convivência e lutar a favor da comunidade. (Líder conciliadora)

Por que o Centro regulou a violência armada? É uma pergunta que facilmente encontra resposta na redução do uso da violência como forma de resolver os conflitos em Moravia, e o Centro propiciou que a própria ação das Milícias, como ator armado, já não servisse de “agente operador de justiça” a partir da força, assim como uma visão distinta da segurança, dessa vez emanada da participação da população na tramitação de seus próprios conflitos, e não da coerção exercida pelo ator armado. Segundo a sistematização do processo, descreve-se o seguinte:

O impacto gerado pelas formas anteriores do tratamento aos conflitos, baseados na ameaça ou no uso da força e a posterior desativação parcial da violência, gerou um sentimento de segurança que se reconhecia vulnerável dado o contexto conflitivo da cidade e a própria desmobilização das MPVA.

Nessa direção, as propostas giraram em torno de duas posições: uma segundo a qual a única forma de garantir a segurança alcançada era por meio do mantimento de dispositivos armados; a outra argumentava a insuficiência desses dispositivos para a prestação desse serviço, inclinando-se mais para uma proposta alternativa de tratamento dos conflitos. Quer dizer, muito mais que um questionamento às concepções prevalecentes sobre segurança e justiça, a polêmica e as mudanças têm girado em torno dos instrumentos e das formas. Neste contexto, cobra sentido o papel do Centro de Resolução e Conciliação de Conflitos (CCRCC), como um logro na transformação e o tratamento dos conflitos (INSTITUTO POPULAR DE CAPACITACIÓN, 1998, p. 118).

De outro lado, a prática de mediação que se adiantou com o Centro propiciou outras experiências de mediação com os grupos armados, entre os quais se menciona o realizado entre ex-integrantes das milícias e jovens que fizeram parte do grupo armado da Minorista. Esse evento que se narrou (no Capítulo 3) por um dos ex-integrantes das Milícias levou-se a fim com a participação dos próprios grupos armados, mas, também, com a participação de atores comunitários, a Igreja Católica e o apoio do governo local através da Oficina de Paz e Convivência da Prefeitura Municipal. Um dos mediadores desse processo relata o seguinte:

A maioria dos jovens que estavam no grupo de La Minorista moravam na minha casa, no setor de Moravia... perto de minha casa, moravam quase todos. Depois de muito tempo, eles queriam voltar para o bairro, porque aqui tinham a sua família, inclusive alguns familiares pertenciam à Mesa de Trabalho e ao Centro de Conciliação, então queriam voltar ao bairro. Eles me procuraram, eu estava também no Centro de Conciliação, e com outros líderes fizemos as aproximações entre os grupos. No começo, esse pacto foi com o apoio das duas paróquias, a de Moravia e a de La Minorista, e, como queríamos que tivesse bons resultados, não tornamos público o pacto até que se assinou com o apoio da Prefeitura. No princípio, foi difícil porque não contávamos com muitos recursos... mas as duas paróquias buscaram um espaço num seminário pelas Palmas, aí reunimos os dois grupos para falar... contava-se com o apoio também de vários líderes, muito poucos, e também envolvemos algumas mães dos jovens. O que lembro que fizemos foi que todos os jovens deram a sua visão de por que estavam em tanta violência... então os colocamos para que cada um deles contasse a sua história... os puxamos para falar, os reuníamos por pequenos grupos e eles iam contando o que se passava... no final desse dia já houve a conclusão de que muitos deles nem sabiam por que estavam envolvidos no conflito entre os de Moravia e os de La Minorista, não sabiam por que, nem sabiam qual era a causa... é que vários que estavam enfrentados eram amigos de infância... então, o que fiz foi recuperar pelo menos essa confiança entre eles. Como havia a vontade de todos, porque as coisas

mudaram, então logo depois disso, procurei a ajuda da Prefeitura até que finalmente os jovens de La Minorista puderam voltar, e se acabaram os enfrentamentos entre eles. (Líder mediadora)

A experiência do Centro de Resolução e Conciliação de Conflitos significou para a população de Moravia a possibilidade de intervir na solução de seus próprios conflitos, de regular e organizar a vida social e de se inserir na comunidade um ideal de ordem social a partir de suas próprias vivências. Segundo as pessoas entrevistadas, o Centro, durante seus anos de operação, conseguiu resolver mais de 3 mil casos, entre os quais se destacam os derivados de conflitos civis, como dívidas e aluguel, assim como de problemas entre as famílias. O Centro terminou por fechar suas portas no final da década de 1990, como produto da penetração dos paramilitares, processo de confrontação que, entre outros efeitos, deslocou forçadamente vários líderes sociais.

No processo de descontinuidade da atuação da Mesa de Trabalho e do Centro de Resolução de Conflitos, em geral “a crise” das organizações em Moravia deve-se, em parte, a dois processos-chave: a penetração paramilitar e a transformação socioespacial motivada pelo Macroprojeto Urbano de Moravia. Com a chegada dos grupos paramilitares a Moravia, o processo de mediação e conciliação de conflitos viu-se perturbado a tal ponto que o Centro de Resolução e Conciliação de Conflitos deixou de funcionar, pois a atividade comunitária estava afetada pelo contexto de confrontação entre os grupos armados durante os anos 2001 e 2003, momento em que recrudesce a violência não só em Moravia, mas também no conjunto da cidade. Mas, por outro lado, o processo organizativo que vinha se adiantando no marco do processo de negociação com as MPVA entra em crise; alguns afirmam uma “luta de interesses” ou, porque seu trabalho tem estado “impregnado pelas necessidades particulares”, apresentou-se “a desintegração entre as organizações”, e há uma “situação de desencanto do processo de paz e convivência”.

O processo de transformação socioespacial como produto de um grande projeto de intervenção urbana realizado desde a Prefeitura de Medellín, que se iniciou no ano de 2001, implicou para as organizações um câmbio na sua mentalidade quanto às formas de organização e de pensar o desenvolvimento muito mais além de sua própria localidade. O Macroprojeto Urbano de Moravia apontava, além disso, uma forte intervenção institucional com a pretensão de melhorar as condições de moradia das

famílias localizadas em alto risco, a legalização dos prédios, a intervenção nos espaços públicos por meio da criação de vários espaços físicos, a implementação de projetos econômicos produtivos para a população e alguns projetos de saúde.⁸⁰

No período de 2001 a 2005, a relação entre as organizações sociais e os grupos armados, em específico com as autodefesas, estava caracterizada pela tensão e a cooptação das organizações por parte dos paramilitares. No conjunto das relações com os paramilitares, eram redundantes as denúncias do organismo público de infiltração e domínio dos paramilitares nas organizações na cidade, especialmente no controle de experiências, como o Orçamento Participativo. Em Moravia, por exemplo, nas Juntas de Acción Comunal era comum ver atores armados decidindo quais projetos teriam que dar e executar nesse lugar.

Em contraste com o impulso aos processos de organização social que se deu com as Milícias, o momento com os paramilitares foi conflitivo, ainda que algumas organizações, como as Juntas de Acción Comunal de El Bosque, terminassem funcionando sob a perspectiva de ação desses grupos. O que interessa mostrar aqui é que, apesar da manifestação violenta, as organizações e os líderes sociais demonstraram certas práticas de resistência, tal como em algum momento Maria Teresa Uribe (2006) assinalava sobre as formas de resistência:

Interesa destacar que los dominios y los controles de los operadores de orden y violencia, sean institucionales, contrainstitucionales o parainstitucionales, nunca logran imponerse del todo sobre la población y siempre encuentran formas de resistencia entre las personas. Éstas van desde la oposición abierta, contestataria y rebelde, hasta formas más sutiles, menos visibles, no siempre públicas y difíciles de aprehender, pasando por una gama muy compleja de acciones colectivas en las cuales se expresa la inconformidad con una situación agobiante y opresiva; en otras palabras; los poderes verticales y autoritarios no son tan eficaces como se podría pensar para imponer sus mandatos y prohibiciones, y requieren transacciones de diversa naturaleza con actores sociales heterogéneos, en las cuales se pueden explorar formas de resistencia poco ortodoxas y no siempre cívicas o pacifistas (p. 63).

⁸⁰ Mejoramiento integral del barrio Moravia, Medellín. Departamento Administrativo de Planeación. Ver anexo.

No momento de entrevistar um dos líderes sobre sua participação hoje nas organizações do bairro, em torno da relação com os grupos armados destaca, inclusive, as relações de cordialidade neste sentido de que se respeita o acionamento de cada um dos atores. Talvez o que se distingue na relação com as Milícias tenha a ver com o grau de imbricação entre os atores armados e as organizações, que, para o caso dos paramilitares e da própria organização armada, que atualmente controla Moravia, o grau é menor comparado com o das Milícias, mas a atuação dos líderes e sua preocupação pela solução dos conflitos cotidianos do bairro encontram-se no centro da significação da ação coletiva como produto da própria história pessoal que cada um que vive em Moravia. No relato seguinte, é possível observar como a relação entre a história pessoal, individual, vai se relacionando com a história do bairro no marco das interações sociais com a violência e a dinâmica de construção socioespacial do bairro de Moravia.

Nós morávamos num povoado de Manizales, um povoado que se chama Risaralda, Caldas. As pessoas de lá vivem é do café, então, chegou o desemprego lá... e era muito. Eu vim para cá, para morar com uma irmã que vivia aqui em Medellín, e cheguei ao bairro de Antioquia. Daí fui trabalhar numa fábrica de velas, aos dias, junto com meu marido, a gente veio de lá, de Risaralda. Depois de 2 anos, meu marido comprou assim um quintal aqui em Moravia, lhe custou 50 mil pesos. Aqui começamos com muitas dificuldades porque aqui não tinha água, não havia luz, não havia serviços públicos, não havia nada. Isto aqui era puro mato, aqui existia o morro do lixo... nesse tempo era a lixeira da cidade. Só havia poucas casas, o que era o morro, umas casinhas, e aqui a minha casa era só um quarto. E então era muito difícil, porque, se a gente colocava um foco ou os tijolos na casa, tudo isso roubavam por aqui. Se a gente pendurava a roupa para ela secar fora, também a roubavam, roubavam as panelas com a comida, e assim... tinha muita violência, tinha assalto, muito assalto nos carros que entravam para abastecer os locais. Aqui não podia vir ninguém. Daí foi passando o tempo, já começaram a chegar grupos armados, como as Milícias Populares, El Bloque Metro, tudo isso tocou a gente... muita violência porque começou a entrar, a matar gente inocente. Chegaram os paramilitares, já começaram a limpar para acabar com outros grupos, mas a vida toda têm existido os grupos armados aqui.

“Vocês no social, e nós no militar”. A regulação dos conflitos no bairro continua com a atuação desenvolvida pelas organizações sociais, dessa vez com as relações mais distantes entre os grupos armados e as organizações, porém com o reconhecimento da ação que cada um realiza no processo de sua atuação. Assim, por exemplo, nos relatos dos entrevistados, faz-se alusão recorrente aos “momentos duros” de alta

confrontação violenta, e inclusive ao dano que se tem produzido a todos os atores armados e aos processos de organização social, mas também destaca-se o fato de que o papel dos atores armados tem incidido no processo de ordenação do bairro; desde as Milícias até hoje, não se evidenciam ações claras e contundentes das organizações sociais para terminar com a ação armada, pois, de alguma forma, a ação dos grupos armados é vista como efetiva na regulação social, entre outras coisas porque os que os formam são, na sua maioria, jovens que pertencem ao mesmo bairro. A força pública estatal é evocada, talvez por sua ausência e baixa efetividade na regulação social, mas não é invocada, chamada ou motivada como principal forma de regulação. A força estatal coexiste com a força não estatal armada, mas, em termos de regulação concreta da vida social em Moravia, evidencia-se maior visibilidade da efetividade e da aceitação dos grupos armados e das organizações sociais como tal.

Veja, vou lhe dizer uma coisa. Graças a Deus, e tenho que falar dessa maneira; aqui os grupos ou os atores armados, a gente, não tocam para nada. Eles estão na sua. Como eu tenho alguns conhecidos, porque são jovens nascidos aqui, e eu lhes digo... “Não, vocês na sua que a gente fica no de cada um”. Eu lhes digo... “Vocês no militar, e nós no social”. Se, em algum momento, necessitamos compartilhar espaços, não temos problema nenhum, né? Para dizer qualquer coisa... temos uma atividade em geral com as crianças... se eles (atores armados) se comportam bem, se a gente se comporta, está tudo bem... o importante é que as pessoas se sintam bem.

E penso, e digo de novo, também o tenho dito em muitos outros lugares. Infelizmente na Colômbia, somente em Moravia não!, isso é o nível que as autoridades não fazem nada... e temos dito isso para eles, porque não fazem nada. Porque assim, como é possível que... pergunte para qualquer pessoa... que não procurem as autoridades como a polícia quando tem problemas? As pessoas respondem assim “Quê? Como você acha que vou fazer isso, se são eles mesmos os que falam com as *bandas* ou grupos armados... eles mesmos ficam com eles. Então, você acha que a gente é bobo para fazer isso?”. Essa é a imagem que se tem da polícia. Aqui veio a polícia e entregou uns boletins para as pessoas, convidando para que denunciassem tudo, mas você acha que as pessoas fizeram caso... “Tudo da polícia é mentira, não temos confiança nela”, dizem as pessoas, as pessoas não têm confiança, não!

A comunidade, em alguns casos, procura os atores armados para resolver os conflitos porque talvez tem um pouco mais de confiança que, por exemplo, nas autoridades. Em alguns casos é assim, em outros não, isso é muito relativo, porque há alguns que recorrem à Fiscalía, à Inspección, e outros talvez vão onde os caras estão, né? Isso depende do tipo de problema. Como quem diz

“A gente já foi nas autoridades, esgotamos tudo, e não tem solucionado nada”, então recorrem aos caras, né? Recorrem a isso, que é completamente grátis, então a gente tem que se pegar nisso.

Por exemplo, a gente em representação de uma organização, como é a Junta de Acción Comunal, perguntam sobre opiniões, assessorias, todo esse tipo de coisa; a gente, dentro do marco legal, lhes dá conselhos, mas depende do caso. Se é um caso de inspeção, diz “Vai para lá”. Mas, se é um caso de moradia, então vai na prefeitura, e, assim, com muitas outras coisas. Porque há casos muito delicados, então, a gente lhes diz... “Não, vai ter que ir para a Fiscalía, tem que dar entrada na justiça”. Mas, mesmo orientando as pessoas para ir nas instituições do Estado, as pessoas vão procurar o ator armado, porque que é o que eles dizem? “Não, não, é que lá, nessas entidades, não fazem nada, e só põem a gente para se virar”. Então passa isso, e, por exemplo, os grupos armados aqui, por exemplo essa gente... e me atrevo a falar, que tomara Moravia continue assim como está, porque levamos muito tempo bem relaxados e tranquilos. (Agustín, líder social)

Nas narrativas, é a *confiança* vinculada à relação com os grupos armados o que justifica o uso da força na solução dos conflitos e em si da regulação da vida social. Chamo a atenção a este aspecto tal como considera Charles Tilly (2010), quando analisa o papel das *redes de confiança* na possibilidade de uma política democrática. Segundo Tilly (2010) a interseção (histórica) das relações sociais entre os participantes, as conexões variáveis entre as redes de confiança e a política pública facilitam a questão da democratização. Centrando-se nas redes de confiança, Tilly (2010) assinala que, para entender a democratização (ou desdemocratização), é importante pensar a *confiança* como uma relação. A respeito, diz Tilly (2010):

... Una relación de confianza se reconoce de forma más segura por las prácticas de sus participantes. Las personas que confían entre sí se prestan dinero sin avales, se hacen favores in un *quid pro quo* inmediato. (...) La confianza consiste, pues, en someter consecuencias preciadas al riesgo de los posibles fallos, errores o poca destreza de otros (Tilly, 2005b). Las relaciones de confianza incluyen aquellas en las que la gente asume tales riesgos de forma regular. (...) Las redes de confianza, por expresarlo de manera más formal, contienen *conexiones interpersonales ramificadas, que consisten en fuertes vínculos, dentro de los cuales la gente pone en práctica recursos y empresas valiosas, consecuenciales y de largo plazo, aun a riesgo de errores, fallos o la poca destreza de los demás.* (p. 116)

Partindo do anterior, a confiança nos grupos armados deriva, por um lado, da pertença de seus integrantes ao próprio setor onde moram, mas, por outro, pelo conhecimento

de seu próprio contexto e das relações históricas que se têm dado para o tratamento dos conflitos no âmbito do bairro de Moravia, o qual transfere relações de confiança ao ator armado, uma vez que há de desconfiança com o Estado como força legal na solução dos conflitos.

Nas entrevistas, ressaltam-se igualmente essas estratégias a partir das quais as organizações incidem na regulação da violência armada e ainda hoje sobressaem aquelas orientadas à mediação. Por exemplo, a experiência que oferece uma das organizações sociais mais representativas de Moravia mostra a incorporação de estratégias, inclusive acompanhadas por entidades do governo local, para ajudar principalmente os jovens para que não se enfrentem de forma violenta. A violência tem feito parte da história de Moravia em seu processo de configuração histórica, e é algo que os líderes sociais reconhecem, que faz com que se insiram estratégias de regulação e de alguma forma incidam na não reprodução das relações violentas. Um líder da Junta de Acción Comunal relata a experiência sobre uma estratégia que eles mesmos denominaram de *sensibilização* para realizar processos de aproximação entre grupos de jovens enfrentados do setor de Moravia. Impulsionaram o processo ex-integrantes do grupo de La Minorista, assim como líderes sociais, com o apoio da Secretaria de Gobierno Municipal. Isto relata o líder:

O que acontecia aqui era que estavam formando certos grupos, um grupo aqui, mais outro ali, e assim... isso estava acontecendo. Havia pelo menos três, e dentro deles um grupo de mulheres que eram de El Bosque, e era de mulheres, de puras meninas, e eram bem inquietas... então começamos a fazer umas capacitações com todos eles, sobretudo em temas de drogas, e alguns deles melhoraram muito. Ou seja, essa estratégia de sensibilização ajudou muito.

Isso se fez diretamente, Junta de Acción Comunal com a secretaria de governo e com esses jovens, através deste rapaz John, que era o coordenador de esportes... através disso, ele entrou e trabalhou com eles, começou a intermediar, então fazíamos aqui as palestras, apresentávamos os vídeo e todas essas coisas. E, em meio disso, a gente lhes falava porque são crianças que a gente conhece desde bem pequenos... então a gente lhes dizia: “Olhem, olhem para a sua mãe... olhem o que estão fazendo”... então a gente já os falava pessoalmente. A gente sempre perguntava para eles como é que eles estavam, a gente sempre estava a fim de dizer para eles... “Olha, vocês, como estão bem! Tem que seguir assim, né?”. Por isso eu digo, aí a gente, todos nós fizemos um trabalho que me parece muito importante, porque a gente conseguiu baixar a quentura entre eles... E então não estão por aí desta hora

em diante, você pode ver as pontes e as ruas cheias... quando eles se enfrentavam, se convocavam pela internet, e o que faziam era que pegavam os cintos e paus e algumas facas... já tínhamos quase uma pandilha, isso era coisa de malucos... com tudo se atacavam, mas, com esse trabalho, se logrou desvanecer isso, e olhe que não voltou mais isso. A gente já tem experiência e está marcado pelo que viveu, pois ver cair tanta gente e, vendo esta quantidade de grupos, a gente ficava “Meu Deus do céu, o que é que a gente vai viver, isto vai ser pior”... e resulta que não. A gente trabalhou muito bem isso. Assim como diz o conto, se tem que dar as chaves para o ladrão, para amarrá-lo a gente mesmo, e na verdade foi o que a gente fez. (Agustín, líder social)

O contexto do conflito que tem feito parte da história de Moravia pela “ilegalidade” nos processos de construção espacial, “ilegalidade” nas manifestações de violência, “informalidade” na organização e distribuição de seu espaço físico e na construção de suas moradas, “informalidade” nos processos econômicos de base faz notar uma suposta “desordem” que tem ido em contraposição da ideia de uma cidade moderna, ordenada, inovadora, promovida nos últimos 50 anos em Medellín. O que se quer destacar desta questão é precisamente a ação coletiva em Moravia, a partir dessas relações de tensão e de conflito entre o interno e o externo e do interno de si como lugar, que é o que define as formas de organização social em Moravia. A ação coletiva derivada dos processos de conflito em Moravia tem sido resultado dessa *oportunidade* deixada pelos processos de confrontação entre os distintos atores armados que têm a pretensão de dominar o espaço social de Moravia. Tarrow (1994) citando a Tilly sobre a ação coletiva como formadora de ordem, diz neste sentido:

Las autoridades y ciertos historiadores imprudentes describen a menudo la agitación popular como desorden... pero cuando más de cerca examinamos la confrontación, más orden descubrimos. Descubrimos un orden creado por el arraigo de la acción colectiva en las rutinas y la organización de la vida social cotidiana, y por su implicación en un proceso continuo de señalización, negociación y lucha con otras partes cuyos intereses se ven afectados por la acción colectiva. (Tarrow, p. 21) ⁸¹

De alguma maneira, as afirmações de Tarrow (1994) são aplicáveis à realidade da vida social em Moravia quanto à participação das organizações sociais na produção da ordem social, produto também das significações que os próprios atores oferecem nesse sentido. E é que no marco de análise dos movimentos sociais que faz Tarrow

⁸¹ Referência citada por Tarrow, em *El poder en Movimiento*, 1994, p. 21.

(1994), por exemplo, pode-se relacionar com a ação realizada pelos atores sociais em Moravia, a partir do que ele denomina de *ação coletiva contenciosa*, que é utilizada pela gente que “carece de acesso regular às instituições” e cujas ações se constituem como ameaças para outros, seja institucional ou não (TARROW, 1994, p. 19). No caso de Moravia e da regulação da violência armada a partir das organizações sociais, a questão da ordem acaba sendo um resultado da aparição da violência armada como propulsor da ordem desde sua própria significação, assim como sua relação com o conjunto de atividades que desenvolvem para vincular os distintos grupos de pessoas. Na entrevista com um dos líderes sociais e em relação com a pergunta sobre a ordem, diz-se o seguinte:

Eu tenho feito parte dessa ordem, porque a grande maioria das pessoas que mora em Moravia e El Bosque é conhecida, então, você vai para Moravia e as pessoas imediatamente dizem... “Ah, ela é de lá de El Bosque, é fulana de tal”... Te identificam e te identificam como uma boa pessoa, então essa pessoa que está te identificando, se tiver um projeto bom, sabe com quem compartilhar, então, claro, Moravia é uma parte ou El Bosque é uma parte de Moravia... então qualquer pessoa do Oasis ou de Moravia que tenha uns projetos bons e saiba que aqui no Bosque há pessoas que podem levar a cabo, pois essas pessoas compartilham... e isso ajuda para que haja uma união... ou seja uma ordem. Toda esta ordem não tem sido fácil, me entendes? Porque temos um monte de história desta “terra”, e, para mim por exemplo, é muito agradável falar com pessoas como você, porque para mim simplesmente é meu ponto de vista, é minha opinião, talvez, desde outro ponto de vista não teria sentido o que eu diga, mas, para mim, sim, tem uma ordem social aqui. Então se eu tenho a oportunidade de poder ajudar o Bosque para o seu progresso como bairro... porque, sim, eu tenho essa possibilidade então... as pessoas me procuram e me dizem... “Bom, então participa de tudo o que você tenha que participar”. Então acho que participando de tudo isso, eu levo uma ordem... assim, por exemplo, quando a gente vai e participa por exemplo das olimpíadas do esporte, e todas as pessoas se perguntam quem é essa gente, e é bom quando respondem: eles que estão aí são de Moravia do Bosque, se reconhecem pelo esporte, pelo lado saudável, isso é muito importante... e não te estão reconhecendo porque ou roubaste, ou mataste... então logramos o quê? Uma identidade como bairro, como bairro El Bosque. (El Flaco)

A ação das organizações sociais em torno da produção da “ordem” desprende-se da visão da “desordem” própria que para eles se apresenta em Moravia. Isso se evidencia nas constantes alusões que fizeram os líderes entrevistados quando lhes foi perguntado pelo problema da ordem, das quais se pode mencionar, entre outras, “A

ordem para mim é que temos aqui uma desordem tão brava, e essa parte tem que se trabalhar muito aqui em Moravia” (Edwin). O interessante da questão é que, ao perguntar pela forma em que se garantiria essa “ordem” a partir da expressão da significação sobre outros elementos, como *a solidariedade*, *o controle social*, *a justiça* e *a legalidade*, para alguns é necessário *o controle social*, associado ao cumprimento das normas estatais, mas também derivado das relações de solidariedade entre os distintos grupos e pessoas que moram em Moravia. Por sua vez, reconhece-se que é o Estado o chamado para garantir a segurança, para manter a ordem social, não obstante, nas narrativas dos entrevistados, é possível encontrar, de modo frequente, uma alusão primeiramente à identificação do Estado como ator que deve exercer o controle social e, em segundo lugar, à crítica que é, precisamente: quando Estado não cumpre com sua função, esta é assumida por outros atores na organização do bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma explicação entre a ordem e a violência, mediada pelas práticas de regulação no bairro de Moravia, de Medellín. A primeira parte diz respeito à violência derivada do conflito armado nacional, que invoca uma certa forma de ver uma ordem social que coexiste com outras práticas de ordenamento na qual a violência armada urbana, distinta à violência institucional, opera como princípio de organização social num contexto de condição histórica de violência, como é o caso de Moravia e, em geral, da cidade de Medellín. Em Moravia, essa “outra ordem” tomou impulso com o domínio dos diferentes grupos armados, que liberaram estratégias de relacionamento com a população — cooperação, tensão, cooptação —, para inserir no seio da vida social a necessidade do ordenamento como forma de bem-estar social.

Em Medellín, a violência armada urbana inseriu-se nos processos de configuração histórica, o que lhe tem planteado desafios na forma de entender suas relações democráticas, que passam por reconhecer as possibilidades de fazer cidade num contexto onde as relações violentas têm sido protagonistas. A crise institucional de justiça e a debilidade dos governos locais, vistos como causas da continuidade da violência armada, consolida a visão de que a única possibilidade de organização social seja a proposta pelo poder do Estado, restringindo outras formas de organização e de participação nas decisões políticas das comunidades localizadas, principalmente, nas zonas periféricas da cidade. No caso de Moravia, cuja luta pela reivindicação de seu território tem estado ligada a práticas consideradas não legais, em várias esferas da vida social, possibilitou-se posicionar de forma favorável no contexto da cidade, reconhecendo sua própria violência e dali gerando formas de regulação que terminam por inserir sentidos de ação coletiva. O desafio que talvez se apresente à cidade é este: ampliar a sua concepção de democracia reconhecendo essas outras formas de relação social.

A presença de atores armados em Moravia ainda persiste e persistirá por um longo período. Por suas características singulares, o que a diferencia de outros bairros, como, por exemplo, a alta dinâmica nas atividades econômicas que envolvem a

necessidade de se manter num lugar estratégico como Moravia, central e de alta potencialidade para o desenvolvimento da cidade. A dinâmica de organização de seu próprio espaço, produto da relação histórica com a cidade, na qual tem predominado a mesma gestão conforme suas próprias capacidades e recursos, foi dada pela mesma contingência de morar num lugar que, por décadas, esteve excluído da cidade, mas que logrou, por meio de suas possibilidades de organização e de ação, gerar uma percepção de comunidade a fim de resolver suas necessidades mais predominantes.

Assim como os atores armados persistirão no espaço social de Moravia, como em outros bairros da cidade, a regulação como prática que produz efeitos de variação da própria violência também persistirá como prática cotidiana de resolução dos conflitos. A participação das organizações sociais em Moravia na gestão de seu espaço tem sido histórica e permanente; essa gestão inclui necessariamente a gestão de seus conflitos, assim como a gestão das relações entre os distintos atores armados e não armados que confluem em Moravia.

Não se trata de desconhecer o caráter generalizado da violência urbana e suas implicações nas formas de relacionar-se na cidade. As interações, estratégias e dinâmicas dos atores em torno das ações do narcotráfico vão configurando certas condições que consolidam a permanência do acionamento armado e o posicionamento de fortes estruturas criminais. Mas, precisamente, reconhecer o caráter autônomo da violência urbana permite não só ir nas causas que a originam, mas também entender as interações sociais que dela se desprendem e que geram regularidades de ação, produzindo e reproduzindo formas de vida que não são compreendidas desde a institucionalidade.

Moravia há tempos que se encontra vivenciando repertórios de confrontação (TARROW, 1994, p. 51), ou seja, a circularidade da violência armada urbana presente por mais de três décadas tem inserido rotinas de ação coletiva que não se podem desconhecer; a expressão da violência dos distintos atores armados que chegaram a Moravia tem acumulado, nas relações com a população, uma reserva de formas familiares de ação em distintos períodos, conhecidas tanto pelos atores armados quanto pelos seus oponentes, assim como pela população em geral. Essas reservas

se convertem em aspectos habituais de sua interação, seguindo o que Tarrow (1994) assinala:

Si aceptamos el supuesto de que los individuos disponen de información sobre la historia y los resultados obtenidos en el pasado por las diferentes formas de acción colectiva en sus sociedades, veremos que los líderes proponen algo más que la abstracción de la <<acción colectiva>> y que los individuos responden a ello. Son atraídos también hacia un repertorio conocido de formas concretas de acción colectiva (p. 51).

A existência de grupos armados em Moravia e os momentos de confrontação que se repetem pelo controle do território transcendem, em primeiro lugar, as questões ideológicas que os grupos podem professar desde uma intencionalidade política, o qual pode limitar a configuração da violência coletiva como um assunto público, desviando a atenção na forma de ver a violência como mera questão instrumental usada pelos atores armados em função de dominar os territórios. Visto assim, o problema da violência armada urbana resolver-se-ia com o simples fato de criminalizar seus atores, sempre e quando existisse um aparato de justiça efetivo. Não obstante, ao analisar os distintos períodos em que aparecem os atores armados em disputa, supostamente com ideologias diferentes e que representam momentos de alta ou baixa intensidade da violência em Moravia, pode-se ver que, principalmente, a maioria dos participantes eram jovens provenientes do mesmo setor de Moravia onde, embora a ideologia pudesse operar como gancho inicial para a participação nos grupos armados, não era sua principal fonte. Ou seja, a maioria dos participantes estavam ali motivados por um discurso de melhoramento do bem-estar do bairro, por efeito dos discursos insurgentes ou contrainsurgentes que as Milícias ou os Paramilitares expressavam; de todo modo, os participantes eram parte desse entorno, e sua participação obedecia de certa forma à possibilidade de resolver sua situação de trabalho e recompensar, assim, uma precariedade econômica.

Em segundo lugar, a penetração dos distintos grupos armados implicou sempre a aceitação da população em torno do problema da segurança e do ordenamento do bairro. Dessa forma, operou-se o discurso ideológico dos atores armados, o que facilitou em certa medida a relação com a população e outros atores estratégicos, como o caso dos atores econômicos. Mas, além do oferecimento de um serviço de segurança privada, o que é relevante e que aparece de modo frequente nas falas dos

entrevistados é a possibilidade de contar com uma fonte de organização do bairro, isto é, de contar com certa autoridade que permitisse as distintas atividades sociais, especialmente as econômicas, de forma tranquila.

A regulação da violência armada urbana, como sugere o começo deste trabalho, desprende-se do exercício de poder que diferentes atores — armados e não armados — em Moravia têm sobre a variação da violência e sua incidência no processo de ordenação. No caso de Moravia, onde a dinâmica social tem estado vinculada a formas de expressão de violência armada, com a participação de distintos atores armados, a regulação opera não como mecanismos propostos pelo Estado para descongestionar o sistema da justiça, mas, sim, como relação que comporta a solução de problemas concretos entre os grupos e destes com a população. Por isso, é descontínua, espontânea e obedece a processos de mediação — armada e não armada — das tensões produzidas pelas confrontações abertas ou na disputa pelo controle do território.

Os eixos de regulação realizados desde os atores econômicos em Moravia baseiam-se fundamentalmente no apoio a recursos econômicos tanto das práticas armadas de regulação quanto das práticas não armadas promovidas pelas organizações. A forma como surgiram os atores econômicos em Moravia requeria mecanismos de regulação que possibilitassem a consolidação das atividades econômicas. Por isso a importância de compreender que, no caso de Moravia, a violência armada urbana, além de estar ligada ao desenvolvimento de práticas ilegais do narcotráfico, esteve também ligada à realização das atividades econômicas no sentido de encontrar, desde possibilidades de financiamento econômico através do serviço da segurança ao controle de outras práticas delitivas (roubos, por exemplo) que afetaram a tranquilidade do bairro. De todo modo, na narrativa da maioria dos entrevistados, especialmente na dos atores armados e das organizações sociais, destaca-se a importância do papel da economia no desenvolvimento de Moravia, e portanto o poder econômico é fonte principal no processo de regulação da vida social em Moravia.

Este trabalho quis mostrar também a importância das organizações sociais nos processos de regulação da violência armada urbana em Moravia. Talvez as intervenções e mediações dos atores não armados na regulação da violência sejam

as mais destacadas. As experiências de regulação realizadas pelo Centro de Conciliação e pela Mesa de Trabalho mostraram, por exemplo, a resposta na redução do uso da violência como forma de resolver os conflitos em Moravia. Em parte, a significação da violência e da ordem social que expressam os participantes das organizações sociais hoje em Moravia faz que se evidenciem essas fronteiras de atuação no marco da organização da vida social. Por um lado, como forma de “mostrar” a violência como uso da força que tem produzido, de um lado, efeitos negativos e dolorosos no âmbito comunitário, mas, por outro lado, o reconhecimento do uso da violência armada como mecanismo que opera no processo de ordenação social.

Um programa de pesquisa sobre a violência urbana em Medellín e outras cidades da Colômbia deve incorporar, com mais ênfase, as formas de representação da violência como espaços de sociabilidade, que geram relações de poder nas formas de organização da vida social. O uso da violência como modo de regular os conflitos em espaços com condições históricas de violência é plural no sentido de que o monopólio da violência nas mãos do Estado é questionado. O contexto do conflito armado na Colômbia, assim como as formas como outros atores armados no âmbito urbano apropriam-se dos espaços sociais, dá conta disso. A pluralidade da violência na regulação social é uma diretriz de pesquisa que se deve seguir adiantando no sentido de que permitirá, como foi dito no início, ampliar a noção de democracia desde os atores que inclusive são considerados transgressores da determinada ordem social. O caso do bairro de Moravia constitui um exemplo para mostrar que é possível caminhar para novas concepções da política no mundo atual.

REFERÊNCIAS

ACUÑA CARABALLO, Vladimir. *Órdenes locales, acuerdos de paz y presencia diferenciada del Estado*. Negociación con las Milicias Populares de Medellín, 2013. In: <http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint77.2013.09>.

AGUILERA PEÑA, Mario. *Las FARC: La guerrilla campesina, 1949–2010*. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris, 2010.

_____. *Contrapoder y justicia guerrillera*. Fragmentación política y orden insurgente en Colombia (1952–2003). Bogotá: IEPRI–Universidad Nacional de Colombia, 2014.

ALCALDIA DE MEDELLÍN, COMFENALCO (Antioquia). *La memoria cultural como dispositivo para la intervención social en Moravia*. 2011. Medellín, Colombia.

ALONSO ESPINAL, Manuel; PÉREZ TORO, William; VÉLEZ RENDÓN, Juan Carlos. *Ensayos sobre conflicto, violencia y seguridad ciudadana en Medellín, 1997-2007*. 1. ed., 2012.

ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio. Conflictos urbanos en un país en guerras: Miedo, satanización y realismo trágico. In: BALBÍN ÁLVAREZ, Jesús William. *Violencias y conflictos urbanos: Un reto para las políticas públicas*. Medellín: Instituto Popular de Capacitación (IPC), 2004.

ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio. et. al. *El prisma de las seguridades en América Latina: escenarios regionales y locales*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio. Seguridad Comunitaria. Dos miradas, agendas y metodologías. In: MEDINA, Carlos et. al. *El laberinto de la inseguridad ciudadana: bandas criminales, seguridad de fronteras y regímenes penitenciarios en América Latina*. ZVALETA BETANCOURT, José. (Coord.). Buenos Aires: CLACSO, 2015.

ARDILA AMAYA, Édgar, et al. *¿A Dónde va la Justicia en Equidad en Colombia?* Corporación Región, Bogotá. (2006)

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BALBÍN ÁLVAREZ, Jesús William. *Violencias y conflictos urbanos*. Un reto para las políticas públicas. Medellín: Instituto Popular de Capacitación (IPC), 2004. (Comp.)

BLAIR, Elsa; GRISALES, Marisol; MUÑOZ, Ana María. (2008). Conflictividades urbanas vs. “guerra” para leer el conflicto en Medellín. *Revista Universitas Humanística*, nº 67 janeiro-junho de 2009 pp: 29-54, Universidad de Antioquia. Medellín.

CAMACHO GUIZADO, Álvaro. *Violencia Urbana*: Cali y Medellín, en Consejería Presidencial Bogotá, Colombia. Bogotá: 1992.

_____. *A la sombra de la guerra*: ilegalidad y nuevos órdenes regionales en Colombia. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2009.

CORPORACIÓN REGIÓN. *La cola del lagarto*. Medellín: 1998.

_____. *Rostros del miedo*. Medellín: 2003.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE PLANEACIÓN. *Regularización y legalización urbanística del barrio Moravia y su área de influencia, ciudad de Medellín*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

ECHANDÍA CASTILLA, Camilo. *El conflicto armado y las manifestaciones de violencia en las regiones de Colombia*. Bogotá: Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 1999.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão*: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. *Crime e Periferia*. In: LIMA, Renato; RATTON, José Luiz; CHIRINGHELLI, Rodrigo. *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio y población*. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2006.

FRANCO RESTREPO, Vilma Liliana. *Poder regional y proyecto hegemónico*. El caso de la ciudad metropolitana de Medellín y su entorno regional 1970–2000. Medellín: Instituto Popular de Capacitación (IPC), 2006.

GARCÍA, Héctor Iván; et. al. Treinta años de homicidios en Medellín, Colombia, 1979–2008. In: *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 28 (9): 1699-1772, set., 2012.

GIRALDO RAMÍREZ, Jorge. Reintegración sin desmovilización: el caso de las Milicias Populares de Medellín. In: *Revista Colombia Internacional* 77, 2013, janeiro–abril de 2013, pp. 217–239.

GÓMEZ, Gabriel Ignacio. Justicia Comunitaria en Zonas Urbanas. En, *El Caleidoscopio de las Justicias en Colombia. Análisis Socio/jurídico*. Boaventura de Sousa Santos y Maurício García Villegas. Siglo del Hombre Editores – Universidad de los Andes. Bogotá, Colombia. (2001)

GUTIERREZ SANÍN, Francisco. *La ciudad representada*. Política y conflicto en Bogotá. Bogotá: TM Editores, 1998.

_____. *Nuestra guerra sin nombre: transformaciones del conflicto en Colombia*. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI). Bogotá: Editorial Norma, 2006.

HERNANDEZ, Torrez Gloria. *Procesos organizativos Antiguo Basurero de Moravia*. Medellín: Universidad de Antioquia – Departamento de Trabajo Social, 1986.

INSTITUTO POPULAR DE CAPACITACIÓN – IPC (1997) Voces que construyen ciudad. Mesa de Trabajo por la Paz y la Convivencia “José Hernán Ramírez”. Medellín, Asesoría de Paz y Convivencia de la Alcaldía de Medellín.

JACQUES, Rancière. *El tiempo de la igualdad*. Barcelona: Editorial Herder, 2011.

JARAMILLO, Mario Arango. *Narcotráfico, Imperio de la Cocaína*. Medellín: Percepción, 1984.

_____. *Impacto del narcotráfico en Antioquia*. Medellín: J.M. Arango, 1988.

JARAMILLO, Mario Arango; CHILD, Jorge. *Coca-coca: historia, manejo político y mafia de la cocaína*. Dos mundos. Bogotá: 1986.

JARAMILLO, Ana; PEREA, Carlos Mario. *Ciudades en la encrucijada: violencia y poder criminal en Río de Janeiro, Medellín, Bogotá y Ciudad de Juárez*. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI). Corporación Región. Universidad Nacional de Colombia, 2015.

JARAMILLO, Ana; CEBALLOS, Ramiro; y VILLA, Marta. *En la encrucijada. Conflicto y cultura política en el Medellín de los noventa*. Medellín: Corporación Región, 1998.

LONDOÑO ZAPATA, Luis Óscar; BARRIOS IBARRA, María Nelda. *Recuperación de la historia de los barrios Fidel Castro, El Bosque, Moravia, Milán y Los Llanos: sectores del antiguo basurero de Medellín*. Tesis de Magister en Educación, Facultad de Educación, Universidad de Antioquia. 1986.

MÁRTINS, Gerard. *Medellín: Tragedia y resurrección. Mafia, Ciudad, Estado, 1975 – 2012*. Medellín: Planeta, 2012.

MANN, Michael. *Las fuentes del poder social*. Tomo I. Madrid: Editorial Alianza, 1997.

_____. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set-dez. 2008.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização do crime no Rio de Janeiro. In: *Estudos avançados: dossiê crime organizado*, n. 61. São Paulo, IEA/USP, 2007.

_____. Mercadorias políticas. In: LIMA, Renato; RATTON, José Luiz; CHIRINGHELLI, Rodrigo. *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática*. El peligro del consenso en la política contemporánea. Barcelona: Gedisa, 2012.

NIETO LÓPEZ, Jaime Rafael; et. al. *Conflicto, violencia y actores sociales en Medellín*. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana, 2006.

OSORIO, Guillén Diego Alejandro. (2005) Proyecto Legalización integral de predios: Reconocimiento de títulos de propiedad, otorgamiento de licencias de construcción y protocolización de reglamentos de propiedad horizontal, en el marco de la regularización urbanística en el barrio Moravia, comuna 4, Zona Nororiental de la ciudad de Medellín, Área Metropolitana del Valle de Aburrá. "Intervención Integral de Moravia". Universidad de Antioquia. Facultad de Ciencias Económicas. Medellín.

PÉCAUT, Daniel. *Guerra contra la sociedad*. Bogotá: Espasa, 2001.

_____. *Crónica de cuatro décadas de política colombiana*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

PEREA, Carlos Mario. Comunidad y resistencia: poder en lo local urbano. En: Colombia Internacional. In: *Revista del Departamento de Ciencia Política* – Facultad de Ciencias Sociales enero – junio, 2006. pp. 148–173.

_____. Pandillas, muerte y sentido. In: *Revista Latinoamericana de Seguridad Ciudadana*. n. 4, Quito, pp. 23-34, maio 2008.

PEREZ, Zapata Nubia; SOTO, Martha Gloria; VILLALBA, José Joaquín, OCHOA, Gloria. *Evaluación de la propuesta de resolución de conflictos por la vía de la concertación en el barrio Moravia del municipio de Medellín*. Medellín: Universidad de Antioquia, Facultad de Ciencias Sociales, 1997.

PERSONERIA DE MEDELLÍN. Informe de la Situación de los Derechos Humanos en la ciudad de Medellín – 2011.

_____. Informe de la Situación de los Derechos Humanos en la ciudad de Medellín – 2012.

_____. (2013) Informe de la Situación de los Derechos Humanos en la ciudad de Medellín - 2013.

_____. Informe de la Situación de los Derechos Humanos en la ciudad de Medellín – 2014.

PIZARRO LEONGOMEZ, Eduardo. *Una democracia asediada: balance y perspectivas del conflicto armado en Colombia*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2004.

_____. *Insurgencia sin revolución: La guerrilla colombiana en una perspectiva comparada*. Bogotá: Ed. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI), 1996.

POLICÍA NACIONAL DE COLOMBIA. *Revista Criminalidad* – 25 años. 1982

_____. *Problemática delincriminal en Medellín*. Aproximación investigativa, teórica y de campo a la delincuencia a la ciudad de Medellín. Dirección general en Bogotá. 1981.

RATTON JR., José Luiz de Amorim. Pobreza, desigualdade, estrutura social e crime. In: LIMA, Renato; RATTON JR., José Luiz Amorim; CHIRINGHELLI, Rodrigo. *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

RESTREPO RIAZA, William. Modernización y Conflicto Urbano. In: *Revista Universidad de Antioquia*. 1994. N° 5. Medellín.

RIAÑO, Alcalá. *Jóvenes, memoria y violencia en Medellín*. Una antropología del recuerdo y del olvido. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2006.

RICHAMI, Nazih. *Sistemas de guerra: la economía política del conflicto en Colombia*. - 1. Bogotá: Ed. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI), 2013.

_____. (2006) *Dos décadas de escalamiento del conflicto armado en Colombia, 1986–2006*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2006.

ROLDAN SALAS, Hernando de Jesús. *La construcción de lo público como proceso de inclusión/exclusión en la ciudad de Medellín: ejercicios de territorialidad y políticas de ordenamiento en el barrio Moravia 1983-2005*. Medellín: 2006.

ROMERO, Mauricio. *Paramilitares y Autodefensas 1982-2003*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia – IEPRI, 2003.

SALAZAR, Alonso; JARAMILLO, Ana. *Medellín, las subculturas del narcotráfico*. Bogotá: CINEP, 1992.

_____. *La parábola de Pablo*. Bogotá: Planeta, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: ILSA, Ediciones Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa; VILLEGAS, Mauricio García. Colombia: El Revés del Contrato Social de la Modernidad. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; VILLEGAS, Mauricio García (org.). *El Kaleidoscopio de las Justicias en Colombia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, Siglo del Hombre, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Sociología Jurídica Crítica*. Para un nuevo sentido común en el derecho. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

_____. *De la mano de Alicia*: Lo social y lo político en la posmodernidad. Segunda edición ampliada. Bogotá: Siglo XX Editores, 2012.

_____. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2010.

SHAW, Kurt. *Trincheras Ciudadanas*: Como dos favelas superaron la violencia. Santa Fe e Florianópolis: Shine a Light, 2010.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, n 13, p. 115-124, 1999.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n 1, p. 53-84, jan/jun. 2004.

_____. Vida sob o cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira/FAPERJI, 2008

_____. Violência urbana, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n 59, p. 283-300, Maio/Ago, 2010.

_____. Violência e ordem social. In: LIMA, Renato; RATTON, José Luiz; CHIRINGHELLI, Rodrigo. *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

TILLY, Charles. *Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

_____. *Democracia*. Madrid: Editorial AKAL, 2010.

_____. *Violencia Colectiva*. Barcelona: Editorial Hacer, 2007.

_____. *Coerción, capital y los estados europeos*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

TARROW, Sidney. *El poder en movimiento*. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Editorial Alianza, 1997.

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA. Medellín, una expresión de la violencia nacional. Una crisis que compromete a todos. In: *Revista Facultad de Salud Pública*, Vol. 10 (2): 132: 151. 1987.

UPRIMY YEPES, Rodrigo. *Jueces de Paz y Justicia Informal: Una Aproximación Conceptual*. Pensamiento Jurídico No 18. Bogotá: Universidad Nacional, 2000

URIBE, María Teresa. La investigación social en tiempos de guerra. Memoria: Seminario Internacional de Ética en la Investigación Social y Educativa. Facultad de Ciencias Sociales y Humanas. Universidad de Antioquia. Septiembre de 2002.

_____. *Notas preliminares sobre resistências de la sociedad civil en un contexto de guerras y transacciones*. Revista de Estudios Políticos. Medellín, julio – diciembre. Pág. 63 – 78. 2006

URIBE, María Teresa; LÓPEZ LOPERA, Liliana. *Las guerras por la soberanías*. Medellín: Editorial La Carreta, 2008.

_____. *Las palabras de la guerra*. Un estudio sobre las guerras civiles en Colombia. Medellín: Editorial La Carreta, 2010. Coedición Instituto de Estudios Políticos, UdeA, Corporación Región.

VILLA, Víctor. La cultura de la violencia. Revista de la Universidad de Medellín. S.f.

WRONG, Dennis. *The problem of order*. What unites and divides society. Maxwell Macmillan Canada, Inc., 1994.